

COLEÇÃO
ESTUDOS LOCAIS

Alexandre Flores António Policarpo

Proclamação da República em Almada



ALMADA



CÂMARA MUNICIPAL

**PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
EM ALMADA**

Alexandre M. Flores
António N. Policarpo

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
EM ALMADA



Câmara Municipal de Almada

- Título ■ *Proclamação da República em Almada*
Autor ■ *Alexandre M. Flores e António N. Policarpo*
Apresentação ■ *António José de Sousa Matos*
Edição ■ *Câmara Municipal de Almada*
Colecção ■ *Estudos Locais*
Capa ■ Grupo de republicanos do Centro
Republicano Capitão Leitão, de Almada
Ilustrações ■ *Colecções particulares e institucionais*
Tratamento da imagem ■ *Carlos Roupa, Luis Barradas e Paulo Sena*
Composição gráfica ■ *Irene Borges*
Revisão ■ *Manuela Caeiro*
Execução Gráfica ■ *Fotolitaria, Produção Gráfica e Publicidade, Lda.*
Tiragem ■ *1.000 exemplares*
ISBN ■ *978-972-9134-91-3*
Depósito Legal ■ *335822/11*
Direitos de Autor ■ *© 2011: Câmara Municipal de Almada e Autores*



- *Reservados todos os direitos: não é permitida a reprodução, total ou parcial dos textos e das ilustrações sem autorização prévia da Câmara Municipal de Almada*
- *Difusão / Distribuição do Livro: Divisão de Arquivo Histórico e História Local, Departamento da Cultura - DMDS - Câmara Municipal de Almada*
Rua Visconde Almeida Garrett, 12 - 2800-014 Almada
Tel.: 21 272 49 00 – Fax: 21 272 49 19 – Email: arq.hist.mun@cma.m-almada.pt

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	9
NOTA INTRODUTÓRIA	11
Siglas e Abreviaturas	13
CAPÍTULO 1: ALMADA NA VIRAGEM DO SÉCULO	15
1.1. Reflexos da industrialização	15
1.2. Emergência das ideias republicanas	17
1.2.1 Centros republicanos	28
Notas.....	34
CAPÍTULO 2: ALMADA NO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO	39
2.1. Implantação do regime republicano	39
2.2. Primeiras medidas da administração republicana	56
2.2.1. Propostas de resolução dos problemas do concelho (Outubro-Dezembro de 1910)	52
2.2.2. Toponímia republicana	56
2.3. Greves no Caramujo	60
2.3.1. A República no <i>meio</i> da greve da fábrica de cortiça Vilarinho & Sobrinho (Setembro-Outubro de 1910)	60
2.3.2. As greves após a implantação da República	63
2.4. Conflitualidade sócio-religiosa	68
2.5. Facções do Partido Republicano.....	78
Notas	85
CAPÍTULO 3: BIOGRAFIAS	97
3.1. Naturais e residentes do concelho com ideais republicanos	97
Notas	197
APÊNDICE DOCUMENTAL	229
Doc. n.º 1 – <i>Inauguração do Centro Escolar e Eleitoral Republicano de Cacilhas, em 16 de Março de 1884.....</i>	229

Doc. n.º 2 – <i>Na Cova da Piedade: Inauguração do Centro Democrático Elias Garcia (22 de Julho de 1906)</i>	231
Doc. n.º 3 – <i>Centro Escolar Republicano Capitão Leitão: em Almada (16 de Junho de 1907)</i>	233
Doc. n.º 4 – <i>Festa republicana em Almada [...] no Centro Republicano Capitão Leitão (27 de Outubro de 1907)</i>	234
Doc. n.º 5 – <i>Homenagem à memória de Elias Garcia, em 8 de Maio de 1910</i>	238
Doc. n.º 6 – <i>Em Almada: proclama-se a República, em 4 de Outubro de 1910</i>	240
Doc. n.º 7 – <i>Proclamação da República em Almada, a 4 de Outubro de 1910</i>	241
Doc. n.º 8 – <i>A Proclamação da República em Almada</i>	242
Doc. n.º 9 – <i>Em Almada: a notícia da implantação da República</i>	243
Doc. n.º 10 – <i>Acta da sessão da Comissão Municipal Republicana, em 12 de Outubro de 1910</i>	243
Doc. n.º 11 – <i>Como se proclamou a República em Almada</i>	245
Doc. n.º 12 – <i>Apontamentos para História da Revolução por Júlio Victorino dos Santos</i>	247
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	 249
ÍNDICE ONOMÁSTICO	261

APRESENTAÇÃO

A edição deste livro marca o encerramento das comemorações do centenário da revolução republicana, levadas a cabo pela Câmara Municipal de Almada, em 2010/2011.

Na consumação da implantação do regime republicano, ocorrida na capital, importa lembrar que alguns concelhos se anteciparam. Entre eles encontra-se Almada, onde foi proclamada no dia 4 de Outubro de 1910, tornando-se deste modo uma das primeiras localidades da Margem Sul, para além de Loures, a hastear a bandeira verde-rubra. No dia seguinte, 5 de Outubro, proclamava-se, em Portugal, o fim da Monarquia e gritava-se: viva a República! Por isso, a Autarquia perfilou-se na primeira linha das comemorações desse centenário, através de um programa diversificado de iniciativas com sessões solenes, palestras, exposições, música, teatro, dança, ateliês, incluindo a participação de escolas e colectividades com bandas filarmónicas e grupos corais.

A implantação da República em Portugal é um facto incontornável da nossa história. Mas, mais do que uma mudança do sistema político, a República tentou realizar na prática os ideais da liberdade, do progresso, o direito à educação, à greve e a liberdade religiosa para todos os cultos.

Os acontecimentos vividos na 1.^a República, em Almada e seus arredores, muitos dos quais inéditos na historiografia, estão bem patentes nesta obra, da autoria de Alexandre Flores e António Policarpo. Nesta viagem histórica, os autores, para além do estudo da emergência das ideias e instituições republicanas e do novo regime decorrente da revolução, divulgam figuras que defenderam ideais republicanos, na maioria das quais completamente esquecidas, agora recuperadas para o presente.

Estamos perante um importante contributo para a História de Almada e para a História Contemporânea de Portugal. Este livro, que espelha memória, identidade e cultura, passa a ser referência para a história da 1.^a República. Acreditamos hoje nos ideais e desafios da República. Juntos, vamos prosseguir com os valores da Liberdade, da Democracia, do Progresso. Do Poder Local Democrático, do desenvolvimento solidário e sustentado que queremos e defendemos para este concelho. Que esta obra seja mais um meio para o diálogo entre gerações, do passado para o futuro.

O nosso reconhecimento aos autores.

O Vereador da Cultura

Eng.º António José de Sousa Matos

NOTA INTRODUTÓRIA

Com este livro, intitulado *Proclamação da República em Almada*, analisamos o ideário, as vicissitudes e as instituições republicanas, no âmbito da história contemporânea de Portugal.

A época que abrange o presente trabalho foi de grande importância para o concelho de Almada. O crescimento da industrialização e a proximidade dos acontecimentos políticos, sociais e culturais da capital explicam a dinâmica dos ideários reflectidos num concelho que ainda se mantinha predominantemente rural e marítimo. A introdução de grandes fábricas, sobretudo ligadas à indústria corticeira, vai influenciar o crescimento demográfico, o desenvolvimento do associativismo popular, os mecanismos de integração social e o aumento do tecido urbano.

O plano deste trabalho desenvolve-se em três capítulos: Almada na viragem do século, no movimento revolucionário e nas biografias.

O primeiro capítulo abre com uma descrição do concelho na viragem do século, no qual salientamos os reflexos da industrialização e sua inserção na cintura económica e social de Lisboa, a emergência das ideias republicanas, com destaque para os cinco centros republicanos de Almada abertos à comunidade, desde os princípios da década de 1880, com objectivos essencialmente políticos, educativos e partidários de propaganda dos valores ideológicos da República.

O segundo capítulo, subordinado ao concelho no movimento revolucionário, compreende uma breve resenha histórica da proclamação de Almada nas jornadas de 4 e 5 de Outubro de 1910. Para além do movimento grevista ocorrido desde as vésperas da República até Novembro de 1911, divulgamos, pela primeira vez, o imaginário republicano após a tomada do poder municipal, as primeiras medidas e propostas de resolução da administração local; a acção individual e colectiva de cidadãos, alguns dos quais maçons, carbonários, anarquistas, socialistas, que vão defender os ideais republicanos, em prol da mudança de regime; a toponímia republicana; a conflitualidade sócio-religiosa e as vicissitudes das dissensões do Partido Republicano.

No terceiro e último capítulo deste estudo sobre os cidadãos, com ideais republicanos e vínculos ao concelho, uns completamente esquecidos e outros pouco conhecidos pela historiografia, são agora recuperados para a história da 1.ª República. Estes cidadãos, naturais ou residentes do concelho, assim como todos os outros do país, fizeram um trabalho importante para o fortalecimento da causa republicana através de uma rede de sociabilidades

políticas que ultrapassam a capital, promovendo o ideário republicano no território nacional.

No texto que agora se publica são introduzidas ilustrações complementares e notas apresentadas no fim de cada capítulo. No fim apresentamos um anexo documental, as fontes e bibliografia.

Queremos deixar aqui registada a nossa gratidão a amigos e colegas que, interessados pela história de Almada e da actual Área Metropolitana de Lisboa, prestaram ajuda e estímulo a este trabalho. Assim queremos exprimir o nosso reconhecimento às seguintes individualidades: Rui Mendes, Joaquim Emílio Costa de Almeida, Virgínia da Silva Neto, Ana Teresa Varela Magalhães Lagos Alves, Maria Eugénia Xavier Cerqueira Afonso, Benigno Matos de Sá, Fernando Henrique Louro da Penha Coutinho, Ana Maria Febrero Trindade Sanguinho, Augusto Manuel da Silva Pinho, Maria João M. Paiva Correia Andrade, Carlos Alberto Samblano Cerqueira Afonso, Vítor Azevedo, Domingos Torgal, José Maria Rodrigues da Silva, Carlos Guilherme de Almeida, Mário Fernandes, Louro Artur, A. Costa, J. Moreira, Luís Filipe, Manuel Carrascal Barradas, Cecília Quaresma, José Manuel Lourenço Araújo, Cristina Cantinho e esposo.

A publicação deste trabalho foi possível graças ao apoio da Câmara Municipal de Almada, a quem agradecemos.

Os Autores

SIGLAS E ABERVIATURAS

A	Ano
ACCA	Associação de Classe dos Corticeiros de Almada
ADS	Arquivo Distrital de Setúbal
AHCMA	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
Cfr.	Conferir
Cit.	Citado/a
CMA	Câmara Municipal de Almada
Cx.	Caixa
Dec.	Decreto
DG	Diário do Governo
Doc.	Documento
Ed.	Edição
Fl./fls.	Folha/s
FN	Fundo Notarial
FP	Fundo Paroquial
GCL	Governo Civil de Lisboa
Idem	O mesmo
Introd.	Introdução
IP	Ilustração Portuguesa
L.º	Livro
M.	Maço
N.º/s	Número/s
Ob.	Obra
Of.	Ofício
Org.	Organizado
P/pp.	Página/s
PRP	Partido Republicano Português
Reg.	Registo
Reprod.	Reprodução
SCMSP	Secretaria do Cemitério Municipal de São Paulo
S.d.	Sem data
Seg./s	Seguinte/s
T.	Tomo
Tt.	Título
Tb.	Também
V.	Verso
Vol./s	Volume/s

CAPÍTULO 1

ALMADA NA VIRAGEM DO SÉCULO

1.1. Reflexos da industrialização

O concelho de Almada, situado na margem sul do Tejo, tem sido factor determinante no processo de transformação de dinâmicas endógenas e exógenas na população local. O estuário do Tejo e a proximidade de Lisboa geram, na região, fenómenos de crescimento característicos da grande metrópole, com os problemas e desequilíbrios inerentes, os modos de vida, as formas socio-económicas e de subsistência.

A população que aumenta, atraída pelo crescimento da industrialização, e a proximidade dos acontecimentos políticos, sociais e culturais da capital explicam a dinâmica das ideias e tendências de várias formações ideológicas reflectidas na imprensa oitocentista¹. À medida que o final do século XIX se aproximava, é notório o processo de formação da classe operária, resultante dos efeitos da industrialização, e demonstra que a consciência de classe se ancora, não só nas atribulações sentidas nas fábricas, mas também a partir da vivência da comunidade, dos reflexos do associativismo popular, do mutualismo, do cooperativismo, dos ideários e das associações de classe. Ora, esta actividade associativista e sindical, vivida durante o último decénio da centúria de oitocentos, e que se prolongará para além da 1.^a República, é o resultado do pulsar do quotidiano sociolaboral, das formas de acção e de organização dos trabalhadores, sobretudo das fábricas corticeiras nas estratégias reivindicativas e do confronto das relações entre o operariado, o patronato, a imprensa, a administração do concelho, a política e o Estado².

Com a industrialização oitocentista, Almada altera-se significativamente. O concelho mantinha-se, é certo, predominantemente rural e marítimo, mas nos núcleos urbanos de Almada, Trafaria, Ginjal, Cacilhas e, sobretudo, da Margueira, Mutela, Caramujo e Romeira, crescia o operariado e, em menor escala, a pequena burguesia.



Panorâmica de Lisboa (em 1.º plano), do Tejo e de Almada. Princípios do século XX.

Com o advento das ideias socialistas, republicanas e anarquistas que deram corpo a correntes “intervencionistas”³ dentro do movimento operário, e numa época em que o patronato inglês controla a maioria das grandes fábricas no concelho, o desenvolvimento industrial ocupa um papel de relevo na história económica e social de Almada e de outros concelhos da margem sul do Tejo. Sentimentos de protesto e revolta contra as novas formas de organização de trabalho, contestação e alarme sobre o desemprego, a má-fé patronal, o ódio aos membros do clero, os militares, o Rei, o Governo e o sistema de ensino são referenciados em diversos artigos inspirados pela propaganda de ideias libertárias ou anarquistas, socialistas e outras que, no entanto, não afastam de todo as ideias republicanas⁴.

Os governos monárquicos, no último quartel do século XIX, são incapazes de melhorar as condições de vida da população. Na viragem do século vivem-se tempos difíceis, dominados pela quebra de investimentos, desvalorização da moeda, inflação, falência de bancos e empresas, aumento de impostos e do desemprego. O sistema político português assentava, na época, num rotativismo partidário, que consistia na alternância, à frente do Governo, dos dois principais partidos monárquicos, o Regenerador e o Progressista⁵, que orientavam em seu favor as eleições e a vida política em geral. A falta de um programa coerente de Governo, a incompetência de muitos dos seus elementos, as rivalidades que tantas vezes se sobrepunham ao interesse nacional foi desgastando a imagem da classe

política portuguesa. Os governos tornam-se alvo de acesas críticas e sobre o rei, que os nomeava, passaram a pesar as culpas dos males que afligiam o país⁶.

1.2. Emergência das ideias republicanas

O optimismo das décadas da Regeneração sobretudo do primeiro período do Fontismo⁷, que foi de progresso e desenvolvimento económico e financeiro, é substituído, a partir do final da década de 1870 por uma grande sensação de desânimo. Não obstante a progressiva transformação tecnológica no sector industrial português, traduzida no aumento gradual de unidades fabris e na utilização da máquina a vapor, o país tomava consciência da sua debilidade económica. O agravamento das condições de vida, sobretudo do operariado e das classes médias, traduziu-se no descontentamento desses estratos sociais. Os espíritos encontravam-se receptivos aos projectos de mudança, como o republicanismo e o socialismo⁸.

Este panorama deve-se ao abrandamento do crescimento económico e ao aumento da instabilidade política, económica e social. Vários nomes, como Teófilo Braga, Elias Garcia ou Sampaio Bruno, destacavam-se na elaboração do pensamento político republicano, que passou a ganhar



Vista parcial do Largo e da Rua Direita de Cacilhas, terra onde foi fundado o centro republicano mais antigo do concelho de Almada, em 1884. (Col. A. Flores).

contornos cada vez mais definidos. A República permanecia uma utopia, até ganhar crescente apoio na sociedade portuguesa.

O Partido Republicano, fundado em 1876, foi ganhando cada vez maior prestígio, sobretudo entre os intelectuais, a pequena burguesia urbana e o operariado. Com uma vasta propaganda iniciada com o movimento cultural da «Geração de 70», este Partido soubera, de facto, aproveitar o descontentamento provocado pela difícil situação económica do país e pelo descrédito em que se encontravam os partidos do rotativismo monárquico. «A conjugação de condições externas e internas de forte incidência social e política da sociedade portuguesa, determinou o crescimento do ideário republicano e conseqüentemente do seu vector independentista em relação às potências económicas da época»⁹, como da Inglaterra. Por outro lado, a República, antes de ser um regime, foi «um ideal com uma força crescente no imaginário de grande parte da intelectualidade e da pequena e média burguesias urbanas e que foi alargando a sua influência aos sectores operários menos sensíveis ao rigor ideológico dos socialistas ou à utopia social dos anarquistas. Identificando claramente o adversário – o rei, os partidos monárquicos, a Igreja Católica, os jesuítas; no fundo, o poder político-religioso realmente em vigor –, mobilizava com mais facilidade o descontentamento popular»¹⁰. O republicanismo surgia como esperança para a resolução dos graves problemas que afligiam o país. Este carácter apelativo, aliado a um discurso interclassista, contribuiu para conquistar para o Partido Republicano Português (PRP) adeptos em diversos estratos da sociedade portuguesa, particularmente entre a pequena e a média burguesias. Se analisarmos as categorias socioprofissionais dos principais activistas republicanos, encontraremos professores, médicos, farmacêuticos, industriais, lojistas, comerciantes, empregados de escritório e outros ligados ao funcionalismo público. Porém, «na conjuntura da propaganda e do combate contra a Monarquia, o republicanismo, com uma imperiosa necessidade de crescimento, arregimentou as classes populares, tanto a pequena burguesia urbana como os trabalhadores. A ligação com as massas é, aliás, uma das principais características do movimento e do PRP, na procura de cativar as expectativas dos trabalhadores, prometendo um futuro mais risonho, sem tantas desigualdades»¹¹.

As divergências entre conservadores e progressistas em Almada e noutros concelhos vizinhos proporcionam a confluência de vários ideais em prol



Um comício eleitoral com António José de Almeida a discursar, em 1908. (Col. I.P.).

da emergência da ideologia republicana, como se depreende dos comícios realizados no Teatro Taborda, daquela vila, em 1881, por exemplo, contra a assinatura do Tratado de Lourenço Marques (31 de Maio 1879), que não só admitia o desembarque de tropas inglesas nesse porto, como também permitia o patrulhamento das costas moçambicanas por navios britânicos. Depois de uma tentativa falhada, desde aquele ano, na organização de um centro republicano no concelho de Almada, dificultada pelas autoridades locais, a fundação do Centro Escolar e Eleitoral Republicano, de Cacilhas, só foi alcançada, em 1884, com a presença do deputado Manuel de Arriaga. Na verdade, em certos núcleos da burguesia urbana do concelho de Almada, com destaque para as camadas jovens, havia alguma simpatia pelo jacobinismo da Revolução Francesa de 1789. Não é por acaso que, no ano em que decorria o primeiro centenário da Revolução Francesa, o maçom e republicano Artur António Ferreira de Paiva¹², com 22 anos de idade, fundava, na Cova da Piedade, com outros conterrâneos, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), em 1889, numa inequívoca apropriação cultural da herança da função progressista que outros sectores mais conservadores da burguesia haviam abandonado.

A descrença no regime monárquico português acentua-se com o *Ultimatum* inglês, em 11 de Janeiro de 1890, em que o Governo cedia às exigências britânicas. Este ultimato do Governo Britânico – chefiado pelo primeiro ministro Lord Salisbury – que exigia a Portugal a retirada das forças militares chefiadas pelo major Serpa Pinto do território compreendido entre

as colónias de Moçambique e Angola (nos actuais Zimbabwe e Zâmbia), foi aproveitado pelo partido e imprensa republicanas para divulgar os seus ideais, com manifestações “patrióticas” anti-britânicas onde se soltavam vivas «à França, à República, a Serpa Pinto, etc...», como regista *O Século* no mês de Janeiro de 1890 a propósito das manifestações organizadas em Almada, no Caramujo, em Caparica e na Fonte Santa¹³. Estas jornadas tornaram-se verdadeiros focos de divulgação dos ideais republicanos e de reacção contra a dinastia de Bragança considerada demasiado próxima dos interesses britânicos e pouco defensora dos interesses nacionais. Ao divulgar-se esta notícia, uma vaga de estupefacção percorre o país. Neste contexto, o Partido Republicano assume o papel de verdadeiro defensor dos ideais nacionalistas e patrióticos, retirando à Monarquia qualquer base de sustentação ideológica relativamente ao Ultramar. No rescaldo deste choque provocado pelo *Ultimatum*, dá-se a primeira tentativa de implantação da República em Portugal: a revolta de 31 de Janeiro de 1891. Esta «revolução do Porto», embora malograda, pesou na consciência do desgaste a que tinham chegado as velhas instituições. As greves sucedem-se, com destaque para os anos de 1903 e 1907, os tumultos de rua tornam-se frequentes, organizam-se novas associações revolucionárias como a Carbonária, a questão colonial continuava a influenciar os ânimos. Nas vésperas da implantação da República efectuam-se famosos comícios na margem sul do Tejo, onde são proferidos discursos por figuras gradas do Partido Republicano: Magalhães Lima, Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho e outros, que não poupam elogios ao comportamento dos operários corticeiros do concelho. Nesta classe é certo que predominava o anarquismo e o socialismo. A propósito do «socialismo e ... socialistas», o correspondente de Almada no jornal *A Folha do Povo*, refere, em Agosto de 1966, «que nas últimas eleições alguns indivíduos que se diziam socialistas se juntaram aos republicanos servindo a sua política. O facto é tanto mais estranhável porque certos indivíduos que nunca foram republicanos se converteram a esse credo à última hora. Os socialistas que combatem com fervor os monárquicos e os republicanos não podiam auxiliar nem uns nem outros, sob pena de atraiçoarem os seus princípios. [...] Convençam-se os socialistas de uma vez para sempre, de que os burgueses só têm em mira tratar dos seus interesses e nada mais»¹⁴.

Em 1906, o maçom e republicano Magalhães Lima chega a presidir, na

Cova da Piedade, à sessão de inauguração do Centro Eleitoral Democrático «Elias Garcia», em cerimónia que decorreu no Teatro Garrett, liderada por Artur de Paiva e secretariada por Polónio Febrero e Soares Pinho. Alguns republicanos locais, ligados à Carbonária, farão parte da Comissão Municipal Republicana em Almada, por exemplo, os pequenos industriais corticeiros: Jaime de Amorim Ferreira e Polónio Febrero Júnior (militantes do Partido Republicano Português, activos elementos do Centro Eleitoral Democrático «Elias Garcia», e ambos filhos de encarregados das fábricas Rankin e Bucknall no Caramujo, respectivamente), mas com pouca ascendência no operariado corticeiro¹⁵.

Em 1907, o Governo de ditadura de João Franco e as prolongadas ausências do rei D. Carlos nas suas caçadas no Alentejo agravam ainda mais o descontentamento. Neste ano, em Março, ocorre uma rebelião estudantil, iniciada na Universidade de Coimbra, onde se reclamava a renovação dos estudos jurídicos e do sistema pedagógico da Universidade. Este movimento, reprimido pelo Governo de João Franco, alcança forte repercussão social, recebendo a solidariedade de várias agremiações do país, como a Associação de Classe dos Corticeiros do concelho de Almada, em 12 de Abril de 1907.

João Franco passa a governar em Ditadura, com a aprovação do rei D. Carlos, e as autoridades policiais perseguem e prendem os adversários políticos do Governo. Estas e outras medidas repressivas vieram a reflectir-se em Almada, com a publicação do decreto de 30 de Dezembro de 1907, que suspendeu as garantias democráticas e destituiu alguns vereadores da Câmara conotados com o Partido Republicano ou outras formações políticas hostis à Ditadura¹⁶.

Em Junho de 1907, é inaugurado o Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em Almada, com sessão solene presidida por Pedro de Melo, que participou no 31 de Janeiro de 1891¹⁷.

Com o assassinato do rei e do príncipe D. Luís, levado a cabo pela Carbonária, e executado por Manuel Buíça e Alfredo Luís Costa, em 1 de Fevereiro de 1908, e a queda do Governo de João Franco, é elaborado um relatório em Almada acerca dos acontecimentos que haviam conduzido à expulsão dos vereadores por força do decreto, atrás citado. Na sessão pública da CMA¹⁸, de 22 de Fevereiro de 1908, acabam por ser demitidos os vereadores nomeados pela Ditadura e readmitidos os que haviam sido

anteriormente expulsos, nomeadamente: Manuel Luís Fernandes, Tomás Venceslau de Carvalho Serra, Artur António Ferreira de Paiva, José Ricardo Domingues e Domingos João Araújo. No ano seguinte, entre os dias 16 e 21 de Abril, realiza-se o Congresso Nacional Municipalista, organizado pela vereação republicana de Lisboa, onde estão representadas 161 câmaras municipais. No dia do seu encerramento, o Centro Republicano «Capitão Leitão», de Almada, participa com cerca de oitenta alunos e estandarte no desfile infantil de apresentação de cumprimentos aos participantes no referido Congresso. Poucos dias depois, entre 23 e 25 de Abril de 1909, realiza-se em Setúbal, um congresso do Partido Republicano Democrático, onde são tomadas várias decisões, como a de derrubar pela violência o regime monárquico¹⁹, o que veio a acontecer no ano seguinte, a 5 de Outubro. Esta corrente política consegue a adesão de parte do socialismo e do anarquismo, «que viam no fim daquele regime e na implantação da República um primeiro passo para a sociedade que idealizavam, ou, de uma forma mais prosaica, esperavam que as condições económicas e sociais melhorassem»²⁰.

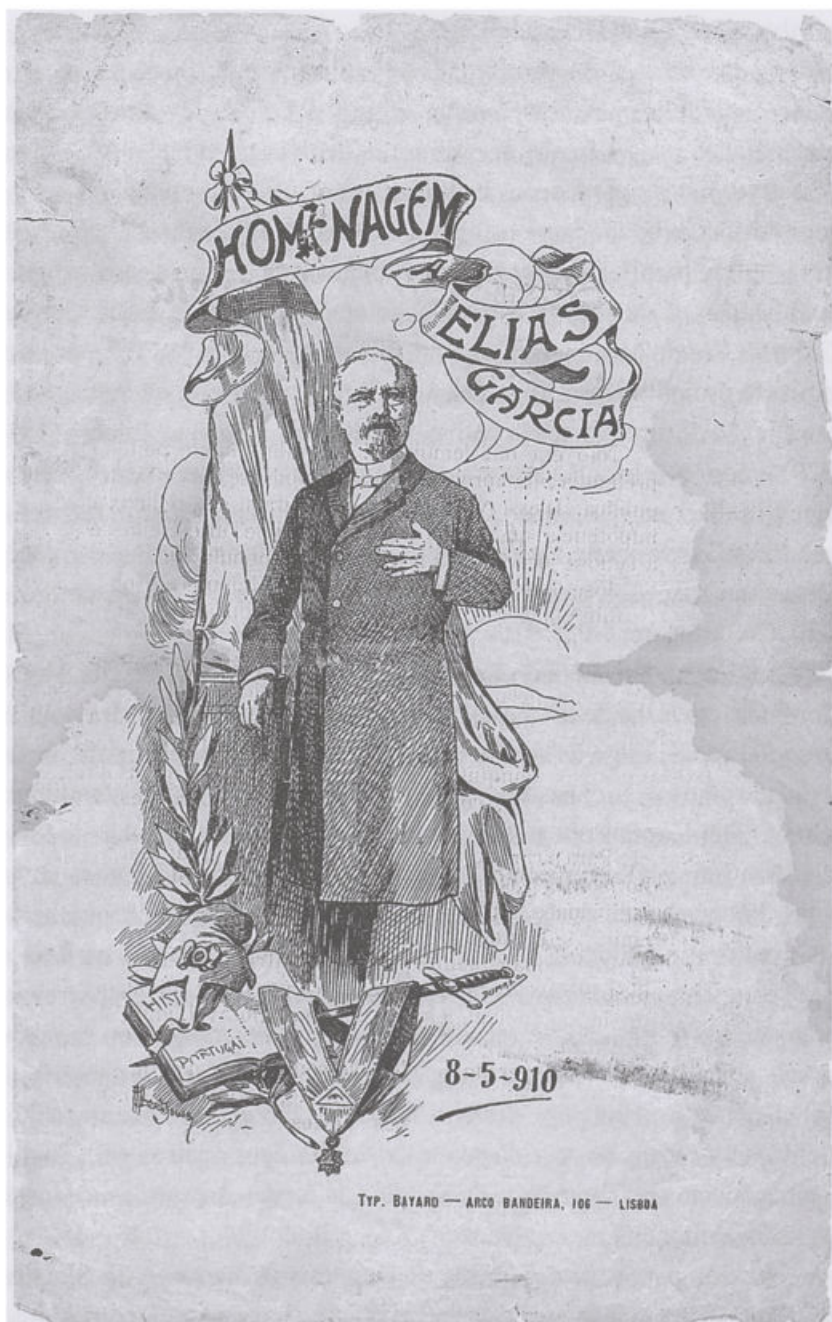
Dentro do PRP e no campo republicano coexistiam várias correntes e diferentes formas de luta. Chegavam os dias de tomada do poder. O Congresso de Setúbal, atrás referido, foi a primeira vitória da corrente revolucionária, contando com o auxílio dos republicanos carbonários e criando um comité civil e um comité militar para se preparar a revolução. Em 29 e 30 de Abril de 1910, novo congresso e nova investida dos radicais, com mais resultados: reorganizou-se uma comissão revolucionária²¹. O crescimento da facção que defendia a acção revolucionária era tal, que do Congresso saiu um novo Directório do PRP a quem foi confiado a missão de fazer a revolução. Eram seus membros efectivos Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Leão e Cupertino Ribeiro. Ao directório foi cometida a tarefa de um comité revolucionário, do qual faziam parte João Chagas, Afonso Costa, António José de Almeida e Cândido dos Reis. O tempo entre congressos «não deixou, porém, de constituir um profícuo período de gestação durante o qual a Carbonária trabalhou no sentido de aliciar, um pouco por todo o país, um vasto conjunto de elementos para a causa da revolução. Também a Maçonaria partilharia esse propósito, nomeando para o efeito, em meados de Junho, uma Comissão de Resistência que integrava, entre outros, José de Castro, Cândido dos Reis, Machado

dos Santos, António José de Almeida, Miguel Bombarda, António Maria da Silva e Francisco Grandela²².

Além das sessões de propaganda republicana e formação escolar de crianças e adultos, os dois centros «Capitão Leitão» e «Elias Garcia», referenciados mais à frente, organizam iniciativas de carácter evocativo e recreativo. Estas agremiações estruturantes do PRP procuram reforçar os laços de sociabilidade entre os agrupamentos republicanos e a população. Entre outras manifestações de propaganda ou de homenagem a figuras republicanas, é de referir a grande homenagem a José Elias Garcia²³, (Grão-Mestre da Maçonaria), natural de Cacilhas, levada a cabo por uma comissão promotora presidida por Artur António Ferreira de Paiva, com a distribuição de um folheto evocativo da autoria de José Feio Terenas (1850-1920) e com a colocação de uma lápide no edifício onde nasceu, com os seguintes dizeres: «Justiça ao Civismo. Os conterrâneos e admiradores de José Elias Garcia, nesta lápide fixam a memória eterna do ilustre cidadão. Nesta casa nasceu o grande educador do Povo em 31 de Dezembro de 1830. Colocada em 8/05/1910»²⁴.

A estrutura organizativa do Partido Republicano no concelho de Almada é formada, em Julho de 1909, pelos seguintes órgãos: as comissões políticas paroquiais de S. Tiago e Caparica e a comissão política municipal²⁵, órgãos destinados quase exclusivamente à propaganda eleitoral e à militância política. De acordo com a lei eleitoral, tinham direito de voto todos os cidadãos (homens) recenseados, maiores de 21 anos, alfabetizados ou que pagassem quaisquer contribuições num valor não inferior a quinhentos réis numa ou mais contribuições directas do Estado. Para a maioria da população, de poucos recursos financeiros, só era possível tornar-se eleitor se apresentasse no acto de recenseamento um documento comprovativo da sua alfabetização. Apesar do recenseamento não ser obrigatório, os republicanos procuravam exercer uma função cívica incentivando a população a recensear-se e disponibilizando os seus centros para auxiliar os cidadãos no preenchimento de boletins de recenseamento e na consulta das listas eleitorais²⁶.

A comissão paroquial do Partido da freguesia de Santiago de Almada é representada por cidadãos de diversas classes e camadas socioprofissionais, tais como: Galileu de Saúde Correia, José Manuel Antão, Manuel Dinis André, Manuel Pinto Soares, Vicente Pais Padrão, António Bernardino



Homenagem a Elias Garcia, em Maio de 1910. Capa do folheto da autoria de Feio Terenas.

Moreira, Arsénio Augusto Vitorino Quaresma, Guilherme António Pedroso, Joaquim Peças e Manuel da Graça. Em relação aos membros que compunham a comissão política municipal, de carácter electivo, surgem associados os nomes de Júlio César Magalhães, Jaime de Amorim Ferreira (secretário da comissão), Artur Ferreira de Paiva (presidente) e Adelino dos Santos. Alguns dos membros destes órgãos fazem oposição às vereações monárquicas, através da crítica e contestação, sobretudo na imprensa local, levando a substituições no executivo da Câmara. A título de exemplo, em Julho de 1910, João António Cerqueira (membro do Partido Progressista), então administrador do Concelho, é substituído por Narciso Alves Xavier (membro e líder local do Partido Regenerador), mantendo-se no cargo de presidente da Câmara Municipal o conselheiro Manuel Luiz Fernandes.

A administração local monárquica é acusada de inércia na gestão dos serviços municipais e resolução dos diversos problemas que condicionavam o quotidiano da comunidade local. O município de Almada encontrava-se numa situação financeira caótica, a iluminação pública da vila e do concelho era insuficiente, existia escassez de água, sobretudo no Verão, para abastecer as populações, as fossas e vales exalavam cheiros pestilentos, a acumulação de dejectos era um perigo para a saúde pública, a limpeza e as regas não existiam, o preço e a qualidade das carnes eram alvos de contestação popular, as estradas e azinhagas do concelho encontravam-se em estado deplorável, faltavam escolas municipais, a assistência municipal era ineficaz e insuficiente, o caciquismo local controlava as eleições e o recenseamento eleitoral, os serviços policiais não garantiam a ordem e a segurança pública²⁷.

A situação do país vai-se agravando dia após dia. O rei D. Manuel procura moderar a sociedade portuguesa, desde o Regicídio, pela chamada «aclamação», mas no seu breve reinado vê-se na contingência de nomear sete novos governos. As últimas eleições monárquicas, realizadas a 28 de Agosto de 1910, para a Câmara dos Deputados, dão a maioria ao Partido Regenerador, mas os republicanos ganham nos círculos de Lisboa e Porto²⁸. Apesar do alento dado à corrente legalista, eleitoralista e ordeira, pelo sucesso eleitoral, os revolucionários ganhavam poder. É enorme o entusiasmo gerado em Almada pelo acto eleitoral e pela vitória alcançada pela lista republicana.

O movimento revolucionário em Lisboa era irreversível, tendo em conta a conspiração militar e civil para o derrube do regime monárquico. No dia 2 de Outubro, o vice-almirante Cândido dos Reis reúne-se com oficiais republicanos, com a Alta Venda Carbonária e com o Directório do Partido Republicano Português, marcando os primeiros passos da Revolução para a noite seguinte.

Numa reunião ocorrida na Rua da Esperança, no dia 3, surgem hesitações, mas Cândido dos Reis declara que a Marinha prosseguiria o movimento revolucionário. Apesar das contrariedades entre os conspiradores, os líderes republicanos, como Afonso Costa, António José de Almeida, João Chagas, Pires de Carvalho, Malva do Vale (que trouxe as primeiras notícias para a vila de Almada), e Alfredo Leal, decidem avançar. Além da Marinha e do Exército, o movimento vai contar com alguns dirigentes civis e depois com a adesão de grande número de populares armados.

Marcada a revolução para a uma da manhã, os alvos são o Quartel-General no Largo do Carmo e o Palácio das Necessidades. Fora de Lisboa, ocorrem episódios de revolta, na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, em concelhos como Almada, Setúbal, Loures, Moita, Barreiro, Montijo e Seixal. Participam também nos acontecimentos os grupos carbonários da região. Com a aclamação da República em Setúbal²⁹, no dia 4, é ocupada a esquadra da polícia a que se lançou fogo, a Igreja do Coração de Jesus é assaltada e o Convento de Brancanes é igualmente pasto de chamas. Em Lisboa, a génese do plano é abandonada. Os republicanos fixam-se na Rotunda, onde organizam a defesa. São atacados pela Guarda Municipal, mas repelem o ataque. Do plano inicial só é bem sucedida a missão na zona oriental de Lisboa. O Quartel da Marinha, bem como os navios «Adamastor» e «S. Rafael» são tomados³⁰. Sabe-se do suicídio de Cândido dos Reis, chefe militar da revolução, o que desanima alguns republicanos. Mas Machado dos Santos e a Carbonária decidem continuar.

Aumenta a adesão popular e constroem-se barricadas. Ao fim da manhã as forças leais ao Rei, comandadas por Paiva Couceiro, atacam a Rotunda quer pelo Rossio quer pelo lado da Penitenciária, mas sem grande sucesso. Os navios «Adamastor» e «S. Rafael» bombardeiam as Necessidades, chegando a destruir com um tiro o Pavilhão Real. A família real foge para Mafra. A revolução para a mudança do regime parecia inevitável.



A alegria dos republicanos em Lisboa, no dia 5 de Outubro de 1910. (Col. AML/AF).

Os acontecimentos vividos em Lisboa e, em particular, o som das detonações, na madrugada de 3 para 4 de Outubro, põem em alvoroço as populações de Almada e seus arredores. O povo da vila sobe aos lugares mais elevados para acompanhar os factos que darão origem a uma viragem do regime.

A revolução estava iminente: ela aconteceria em 5 de Outubro de 1910 com a implantação da República. O 5 de Outubro foi um movimento da capital, «alargando-se no máximo a um arco de pequena dimensão em seu torno, onde se inclui Almada e Loures, que se pode prolongar até Setúbal e Alpiarça. No resto do País, o regime foi proclamado literalmente por «telegrama», na premonitória expressão de João Chagas, a mais brilhante pena de propagandista ao serviço dos republicanos. A República era a obra de uma minoria urbana activa, representada por uma frente de várias organizações, onde o elemento básico para a revolução foi a Carbonária, embora a direcção política pertencesse ao directório do PR, que não aceitou incluir qualquer elemento da Carbonária no Governo Provisório»³¹.

1.2.1. Centros republicanos

A criação dos centros republicanos transforma-se num dos principais pilares da acção do Partido Republicano Português.

No concelho de Almada, a acção do Partido Republicano Português foi também visível através das actividades políticas desenvolvidas, antes e depois da implantação da República, pelos cinco centros republicanos: o Centro Escolar e Eleitoral Republicano (1884), de Cacilhas; o Centro Eleitoral Democrático «Elias Garcia» (1906), da Cova da Piedade; o Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (1907), de Almada; o Centro Escolar Republicano Capariquense (1910); e o Centro Republicano da Trafaria (1911).

Os centros republicanos, abertos à comunidade envolvente, têm essencialmente objectivos políticos e partidários de propaganda dos valores ideológicos da República, servindo-se da escolarização da população para atingir esses fins³². Um dos aspectos mais importantes levados a cabo pelas agremiações republicanas foi o impulso dado à instrução popular, tendo deste modo o Partido Republicano Português contribuído para a luta contra o analfabetismo. O tema da escolarização, sempre presente nos discursos dos republicanos, cedo chegou à prática através dos centros escolares, cuja criação e organização era regulamentada pela Lei de 14 de Fevereiro de 1907. No entanto, o concelho de Almada não era dos mais atrasados



Alunos da Escola do C. R. Capitão Leitão, em 1908. (Col. A. Costa).

no desenvolvimento de instrução primária, como refere a vereação a propósito de um ofício do Sub-Inspector do Círculo Escolar de Setúbal, de 7 de Setembro de 1909, que «além das oficiais, tem outras escolas particulares subsidiadas por corporações e colectividades daqui, como são a Escola António José Gomes (então situada na Rua Tenente Valadim, da SFUAP, porque o seu edifício próprio, segundo o projecto do architecto Adães Bermudas, só foi inaugurada em 1911), a Escola do Centro Escolar Capitão Leitão, a Escola do Centro Elias Garcia, e outras da Associação de Classe dos Corticeiros e da Incrível Almadense, para as quais, por diferentes formas, os munícipes contribuem voluntariamente»³³.

Estas associações sem fins lucrativos vivem essencialmente das cotizações dos associados e das dádivas de protectores, amigos e simpatizantes e proporcionam o ensino a todos quantos frequentam os seus cursos escolares, havendo aulas diurnas para crianças e adultos e nocturnas só para estes. Por via da instrução e da educação, os republicanos visavam não só combater o analfabetismo vigente, mas ainda aumentar o número de pessoas recenseadas e, conseqüentemente, de eleitores e elegíveis. Para além deste trabalho meritório desenvolvido junto da população mais carenciada e menos instruída, os dirigentes locais organizam passeios, designadamente excursões terrestres e fluviais, saraus literários ou musicais, récitas, sessões de esclarecimento, conferências, comícios de propaganda, colaboram no recenseamento eleitoral e aproveitam a celebração de datas comemorativas para realizar festas de angariação de fundos.

Os centros disponibilizam literatura e jornais de inspiração republicana como importantes meios de comunicação para captar adeptos para a causa republicana, sobretudo nas principais cidades do país, estando à cabeça Lisboa, onde se concentrava a maior parte da população escolarizada e a opinião pública politizada³⁴. Periódicos como o *Mundo* de França Borges, *O Século* de J. J. de Silva Graça, *A Capital: diário republicano da noite* de Manuel Guimarães, a *Lucta* de Brito Camacho e a *Vanguarda: diário republicano independente* dirigido por Sebastião de Magalhães Lima, publicavam frequentes editoriais e manchetes sobre a decadência portuguesa.

Os fins destas associações prendiam-se, de modo geral, com a promoção da união entre os republicanos, com o incremento do civismo, patriotismo e humanismo, com a difusão da instrução entre os seus associados e filhos,



Festa da Árvore no Pragal, em Março de 1913. (Col. I.P.).

com a dinamização de eventos sociais, culturais e recreativos. Entre os cultos no ideário educativo encontrava-se a «festa da árvore» que obteve a adesão das entidades republicanas e do professorado primário, tornando-se numa das cerimónias cívicas com alguma expressão no quotidiano escolar³⁵. A par das aulas, realizavam-se sessões de divulgação cultural orientadas pelos mais prestigiados membros do PRP: professores, escritores e artistas. As preleções incidiam sobre história nacional, geografia, ciências naturais, literatura nacional, questões políticas nacionais e internacionais, além de outros temas relacionados com a vida quotidiana das populações³⁶.

Centro Escolar e Eleitoral Republicano, de Cacilhas

Em 16 de Março de 1884, foi fundado o Centro Escolar Eleitoral Republicano em Cacilhas (ver doc. n.º 1, em Apêndice Documental), com a presença de figuras republicanas, como o deputado Dr. Manuel de Arriaga, o jornalista Augusto de Figueiredo, do *Noventa e Três*, e Francisco dos Santos, delegado do *Club José Estêvão*.

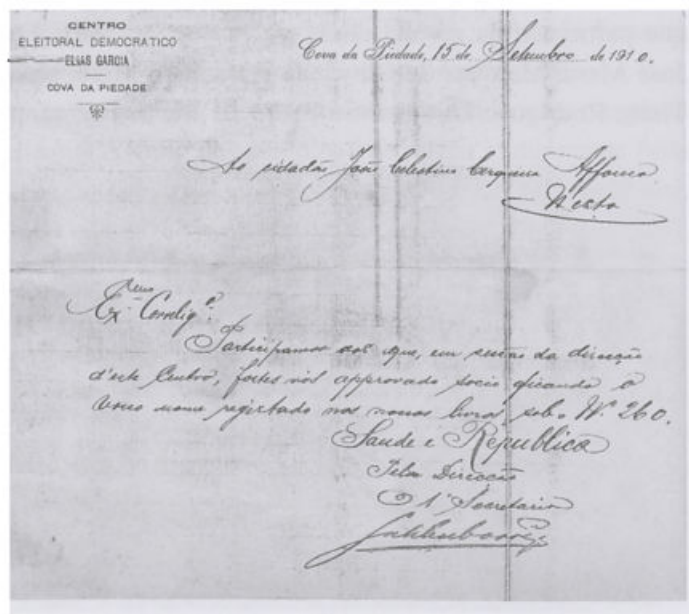
Com sede na Rua de Oliveira, em Cacilhas, o Centro tinha uma boa sala para sessões de esclarecimento, um gabinete de leitura com vários livros

e jornais, um gabinete para a direcção e outros espaços para o serviço da associação, todos mobilados com conforto³⁷. O Centro funcionou até os princípios da década de 1890.

Centro Eleitoral Democrático «Elias Garcia»

O Centro Eleitoral Democrático «Elias Garcia», fundado, em 22 de Julho de 1906, (ver doc. n.º 2, em Apêndice Documental), com a presença de Magalhães Lima no Teatro Garrett, na Cova da Piedade, tem como fundadores: Artur Ferreira de Paiva, o principal mentor desta agremiação, (administrador interino do Concelho, após a implantação da República), Galileu Saúde Correia e Jaime de Amorim Ferreira, (eleitos como presidente e vice-presidente da Comissão Municipal Republicana, respectivamente em 12 de Outubro de 1910), e Polónio Febrero Júnior que hasteou a bandeira deste Centro nos Paços do concelho na manhã do dia 4 de Outubro de 1910, Soares de Pinho e outros.

O Centro promove vários comícios, com destaque para a sessão, de 24 de Março de 1909, de propaganda republicana na Quinta dos Frades, aquando



Admissão do farmacêutico João Celestino Cerqueira Afonso como sócio do Centro Eleitoral Democrático Elias Garcia, em Setembro de 1910. (Col. Família Cerqueira Afonso).

da inauguração da sua bandeira, com a presença de muitos republicanos; ou para o comício realizado na Cova da Piedade, em 15 de Maio de 1910, em que António José de Almeida (1866-1929), um dos mais populares e aclamados dirigentes do PRP, enaltecia os ideais republicanos implantados na margem sul do Tejo, cujas povoações constituem uma «[...] indomável, embora calma e reflectida substância revolucionária que faz o substrato da alma das populações de Aldeia Galega, Alcochete, Moita, Seixal, Almada, etc., de toda esta vasta e ativa borda de água em que os corações pulsam com indómita bravura e os espíritos se abrem em confiadas esperanças»³⁸.

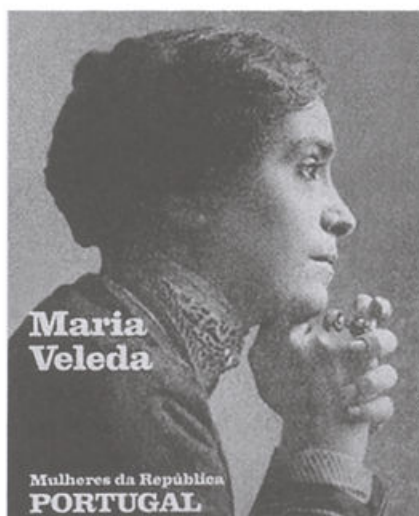
A actividade do Centro desenvolveu-se principalmente na instrução escolar de crianças e adultos, participação e organização de comícios sobre questões económicas e sociais do concelho.

Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»

O Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» realiza, em 16 de Junho de 1907, a inauguração da bandeira³⁹ e da sede⁴⁰, na Praça de Camões, 98, 2.º, em Almada. Presidiu à sessão solene Pedro de Melo, atrás citado, que participou na revolta de 31 de Janeiro de 1891. Foram secretários: José Maria Marques de Oliveira e Alexandre Mota, sendo oradores José Tinto, Rodrigues Laranjeira e Pedro de Melo. Fez-se uma romagem ao



Grupo Coral do Centro Capitão Leitão, em 1910.
(Col. Família de A. Fonseca Rodrigues).



Maria Veleda, professora e escritora, foi uma mulher pioneira na luta pela educação das crianças e os direitos das mulheres e na propaganda dos ideais republicanos. (Col. A. Flores).

cemitério da vila com deposição de flores nos túmulos de Augusto Maria da Silveira Júnior e José Maria de Oliveira, fundador da Academia Almadense, tomando a palavra Artur Leitão, Luís Resende e Juvenal Sacadura. O povo presente saudou à saída do cemitério Jerónimo Bravo e José Relvas, que ali foram igualmente prestar homenagem aos citados almadenses. José Relvas acabaria por ser nomeado presidente honorário do Centro Republicano «Capitão Leitão» que se acabava de inaugurar (ver doc. n.º 3, em Apêndice Documental).

Surgem nomes de dirigentes ligados a este Centro como: José Justino Lopes, Firmino da Silva, Raimundo José Moreira, António Branquinho, António Baptista Ferreira, Augusto Maria da Silveira, Artur da Fonseca Rodrigues, Manuel Parada, Raul Custódio Gomes e outros.

Estes centros criam na população a consciência da mudança e o espírito do regime republicano. A título de exemplo, é de referir a imponente festa inaugural da escola do Centro Republicano «Capitão Leitão», (ver doc. n.º 4, em Apêndice Documental), no domingo, de 27 de Outubro de 1907, nas instalações da antiga Ermida de São Sebastião, no cabo da vila de Almada. Dirigiu o evento o presidente da assembleia-geral deste centro, José Agostinho de Matos. Nesta festa de inauguração da Escola, presidida por José Relvas, discursaram as seguintes personalidades: João Chagas⁴¹, a professora e escritora Maria Veleda, Gastão Rodrigues, Bernardino Machado e José Relvas que encerrou a sessão pública⁴². Ou ainda, a sessão de propaganda realizada nas vésperas da implantação da República, no dia 2 de Outubro de 1910, em que foi inaugurado o retrato do Dr. Bernardino Machado e em que devia usar de palavra e inaugurar a nova bandeira o tribuno da República, o Dr. Miguel Bombarda⁴³.

O Centro Escolar Republicano Capariquense⁴⁴ surge após a implantação da República, em 13 de Novembro de 1910, fundado por Júlio Ricardo Domingues, João Rodrigues Lage, Francisco Luís de Oliveira, Joaquim Nicolau Nunes, José Ricardo Correia, João Pereira dos Santos, António Gabriel Pinto e José Duarte Victorino Júnior. A sua criação destaca-se no auxílio a alunos pobres das escolas primárias, na compra de livros e de vestuário, e logo que dispusessem de fundos iniciariam as aulas nocturnas.

O Centro Republicano da Trafaria foi fundado, nos princípios do ano de 1911, por Júlio César Magalhães, farmacêutico, e outros cidadãos daquela povoação.

NOTAS:

¹ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*. Almada: Câmara Municipal, 2003, pp. 27, 119, 120; Idem (coord.) e outros – *Imprensa Periódica de Almada, 1808-2008: guia bibliográfico*, Almada, 2008, pp. 14 e segs.

² Alexandre M. Flores – *O Corticeiro: o primeiro órgão cooperativo em Portugal*, Almada: Câmara Municipal, 2011, pp. 18 e 19.

³ António Ventura – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, Junho de 2000.

⁴ Dos periódicos publicados em Almada, ver, por exemplo, o *Puritano* (1889-1907), *O Corticeiro* (1899-1900), *O Correio do Sul* (1910). Até ao fim da 1.ª República foram publicados jornais republicanos, com destaque para a *Pátria* (1915), *Jornal de Almada* (1.ª série, 1916), e o *Despertar* (1922).

O jornal *Corticeiro*, não obstante o principal objectivo do órgão estar relacionado com a defesa do operariado, e com um ideário predominantemente socialista, reflecte, em vários artigos, um certo ideário republicano sobre o ensino ou a instrução, pelo método de João de Deus, o anticlericalismo e os direitos da mulher na sociedade contemporânea. Cfr. Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], quadro n.º 9, pp. 189-196; Idem – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 125.

⁵ Este partido resultou da fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista, em 1876, ano em que foi fundado o Partido Republicano.

⁶ José Miguel Sardica – «Rotativismo e Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa», in *Século XX*, Ed. Público; Célia Pinto do Couto e Maria M. Rosas – *O Tempo da História*, Porto, Porto Editora, 2004, pp. 119 e segs.

⁷ Com a chegada ao poder de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) em 1871, surgem os tempos de progresso, com a inversão da conjuntura económico-financeira, sentida nas décadas anteriores, que permitiu refazer novos equilíbrios políticos e relançar as obras públicas que a escassez de capitais tinha praticamente paralisado.

Com o fim da Guerra do Paraguai as remessas dos emigrantes brasileiros retomaram o seu fluxo normal permitindo que em 1874 o défice estivesse reduzido a metade do que fora alguns anos antes, quase desaparecendo. As deduções que se faziam nos ordenados dos funcionários públicos a título de imposto foram revogadas. Os fundos portugueses em Londres valorizaram-se em 75 % relativamente a 1870. Por todo o lado multiplicavam-se as instituições bancárias. O público acorreu a subscrever um grande empréstimo lançado para consolidar a dívida flutuante, mostrando que a confiança se restabelecera. Fontes Pereira de Melo empunhava, firme e tranquilo, o leme do Estado.

⁸ Em 1875 fundou-se o Partido Socialista que, ao contrário do Republicano, não conseguiu grande implantação no país. Em Almada, o Partido Socialista teve alguma expressão no operariado, com destaque para a classe corticeira.

⁹ Pedro Ventura – «A República e o conceito de Independência Nacional», in *O Militante*, Lisboa, n.º 308, Setembro – Outubro de 2010, p. 47.

¹⁰ António Reis – «Introdução», in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Publicações Alfa.

¹¹ Maria Alice Samara – «A questão social: à espera da “Nova Aurora”», in Fernando Rosas e M.ª Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, Lda., 2010, p. 152.

¹² Artur Ferreira de Paiva, comerciante no Caramujo, faz parte desde cedo dos órgãos da gestão municipal, ainda sob o regime monárquico. Fundador da banda filarmónica da SFUAP, e maestro da mesma, foi aluno e amigo fiel de António Taborda, que veio a desempenhar as funções de primeiro maestro da banda da Guarda Nacional Republicana a seguir à implantação da República. Como veremos mais à frente, Artur de Paiva é sócio fundador do Centro Republicano «Elias Garcia», na Cova da Piedade, a cuja direcção pertenceu. Com a República é nomeado administrador interino do Concelho; desempenhou as funções de vereador em vários mandatos, chegando a presidir, por duas vezes, ao executivo da Comissão Administrativa da Câmara. Ver tb. o capítulo 3. deste trabalho.

¹³ Nas páginas de *O Século* são descritas em 1890 manifestações desta natureza ocorridas no concelho de Almada nos dias: 16 de Janeiro – Almada, com cerca de 2.500 pessoas; 18 de Janeiro – Caramujo, com cerca de 500 pessoas, onde se comentava que os proprietários das fábricas inglesas tinham bombas de água prontas para quaisquer tentativas de incêndio; 19 de Janeiro – Caparica, por uma comissão de estudantes académicos, cerca de 20, que percorreu o lugar, dando vivas à nação; à noite, uma manifestação, acompanhada pela Filarmónica 1 de Julho, com grande aderência popular; 21 de Janeiro – Fonte Santa, pela Filarmónica 1 de Julho seguida de muito povo dando vivas a Serpa Pinto e Portugal. Cfr. *O Século*, Lisboa, 17, 19, 20 e 23 de Janeiro de 1890.

¹⁴ *O Puritano*, Almada, n.º 1544, 30 de Agosto de 1906. Os indivíduos que foram

socialistas ou monárquicos e se converteram, à última da hora, em republicanos, ficavam conhecidos por «adesivos».

¹⁵ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 256.

Segundo o bibliotecário-arquivista Luz de Almeida, fundador da Carbonária Portuguesa, nas povoações da margem sul do estuário do Tejo, estavam activos núcleos desta organização. Cfr. *História do Regimen Republicano em Portugal*, publicado por Luís de Montalvor, vol. II, Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1932; António Ventura – *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004; David Ferreira: «Carbonária», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. I, Porto: Liv. Figueirinhas, 1984, p. 481.

¹⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Janeiro de 1908, fls 57 v. e 58.

¹⁷ *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 16 de Junho de 1907.

¹⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Fevereiro de 1908, fls. 63 v. e 64.

¹⁹ Vasco Pulido Valente – *O Poder e o Povo*, 3.^a ed., Lisboa: Gradiva, p. 85.

²⁰ Maria Alice Samara – «O Republicanismo», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, Lda. , 2010, p. 74 e 75.

²¹ *Idem, ibidem*, pp. 75 e 76.

²² António José Queirós – «A 1.^a República (1910-1926): um ideal no seu labirinto», in CNCCR – *Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*, p. 33.

²³ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, Almada: Câmara Municipal, 1987, pp. 134 e 135.

²⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 27 de Abril de 1910, fl. 18 v.; ver doc. n.º , em Apêndice Documental.

²⁵ «Implantação da República em Almada» (texto de apoio à 20.^a Exposição Documental do Arquivo Histórico Municipal de Almada) [...], 2010, p. 4.

²⁶ Fátima Afonso – «O Seixal e a República», in *A República nos concelhos da Margem sul: actas do colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 133 e 134.

²⁷ *Idem*.

²⁸ A. H. de Oliveira Marques – *História de Portugal*, vol III, Lisboa, 1981, p. 49.

²⁹ Vasco Pulido Valente – *ob. cit.*, pp. 120 e 121.

³⁰ Carlos Manuel Valentim – *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano: o relatório das unidades que participaram na revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010.

³¹ António José Telo – «Sidónio Pais: a chegada do século XX», in *A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa: Ed. Colibro e IHC da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 12.

³² Era bem conhecida a «Lição de catequese de um professor da escola republicana:

Pergunta do Professor:

– Menino, sabes onde está Deus?

Resposta do Menino:

– Deus está no céu, na terra e em toda a parte.

O Professor de seguida, mandava o Menino abrir a gaveta da sua secretária e perguntava-lhe:

– Vê lá se o vês!

E o Menino respondia:

– Não vejo!

Então, o Professor argumentava que afinal Deus não estava em toda a parte.»

³³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 15 de Setembro de 1909, p. 154.

³⁴ Fernando Catroga – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 101; tb. citado por Manuel Valentim – *ob. cit.*, pp. 56 e 54.

³⁵ Estas festas, embora já existissem na Monarquia, (as primeiras foram realizadas em 1907, promovidas pela Liga Nacional de Instrução, associação ligada ao republicanismo e à maçonaria), só após a implantação da República receberam um notório incremento, tendo-se generalizado desde 1913. A partir de 1916, porém, entraram em declínio, e nem mesmo o impulso de que foram alvo em 1923, por iniciativa do então Ministro da Instrução João Camoesas, conseguiu inverter a situação. Cfr. Maria Cândida Proença – «A educação», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rolo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Ed. Tinta-da-China, p. 175.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 170.

³⁷ Silva Lisboa – «Festa republicana», in *O Século*, Lisboa 18 de Março de 1884.

³⁸ António José de Almeida – «União», in *Alma Nacional*, Lisboa, n.º 15, 19 de Maio de 1910, pp. 236 e 237.

³⁹ Acerca da bandeira e do estandarte do Centro Republicano «Capitão Leitão», recentemente restaurados pela Câmara Municipal de Almada e em exposição no Museu da Cidade, ver nota n.º 206, referente à biografia de Firmino da Silva, no 3.º capítulo deste livro.

⁴⁰ *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 16 de Junho de 1907.

⁴¹ A Família de João Chagas estava desde há muito relacionada com o concelho de Almada, conforme o assento de baptismo registado na Igreja de Santiago de Almada, em 9 de Outubro de 1866, n.º 78, fl. 44, pelo padre Tomé Luís Correia. Este baptizou Alice, filha legítima de Manuel Pinheiro Chagas e de Maria da Piedade da Silva Pinheiro Chagas, os quais foram baptizados e recebidos na Igreja de Santa Isabel da cidade de Lisboa, e residiam temporariamente no Caramujo, neta paterna de Joaquim Pinheiro Chagas e de Gertrudes Gomes Ramos, materna de Marco José e Natividade Silva.

⁴² «Festa republicana em Almada», in *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, n.º 6775, 28 de Outubro de 1907, pp. 1 e 2.

⁴³ José Alaíz – «Almada e a implantação da República: os dias decisivos de uma longa luta», in *República*, Lisboa, 24 de Outubro de 1968.

⁴⁴ «Vida republicana: inauguração do Centro Eleitoral Capariquense», in *O Correio do Sul*, n.º 45, de 20 de Novembro de 1910, p. 2.

CAPÍTULO 2

ALMADA NO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

2.1. Implantação do regime republicano

A consumação da implantação do regime republicano ocorre a 5 de Outubro de 1910 na capital. Todavia, algumas povoações se antecipam. Entre as da vanguarda encontra-se Almada¹, onde foi proclamada no dia anterior, tornando-se deste modo uma das primeiras localidades da Margem Sul, para além de Loures, onde a revolução triunfou. Sabe-se que o núcleo republicano de Almada era, pelo menos desde os finais da década de 1880, sólido e activo. Um dos principais e antigos actores políticos neste concelho foi Artur António Ferreira de Paiva, comerciante, músico, associativista, maçom e republicano convicto.

Manuel Parada, republicano, secretário da direcção do Centro Capitão Leitão, colaborador do *Correio do Sul* (Almada, 1910) e correspondente dos jornais da capital, como *O Mundo*, *A Capital* e *Paiz*, acompanhou pessoalmente o movimento. Recorda como foi a gloriosa madrugada de 4 de Outubro na vila de Almada e arredores. «Poucos minutos passavam da 1 hora da madrugada. Com natural ansiedade, do que ia passar-se, aguardávamos o início da revolução. Não tardou. Ouvimos os primeiros tiros, que deviam forçosamente partir dos navios de guerra surtos no Tejo. Acudimos à alameda do Castelo. Acompanhou-nos José Justino Lopes, Firmino da Silva, Frederico Frago e Arthur Fonseca, que encontrámos já na rua. A cidade de Lisboa aparece-nos iluminada e majestosa como sempre. Sentimos longe forte tiroteio. O sr. Joaquim Custódio Gomes, que encontramos na alameda, chamou a nossa atenção para uma pequena embarcação, cujo farol nos indicou levar o rumo de Cacilhas. A vontade enormíssima de conhecer pormenores, fez-nos encaminhar, pressurosos, para aquela localidade. Ao tempo juntava-se-nos o nosso correligionário Manuel André. Chegamos a Cacilhas. No cais defrontamos com alguns populares e correligionários nossos, que ali haviam ocorrido, excitados



Grupo de republicanos do Centro Capitão Leitão, de Almada. Reconhecem-se: José Justino Lopes, maçon, e Raimundo José Moreira. (Col. Família Moreira).

pelo tiroteio. Entre eles deparou-se-nos o ilustre deputado por este Círculo Feio Terenas, que havia vindo, em automóvel, de Setúbal, com o Dr. Leão Azedo e sua Exma. Esposa»².

A vontade destes recém chegados a Cacilhas seria a de atravessarem o rio e juntarem-se aos revoltosos da capital, mas, devido à falta de transporte, recolhem-se na casa do correligionário António Afonso Coelho, sita na Rua Carvalho Freirinha, à espera do despontar da aurora. Outras figuras do republicanismo da Cova da Piedade: Galileu Correia, Jaime de Amorim Ferreira, Joaquim Correia e António da Fonseca Mota, dirigem-se para a casa de Afonso Coelho. Aguardam-se notícias de Lisboa. Da capital chegam alguns partidários do movimento revolucionário. Entre eles, Júlio Vitorino dos Santos³, – que teve um papel destacado como revolucionário civil, chefiando um grupo de duzentos civis armados que tomou o Arsenal da Marinha –, Simões Raposo e dr. Malva do Valle, este ligado à direcção do Partido Republicano que, conjuntamente com Feio Terenas e Bartolomeu Constantino, discursam à *turba revolucionária*, incitando-a a incorporar-se no cortejo de proclamação da República, a partir de Cacilhas em direcção às fábricas do concelho, para que o operariado tomasse parte no movimento. Manuel Parada testemunha pessoalmente esses momentos:

«[...] Foi, então, que, com Galileu Correia, Jaime de Amorim Ferreira, Mário Guerreiro, Bartolomeu Constantino e outros, iniciámos o movimento

revolucionário n'este lado do Tejo, tomando o caminho da fábrica Symington & C.^a, a mais próxima do cais, e seguidamente o das fábricas Bucknall & Sons, Scholtz Bucknall e Hilário Pilo, da Margueira, onde os operários prontamente acudiram ao nosso apelo. À frente de uma multidão que, sem exagero, se pode calcular de 8.000 pessoas, passamos por Mutela, Caramujo e Cova da Piedade, d'onde se trouxe a bandeira do Centro Elias Garcia, vindo irmanar com a do Centro Capitão Leitão empunhada pelo seu presidente António Branquinho. Ao tempo já se haviam incorporado uma parte de executantes da Incrível e Academia Almadense, entoando o hino revolucionário. Também já haviam aderido os operários das fábricas Dundas, Wiborg & C.^a, V.^a A. J. Gomes & C.^a, Ranckins & Sons, etc. Dirigimo-nos para Almada, sem nunca termos encontrado a menor resistência e, atravessando toda a vila, no meio do maior entusiasmo e alegria, chegamos aos Paços do Concelho, onde foi hasteada a bandeira do Centro Elias Garcia, pelo cidadão Polónio Febrero Júnior»⁴.

Após este acto, Galileu Correia, Jaime de Amorim Ferreira e Bartolomeu Constantino discursam do alto das escadarias do edifício camarário. Ao ar subiam foguetes, enquanto era executada a *Marselhesa* pelos grupos musicais.

A multidão, que solta ininterruptas e estridentes vivas à República, dirige-se depois para a Administração do Concelho onde se desfralda a bandeira do Centro Capitão Leitão⁵.



Jaime de Amorim Ferreira no meio e os irmãos Febrero.
(Col. Eugénio Febrero).

Entretanto as forças militarizadas estacionadas na vila mantêm uma atitude de expectativa. Existia o Forte de Almada, com um pequeno destacamento de Artilharia, e o Posto da Guarda Fiscal de Cacilhas. Depois de proclamada a República nos Paços do Concelho, Manuel Parada e Raimundo José Moreira, companheiro da direcção daquele Centro, dirigem-se ao Forte para conferenciarem com João Baptista Henriques, então tenente almoxarife, para que fosse içada a bandeira verde-rubra, «que, por sinal, ainda na antevéspera havia sido inaugurada, bandeira que hasteámos no mastro do forte, ao som da *Portuguesa*, entre entusiásticos e comoventes vivas à Pátria e à República»⁶.

Tomam-se várias precauções, como a guarda das estações telegráfica e telefónica, existentes na vila, na primeira das quais foram cortadas algumas comunicações. O chefe do Grupo de Artilharia n.º 4, o major Soares Branco, compromete-se perante os delegados republicanos a manter a neutralidade, como também manda reduzir o número de praças do Forte de Almada.

Nesse dia 4 de Outubro, em que se vive algum receio quanto ao futuro político do país, pois em Lisboa a situação mantinha-se indefinida, as gentes de Almada vivem um ambiente de festa, queimando-se girândolas de foguetes. As bandas filarmónicas da Incrível Almadense, da Academia e da Sociedade Piedense percorrem as ruas da vila ao som dos hinos



Os revolucionários civis e militares na Rotunda. (Col. I.P.).



Revolução republicana em Lisboa: no acampamento, vendo-se Machado dos Santos e os seus ajudantes alferes Cabrita e tenente Azevedo. (A. C. Lima / B.P.).

revolucionários *A Marselhesa* e *A Portuguesa*⁷. O retiro jesuítico do Vale do Rosal é incendiado e o gado confiscado⁸, assalto que Galileu Correia e outros republicanos mais sensatos tentaram evitar.

Em Almada, no princípio da tarde daquele dia, e perante numerosa assistência, é criada «uma junta revolucionária, que se assenhoreou do edifício da Câmara»⁹, para gerir o concelho, da qual faziam parte, entre outros, Jaime de Amorim Ferreira, Júlio César de Magalhães, José Justino Lopes, Manuel Parada, Polónio Febrero Júnior e Galileu Correia.

Feio Terenas, deputado pelo Círculo de Setúbal, enviava um telegrama a António Maria da Silva, dirigente da Alta Venda Carbónica, que correu à Rotunda, na qual se entrincheirava Machado dos Santos, a anunciar as boas-novas de que a sul do Tejo, Almada e outros concelhos já tinham proclamado o novo regime. Como este herói da Rotunda viria a reconhecer, mais tarde: «a proclamação da República na madrugada de 4 deu um grande alento aos combatentes da Rotunda»¹⁰.

O 2.º tenente José Mendes Cabeçadas Júnior, no seu relatório do Livro de Serviço do Cruzador Adamastor, refere que naquela manhã fez sinal para o S. Rafael para salvar com 21 tiros, e içando-se a bandeira republicana. Pouco depois mandava a Cacilhas um sargento «com algumas praças buscar mantimentos que foram generosamente dados. Enviaram para bordo dois bois mortos e uma vaca viva que tinham sido apreendidos num convento assaltado»¹¹.

Em Cacilhas, aglomeram-se as pessoas para receberem mais notícias da capital. «[...] a embarcação ao serviço da armada, atracando ao cais de Cacilhas, lá ia para bordo dos vasos de guerra, que haviam rompido a revolução, provida de géneros, tais como pão, carne, bacalhau, tabaco, fósforos, etc.»¹². Também as pequenas lanchas a vapor, da carreira de Cacilhas, sobretudo o *Mimo*, do mestre Fernando de Castro, trazem notícias de bordo para terra.

Na madrugada de 5 de Outubro, muitos populares de Almada, estacionados nos pontos mais altos do concelho, observam as manobras navais. Nesta noite de vigília, todos os edificios públicos estão iluminados e nos Centros Republicanos reúnem-se os principais dirigentes com grande número de correligionários.

Ao romper da aurora os navios de guerra, que não aderiram de princípio ao movimento, arvoram agora a bandeira republicana. Cresce o entusiasmo da multidão. Uma força de doze marinheiros, atrás referida¹³, convidara a Guarda Fiscal de Cacilhas «a render-se, o que ela fez, abandonando acto contínuo o quartel, e içando-lhe a bandeira republicana. O povo aplaudira a marinha de guerra portuguesa, [...]. No Matadouro tinham sido abatidas duas rezes para esse fim. Do incêndio, a que o *Mundo* se referiu, em Vale do Rosal, salvaram-se diversos animais»¹⁴.

Entretanto, em Lisboa, na madrugada de 5 de Outubro, Paiva Couceiro conduz as suas tropas para o Jardim do Torel, de onde pode atacar a Rotunda. Porém tem poucas munições e o depósito destas, em Beirolas, está nas mãos dos republicanos. As tropas monárquicas estão divididas. Além disso, muitos confundem a bandeira branca levantada pelo Encarregado de Negócios da Alemanha, com a rendição do Rei e destroçam. A Monarquia fica sem soldados. Há a lamentar setenta e seis mortos, dos quais cinquenta e um civis, e feridos: cento e oitenta e seis civis e cento e vinte e dois militares.

Pela manhã de 5 de Outubro de 1910, José Relvas, Eusébio Leão e outros membros do Directório do Partido Republicano Português, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa e perante milhares de pessoas, proclamam a *República*.

Com a implantação do novo regime, os revolucionários formam um *Governo Provisório*, presidido pelo professor Teófilo Braga, que acumula essas funções com as de Presidente da República. Este *Governo*, – que



José Relvas fazendo a proclamação da República da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

depois iria preparar as eleições para a Assembleia Constituinte que elaboraria a Constituição de 1911 e elegeeria o primeiro Presidente da República constitucional: Manuel de Arriaga –, contava com os nomes de António José de Almeida, Afonso Costa, Basílio Teles (substituído por José Relvas), Correia Barreto, Azevedo Gomes, Bernardino Machado e António Luís Gomes (substituído por Brito Camacho). A sua constituição reflectia os equilíbrios do poder dentro do campo republicano. Iniciava-se a

1.ª República que se prolongará até 1926. Pelo telefone, todo o país se inclina perante a nova ordem. José Relvas, nas suas *Memórias Políticas* afirma, a propósito, que a aceitação da República fora tal que João Chagas pudera afirmar que «ela se proclamava em Lisboa pelas armas e se fizera no resto do país pelo telégrafo!»¹⁵. Em parte alguma houve qualquer tentativa de levantamento militar ou manifestação de protesto por parte de civis.

A Junta Revolucionária de Almada volta a reunir-se, a 5 de Outubro de 1910, nos Paços do Concelho, lançando na acta votos de regozijo e de saudação ao Governo Provisório, e decide mandar uma comissão dialogar com Eusébio Leão, Governador Civil da capital. Este manda arvorar, por telegrama enviado ao administrador interino do concelho, a bandeira republicana na Câmara e mais repartições públicas¹⁶. Os editais emanados do Governo Civil de Lisboa são afixados na vila e acatados pelo povo. «Os presos estão em liberdade. À noite iluminaram festivamente os Paços do Concelho, a sede da Academia



João Chagas. (Col. IP).

Almadense, cuja banda passeou pelas ruas de Almada e Cacilhas tocando a *Portuguesa*, acompanhada de muitos populares. No Centro Capitão Leitão houve reunião à noite, falando diversos oradores que aclamaram a República, aconselhando ordem e prudência. A referida filarmónica brilhou esta sessão. A vigilância aos edifícios públicos e à estação telefónica continua»¹⁷.

O republicanismo triunfa em Portugal. Almada, um dos primeiros municípios que na véspera de 5 de Outubro proclamam a República, fora um exemplo na viragem da História.

2.2. Primeiras medidas da administração municipal

A administração municipal estivera a cargo das autoridades administrativas de orientação monárquica. João António Cerqueira (membro do Partido Progressista), administrador do concelho, fora substituído, em Julho de 1910, por Narciso Alves Xavier (membro e líder local do Partido Regenerador), mantendo-se no cargo de presidente da Câmara Municipal de Almada, o Conselheiro Manuel Luís Fernandes. Esta e anteriores vereações monárquicas¹⁸ tinham sido alvo de crescente crítica e contestação pela oposição e propaganda republicanas. Os republicanos acusavam as gerências de inércia na gestão dos serviços municipais e na resolução dos diversos problemas que condicionavam o quotidiano da comunidade local.

Implantada a República, o regime constituído procura manter-se fiel aos princípios enunciados na sua campanha: o respeito pela tradição municipalista, considerada a base de toda a organização política; a instauração da democracia política e económica, pela subordinação do executivo ao legislativo e, na ordem económica, pela extinção das formas senhoriais de propriedade e pela promoção das cooperativas; a efectivação da laicização social através do combate à influência religiosa em todos os sectores da vida civil, nomeadamente no ensino e no registo civil. Nas câmaras municipais, eram substituídos todos aqueles que se encontravam à frente dos municípios. Eram eleitas as comissões paroquiais e municipais para a governação dos concelhos.

Em Almada, pelas 10 horas da manhã de 6 de Outubro de 1910, tomava posse do lugar de administrador interino do concelho, Artur António



Artur António Ferreira de Paiva. (Col. A. Flores).

Ferreira de Paiva, presidente da Comissão Municipal Republicana. Neste «acto da posse esteve presente o deputado Feio Terenas, acompanhado do seu filho e outros correligionários. Fez um brilhante discurso, sendo entusiasticamente aclamado»¹⁹. O republicano Artur Ferreira de Paiva, ao ser nomeado para, interinamente, exercer as funções de administrador deste concelho, colhia os maiores elogios da comunidade e da imprensa. *O Correio do Sul* referia, entretanto, que este cidadão não precisava de elogios e que «todos quantos

o conhecem e apreciam as suas altas qualidades de carácter e levantado patriotismo, receberam com a maior satisfação e alegria a notícia da sua nomeação para tal cargo»²⁰.

À noite, chegava à vila uma força de marinheiros, que foi alojar-se no Forte. A banda da Sociedade Filarmónica União Piedense percorria as ruas, tocando a *Marselheza*, acompanhada de muitos populares²¹.

No domingo seguinte, dia 9 de Outubro, os republicanos almadenses reúnem-se no Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada, para eleger as comissões paroquiais e municipal. O administrador interino, Artur António Ferreira de Paiva, recorda perante os associados dos centros republicanos locais que «se organizou neste concelho, na madrugada do dia 4 [de Outubro] uma junta revolucionária e, em nome do governo provisório da República, tomou conta da administração do concelho, de que tomou posse e entrou em exercício em 6 do corrente, em virtude do último administrador Narciso Alves Xavier, ter abandonado a Administração na manhã do referido dia 4»²².

Nesta reunião, sob a presidência de Artur António Ferreira de Paiva, são eleitos para gerirem provisoriamente os «negócios do concelho», as diversas comissões:



Galileu Saúde Correia e sua mulher. (Col. Família de G. Correia).

Câmara Municipal – efectivos: Jaime de Amorim Ferreira, Galileu da Saúde Correia, José Justino Lopes, Joaquim Peças, Florêncio Ricardo Domingues, Júlio César de Magalhães e Francisco de Oliveira; suplentes: António Maria Ribeiro, António Branquinho, José Custódio Gomes, Francisco Pinto Matos da Silva, João Rodrigues Lage, Polónio Febrero e Pedro Inácio Botelho.

Junta de Paróquia de S. Tiago – efectivos: Francisco Ribeiro, Manuel Dinis André, Polónio Febrero Júnior e António Joaquim Ferreira do Amaral; suplentes: Raul Custódio Gomes, José António de Sousa, João Jorge Tavares e Manuel Parada.

Junta de Paróquia de Caparica – efectivos: João Aleixo, João Luís Casaca, João Pereira dos Santos e José Victorino Júnior; suplentes: António Daniel Rodrigues, Isidoro Lourenço, Filipe Adrião e Júlio Augusto Nunes²³.

As nomeações são bem recebidas «porquanto os indivíduos que as compõem são considerados como cidadãos de reconhecida inteligência e mérito que, na sua maior parte, sempre trabalharam afincadamente, sem pouparem canseiras e sacrifícios pelo ideal republicano»²⁴. No rescaldo desta sessão, e pela noite de 9 de Outubro, a tuna Estribilho, com vários marinheiros e populares, percorre as ruas dando vivas à República. A banda da Academia Almadense, que regressava de Lisboa, aonde fora apresentar diversos cumprimentos, também abrilhanta musicalmente as ruas com militares e centenas de pessoas saudando o novo regime²⁵. São promovidas outras sessões de homenagem à proclamação da República, levadas a cabo no Centro Capitão Leitão, ainda neste mês de Outubro. Destas sessões compulsamos uma festa de fraternização democrática em que poderiam tomar parte todos os almadenses com ideais republicanos, com o seguinte programa festivo: «às 8 horas da manhã, salva de morteiros e foguetes; às 10 horas, almoço no vasto salão do Centro; às 2 horas da tarde, sessão solene, na qual fariam uso da palavra, entre outros, os correligionários Jaime de Amorim Ferreira e Galileu Correia; às 4 horas, concerto musical pelas excelentes bandas da Incrível, da Academia e da União Artística Piedense; às 9 horas da noite, baile que se prolongará até à meia-noite». As salas achavam-se ornamentadas com bandeiras, flores, verdura e quadros. Foram convidados os associados de todas as colectividades do concelho a assistirem a esta festa²⁶.

A junta revolucionária, na quarta-feira de 12 de Outubro de 1910, dá posse à Comissão Municipal Republicana. O acto reveste-se de «desusada imponência, sendo muito concorrido. Tomando assento a nova vereação, procedeu esta à eleição do presidente e do vice-presidente, sendo eleitos respectivamente os cidadãos Galileu da Saúde Correia e Jaime de Amorim Ferreira. Estas nomeações foram recebidas com extraordinário regozijo. Galileu Correia agradeceu a honra que lhe deram os seus colegas, considerando-a imerecida, referindo-se seguidamente ao estado caótico a que as vereações monárquicas fizeram chegar este concelho, onde os seus habitantes lutavam com a falta de água e iluminação pública, ao passo que o recenseamento eleitoral era escandalosamente viciado. Ao

terminar a sua brilhante alocação, levantou um vibrante viva à República, entusiasticamente correspondido pela assistência»²⁷. Seguiu-se depois a distribuição dos pelouros pela seguinte forma: *Contencioso, Instrução e Beneficência* – Galileu da Saúde Correia; *Jardins e Arvoredos* – Joaquim Peças; *Iluminação Pública* – José Justino Lopes; *Viação, Obras e Matadouro* – Florêncio Ricardo Domingues; *Fontes, Poços, Chafarizes e Incêndios* – Jaime de Amorim Ferreira; *Cemitérios* – Francisco Luís de Oliveira; *Sanidade Pública* – Júlio César de Magalhães²⁸.

Nesta sessão de quarta-feira tomam posse e entram em exercício as novas juntas de paróquia de Almada e Caparica, atrás referidas. Por proposta do presidente, são expedidos telegramas, a expressar votos pela prosperidade do povo e pelo novo regime, a Joaquim Teotónio Braga, presidente do Governo Provisório da República Portuguesa e a Eusébio Leão, Governador Civil do distrito de Lisboa. São ainda aprovadas outras propostas, como a do vereador Júlio César de Magalhães para que fosse exarada na acta de sessão os votos de sentimento pela morte do dr. Miguel Bombarda, do vice-almirante Cândido dos Reis e de todos aqueles que sucumbiram na revolução em prol da República; e a de Raul Custódio Gomes, membro da comissão paroquial republicana de S. Tiago desta vila, para ler um discurso redigido pelo escritor D. Francisco de Noronha²⁹. É marcado o dia de quarta-feira para as sessões camarárias.

São nomeados, respectivamente, novos regedores das freguesias de Almada e Caparica, José Malaquias e Joaquim Nicolau Nunes. O serviço de policiamento da vila é efectuado, não só pela polícia de Lisboa, aqui destacada, mas também por forças de marinha e artilharia que ainda permaneciam neste concelho³⁰. O palácio do Alfeite estava guardado por uma força de marinheiros, até que se procedesse ao respectivo arrolamento.

Acerca da municipalidade almadense, Galileu Correia, já empossado como presidente da Comissão Municipal Republicana de Almada, escrevia no *Correio do Sul*³¹, de 16 de Outubro de 1910, que a situação financeira do município estava tão caótica que, dificilmente, poderia ser equilibrada. Sobre esta Câmara «pesava uma enorme dívida, com reclamações constantes para o reembolso de parte dela sem recursos para o fazer. As vereações monárquicas [...] nunca tiveram dedicação a esta infeliz terra, votando tudo ao mais completo abandono, não criando nada de benefício

para o concelho, preocupando-se simplesmente com os processos de caciquismo para apanhar votos àqueles que, no recenseamento, eram metidos a seu belo prazer e com medo ainda que eles se desviassem do caminho que os caciques traçavam». Sobre as infra-estruturas existentes, Galileu Correia referia que a iluminação pública «é um escárnio», as águas têm sido desleixadas, as fossas e valas, com o seu cheiro pestilento, consequência da aglomeração de dejectos e outras sujidades, são de um constante e iminente perigo para a saúde pública; a limpeza e a rega não existem; o negócio das carnes constituía uma exploração ignóbil; «para o tão célebre e decantado colector da Piedade, nenhuma vereação cuidou da sua realização (não admira porque foi sempre considerada terra republicana, que não era incluída pelos caciques nos seus cálculos eleitorais), havendo só uma comissão que trabalhou para esse fim, trazendo a esta vila o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros José de Azevedo, então governador civil, para de perto *observar* o estado miserável desta terra, que *prometeu pela saúde dos seus filhos alguma coisa fazer*, mas nada fez. O Tanque das Lavadeiras na Romeira é uma obra urgente, e a vedação completa das águas das lavagens afim de obstar o seu infiltramento para o poço da água potável que lhe fica próximo, é indispensável; a instalação de mais escolas municipais é necessária, porque se não fossem as escolas particulares, como as dos Centros Republicanos «Elias Garcia», da Piedade, e «Capitão Leitão», em Almada, e a escola apoiada pelo falecido cidadão António José Gomes, reunindo só estas três, próximo de 250 alunos, a maior parte das crianças ficariam sem conhecimento das primeiras letras»³².

A assistência aos doentes continuava muito deficitária no concelho, «tornando-se de uma necessidade inadiável pedir aos médicos municipais o cumprimento integral dos seus deveres [...] tudo se encontra num descumprimento completo. Para se construir todo este edificio inteiramente desmoronado, é preciso tempo e com certeza não pode esta vereação dar o andamento necessário a todos estes trabalhos imediatamente, como era a sua vontade. Antes de tudo, cumpre a esta Comissão fazer um exame profundo e consciencioso a toda a escrituração da Câmara e dele dar conhecimento ao público. Em seguida deliberar qual a melhor maneira de resolver a enorme dívida que pesa sobre este município, trabalhando quanto possível, com a maior economia e moralidade, para o desfogo das finanças municipais, cortando o que for supérfluo, doa a quem doer»³³.

2.2.1. Propostas de resolução dos problemas do concelho (Outubro-Dezembro de 1910)

Nas sessões da Câmara, são aprovadas, no mês de Outubro de 1910, propostas de resolução de inúmeros problemas do concelho, dos quais destacamos os relacionados com os pagamentos das prestações, além dos juros de mora, à Companhia Geral de Crédito Predial Português; a nomeação de vogais efectivos e substitutos da Comissão do Recenseamento Militar deste concelho para o ano de 1911; a reabertura de uma antiga serventia no sítio das Terras da Costa; o restabelecimento do serviço de carroça para recepção de dejectos no Porto Brandão; proceder à avaliação dos bens arrolados ao convento de Vale do Rosal³⁴ e à sua venda, em hasta pública; providenciar a questão da falta do terreno para sepulturas no cemitério municipal³⁵; solicitar da respectiva repartição a cessão gratuita ao município de Almada da casa onde em tempos funcionava a escola do Alfeite para nela instalar a escola oficial do sexo feminino do lugar da Piedade; pedir ao Ministro do Fomento para que os técnicos do seu ministério mandassem levantar uma planta da povoação da Trafaria para por ela ser regulada a distribuição de construções e arruamentos naquela povoação; pedido de apreciação jurídica sobre o contrato que regulava o serviço do matadouro municipal, de modo a esclarecer dúvidas que ocorriam sobre a sua interpretação; estabelecer consultas médicas gratuitas aos pobres, pelos médicos municipais, nos lugares da Trafaria, Monte, Almada e Piedade, em dias e nas casas que oportunamente seriam indicados³⁶.

No mês de Novembro, a Câmara decide solicitar da autoridade administrativa do concelho a sua interferência para reaver a importância de cento e cinquenta mil réis que Narciso Alves Xavier, ex-administrador, recebera da firma Oliveira e Garrido, da Trafaria, e do Clube desta localidade, como donativos destinados a melhoramentos locais; proceder ao arrendamento de um terreno, com sete mil duzentos e noventa e cinco metros quadrados, no sítio da Romeira, próximo da Quinta do Alfeite, em hasta pública e por dois anos³⁷; encarregar o presidente da Câmara de, junto do ex-deputado por este Círculo, Feio Terenas, envidar os seus bons ofícios no sentido de ser satisfeita uma reclamação dos pescadores deste concelho contra o facto dos galeões exercerem a pesca numa área que só àqueles devia pertencer, estabelecendo-se que os mesmos galeões



Paços do Concelho da vila de Almada. (Col. A. Flores).

não passassem para o lado da terra o limite que vai do Cabo da Roca, pela Guia, direito ao Cabo do Espichel; mandar coligir, de acordo com o officio n.º 388, de 11 de Novembro de 1910, da Armada, as facturas dos géneros fornecidos pela Junta Revolucionária deste concelho ao cruzador «Adamastor» por ocasião do movimento que implantou o novo regime, a fim de serem pagas pela Repartição de Contabilidade da Marinha; solicitar da Capitania do Porto de Lisboa permissão para colher pedra nas praias de Porto Brandão e Trafaria, para reparação de caminhos e estradas do concelho; ouvir o sub-delegado de saúde acerca de umas grades que o delegado do Procurador da República pretende mandar colocar nas janelas das cadeias civis desta comarca, de modo a evitar a entrada de vinho para as mesmas cadeias; encarregar o vogal Júlio Magalhães de estudar o modo de se fazer o serviço de extinção de cães vadios, de maneira a evitar o espectáculo pouco agradável a que tem dado lugar o processo até agora empregado³⁸; considerar feriado, nos termos do art.º 2.º do Decreto de 12 de Outubro de 1910, o dia 1.º de Maio; nomeação de vogais efectivos e substitutos da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1911; instalação da Comissão Municipal de Saúde, nos termos do Decreto de 10 de Novembro de 1910; solicitar ao Ministro do Interior a

cessão gratuita de uma casa que existe na Quinta da Azenha, freguesia de Caparica, pertença do Lazareto, para instalação de uma escola; propor a dissolução da Mesa que dirigia os negócios da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da vila e indicar os nomes dos cidadãos que devem compor a futura comissão administrativa; solicitar do Governo o estabelecimento de uma caixa ou marco postal na povoação da Charneca e a nomeação do respectivo encarregado, bem assim de um distribuidor postal no lugar do Monte, sede da freguesia de Caparica e povoações circunvizinhas; redução de 90\$000 réis para 45\$000 réis na renda anual da casa onde funciona a escola oficial da Charneca; mandar proceder ao estudo de umas obras reclamadas pelo cidadão Júlio Augusto Nunes, em caminhos da Sobreda³⁹; consignar, na acta de 27 de Novembro, um voto de merecido elogio a alguns oficiais da Armada Portuguesa pelo papel importante que desempenharam na Revolução: capitão-de-mar-e-guerra António Ladislau Parreira, um dos responsáveis pela criação do futuro Arsenal do Alfeite⁴⁰, 1.º comandante do Corpo de Marinheiros; capitão-tenente Aníbal de Sousa Dias, 2.º comandante do mesmo corpo; capitão-tenente Tito Augusto de Moraes; comissário inspector Henrique da Costa Gomes; comissário de 1.ª classe Mariano Martins; capitão-tenente João Fiel Stochler, natural de Almada; 1.º tenente, imediato do cruzador «Almirante Reis», José Joaquim Marques da Silva Araújo; dr. Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá, director do Hospital da Marinha; comissário de 2.ª classe António de Azevedo Machado dos Santos; e os capitães-tenentes José Carlos da Maia, proprietário da Quinta de S. Pedro, no Pragal, e José Mendes Cabeçadas Júnior, «oficiando-se a estes heróis, significando-lhes a simpatia, o respeito e a admiração que esta corporação lhes tributa, interpretando deste modo o sentir do povo democrático deste concelho»⁴¹.

No mês de Dezembro, a edilidade aprova a decisão de agradecer publicamente a todas as colectividades, entidades e pessoas particulares que tomaram parte no cortejo que teve lugar no dia 1 de Dezembro de 1910, festejando a Bandeira Nacional, de acordo com a determinação do Governo Provisório em Decreto de 22 de Novembro; de deliberar a proibição de se fazer o depósito de lixos e estrumes junto das barracas onde se vendem frutas próximo do Largo da Lapa, em Cacilhas⁴²; de se proceder à transferência do funcionamento dos cursos nocturnos das escolas oficiais do sexo masculino de Almada e do Monte, respectivamente, para as sedes



Comité revolucionário da Marinha em Outubro de 1910. Em 1º plano da esquerda para a direita: Dr. Vasconcelos e Sá, 2º tenente Sousa Dias, 1º tenente António Ladislau Parreira, 2º tenente Tito de Moraes, comissário naval Costa Gomes, em 2º plano tenente Mendes Cabeçadas, Comissário Naval Mariano Martins, 1º tenente João Fiel Stockler, 2º tenente José Carlos da Maia, 2º tenente Silva Araújo. (Col. I. P.).

do Centro Capitão Leitão e Centro Escolar Republicano Capariquense; de consignar no relatório sobre serviços de saúde neste concelho o conveniente saneamento da povoação do Pragal que depende especialmente da construção de um colector, para evitar o serviço da carroça que percorre aquele lugar para receber os dejectos; de diligenciar junto do presidente do Governo Provisório, de modo a explicar o plano concebido pelo Ministro do Fomento de transformar num Parque Nacional, a mata do Alfeite; de oficiar os herdeiros do Duque de Albuquerque, pedindo-lhe para aceitarem a proposta que consta haver-lhes sido feita já, da venda de uns terrenos e rocha que possuem no sítio da Mutela, no qual o comprador se propõe adquirir esses terrenos até à altura do nível da rua, para em seguida edificar; de lembrar a todos os funcionários dependentes da Câmara, a fiscalização mais rigorosa sobre todos os serviços de que tratam os regulamentos das posturas municipais, especialmente aqueles que se referem a géneros alimentícios⁴³; de aditar ao pedido já efectuado ao Governo Provisório para que a Mata do Alfeite seja convertida num Parque Nacional, de solicitar a adaptação do palácio, ali existente, a um internato infantil ou creche;

de assegurar a presença de Galileu Correia, presidente, e Joaquim Peças, vogal, para representarem a Câmara na reunião que a Associação de Classe dos Operários Corticeiros vai realizar na sua sede, em 23 de Dezembro, para protestar contra os aumentos dos preços de géneros de primeira necessidade; de autorizar a arrematação a Francisco Pinto Matos da Silva, de Caparica, pelo preço de 70\$000 réis, as lamas e lixos que foram levantadas, no ano de 1911, das ruas e mais lugares públicos da referida freguesia, com exclusão das da povoação da Trafaria; de convidar os médicos dos partidos municipais do concelho para celebrarem nos diferentes lugares da freguesia a seu cargo, prelecções sobre higiene; de corroborar as atestações de pobreza, confiadas pelas Juntas de Paróquia deste concelho; de garantir a representação do Presidente da Câmara para diligenciar junto do Governador Civil várias questões, entre as quais, a fiscalização de géneros e produtos agrícolas expostos à venda para alimentação, especialmente, leite, carne e pão, não só quanto à sua qualidade, mas também em relação ao peso, ordenando aos seus subordinados o cumprimento rigoroso de todos os regulamentos e posturas referentes a estes serviços; de encarregar o vogal Júlio de Magalhães de conferenciar com o sub-delegado de saúde do Concelho acerca das condições em que se encontra o cemitério municipal desta vila e providenciar a falta de terreno para sepulturas; de encarregar o presidente de estudar o modo de se fazer a conversão da dívida desta municipalidade à Companhia Geral do Crédito Predial Português, por meio de um empréstimo contraído dentro do concelho⁴⁴.

Na tentativa de avaliar, *in loco*, as carências das populações locais, o presidente da Câmara, Galileu Correia, acompanhado dos vogais Jaime de Amorim Ferreira e José Justino Lopes, foram, poucos dias depois da implantação da República, à Caparica, a maior freguesia do concelho, a fim de avaliarem os vários melhoramentos a fazer na Trafaria, Costa e Charneca⁴⁵.

2.2.2. Toponímia republicana

Em Almada e nos restantes concelhos do país, com as mudanças de regimes, através de revoluções, os topónimos⁴⁶ vivem e morrem, são baptizados, desbaptizados e, às vezes, rebaptizados. De facto, nos finais da centúria de oitocentos, em plena crise política do regime monárquico, a

evocação de cidadãos ou acontecimentos relevantes da vida nacional surge com alguma frequência na toponímia. Já tinha sido assim com a ascensão do Regime Liberal, após a vitória do futuro Duque da Terceira sobre as tropas absolutistas comandadas pelo general Teles Jordão, em 23 de Julho de 1833, na Cova da Piedade, com a consagração daquele militar na toponímia do lugar, que passaria a designar-se «Largo Duque da Terceira».

O momento da implantação da República teve desde logo uma «febre» de intervenção na toponímia. Infelizmente, os republicanos almadenses mudaram alguns sinais ou memórias que faziam parte do património histórico do concelho. Nos nossos dias, ainda encontramos o uso de topónimos antigos em vez dos que foram impostos pelo regime republicano, e que não conseguem apagar a memória de gerações. É o caso da *Rua Direita de Almada*, designada na República por Rua Capitão Leitão, ou o *Largo da Piedade*, por 5 de Outubro de 1910.

A Câmara republicana de Almada, à semelhança das restantes edilidades do país, também tratou logo de mudar os nomes de algumas ruas da vila e de outras povoações do concelho, adoptando a toponímia à nova situação política.

A Comissão Municipal, a fim de homenagear a proclamação da República, o movimento revolucionário, os ideais e as figuras republicanas, procedeu a várias alterações toponímicas.

A primeira alteração na toponímia local ocorre na segunda sessão



Rua Capitão Leitão, antiga Rua Direita de Almada.



Vista Parcial do Largo 5 de Outubro de 1910, antigo Largo da Piedade.

republicana da Câmara Municipal, de 19 de Outubro de 1910, em homenagem a Francisco Ferrer. Por proposta de Jaime de Amorim Ferreira, vice-presidente daquela Comissão, deliberou-se que a rua ou avenida compreendida entre o Largo da Piedade e a esquina da Rua do Caramujo, geralmente conhecida pela denominação de *Avenida Dona Amélia*, passasse a denominar-se *Avenida Francisco Ferrer*, «devido à memória deste grande educador do Povo, dando-se cumprimento ao que dispõe o Regulamento do Registo Predial em semelhantes casos»⁴⁷.

A segunda evocação da República na toponímia, ainda ocorre em 26 de Outubro de 1910, com a apresentação de um ofício, datado de 9 de Outubro, dos cidadãos Manuel Maria dos Santos Parada e Raul Custódio Gomes, na Comissão Municipal, propondo a substituição de nomes de algumas ruas e largos do concelho. Deliberou a Comissão, em 26 de Outubro, por maioria de votos⁴⁸, que o *Largo do Monte*, na freguesia de Caparica, passasse a denominar-se *Largo Cândido dos Reis*⁴⁹; o *Largo da Piedade*, *Largo 5 de Outubro de 1910*; a *Rua Direita de Almada*, *Rua Capitão Leitão*⁵⁰; a *Calçada de Cacilhas*, *Rua Elias Garcia*; e a *Avenida Gomes Neto*, *Avenida Heliodoro Salgado*⁵¹.

Nas sessões de Câmara seguintes, são aprovadas outras alterações toponímicas. Por proposta do vogal Júlio César de Magalhães, deliberou a Comissão, na sessão de 6 de Novembro, que o Largo da povoação da

Trafaria, então conhecido por *Largo da Igreja*, passasse a denominar-se Praça da República⁵². Na sessão de 13 de Novembro⁵³, foi deliberado por unanimidade que a *Travessa* desta vila, conhecida por *Travessa de Francisco Inácio*, passasse a denominar-se Travessa Alfredo Costa⁵⁴, (cúmplice de Manuel Buiça no Regicídio de 1908); a *Travessa ou Escadinhas do Espírito Santo*, Travessa Manuel Buiça⁵⁵; a *Rua Direita de Cacilhas*, Rua Cândido dos Reis; a *Rua Direita da Mutela*, Rua Manuel Fevereiro⁵⁶; a *Rua Direita de S. Tiago* da vila, Rua Henriques Nogueira⁵⁷; a *Rua* ou *Estrada* que do Monte conduz às casas Velhas, na freguesia de Caparica, onde estava situada a Quinta da Formiga, «na distância entre esta quinta e a esquina do prédio onde bifurcam a estrada de que se trata e a Rua que conduz ao *Largo do Monte*, se denominasse Rua Alfredo Cunha»⁵⁸. Por proposta do vogal José Justino Lopes foram deliberadas, em 20 de Novembro, as seguintes alterações: a *Travessa do Açougue* da vila passasse a denominar-se Travessa Henriques Nogueira; a *Travessa* ou *Rua das Courelas* e a *Rua* ou *Azinhaga de Mata-Cães até ao entroncamento* da Rua Manuel Fevereiro (antiga Rua Direita da Mutela), passasse a denominar-se Rua José Fontana⁵⁹; a *Rua do Forno*, Rua Augusto Maria da Silveira⁶⁰; a *Rua* ou *Boca do Vento*, Rua Latino Coelho⁶¹; a *Rua da Barroquinha* ou *Barroca*, que do edifício da Administração do Concelho conduz à Rua Henriques Nogueira (antiga *Rua Direita de São Tiago*), Rua Trigueiros de Martel⁶²; «como homenagem

TRAFARIA – (Portugal)

Vista do Largo da Igreja

18-9-914



Largo da Igreja, designada depois por Praça da República, na Trafaria. (Col. A. Flores).

à grande Nação nossa amiga, nossa irmã, a República dos Estados Unidos do Brasil, fosse dado o nome de Avenida do Brasil ao Largo geralmente conhecido pelo *Largo do Catita*, estendendo-se esta denominação a toda a Rua que segue até ao Campo, porque, tendo esta corporação, fatalmente, num futuro mais ou menos próximo, de transformar um montão de casebres que ali existem numa ampla e bela avenida, a partir da Rua Capitão Leitão, esta avenida terminará nos terrenos que fazem parte do Campo de São Paulo, junto à rocha»; o «*Largo* denominado de *Praça Velha* passará a *Praça da República* e o *Beco de São Pedro* a travessa Latino Coelho». Por proposta do vogal Júlio César de Magalhães, foi deliberado naquela sessão denominar-se Rua 5 de Outubro «à rua da ponte à praia, antiga *Rua Larga*, na povoação da Trafaria, freguesia de Caparica». Na sessão ordinária da Comissão Municipal, de 27 de Novembro, por proposta de Júlio César de Magalhães, que foi aprovada por maioria, deliberou-se que a «rua da povoação da Trafaria, geralmente conhecida pela denominação de *Rua Direita*, passasse a denominar-se Rua Tenente Maia⁶³; e por proposta do vogal José Justino Lopes, aprovada por unanimidade, deliberou-se que «as ruas desta vila conhecidas pela *Rua da Lage* e *Calçada* ou *Rua da Barroca* passassem a denominar-se, respectivamente, Rua Rodrigues de Freitas⁶⁴ e Rua do Registo Civil»⁶⁵.

2.3. Greves no Caramujo

2.3.1. A República no meio da greve da fábrica de cortiça Vilarinho (Setembro-Outubro de 1910)

A poucos dias da Revolução, a capital fervilhava de agitação operária, com greves declaradas, manifestações e reivindicações dos corticeiros no Terreiro do Paço, dos tanoeiros, caixoteiros e descarregadores, colhendo a simpatia dos republicanos que viam na movimentação proletária uma forma de contestação e de enfraquecimento do regime monárquico.

Das vésperas da República até Novembro de 1911, o concelho de Almada vai conhecer um forte movimento grevista de carácter sectorial e geral na Fábrica Vilarinho & Sobrinho, com repercussão nacional⁶⁶.

Os operários recortadores daquela fábrica reclamavam, desde os princípios de 1910, aumentos salariais. Sentindo-se lesados nos seus interesses,

entendiam que o seu trabalho merecia ser mais bem remunerado⁶⁷. Os caldeiros reivindicavam o pagamento do serão por duzentos e cinquenta réis e, ainda, pediam para que fosse pago ao empilhador igual salário. Os padioleiros e rapazes dos braçados exigiam aumento de quarenta réis por dia. Os escolhedores de prancha reclamavam sessenta réis por dia. Os escolhedores de bocados e o pessoal de faxina pediam quarenta réis de aumento⁶⁸.

O gerente Luís Pereira Caldas (parente do conde de Silves) negava-se a atendê-los, valendo-se para tal de vários subterfúgios. Este impasse conduziu a uma reunião de operários na quarta-feira, 31 de Agosto de 1910. Insatisfeitos com a resposta da gerência, e ouvida a comissão, os padioleiros e rapazes dos braçados procuraram o encarregado da fábrica. Como este mantinha a posição do seu gerente, decidiram, pelas nove horas da manhã de quinta-feira (1 de Setembro), abandonar o trabalho.

Pela noite dentro daquele dia, os operários reuniam-se na sede da sua Associação, na Mutela, sob a presidência de José de Sousa e secretariada por Carlos Valério e Silvestre de Matos, onde protestavam contra «a ganância do industrialismo» e proclamavam a greve. A reunião terminou no meio de grande entusiasmo. Além da nomeação das respectivas comissões de vigilância, os grevistas pediam aos seus colegas corticeiros para não irem trabalhar para a fábrica, mantendo-se o princípio de solidariedade⁶⁹.



Operários das fábricas de cortiça, em greve, em direcção ao Terreiro do Paço, em Setembro de 1910. (Col. I. P.).

A greve do Caramujo (Almada), no decorrer do mês de Setembro de 1910, encontrava-se estacionária, estando longe de se preverem as suas consequências. O proprietário da fábrica, ausente no Luso por razões de saúde, parecia não se preocupar com a solução da greve.

Os corticeiros de Almada em greve distribuíam um manifesto⁷⁰ e uma circular⁷¹ por diferentes associações de classe no país, a fim de obterem recursos materiais para sustentarem a luta e poderem alcançar justiça nas suas reclamações. *O Corticeiro* pedia semanalmente às classes operárias que auxiliassem os grevistas, pois o «triunfo da sua causa era o triunfo de toda a classe operária»⁷².

Além da greve do Caramujo, vivem-se ânimos exaltados no operariado corticeiro do País devido à exportação da cortiça tanto em bruto como em prancha. Nos meados de Setembro de 1910 sucedem-se os embarques de muitos milhares de fardos de cortiça de Portugal e Espanha pela estação de Santa Apolónia, que era exportada pelo falido industrial José Villalonga, como agente da firma Berthon & Delibes, estabelecida na Catalunha. Em Silves, os operários tinham-se oposto à saída da cortiça em bruto⁷³. Em Lisboa, uma comissão da Associação dos Corticeiros do Poço do Bispo diligenciava com o Ministro do Reino, Teixeira de Sousa, para que este elaborasse uma lei que proibisse a exportação da cortiça em prancha, para minorar as dificuldades dos operários⁷⁴.

Vivia-se um surto de greves por todo o país, incidindo principalmente nas regiões de forte implantação operária da margem sul do Tejo, e entre os trabalhadores da cortiça do Alentejo e Algarve. Nas vésperas da implantação da República, em 28 de Setembro de 1910, a greve do Caramujo é suplantada pela greve geral dos corticeiros do País, esta devida à posição dos sucessivos governos em protelar a resolução da questão corticeira em torno da exportação de cortiça em bruto e recortada. Era a primeira vez que, em Portugal, uma classe trabalhadora se declarava em greve geral, no combate ao governo e aos industriais, «levando os corticeiros a primazia nos movimentos associativos devido à organização, que se não era muito completa, era talvez a melhor do país»⁷⁵. Esta primeira greve geral de uma classe profissional envolveu cerca de doze mil operários só na margem sul do Tejo⁷⁶, para além de outros profissionais dos sectores vidreiro e das tanoarias apoiados por trabalhadores de outras classes, que abandonaram o trabalho e manifestaram-se no Terreiro do Paço, em Lisboa.

O ministro Teixeira de Sousa, perante a atitude enérgica e resoluta dos corticeiros, cedia às reclamações, ficando suspensa, por portaria em Diário de Governo, de 1 de Outubro de 1910, a exportação da cortiça em bruto até à abertura do parlamento, excepto a cortiça em trânsito de procedência espanhola⁷⁷.

A greve na fábrica Vilarinho, do Caramujo, prolongava-se sem qualquer abertura por parte do conde de Silves. Nos finais de Setembro de 1910, uma comissão de corticeiros da Associação da classe composta por Guilherme Teles, José de Sousa e Manuel Carrasquinho procura o encarregado geral desta unidade fabril, Joaquim Caetano Veríssimo, a fim de saber se o industrial já tomara alguma resolução sobre o conflito laboral. A resposta foi a seguinte: que o patrão resolvera conceder cinco dias de trabalho por semana, mas mantendo os mesmos salários. A resposta, dada secamente, provocava forte indignação porquanto o industrial não só não atendia às reclamações dos operários como ainda lhes retirava um dia de trabalho por semana⁷⁸. Uma nova comissão de grevistas da Vilarinho dirigia-se depois ao escritório de Lisboa para ouvir a proposta do industrial: cinco dias de trabalho por semana ou seis dias com metade do pessoal, e em ambos os casos com os salários antigos⁷⁹. Para *O Corticeiro*, de 1 de Outubro de 1910, o conde de Silves queria vingar-se dos operários que instigaram a greve, em 31 de Agosto deste ano. Agora precisava só de metade do pessoal quando antes da greve nunca manifestou tal intenção⁸⁰.

Com a greve geral o conflito laboral no Caramujo complicava-se, não sendo fácil prever a marcha dos acontecimentos, visto que uma greve local fora sobrelevada por outra. Enquanto a greve geral iria parar, devido à resolução do ministro, a greve em Almada manter-se-ia de pé com a habitual solidariedade da classe operária⁸¹.

2.3.2. As greves após a implantação da República

Em Outubro de 1910, o País passa do regime monárquico para o republicano que, segundo o editorial de *O Corticeiro*, deixou os operários corticeiros estupefactos com a rapidez como se deram os acontecimentos. «Nós, que aqui temos mantido sempre alheios à política, continuamos a manter os mesmos princípios que temos professado, sendo intemerata e irredutivelmente sindicalistas, trataremos sempre de defender os interesses

económicos da família trabalhadora. É claro que nos regozijamos com a implantação da República, porque ela fatalmente terá de evolucionar num sentido progressivo e, portanto, será benéfica aos interesses dos trabalhadores. A questão política está resolvida, falta tratar da questão económica ou social, e essa, tarde ou cedo há-de ser tratada quando as circunstâncias o permitirem»⁸².

Persistia o impasse na fábrica do Caramujo. Após a última resposta patronal dada à comissão de grevistas, em fins de Setembro, a principal novidade, nas vésperas da Revolução de 5 de Outubro, foi o arrombamento do portão da fábrica Vilarinho & Sobrinho, facto que levou o encarregado Manuel Antão, munido de um revólver, a tentar opor-se aos assaltantes, conforme refere *O Corticeiro*. De imediato, o encarregado foi desarmado e, se a fábrica não ficou destruída, deveu-se à enérgica intervenção de alguns corticeiros mais moderados⁸³. Poucos dias depois, em 4 de Outubro de 1910, é proclamada a República em Almada, já referido neste trabalho, com grande adesão dos operários das fábricas do concelho.

No decorrer da Revolução, o jornal *O Corticeiro*, de 8 de Outubro de 1910, sugeria ao conde de Silves para ter bom senso de harmonizar o conflito, que se arrastava desde 1 de Setembro, «pois assim evitava-se algum dissabor sério, que convinha evitar a bem de ambas as partes»⁸⁴.

Após algumas semanas de expectativa, vividas nos meses de Setembro e Outubro de 1910, com um ou outro episódio local de revolta operária, a greve decorreu monótona, com o auxílio de diversas associações da classe. Em 22 de Outubro, *O Corticeiro* elogiava a greve do Caramujo, que acabara triunfante para os corticeiros⁸⁵.

No último trimestre de 1910, ocorreram outras greves no concelho levadas a cabo pelos corticeiros da fábrica Bucknall (Margueira), pelos tanoeiros de Almada (atendidos com a aprovação de uma tabela salarial), pelos operários da fábrica de moagens da Viúva de António José Gomes & C.^a (Caramujo) e pelos operários da fábrica de dinamite na Trafaria⁸⁶.

A afeição que os políticos republicanos tinham para com os operários, durou até rebentarem as greves após a implantação do novo regime. O operariado começava a sentir a posição dos republicanos na repressão das paralisações no país, apesar do direito à greve, introduzido pelo Decreto do Ministro do Fomento, de 6 de Dezembro de 1910 e, simultaneamente,

o direito dos patrões ao *lock-out*, no que ficou conhecido como «decreto-burla». A classe trabalhadora em geral, na qual se incluía uma parte significativa das associações de influência socialista e libertária, que se tinha alinhado para o triunfo da República, percebe o engano e desilude-se. As greves sucedem-se, incluindo greves gerais. Os republicanos consideram as greves focos de desorientação social, prejudiciais à economia e até atentatórias contra o novo regime. Em 1911, por iniciativa da Carbonária e de batalhões de voluntários, manifestam-se no Terreiro do Paço milhares de pessoas, «[...] protestando energicamente contra as greves, no actual período histórico»⁸⁷. A ideia dos republicanos é de uma República «que foi feita pelo povo e para o povo e, os sacrifícios d'agora terão a recompensa do futuro»⁸⁸. Na indústria corticeira, uma das mais importantes na economia nacional, os trabalhadores reforçam as suas reivindicações, procurando melhores salários e garantia dos postos de trabalho.

Em Almada, o industrial da Fábrica Vilarinho informava, em Agosto de 1911, que ia encerrar a sua fábrica no Caramujo, com a desculpa de que o projecto de Lei, em curso, contra a exportação da cortiça em bruto, no qual a classe corticeira estava a colaborar, lhe trazia graves prejuízos⁸⁹. Além do conde de Silves, outros industriais estavam dispostos a encerrar as suas fábricas, obedecendo a um plano que consistia na anulação do referido projecto de Lei e da respectiva fiscalização das cortiças⁹⁰. Os industriais viam os seus planos falhados, não obstante os esforços de dissuasão levados a cabo pelo seu representante parlamentar, José Jacinto Nunes. Apesar de todas as dificuldades, e como o Ministro das Finanças José Relvas se opusera tenazmente, desde Novembro de 1910, a que fossem revogadas as leis que protegiam o desenvolvimento da indústria rolheira, o patronato corticeiro utilizou um outro meio de combate contra a classe operária, ou seja, o recurso ao referido *lock-out*⁹¹. Pretendeu-se a provocação e a ira do operariado, assim como suscitar graves embaraços ao novo regime republicano e «lançar na fome desesperadora doze mil operários do país»⁹².

A classe corticeira de Almada, solidária e agitada pela sorte dos operários da Vilarinho, promovia duas reuniões ou comícios, no dia 22 de Agosto de 1911, uma pelas oito horas da manhã e, outra, cerca das vinte e uma horas, junto ao coreto, na Cova da Piedade. Neste dia, durante ou depois do segundo comício da classe operária, ocorreu um grande incêndio na

fábrica Vilarinho, que ficou totalmente reduzida a escombros. O momento em que deflagrou o incêndio e as suspeitas da sua autoria, originaram um dos maiores conflitos operários da República. Os industriais do sector corticeiro de Almada declaravam *lock-out*.

Após o grande incêndio na noite de 22 para 23 de Agosto de 1911, Raul Pires, administrador do concelho, dava ordem de prisão a Bartolomeu Constantino⁹³ e a outros suspeitos que participaram no comício da Cova da Piedade, sem provas dos factos concludentes. Perante a azáfama operária e a presença da força policial no Caramujo, a população almadense considerava uma infâmia as acusações que recaíam sobre os presos. O estado insurreccional do operariado aumentava na vila de Almada. O administrador deste concelho, rotulado de *ex-libertário* pela população operária, demite-se devido à pressão dos industriais junto do Ministro do Interior, ficando a vila entregue ao comando militar. No dia 28 de Agosto, o Governador Civil de Lisboa e a administração do concelho de Almada pediam aos industriais que abrissem as suas fábricas porque a ordem seria garantida. Os industriais anuíam, no dia seguinte, em abrir as suas fábricas, mas não readmitiam certos trabalhadores. No comício realizado naquele dia no quintal do Centro Republicano Capitão Leitão, os operários Eusébio



Os bombeiros combatendo os incêndios na fábrica da cortiça Villarinho, na noite de 22 para 23 de Agosto de 1911. (Col. I. P.).



Contestação dos corticeiros em frente da cadeia da Câmara de Almada, a fim de impedir que os operários presos fossem conduzidos para Lisboa, em 24 de Agosto de 1911. (Col. IP).

Duarte e Carlos Santos expunham à assembleia a proposta dos industriais e, após as intervenções de José Perdigão, José Tavares, Garibaldi, Francisco Carolino e Sebastião Eugénio, era aprovada a seguinte moção: «1.º Manter a solidariedade com todas as classes trabalhadoras; 2.º Não retomar o trabalho enquanto não forem atendidas as suas reclamações; 3.º Não admitir discussão sobre o assunto com qualquer entidade [...]; 4.º Ir comer onde houver, quando a fome a isso os obrigue, evitando sempre estragos»⁹⁴.

O movimento grevista revestia-se de três aspectos reivindicativos: a aprovação do projecto de lei contra a exportação da cortiça em bruto; a admissão dos operários do Caramujo sem trabalho; e o auxílio moral, material e jurídico aos operários presos na cadeia de Almada⁹⁵.

No dia 5 de Setembro de 1911, intervinha o novo Presidente do Conselho e Ministro do Interior, João Chagas, que oferece como solução empregar os grevistas não readmitidos em Almada em diversas obras no País⁹⁶. Nos dias seguintes prosseguiam as negociações entre o Ministro do Interior, os industriais e os operários.

A 10 de Setembro, a greve no Caramujo, que durava há cerca de vinte dias, chegava ao seu termo, com a aceitação da solução proposta pelo Ministro João Chagas.

Para *O Corticeiro*, de 17 de Setembro de 1911, o conflito laboral ocorrido no Caramujo, desde os meados de Agosto de 1911, e que dera origem a um dos maiores movimentos de luta operária da República chegara ao fim⁹⁷.

O Dr. João Campos Lima, advogado de defesa de Bartolomeu Constantino, Prudêncio dos Santos⁹⁸ e outros réus, conseguirá alcançar, em fins de Outubro de 1911, a liberdade dos presos, na sequência de um acórdão do Tribunal da Relação que anulava o processo-crime dos supostos incendiários da fábrica de cortiça Vilarinho & Sobrinho⁹⁹.

Os movimentos grevistas de 1911 e 1912, fruto de um movimento operário cada vez mais combativo, provocaram sérios embates entre o poder republicano que, de facto, tratou com violência os grevistas e os trabalhadores reivindicativos. Na repressão da «greve geral» de 1912 foram presas centenas de activistas operários¹⁰⁰.

Sobre a República, importa pois referir a relação complexa, várias vezes de convergência e outras tantas conflitual, entre o republicanismo e o mundo do trabalho.

2.4. Conflitualidade sócio-religiosa

A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 reabriu no país a questão religiosa iniciada na época pombalina e que permanecera durante a vigência do liberalismo monárquico oitocentista. Nos últimos decénios da monarquia Constitucional, a propaganda republicana sustentada pelos livres - pensadores reivindicava a laicização do Estado, da sociedade, da cultura e das consciências. Profundamente anticlericais, os republicanos, socialistas e anarquistas pretendiam diminuir a influência da Igreja na vida dos cidadãos, facto que exigia a separação entre a política e a religião¹⁰¹.

Ao compulsarmos os artigos com mediações doutrinárias na imprensa da época, como jornais almadenses *O Puritano* (1889-1902), *O Corticeiro* (1899-1900), *O Correio do Sul* (1910-1911), *a Pátria* (1915), *Jornal de Almada* (1.ª série, 1916), *o Despertar* (1922) e outros jornais de Lisboa, como: *Vanguarda* (1891-1910), *a Voz do Trabalho* (1899-1902), *O Século* (desde 1893), *O Mundo* (1910), é expressivo o anticlericalismo existente no concelho de Almada, sobretudo no meio proletário ligado à indústria de cortiça, de tecidos, de reparação e construção naval, de tanoaria, de moagem, incluindo também em menor escala, em diversas

profissões liberais, empregados de escritório, funcionários públicos, professores, lojistas e outros provenientes da pequena e média burguesia republicana. Em alguns artigos, sente-se algum ódio ao clero, inspirados pela propaganda libertária ou anarquista. Porém, a veracidade das diversas acusações e denúncias à Igreja Católica ou aos padres locais, (em especial, ao prior da Igreja de São Tiago de Almada, desde o final do século XIX até os princípios do XX), inseridas em artigos escritos assinados com pseudónimos, deve ser questionada com reservas, devido à ausência de resposta ou defesa do contraditório por parte do clero almadense, por causa da indiferença religiosa, sobretudo na classe operária, então com mais de dez mil operários¹⁰².

Nas vésperas da implantação da República, promovem-se conferências e comícios sobre a Igreja e os Jesuítas, com destaque para a palestra anticlerical realizada, em Fevereiro de 1909, pela Associação do Registo Civil no Centro Escolar «Capitão Leitão» pelo professor Eugénio Vieira¹⁰³, e o comício anti-jesuítico, em Agosto do mesmo ano, com vários oradores da capital¹⁰⁴. Naquele ano, a contestação anticlerical atinge o seu apogeu com a realização de uma grande manifestação em Lisboa contra o clericalismo e, em particular, contra o jesuitismo.

Em Almada, como nos restantes concelhos ribeirinhos da Margem Sul, verifica-se uma secularização crescente da sociedade, em menor grau nos núcleos ligados à pesca e actividades fluviais e marítimas, e um recuo da Igreja Católica, não obstante a sua forte implantação, sobretudo nos meios rurais do centro e do norte do país. O padre começava a sentir a concorrência do professor e do farmacêutico que veiculavam uma cultura secularizada. «A laicidade apresentava-se como um princípio positivo porque aspirava dar ao Estado a capacidade de impor o absoluto respeito pela liberdade de consciência e pela igualdade das diferentes confissões religiosas. Neste sentido, o clericalismo era a antítese da laicidade, e por isso existiu a oposição entre os livres-pensadores e o Estado católico, que não respeitava a liberdade de consciência, impondo o catolicismo como a religião de todos os portugueses»¹⁰⁵.

A 4 de Outubro de 1910, vive-se um movimento revolucionário em Almada. As bandas filarmónicas percorrem as ruas da vila ao som da *Marselhesa* e da *Portuguesa*, acompanhadas de multidões que dão vivas à Pátria e à República. Cometem-se excessos por populares mais

radicais. É o caso do assalto ao retiro jesuítico do Vale do Rosal que é incendiado e o gado confiscado, assalto que Galileu Correia, o primeiro presidente da edilidade almadense após a implantação do novo regime, e outros republicanos mais sensatos tentaram evitar. No entanto, os padres jesuítas conseguiram fugir, pois o sacristão da Igreja de N.^a Sr.^a do Monte de Caparica, Estevão José Figueira, ao ver um grupo de pessoas aproximar--se e apercebendo-se dos seus propósitos, apressou-se, por atalhos, a avisar os residentes do retiro¹⁰⁶. Dois dias depois, na manhã de 6 de Outubro, «uma força de marinheiros, sob o comando de um sargento, e muitos populares armados, dirigiam-se pela Cova da Piedade a caminho de Vale do Rosal. Consta que iam prender os padres que ali estavam refugiados. Voltaram às cinco horas e meia da tarde, trazendo uma junta de bois, dois suínos e uma muar que encontraram na Charneca de Caparica, pertencentes aos padres. Os animais ficaram na Abegoaria Municipal»¹⁰⁷.

Tendo sido arrolados os semoventes, atrás referidos, e um sino de bronze, que faziam parte dos valores existentes no Convento do Vale de Rosal, da extinta Companhia de Jesus, a Câmara delibera, em 19 de Outubro de 1910, mandar proceder à avaliação dos bens arrolados e à sua venda em hasta pública, por preço superior ao da avaliação¹⁰⁸. Porém, por ordem do Ministério da Justiça foi ordenado ao tribunal da comarca de Almada o arrolamento judicial de todos os bens pertencentes aos jesuítas, em 28 de Outubro daquele ano, e o trabalho judicial iniciou-se com a assistência do juiz substituto, em exercício, António Tomás de Carvalho Serra, Dr. António Xavier Abelho Laranjo, delegado da República, Joaquim Alves de Sousa Júnior, escrivão e Francisco António da Veiga, oficial¹⁰⁹.

Proclamada a República, o Governo Provisório levou a cabo uma política laicizadora, na sequência das ideias defendidas nas últimas décadas do século XIX. Afonso Costa, que sobraçara a pasta da Justiça, assinava, a 8 de Outubro de 1910, o decreto sobre a questão religiosa que punha em vigor as leis pombalinas (1759 e 1767) contra os jesuítas e a lei de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas em Portugal (1834). No entanto, uma das questões mais polémicas da República foi a Lei da Separação, de 21 de Abril de 1911, que retirava à Igreja Católica Romana o controlo sobre os ministros espirituais. Na perspectiva dos líderes republicanos, não bastava somente declarar a separação. Era

também necessário impor a liberdade religiosa, para que as confissões minoritárias pudessem obter um novo estatuto e decretar a neutralidade do Estado neste domínio. Punha-se fim ao catolicismo como religião do Estado e autorizavam-se outras confissões religiosas, desde que não ofendessem nem a moral pública nem os princípios do direito político português¹¹⁰.

Em Almada, por vezes, ocorriam alguns desacatos, protagonizados por



Chegada de Afonso Costa a Cacilhas, a fim de se deslocar ao Vale do Rosal. (Col. Benoliel, I.P.).



Afonso Costa, Ministro da Justiça, na Quinta do Vale do Rosal, em Março de 1911. (Col. I. P.).

anarquistas e republicanos mais radicais. Na madrugada de 9 de Outubro de 1911, um grupo de republicanos tomou de assalto a Igreja de S. Paulo e suas dependências, destruindo tudo à sua passagem. Foi ateadada uma fogueira com os castiçais e imagens pequenas, enquanto que as maiores depois de mutiladas foram lançadas do miradouro para o Ginjal. Mãos piedosas recolheram-nas no fundo da ravina, particularmente as de N.^a S.^a do Rosário, S. Pedro, S. Paulo, S. Domingos e S. Francisco¹¹¹. A Casa do despacho da Irmandade de N.^a Sr.^a do Rosário do Convento de São Paulo de Almada foi também sujeita a pilhagem e a destruição de livros, móveis e portas. «Além de pequenas imagens foi também destruído um presépio que pertenceu ao último prior de Santa Maria do Castelo, Joaquim Miguel de Oliveira Ferraz, e que era atribuído ao célebre escultor Joaquim Machado de Castro, autor da estátua de D. José»¹¹². A igreja de S. Paulo, que se achava na posse da paróquia de S. Tiago de Almada, foi arrolada em 1912, pela Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais ao abrigo da Lei da Separação. A igreja ficou encerrada até se constituir nela uma Comissão de Culto, retomando as suas funções em 1918¹¹³.

Um grupo de livres-pensadores propôs, em Outubro de 1911, a supressão da Igreja de N.^a Sr.^a do Bom Sucesso, em Cacilhas, com o objectivo de utilizar aquele edifício como escola primária, por não existir nenhum estabelecimento de ensino em Cacilhas e as crianças terem de percorrer grande distância para frequentarem a escola da vila¹¹⁴. Anos mais tarde, sucederá a mesma pretensão com o edifício da antiga capela de N. Sr.^a Mãe de Deus e dos Homens, situado no lugar do Pragal¹¹⁵. Àcerca das vantagens resultantes da cremação e inceneração dos cadáveres, a Direcção da Associação do Registo Civil pede à Comissão Municipal de Almada para que não só promovesse o assunto na comunidade local, como também fosse adquirido um forno crematório, tendo esta edilidade deliberado que iria proceder à aquisição do forno logo que a situação económica lho consentisse¹¹⁶.

Com a Constituição de 1911 que legitimou a separação entre a Igreja e o Estado, foi reconhecida a igualdade política e civil a todos os cultos e garantido o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes. Assim, a República separava religião da política, e o laicismo impunha-se na sociedade portuguesa, não obstante as fortes resistências que muitos sectores levantavam a um projecto essencialmente

sustentado pelos livres-pensadores. Ora, o espectáculo religioso devia ser substituído por novas ritualizações e simbolismos que contribuíssem para a formação do consenso social possível em torno das instituições republicanas. Lúcia de Brito na sua obra sobre a questão religiosa na primeira República, refere que a legislação republicana em matéria religiosa e, em particular, a Lei da Separação do Estado da Igreja, originaram uma verdadeira guerra religiosa, que atingiu a sociedade e o clero e que perdurou, pelo menos, até à ditadura de Sidónio Pais¹¹⁷.

No dia 6 de Março de 1914, o administrador do concelho interino, António Bernardo, em resposta ao questionário do Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação, do Ministério da Justiça, informava de forma lacónica que «o povo deste concelho de Almada vem traduzindo o seu absoluto indiferentismo no tocante ao culto religioso e, logicamente, não se deixa actuar pelo influxo da tradição católica, reclamando assim consciente e livre, não seguindo correntes sectárias ou odientas posições facciosas, nem tão pouco servindo-se das cerimónias litúrgicas como um meio fácil de gozo». Sobre a questão relativa à Lei da Separação, perguntava-se se a República seria prejudicada se aquela lei não sofresse qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo. Vejamos a resposta do mesmo administrador do concelho de Almada: «A modificação, pequena que fosse, feita à Lei da Separação, no sentido do restabelecimento do culto externo (procissões), afectaria sensivelmente o prestígio da República, porquanto tal facto provocaria protestos reclamantes que, certamente, degenerariam em conflitos gravíssimos, visto o povo deste concelho, na sua grande maioria, considerar a referida lei como a sua maior conquista».

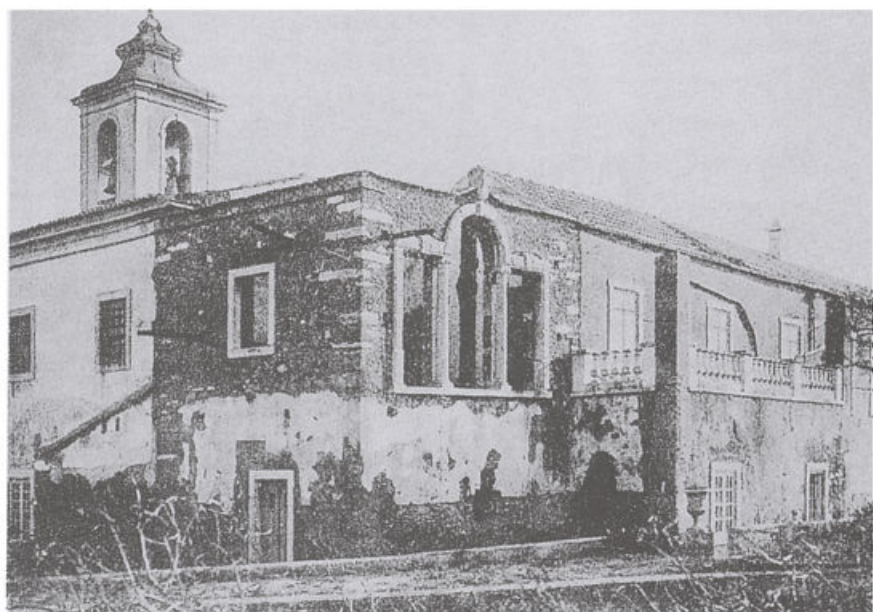
A outras questões para apurar se neste concelho foram expulsos alguns padres e por que motivo; quantas igrejas foram interditas ou outros aspectos mais relevantes sobre o assunto, o Administrador responde categoricamente: «Nenhuns padres foram expulsos, mercê das suas condutas boas e respeitadas perante as leis da República»; «há dois padres pensionistas que não têm sido perseguidos; «[...] as igrejas que não têm culto: Espírito Santo, Pragal, Misericórdia e S. Paulo (interdita); «atendendo à circunstância deste concelho ficar a 20 minutos de Lisboa e o grosso da sua população ser constituída por operários fabris, cuja orientação moral e mental acentua um antagonismo industrial com qualquer credo religioso, seja qual for o seu significado e alcance, seria sobremaneira grave para a



Manifestação anticlerical em Lisboa (Col. IP).

ordem pública e para o respeito e prestígio das actuais instituições a mais pequena vantagem que à Igreja Católica fosse facultada no propósito de lhes permitir e reconhecer qualquer esfera de denominação espiritual e politicamente absorvente que redundaria no retrocesso e na opressão»¹¹⁸.

Na conjuntura pós-revolucionária, um dos actos da política laicizada emanada pelo Governo Provisório foi que a lei «nacionalizava» a propriedade da Igreja, embora concedesse às corporações culturais as igrejas e as capelas para o exercício do culto religioso, assim como os paços episcopais e os presbitérios para residência dos bispos e dos padres, desde que eles respeitassem as leis da República. A Constituição proibia também a perseguição por motivos religiosos e retirava a religião do espaço público¹¹⁹. Nem sempre, porém, as disposições da lei eram respeitadas nos concelhos. Em Almada, a Junta de Freguesia, presidida pelo republicano Firmino da Silva, arrendava à Academia Almadense, em finais da década de 1910, por períodos de três anos, o edifício da Igreja do Espírito Santo (sem culto), então situado no «Largo Manuel Buíça», destinado a casa de teatro e a reuniões dos seus associados, cuja renda mensal de 25 escudos era paga na tesouraria da referida Junta¹²⁰. Na década de 1920, a Academia Almadense explorava neste edifício o espectáculo cinematográfico, conhecido por



O Convento de São Paulo em Almada, antes das obras de restauro, nos meados da década de 1930. (Col. A. S.).

«Animatógrafo do Pratas», o segundo cinema que existiu em Almada. Até 1942, ano da inauguração da nova sede-esplanada da Academia, realizaram-se no edifício da Ermida, mais conhecido depreciativamente por «Salão das Carochas», bailes de Micarême e outras festas para os seus associados¹²¹.

Na Lei da Separação do Estado das Igrejas, base da legislação laicizadora, a gestão da vida religiosa era, em princípio, confiada a associações culturais, de modo a garantir o culto público, mas apenas podia ser praticado durante o dia. As procissões e o toque dos sinos eram objecto de restrições na ordem pública. No entanto, várias famílias locais, nomeadamente em Cacilhas, começam a manifestar-se a favor do culto externo, como se depreende da intervenção do deputado António Francisco Pereira, em 25 de Outubro de 1910, na Câmara dos Deputados: «Sr. Presidente: peço a atenção para um assunto que vou expor, porque se trata duma alteração de ordem pública. [...] vemos, com pasmo que no concelho de Moita, por complacência do respectivo administrador, efectuou-se uma procissão que há muitos anos se não efectuava. [...] e o que é certo é que a chamada procissão da Senhora da Boa Viagem realizou-se contra o que determina o artigo 57.º da Lei da

Separação das Igrejas do Estado. Mas, em virtude deste facto, praticado no concelho da Moita, vai dar-se, se o Governo não intervier, um caso idêntico em Cacilhas, pois que o administrador de Almada também já publicou um edital convidando o povo a manifestar-se no sentido de se se deve ou não realizar uma outra procissão naquele concelho. É de calcular que isto afecte os sentimentos liberais do povo de Cacilhas, Almada e Arrentela. Chamo, portanto, a atenção do Governo para estas manifestações de culto externo que a lei proíbe». À interpelação do deputado Lúcio de Azevedo: «A Lei não proíbe», ouvem-se vozes: «Só se a ordem for alterada». Na sessão parlamentar, de 28 de Outubro daquele ano, o Ministro do Interior, Alves Pedrosa, intervinha nos seguintes termos: «Sr. Presidente: [...] tive informação que o ilustre Deputado sr. António Francisco Pereira fizera nesta Câmara algumas considerações a propósito da realização duma procissão na vila da Moita, e bem assim em relação a uma projectada procissão em Cacilhas. [...] começando por dizer que no meu Ministério se faz sempre cumprir as disposições das leis. Reportando-me ao caso especial da que se trata, devo informar que ao pretender-se realizar a procissão na Moita, recebi no meu Ministério várias reclamações para que não se consentisse a realização desse acto religioso. Tive em face do que se passava o procedimento que julguei ser aquele que deveria justamente adoptar. Foi ele o de deixar inteira e livre iniciativa a quem do direito tem a manutenção da ordem pública, que é o respectivo governador civil. (*Apoiados*). Nestas condições, Sr. Presidente, eu tive um entendimento com o Sr. Governador Civil [...] Nesta mesma orientação seguirei, como Ministro do Interior, para que em Cacilhas se cumpra estritamente a lei. Ficará ao Sr. Governador Civil a livre acção de conceder ou negar autorização para que se efectue a procissão, ficando S. Ex.^a responsável para comigo, pela manutenção da ordem pública. Tenho ainda mais a dizer, que em Cacilhas como na Moita, como em tantas outras localidades do país, é de uso realizarem-se festas e procissões fora dos templos. Sendo o nosso povo essencialmente católico, apostólico romano, não podemos deixar, em conformidade até com a própria lei, de permitir o exercício do culto, mesmo fora dos respectivos templos, logo que a ordem não seja alterada, e que se respeitem os costumes das respectivas povoações [...]»¹²².

Após dois dias do debate da questão da procissão de Cacilhas na Câmara dos Deputados e, ao fim de dez anos da implantação da República, a Igreja

desta povoação da margem Sul do Tejo retomava o antigo costume do culto exterior com a popular procissão de Nossa Senhora do Bom Sucesso no dia de todos os santos, dia das «sete panelas e meia», pois a fartura da comida tinha que chegar e sobrar para todos os que entrassem portas adentro de qualquer lar cacilhense»¹²³.

Esta e outras manifestações posteriores levadas a cabo pela Igreja Católica no concelho, não impediam, de quando em quando, manifestações anticlericais como sucedeu com a grande saudação «ao Dr. Afonso Costa, o vulto gigantesco da política republicana, o patriota insigne, que soube arrancar a Pátria às garras carnicieiras da reacção clerical», conforme notícia expressa pelo jornal *O Despertar: semanário do P.R.P. e defensor dos interesses da margem sul do Tejo*,¹²⁴ em Abril de 1922, para assinalar a passagem dos onze anos da promulgação da Lei da Separação do Estado e das Igrejas (20 de Abril de 1911).

2.5. Facções do Partido Republicano

Os republicanos almadenses acompanharam de perto a revolução e a acção do Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga. Apesar do seu curto mandato – pouco menos de um ano – a ele se ficam a dever as medidas mais inovadoras da I República. Eis algumas: lei da separação da Igreja e do Estado; proibição do ensino religioso nas escolas; expulsão das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens; introdução do divórcio; liberdade e igualdade dos direitos e deveres conjugais; escolaridade obrigatória até aos 10 anos; reorganização do ensino superior; direito à greve; substituição da bandeira e hino nacionais; substituição da moeda real pelo escudo. Neste governo salientaram-se os nomes de Afonso Costa na pasta da Justiça, António José de Almeida no Interior, José Relvas nas Finanças e Bernardino Machado nos negócios Estrangeiros. A Assembleia Nacional Constituinte, eleita em Maio de 1911, para além de ratificar as medidas do Governo Provisório elaborou e aprovou a Constituição republicana, em 21 de Agosto do mesmo ano. Após a votação da Constituição, a Assembleia elegeu o primeiro presidente da República Portuguesa – Manuel de Arriaga – eleito ao terceiro escrutínio com 121 votos, contra 86 do seu opositor, Bernardino Machado.

Na conjuntura pós-revolucionária, os republicanos do concelho de



Manuel de Arriaga, eleito a primeiro presidente da República Portuguesa, em 1911.
(J. Benoiel, A.A.R.)

Almada também acompanharam as políticas, as divisões e as lutas pelo poder, não ficando indiferentes à cisão da família republicana. Assim, nos princípios de 1911, assiste-se aos primeiros sintomas da divisão do Partido Republicano em Almada em dois grupos: os radicais, mais à esquerda, e os moderados, mais à direita, de tendência evolucionista. Entre os primeiros encontravam-se Artur António Ferreira de Paiva, Galileu Correia, Júlio César de Magalhães e Firmino da Silva, e entre os segundos: Jaime de Amorim Ferreira, Polónio Febrero Junior, Manuel Parada e José Manuel Antão.

As diferenças ideológicas entre as diferentes facções do Partido Republicano conduziram à referida desagregação deste em vários partidos: o Partido Democrático, que se considerava o herdeiro directo do extinto *Partido Republicano*, chefiado por Afonso Costa; o Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida, e o da União Republicana, de Brito Camacho¹²⁵.

Na verdade, ao compulsarmos as actas das sessões da Câmara de Almada, é perceptível, entre os republicanos, um clima caracterizado por



Afonso Costa, líder do Partido Democrático.

leva ao pedido de exoneração do vogal José Justino Lopes. Poucos dias depois, este vogal, que formaliza a sua demissão do executivo, aceita ser contratado para aferidor de pesos e medidas da Câmara. Em Fevereiro daquele ano, acentua-se a relação difícil entre os vereadores. Em Março de 1911, Jaime de Amorim Ferreira chega a pedir renúncia de vogal e a seguir recua. Nota-se que este líder republicano, da Cova da Piedade, é um dos principais desestabilizadores no interior do Executivo municipal, dando a entender que ambicionava o lugar de Presidente da Câmara, como veio a acontecer¹²⁶. Fora da Câmara também ocorrem episódios lamentáveis entre os republicanos, com destaque para a expulsão de Manuel Maria dos Santos Parada de

ambições pessoais, divergência de interesses, de opiniões e de posições políticas, o que contribuiu para a ruptura da coesão ideológica e o acirrar das lutas internas entre os vereadores da Câmara e destes com os organismos locais do Partido Republicano. As primeiras divergências entre os elementos da Comissão Administrativa da Câmara surgem entre o vogal Florêncio Ricardo Domingues e o presidente, Galileu Correia, na sessão de 26 de Dezembro de 1910. Uma tomada de posição do vice-presidente, Jaime de Amorim Ferreira, em 15 de Janeiro de 1911,



António José de Almeida, líder do Partido Evolucionista.

sócio do Centro Republicano «Capitão Leitão», de Almada, em Fevereiro de 1911¹²⁷, por ter defendido as greves dos corticeiros e tanoeiros de Almada ocorridas no último trimestre de 1910¹²⁸.

O PRP, também conhecido por Partido Republicano Democrático, foi de facto um partido de governo, nem sempre no Poder, mas dando o tom da vida política do País até 1926, mesmo quando foi apeado do Governo, como sucedeu, por várias vezes, em especial com Sidónio Pais. Em Almada, o poder municipal era exercido principalmente por militantes do Partido Democrático. Havia, entretanto, uma ou outra tentativa de coligação entre os militantes do Partido Democrático e do Partido Evolucionista, como sucedeu em 1916. Com a aproximação das eleições municipais, o Partido Democrático local apresentava aos evolucionistas deste Concelho, uma proposta para que se estabelecesse um entendimento entre os dois partidos. Os evolucionistas, reunidos em 21 de Outubro daquele ano, numa das salas da filial da Associação do Registo Civil na vila de Almada, amavelmente cedida para esse fim, apresentaram a seguinte proposta: «Os evolucionistas reunidos para apreciarem o caminho a seguir para a realização dos actos eleitorais futuros, não tendo, ao presente, elementos nem quem os oriente no caminho a seguir para a vitória partidária, resolvem pedir esclarecimentos a quem de direito os deve dar e só então resolverão». Esta proposta foi aprovada por unanimidade, ficando marcada nova reunião para outro dia e sendo nomeados os evolucionistas Manuel Parada e Carlos Alexandre dos Santos, para se avistarem com os representantes do Partido Democrático – reunidos no Centro «Capitão Leitão» – e lhes comunicarem que nenhuma deliberação fora até esse momento tomada. Em conformidade com aquela resolução tomada na sessão anterior, os evolucionistas voltaram a reunir-se, a 23 de Outubro, na Cova da Piedade, estando representados, como na última sessão, elementos das duas freguesias. Nesta sessão foi apresentada uma proposta pelo proponente Manuel Parada, republicano evolucionista e director do *Jornal de Almada*: «Considerando que é de toda a necessidade eleger-se uma Câmara que trate, não de política, mas de administração, cuidando unicamente dos progressos do concelho de Almada; considerando que devem ser colocados à frente do município, não indivíduos sem valor, mas homens de iniciativa e boa vontade, inteligentes, honestos, sabedores [...]; considerando que, sobretudo, na hora presente, é necessário afastar

da Câmara Municipal a preponderância da política partidária, com as suas rivalidades, as suas dissensões, os seus conflitos inevitáveis; assim, desejando que todas as forças vivas de Almada, dando-se aos homens bons do concelho, afastados dos partidos, uma representação que lhes é devida e à qual têm absoluto direito, e que à vereação se tire qualquer carácter acentuadamente partidário, tendo a honra de submeter à vossa apreciação a seguinte proposta:

«1.º – Que sejam escolhidos para vereadores, cinco evolucionistas, cinco democráticos e dois independentes, ficando estes nas presidência do Senado e da Comissão Executiva;

«2.º – Que, de harmonia com o acima exposto, a minoria não seja disputada por qualquer dos partidos, democrático ou evolucionista, a fim de dar lugar à representação, na futura Câmara, do partido socialista, que a tal propõe».

«Falaram depois, largamente, os cidadãos Jaime de Amorim Ferreira, Raimundo Ferreira, José Rodrigues Viana, José Manuel Antão, Carlos Alexandre dos Santos, José Maria Mourato, António Francisco Lopes,



Confraternização de republicanos almadenses no dia 5 de Outubro de 1911, no Jardim do Castelo. Reconhecem-se: Alexandre Bento Simões, marinheiro da armada, com a bandeira (presumivelmente, do Centro Republicano Capitão Leitão), Firmino da Silva, o último da 1ª fila, da esquerda para a direita e Raul Flores, o quinto também da esquerda para a direita. (Col. M. Fernandes).



Confraternização de republicanos almadenses, alguns dos quais antigos “revolucionários civis”, nos finais da década de 1930. Reconhecem-se: Firmino da Silva, António de Carvalho Louro, Carlos Sanches e Abílio Vieira (em 2ºplano da esquerda para a direita), Francisco de Almeida Carvalho e Júlio José d’Araújo (em 1ºplano). (Col. C. Guilherme de Sanches Almeida).

José Carlos de Melo, Manuel Parada e outros correligionários do partido republicano evolucionista. Depois de bem ponderadas várias circunstâncias, Jaime de Amorim Ferreira propôs à assembleia que esta se manifestasse a favor ou contra a coligação, resolvendo a mesma assembleia, por maioria de votos, não aceitar o acordo proposto pelo partido democrático, abstendo-se de concorrer às urnas»¹²⁹. Não é de estranhar a posição dos republicanos evolucionistas porque o Partido Democrático, nos concelhos em que tinha maioria, pretendia fazer acordo com os evolucionistas, dando a estes as minorias dos municípios e conservando para si as respectivas maiorias...

Em Julho de 1918, vários republicanos reúnem-se no Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», formando uma comissão para proceder à reorganização daquele Centro. A comissão era composta por: Gil Gonçalves, José Justino Lopes, José Carlos de Melo, Thomaz António de Serra e Moura, Eduardo José Gonçalves Pina, António de Carvalho Louro, Adelino Diniz, António Marcelo Simões e José António de Sousa¹³⁰.

A última força política da esquerda na primeira República foi a «Esquerda Democrática» de José Domingues dos Santos, autonomizada em 1925 e, da direita, a «União Liberal Republicana», fundada por Cunha Leal em 1926. Filiado no PRP, José Domingues dos Santos, político, advogado e jornalista¹³¹, pugnou no Parlamento, no diário *A Tribuna*, em conferências e reuniões políticas, pelo cumprimento do programa desse partido, mais adequado a princípios mais consentâneos com o bem-estar social e com a prosperidade moral e económica do povo. Dessa orientação resultou a cisão partidária, ficando José Domingues dos Santos a chefiar a referida ala esquerda que constituiu novo partido, a «Esquerda Democrática», com larga representação no Parlamento, que se dissolveu em 1926¹³². Segundo Oliveira Marques, o porta-voz deste partido era agora o jornal *O Mundo*, «que alinhou declaradamente com a política de José Domingues dos Santos e do seu grupo de “canhotos”, e aplaudiu até, de certa maneira, a revolta militar de 28 de Maio de 1926, embora não tardasse a enfileirar com os opositores à Ditadura»¹³³.

Em Almada, identificamos um número significativo de republicanos que deixaram de se identificar com a ortodoxia do Partido Democrático, assumindo posições mais radicais em relação à linha oficial deste Partido. Alguns destes republicanos vão aderir depois à «Esquerda Democrática». Em 1926, a comissão municipal da «Esquerda Democrática», de Almada, era constituída pelos seguintes dirigentes efectivos: Firmino da Silva, presidente; António Gonçalves, secretário; Aníbal Augusto Sequeira; e pelos substitutos: António José da Costa, Jaime Ferreira Branco, José Jacinto Cordeiro, Francisco Caetano Dinis e David Luís. A comissão paroquial da «Esquerda Democrática» compreendia os seguintes dirigentes efectivos: João Pedro de Jesus («João Flautim»), presidente; Manuel Baptista, secretário; Simão Veloso, tesoureiro; Joaquim Madeira e Guilherme Coração, vogais; substitutos: Francisco da Silva, António J. Monteiro, Manuel Guilherme Moreira, Viriato Kerke e Alfredo Torres¹³⁴.

NOTAS:

¹ *A Capital*, Lisboa, 4 e 5 de Outubro de 1910; *O Mundo*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910; *O Século*, Lisboa, 4 e 5 de Outubro de 1910; *Paiz*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910; *O Correio do Sul*, Almada, 30 de Outubro de 1910; *Idem*, 5 de Outubro de 1912; *A Pátria*, Outubro de 1915; *Jornal de Almada*, Almada, 5 de Outubro de 1916.

Ver entre outros trabalhos: Júlio Victorino dos Santos – *Notas verídicas. Apontamentos para a História da Revolução*, Lisboa: Typographia de António Maria Antunes, 1911, p. 7; Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, Almada: Câmara Municipal, 1978, pp. 174-176; Reinaldo Varela Gomes – «Recordando a implantação da República em Almada», in *Literatura Actual de Almada: antologia*, org. de Fernando Miguel Bernardes, Almada: Câmara Municipal, 1998, pp. 716-721.

² [Manuel Parada] – «Como se proclamou a República em Almada: notas d'um republicano», in *O Correio do Sul*, Almada, A. I, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2; *Idem*, 5 de Outubro de 1912, p. 2; Manuel Parada foi, mais tarde, director do *Jornal de Almada*, 1ª série, em 1916 e 1917.

³ Ver doc. n.º 12, em Apêndice Documental.

⁴ Ver nota n.º 2.

No *Correio do Sul*, de 5 de Outubro de 1912, Manuel Parada refere que foi o cidadão João Avelino de Queirós que hasteou a bandeira do Centro Elias Garcia nos Paços do concelho.

⁵ *O Século*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910.

Segundo Manuel Parada, no seu artigo publicado no *Correio do Sul*, de 5 de Outubro de 1912, foi o cidadão Polónio Febrero [Júnior] que hasteou a antiga e já esfarrapada bandeira do Centro Capitão Leitão «a primeira que apareceu na rua nessa madrugada».

⁶ *O Correio do Sul*, 5 de Outubro de 1912, p. 2.

⁷ *O Século*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910.

⁸ *A Capital*, Lisboa, n.º 96, 5 de Outubro de 1910, p. 1; *O Século*, Lisboa, n.º 10351, 6 de Outubro de 1910, p. 6.

⁹ *O Correio do Sul*, 5 de Outubro de 1912, p. 2.

¹⁰ Machado dos Santos – *A Revolução Portuguesa, 1907/1910*, introd. de Joel Serrão, Lisboa: Assírio & Alvim, 1982.

¹¹ Relato da «Cópia do Livro de Serviço do Cruzador Adamastor», elaborado por José Mendes Cabeçadas Júnior, in Carlos Manuel Valentim – *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano: relatório das unidades que participaram na Revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010, p. 153.

Este autor também se refere ao relato dos acontecimentos do cruzador D. Carlos, que recebeu géneros da população de Cacilhas, no movimento revolucionário, elaborado por José Joaquim M. da Silva Araújo. Cfr. Carlos M. Valentim – *ob. cit.*, pp. 165-167.

¹² *Idem*, p. 2.

¹³ Carlos Manuel Valentim – *ob. cit.*

¹⁴ *O Mundo*, Lisboa, 5 e 6 de Outubro de 1910, p. 1.

¹⁵ José Relvas – *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, 1977, p. 159.

Como curiosidade literária e política, já o nosso Eça de Queirós, em *Os Maias* (1888), escrevera na voz do personagem, João da Ega: «Lisboa é Portugal [...]». Fora de Lisboa não há nada. O país está todo entre a Arcada e S. Bento». Cfr. Eça de Queirós – *Os Maias: episódios da vida romântica*, p. 170.

¹⁶ AHCMA – Registos de entrada da Administração do Concelho, n.º 775, 7 de Outubro de 1910.

¹⁷ *O Mundo*, Lisboa, 6 de Outubro de 1910.

¹⁸ Nas vésperas da implantação da República, o executivo da Câmara era constituído por: Manuel Luís Fernandes (presidente), Tomáz Wenceslau de Carvalho Serra, Joaquim Augusto Magão, Raimundo Francisco da Silva, José Marques Casimiro Gomes, José Correia, José Ricardo Domingues (vereadores). Cfr. AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 29 de Setembro de 1910, p. 5.

¹⁹ *O Mundo*, Lisboa, 7 de Outubro de 1910.

²⁰ «Novo administrador», in *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²¹ *O Mundo*, Lisboa, 7 de Outubro de 1910.

²² AHCMA – *CMA: Correspondência Recebida*, n.º 1288, 1908-1911, fl. 63; ver tb. «Implantação da República» (texto de apoio da 20.ª Exposição Documental do Arquivo Histórico Municipal de Almada), [...], 2010.

²³ «As novas corporações administrativas», in *O Correio do Sul*, Almada, A.I, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 2.

²⁵ «A implantação da República em Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de

Outubro de 1910, p. 2.

²⁶ «No Centro Capitão Leitão: comemora-se, solenemente, a proclamação da República», in *O Correio do Sul*, n.º 41, 23 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 2.

²⁸ AHCMA – *Livro de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, pp. 9-11. Ver tb. Apêndice Documental.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ «Novos Regedores», in *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 3.

O comandante do cruzador S. Rafael manda recolher, em 10 de Novembro, os praças que se encontravam em serviço no concelho. Cfr. AHCMA – *Registos de entrada da Administração do Concelho*, n.º 834, 10 de Novembro de 1910.

³¹ *O Correio do Sul*, sob a direcção de António Baptista Ferreira, e de acordo com a Comissão Municipal Republicana deste concelho, passou a ser considerado, desde Outubro de 1910, como órgão oficial do Partido Republicano de Almada, cuja política aliás sempre seguira.

³² Galileu Correia – «A Municipalidade Almadense», in *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³³ *Idem, ibidem*.

Neste jornal, Galileu escreveu outros artigos sobre a situação degradante em que se encontrava o concelho, como: «A Municipalidade Almadense: consultas médicas instituídas pelo Município» (13 de Novembro de 1910); «Moralidade e Justiça» (11 de Dezembro de 1910); «A Municipalidade Almadense: sanidade pública» (18 de Dezembro de 1910).

³⁴ Ver o sub-capítulo 2.4. Conflitualidade sócio-religiosa.

³⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, pp. 13-15.

³⁶ *Idem, ibidem*, Sessão de 26 de Outubro de 1910, pp. 19-21.

³⁷ *Idem, ibidem*, Sessão de 6 de Novembro de 1910, pp. 26-27.

³⁸ *Idem, ibidem*, Sessão de 13 de Novembro de 1910, pp. 29-34.

³⁹ *Idem, ibidem*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 36-42.

⁴⁰ Alexandre M. Flores; António N. Policarpo – *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história da indústria naval em Portugal*, Laranjeiro: Junta de Freguesia, 1998.

⁴¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 27 de Novembro de 1910, pp. 49 e 50.

⁴² *Idem, ibidem*, Sessão de 4 de Dezembro de 1910, pp. 53-57.

⁴³ *Idem, ibidem*, Sessão de 11 de Dezembro de 1910, pp. 59-64.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, Sessão de 18 de Dezembro de 1910, pp. 65-67

⁴⁵ «Melhoramentos», in *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 3.

⁴⁶ Os homens, no seu direito secular, atribuíam as designações aos espaços onde viviam e circulavam. A partir da 2.ª metade do século XIX, a Câmara Municipal de Almada começou a colocar letreiros em todas as ruas, becos e travessas. A partir da década de 1880 até aos nossos dias, antigos nomes, sancionados pelo consenso popular e transmitidos, de geração em geração, por tradição oral, começam a ser substituídos, nos diversos topónimos: antropónimos; biotopónimos; hagiopónimos; morfodireccionais; geotopónimos; t. profissionais, militares, geográficos, religiosos, de dignidades e cargos, etc.

⁴⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 15.

Francisco Ferrer, famoso educador e pedagogo do ensino racional. Fundador e professor da Escola Moderna de Barcelona, acabou por ser julgado em Conselho de Guerra e fuzilado, após suposto envolvimento num atentado contra a vida de Afonso III, rei de Espanha.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, Sessão de 26 de Outubro de 1910, p. 21.

⁴⁹ Carlos Cândido dos Reis nasceu em Lisboa, no dia 16 de Janeiro de 1852. Ficou conhecido como Almirante Reis. Foi desde muito novo um defensor da causa republicana, tendo participado activamente na luta antimonárquica.

Membro do partido Republicano, foi eleito deputado pelo círculo de Lisboa. Participou nos preparativos da revolução de 1908, que falhou.

Tornou-se membro da Carbonária, sendo um dos organizadores militares da revolta de 5 de Outubro de 1910. Na madrugada deste dia corriam notícias de que a maior parte das unidades militares não tinham chegado a revoltar-se. Cândido dos Reis pensou ter, mais uma vez, fracassado e suicidou-se. O golpe acabou afinal por triunfar e poucas horas depois foi proclamada a República.

⁵⁰ António Amaral Leitão nasceu no dia 7 de Março de 1845, em Viseu. Desde cedo participou na actividade conspiratória para derrubar a Monarquia a partir da sua estrutura militar. Foi um dos principais impulsionadores da revolta de 31 de Janeiro de 1891, que fracassou.

Acabou por ser preso, acusado de traição, julgado e condenado pelo Conselho de Guerra a vinte anos de degredo em Angola. Em 1901 regressa a Portugal. Morreu no dia 14 de Fevereiro de 1903 antes de ver implantado o regime político republicano.

⁵¹ Heliodoro Salgado nasceu em 1861 em Santo Tirso. Escritor e jornalista, defensor das ideias republicanas e militante anticlerical. Iniciou a sua actividade

política com 19 anos no Partido dos Operários Socialistas, do qual se afastou pouco depois para aderir ao Partido Republicano Português. Filiou-se também na Maçonaria.

Participou nos protestos contra o Ultimato Inglês a Portugal. Foi condenado a um ano de prisão por delito de imprensa. Presidiu ao Centro Republicano “Pátria” e manteve-se ligado a outros centros republicanos do país.

Foi novamente preso em 1898 e em 1900, devido aos artigos antimonárquicos que continuava a escrever. Dirigiu a Biblioteca do Livre Pensamento. Morreu em 1906, desempenhando, à data, funções de arquivista no Partido Republicano Português.

⁵² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 6 de Novembro de 1910, pp. 26 e 27.

⁵³ *Idem, ibidem*, Sessão de 13 de Novembro de 1910, p. 34.

⁵⁴ Alfredo Luís da Costa, nascido em 1895, foi editor e autor de diversos panfletos de propaganda republicana e antimonárquica. Foi cúmplice de Manuel Buíça no assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luís Filipe, tendo sido morto pela polícia em 1908.

⁵⁵ Manuel dos Reis da Silva Buíça nasceu em Vinhais, em 1876. Seguiu a carreira militar e de professor. Foi um dos autores que alvejou Rei D. Carlos e o Príncipe herdeiro Luís Filipe (conhecido por Regicídio), ocorrido em 1 de Fevereiro de 1908, vindo a morrer na sequência deste acto.

⁵⁶ Nasceu a 9 de Abril de 1966 em Santo António dos Arcos, no concelho de Estremoz. Manuel Fevereiro cedo dá conta da miséria e da exploração a que estão sujeitos os operários e assume uma intervenção consistente na luta pelos direitos destes, contra as desigualdades. Vem viver para a Cova da Piedade, torna-se uma figura preponderante na Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada. A 22 de Outubro de 1899, funda o jornal *O Corticeiro*, semanário operário corticeiro. Morre a 17 de Março de 1902, com trinta e seis anos.

⁵⁷ Jornalista, escritor e político, José Félix Henriques Nogueira nasceu em 1825, em Torres Vedras, e morreu aos 33 anos. Foi um dos percursores do republicanismo e do socialismo no nosso país. A sua doutrina política e social defendia a instauração de um regime republicano, o municipalismo, o federalismo e o associativismo.

⁵⁸ Alfredo Carneiro da Cunha nasceu em 1863, no concelho do Fundão. Foi director do *Diário de Notícias* a partir de 1894. Em 1907 foi alvo de um processo político por alegadas ofensas aos poderes públicos. Para além da sua actividade jornalística, Alfredo da Cunha realizou também vários estudos sobre história do jornalismo

português, tendo-se dedicado essencialmente à sua génese. Faleceu em 1942.

⁵⁹ Relojoeiro e livreiro, nascido em 1841, na Suíça, e falecido em 1876. Foi defensor das classes trabalhadoras e propagandistas do socialismo em Portugal. Ajudou a fundar, em 1872, a Fraternidade Operária, que mais tarde daria origem ao Partido Socialista Português. Foi também um dos organizadores das Conferências do Casino.

⁶⁰ Augusto Maria da Silveira Júnior foi morto por um tiro de um soldado, em 1888, quando pretendia apaziguar um tumulto provocado por um ébrio defronte da Câmara Municipal de Almada.

⁶¹ José Maria Latino Coelho foi militar, escritor, jornalista, deputado par do Reino e Ministro da Marinha. Desempenhou um papel relevante na estruturação do Partido Republicano e na fundação do Centro Republicano de Lisboa (1878). Morre em Sintra, a 29 de Agosto de 1891.

⁶² José Campelo Trigueiros Martel foi um dos fundadores, em 1880, do jornal *O Século*, integrando a sociedade que geria o periódico, juntamente com Sebastião de Magalhães Lima, Leão de Oliveira, Teixeira de Queirós e Anselmo Xavier. Colaborou na *Galeria Republicana*, revista mensal republicana, publicada em Lisboa. Foi membro dos primeiros directórios do Partido Republicano.

⁶³ José Carlos da Maia, oficial da Armada, é assassinado em Lisboa, na “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. Desde muito novo participa em todas as conspirações contra o regime monárquico com Machado Santos, Almirante Reis, e outros. Foi encarregado com grande sucesso pelo Almirante Reis de atrair para a causa revolucionária muitos oficiais, para que fosse possível o bom sucesso da implantação da República, e na madrugada de 4 de Outubro toma parte activa na revolta republicana. Foi deputado nas Constituintes de 1911, e de 1914 a 1916 Governador de Macau, Ministro da Marinha, em 1918, e Ministro das Colónias, em 1919. José Carlos da Maia possuía a Quinta de S. Pedro no Pragal. Ver tb. *Biografias* (3.º capítulo, deste trabalho).

⁶⁴ José Joaquim Rodrigues de Freitas foi professor catedrático e político. Notabilizou-se pela sua carreira política, ligada aos ideais republicanos e socialistas, sendo um dos homens ligados à organização do Partido Republicano Português. Foi o primeiro deputado do Partido Republicano às Câmaras, pelo Porto, entre 1870 e 1874. Voltou a ser deputado de 1879 a 1881, de 1884 a 1887 e de 1890 a 1893. Pertenceu à Maçonaria.

⁶⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 27 de Novembro de 1910, p. 47.

As modificações toponímicas operadas na época só voltam a acontecer a partir de 1912. Neste ano, a Câmara deliberou substituir os nomes de *Largo do Poço*, em Cacilhas, por Largo dos Bombeiros Voluntários; o Largo da Pedreira, em frente do Centro Capitão Leitão, por Largo do Doutor Carvalho; o *Largo do Conde*, por Largo de Fernão Mendes Pinto; a alteração da denominação de Largo do Catita, posteriormente *Avenida do Brasil*, para Praça do Brasil; *Rua do Norte* da vila, por Rua Bulhão Pato; o *Largo da Torre*, na Caparica, por Largo Bulhão Pato; a estrada que liga a praia da Trafaria com a Costa, com a denominação de Avenida do Brasil. Em 1914, as duas ruas, a Avenida *Francisco Ferrer* e a *Rua António José Gomes* foram substituídas, respectivamente, por Avenida António José Gomes e Rua Francisco Ferrer, na Piedade; a *Rua Direita do Pragal*, por *Rua Almirante Reis*; a *Calçada do Pragal*, por Rua Fernão Mendes Pinto; a *Rua da Ermida*, no Pragal, por Rua Marquês de Pombal; o caminho que conduz à Costa de *Avenida dos Banhistas*, por Avenida Guilherme Shou. Cf. AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessões de 6 de Março a 13 de Novembro de 1912, de 8 de Janeiro a 8 de Abril de 1914.

⁶⁶ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*, Almada: Câmara Municipal, 2003, pp. 214 e segs.

⁶⁷ *A Sementeira*, Lisboa, n.º 26, Outubro de 1910, p. 2.

⁶⁸ «Greve na Casa Villarinho: Reclamações Operárias, reuniões importantes», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 68, 3 de Setembro de 1910, p. 4.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁷⁰ «Manifesto dos Corticeiros Grevistas», in *Aurora*, 18 de Setembro de 1910, p. 1; tb. cit. por Carlos da Fonseca – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, Lisboa: Europa-América, 1979, pp. 221 e 222.

⁷¹ *Idem, ibidem*.

⁷² «A Indústria Corticeira: a Greve do Caramujo e a Exportação da Cortiça em Bruto», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 71, 24 de Setembro de 1910, p. 1.

⁷³ «As Greves em Portugal», in *A Sementeira*, Lisboa, n.º 26, Outubro de 1910.

⁷⁴ «A Indústria Corticeira: a Greve no Caramujo», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 71, 24 de Setembro de 1910, p. 1.

⁷⁵ *O Século*, Lisboa, 29 de Setembro de 1910, p. 1; «A vitória coroando a justiça, a greve geral dos corticeiros, o comércio adere à greve geral [...]», in *O Corticeiro*, n.º 72, 1 de Outubro de 1910, p. 1.

⁷⁶ *A Lucta*, Lisboa, 29 de Setembro de 1910, p. 1.

⁷⁷ *Idem, ibidem*.

⁷⁸ «Os Corticeiros em luta [...]», in *O Mundo*, Lisboa, 2 de Outubro de 1910, p. 3.

⁷⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁰ «A vitória coroando a justiça [...]», in *O Corticeiro*, n.º 72, 1 de Outubro de 1910, p. 1.

⁸¹ *Idem, ibidem.*

⁸² «Em República», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 73, 8 de Outubro de 1910, p. 1.

Com a implantação da República, a classe corticeira organizava, com mais ânimo, as secções e comités do país. Havia melhores condições para defender os seus interesses, quase sempre rejeitados pelos governos da Monarquia.

⁸³ *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 73, 8 de Outubro de 1910, p. 1.

⁸⁴ *O Mundo*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910, p.1.

⁸⁵ *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 75, 22 de Outubro de 1910, p.1.

⁸⁶ «Coisas Dispersas», in *A Sementeira*, Lisboa, n.º 30, Fevereiro de 1911.

⁸⁷ *O Século*, Lisboa, 16 de Janeiro de 1911; tb. citado por Vitor Mendes; Maria Clara Santos – «A Revolução Republicana na Moita» in *A República nos concelhos da Margem Sul: actas do colóquio*, Moita, CMM, 2011, pp. 54-65.

⁸⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa, 15 de Janeiro de 1911, p. 3.

⁸⁹ «Um Drama Infernal», in *O Corticeiro*, n.º 118, 26 de Agosto de 1911, p. 1.

⁹⁰ João Freire – *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado, 1900-1940*, vol. I, p. 219.

⁹¹ «Origens da Indústria Corticeira [...]», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 119, 2 de Setembro de 1911, p. 1.

⁹² «Prepara-se o lock-out na Indústria Corticeira», in *O Sindicalista*, Lisboa, n.º 41, 20 de Agosto de 1911, p. 1.

⁹³ Acerca da vida e obra de Bartolomeu Constantino, ver, entre outros trabalhos: «Bartolomeu Constantino», in *Comuna Livre: órgão e prof. da União Anarquista*, Porto, n.º 6, Fevereiro de 1916, p. 8; Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, p. 43; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol III, p. 38; António Pereira Ramos - «Bartolomeu Constantino: o Homem e o Anarquista», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho: 24-26 de Novembro de 1989*, Almada, CMA, 1993, pp. 91-93; ver tb. a biografia no 3.º capítulo deste trabalho.

⁹⁴ «O Movimento Corticeiro em Almada», in *O Sindicalista*, Lisboa, n.º 43, 3 de Setembro de 1911, p. 2.

⁹⁵ «A Greve Geral dos Corticeiros [...]», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 120, 9 de Setembro de 1911.

⁹⁶ César de Oliveira – *O Operariado e a República Democrática: 1910-1914*, Porto: Inova, 1972, p. 270.

⁹⁷ «A Solução da Greve», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 121, 17 de Setembro de 1911, p. 1.

⁹⁸ Ver a biografia no 3.º capítulo deste trabalho.

⁹⁹ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 214-228.

¹⁰⁰ Maria Alice Samara – «A questão social: à espera da “Nova Aurora”», in Fernando Rosas e M.ª Fernanda Rolo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, Lda., 2010, pp. 157 e 158.

¹⁰¹ Victor Neto – «A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa», in Fernando Rosas e M.ª Fernanda Rolo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010, p. 129 e segs.

¹⁰² É também de referir a publicidade literária e doutrinária de obras anticlericais divulgadas na imprensa, de autores, como: C. Kingwell (*Os Crimes da Igreja*, edição da Associação de Beneficência Propagadora da Lei do Registo Civil, 1900), publicação anticlerical, como resposta ao congresso católico então realizado em Lisboa); Enrico Malatesta (*O Crimes da Igreja*); Heliodoro Salgado (*Asneiras Bíblicas, Contradições dos Livros Santos, A Fé e a Razão, O Catecismo Liberal, A Igreja e o Proletariado*); Manuel de Macedo e Roque Gameiro (*Os Mistérios da Inquisição*). Cfr. Alexandre M. Flores – *O Corticeiro: o primeiro órgão dos operários corticeiros em Portugal (1899-1900)*, Almada: Câmara Municipal, 2000, pp. 23, 189-197.

¹⁰³ *Vanguarda*, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1909.

¹⁰⁴ *Idem*, 12 de Agosto de 1909.

¹⁰⁵ Vitor Neto – *ob. cit.*, p. 132.

¹⁰⁶ *A Capital*, Lisboa, n.º 96, 5 de Outubro de 1910, p. 1; *O Século*, Lisboa, n.º 10351, 6 de Outubro de 1910, p. 6; Conde dos Arcos – *Caparica Através dos Séculos*, Almada, 1972, p. 67; ver tb. L. Gonzaga de Azevedo – *Proscritos. Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, Primeira Parte, S. J. Valladolid, Setembro de 1911; *Ilustração Portuguesa*, Lisboa: n.º 263, 6 de Março de 1911, pp. 297 e 298; Carlos António Correia de Ramalho Carlos – «Quinta dos Quarenta Mártires no Vale de Rosal – Charneca de Caparica», in *Jornal de Almada*, Almada, 28 de Fevereiro de 1992, pp. 14 e 15.

¹⁰⁷ *O Mundo*, Lisboa, 6 de Outubro de 1910.

¹⁰⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 15.

¹⁰⁹ «Coios Jesuíticos: o arrolamento em Vale de Rosal», in *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 3. Em 6 de Novembro de 1910, a Comissão Municipal anulava a deliberação de 19 de Outubro passado, «para venda de uns móveis e semoventes que na sua posse se encontravam e pertenciam ao dito Convento» Cfr. AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 6 de Novembro de 1910, p. 24.

¹¹⁰ Fernando Catroga – *O Republicanismo em Portugal: da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 202.

¹¹¹ Supomos que estes incidentes tiveram na sua génese a festa que a Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário marcara para o dia 9 de Outubro na Igreja de S. Tiago, cujo responsável era António Dionísio Parada. Na sequência destes acontecimentos a festa acabou por não se realizar. Cfr. Arquivo Histórico do Seminário de Almada – Livro de Acórdãos da Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário (1882-1930), fls. 22v., 23, 23 v., 24; AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1911, p. 68; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, Almada: Câmara Municipal, 1985, p. 83; Rodrigo Mendes e outros – *Nos 75 anos do Seminário de Almada: um roteiro histórico artístico*, Almada: Seminário de São Paulo de Almada, 2011, p. 34; tb. informações cedidas pelo Padre Daniel, em 1990, e pelo investigador Rui Mendes, em 2011.

¹¹² AHSa – *Confraria de N.ª Sr.ª do Rosário*, texto anónimo, sem data.

Em relação ao assalto à Igreja de S. Paulo, em Almada, foram presos alguns indivíduos que trabalhavam como corticeiros, caixoteiros e caldeireiros. Cfr. *Voz da Verdade*, 19 de Outubro de 1911; cit. por Maria Lúcia de Brito Moura – *A Guerra Religiosa na 1.ª República*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 232.

¹¹³ Rodrigo Mendes e outros – ob. cit., p. 34.

¹¹⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1911, pp. 70 e 70v.

¹¹⁵ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças e dos Cultos – *Comissão Central de Execução da Lei da Separação*, proc. 10.056, liv. 13.º, fls. 13; Ministério das Finanças no Concelho de Almada, correspondência expedida, 13 de Julho de 1925.

¹¹⁶ *Idem*, Sessão de 29 de Maio de 1912, p. 30 v.º

¹¹⁷ Maria Lúcia de Brito Moura – *A Guerra Religiosa na primeira república. Crenças e Mitos num Tempo de Utopias*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004, pp. 43 e 44; Arnaldo Madureira – *A Questão Religiosa na Primeira República. Contribuições para uma Autópsia*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003; Vítor Neto –

ob. cit., pp. 135 e 136.

¹¹⁸ A resposta do Administrador fora enviada ao Governo Civil de Lisboa e ao Ministério da Justiça, através do Presidente da Comissão Central da Execução da Lei da Separação. Cfr. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – *Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Inquéritos sobre a Lei da Separação, Questionários de Lisboa* (5 de Março de 1914 - 9 de Março de 1917), cx. 29.

¹¹⁹ Vitor Neto – ob. cit., pp. 134-135.

¹²⁰ Arquivo pessoal de Louro Artur.

¹²¹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, Almada: Câmara Municipal, 1985, pp. 123-125.

¹²² Assembleia da República – *Diários da Câmara dos Deputados*, Sessões de 25 e 28 de Outubro de 1920, pp. 5-11.

¹²³ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol II, Almada: Câmara Municipal, 1987, pp. 98-100.

¹²⁴ *O Despertar*, Trafaria, n.º 2, 23 de Abril de 1922, p. 1.

Jornal com redacção no Largo da República, Trafaria, tendo como director e proprietário: G. Gonçalves; chefe da redacção: António Soeiro da Costa; redactor e gerente: Moraes dos Santos; editor e administrador: Quirino da Rocha.

¹²⁵ Após o fim da Grande Guerra, outras forças foram ganhando assento no Congresso: os Democráticos, os Reconstituintes, os Independentes, os Governamentais, os Católicos, os Socialistas, os Esquerdistas... e até Monárquicos.

¹²⁶ AHCMA – *Livros das Actas da CMA*, Sessões de 26 de Dezembro de 1910, p. 77; de 15 de Janeiro de 1911, pp. 94 e 95; de 22 de Janeiro de 1911, pp. 98 e 100; de 12 de Fevereiro de 1911, p. 117; de 26 de Março de 1911, p. 162.

¹²⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 5 de Fevereiro de 1911, p. 112.

¹²⁸ Ver biografia de Manuel Maria dos Santos Parada no capítulo 3. deste trabalho.

¹²⁹ «O Partido Republicano Evolucionista: resolve não concorrer às urnas nas próximas eleições municipais», in *Jornal de Almada*, Almada, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.

¹³⁰ «Centro Escolar Republicano Capitão Leitão», in *Jornal de Almada*, Almada, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

¹³¹ Foi deputado em três legislaturas consecutivas, de 1918 a 1922, de 1922 a 1924 e de 1924 a 1926. Fez parte de diferentes ministérios, sobraçando as pastas do Trabalho, da Agricultura, do Comércio, da Justiça e interinamente da Justiça

e da Guerra, e ocupou também a Presidência do Ministério, incluindo a pasta do Interior, de 22 de Novembro de 1924 a 14 de Fevereiro de 1925. Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVII, Lisboa: Editorial Enciclopédia, p. 367.

¹³² *Idem*, p. 367.

¹³³ A. H. de Oliveira Marques – *Guia de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p. 29.

¹³⁴ *O Mundo*, Lisboa, 4, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.

CAPÍTULO 3

BIOGRAFIAS

3.1. Naturais e residentes do concelho com ideais republicanos

Os cidadãos divulgados neste capítulo, com vínculos ao concelho, na maioria dos quais completamente esquecidos e outros pouco conhecidos pela historiografia, são agora recuperados para a história da 1.^a República. Se na chefia do Partido Republicano encontramos um conjunto de vultos de grande importância nacional, numa análise transversal do país encontramos líderes locais e regionais que também contribuíram, em maior ou menor escala, para o desenvolvimento do Partido Republicano nos concelhos. Em relação a Almada e seus arredores emergem republicanos com qualidades morais e políticas, probidade, modéstia, fidelidade ao ideal democrático e republicano, em oposição ao regime monárquico. Estes cidadãos, naturais ou residentes do concelho, assim como todos os outros do país, fizeram um trabalho de grande relevância para o fortalecimento da causa republicana através de uma rede de sociabilidades políticas que ultrapassou a capital, promovendo o ideário republicano no território nacional.

Os republicanos proeminentes neste concelho, animados pelo propósito de defender uma República, e dos quais alguns estavam ligados à Maçonaria¹ e à Carbonária, lutavam pelos princípios em que acreditavam, independentemente de facções e de questões pessoais. Outros desejavam uma República regenerada democrática e socialmente. Outros, ainda, não obstante serem socialistas e anarquistas, pugnavam pela mudança do regime, pela unidade na acção em prol da República. Alguns históricos tiveram um papel decisivo no seio do movimento operário favorável à proclamação da República, congregando intervencionistas socialistas, libertários e republicanos em torno daquele objectivo.

A todos eles a cidade de Almada devia um tributo, que só agora lhes prestamos.

Abel da Costa e Silva

Filho de José Maria da Costa e Silva e de Maria da Conceição da Silva Santos, nasceu em data e local por determinar.

Em 1 de Março de 1908 foi eleito 2.º secretário da direcção do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada, sob a presidência do republicano e maçom José Justino Lopes². Familiar de João da Costa e Silva, um dos prestigiados desportistas do futebol em Almada que instituíram a Taça José Baptista em 1922. Abel da Costa Silva, o «Abel das sacas», dirigente associativista³, exercia funções de encarregado de moagens no Caramujo e residia na «Vila das Meloas», lugar das Barrocas, Cova da Piedade, quando faleceu em 3 de Dezembro de 1959⁴.

Abílio Sousa Fernandes

Dirigente associativo⁵ do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em Almada, fundado em 1907.

Adelino Diniz

Residente em Almada, tomou parte activa nas jornadas de 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915. Pela Lei n.º 537, de 18 de Maio de 1916, foi reconhecido como «revolucionário civil», em condições de ser provido em empregos públicos, ao abrigo das mesmas garantias que a outros revolucionários tinham sido concedidas⁶.

Em 1918, foi um dos republicanos nomeados para uma comissão encarregada de reorganizar o Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»⁷.

Adelino dos Santos

Residente em Almada, participou, em Julho de 1910, com Júlio Magalhães e Jaime de Amorim Ferreira, em representação da comissão municipal republicana de Almada, na reunião da Comissão Distrital de Lisboa, presidida por Feio Terenas, na sede do directório do Partido Republicano, para discutir e agendar comícios e conferências de propaganda eleitoral em diversas localidades⁸.

Adolfo da Silva

Barbeiro, morava na «Vila Martins», junto à «Ponte do Caramujo», Cova da Piedade, no rés-do-chão de um edifício, onde residia, no 1.º andar, o republicano e maçom Artur Ferreira de Paiva⁹. O mestre barbeiro Adolfo da Silva¹⁰ foi dirigente associativo do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em 1909/1910.

Afonso Luciano Barreto da Gama

Foi secretário da mesa eleitoral, presidida por Júlio César de Magalhães, em 2 de Janeiro de 1914, para a eleição dos vereadores efectivos e suplentes da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada¹¹.

Alberto Gonzaga Marques



Nasceu em Lisboa, freguesia dos Anjos, em 1887, filho de Artur Licínio de Melo e Marques e de Zulmira Guilhermina de Campos Gonzaga Marques.

Alberto Gonzaga Marques, residente na Romeira, Cova da Piedade, empregado de comércio, associativista e republicano, foi, nas eleições municipais de Maio de 1919, candidato a vogal substituto da lista republicana à Câmara Municipal de Almada. Em 17 de Junho de 1929, foi nomeado vogal substituto da edilidade, após a exoneração da Comissão Administrativa da Câmara pelo Governador Civil de Setúbal. Na Santa Casa da Misericórdia de Almada foi empossado, em 1934, como escriturário da mesa desta instituição, sob a provedoria do republicano Polónio Febrero Junior¹².

Morreu em Almada em 8 de Agosto de 1951.

Alexandre Bento Simões

Nasceu na vila de Soure, distrito de Coimbra, em 1892. Alistou-se voluntariamente na Armada, em 1910, na Escola de Marinheiros do Norte. Dotado de uma grande capacidade de trabalho e desejoso de alargar os seus conhecimentos, tirou o Curso Geral dos Liceus, como aluno externo, em tempo recorde, o que, associado ao seu comportamento

exemplar e à competência que sempre demonstrou no exercício das suas funções, lhe permitiu chegar ao posto de subtenente aos 32 anos. Uma ascensão muito rápida para quem havia iniciado a carreira como simples marinheiro e que terminou, como capitão-tenente, na Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações do Ministério da Marinha. Dos vinte anos que andou embarcado, três dos quais durante a Primeira Guerra Mundial, foi radiotelegrafista a bordo do cruzador Vasco da Gama e da canhoneira Bengo, na qual participou nas acções levadas a cabo na foz do Rovuma, no norte de Moçambique, quando esta colónia foi invadida pelas tropas alemãs. Esteve também no caça-minas Augusto de Castilho, afundado em 1918 por um submarino alemão, quando aquele *comboiava* o vapor de S. Miguel.

Republicano e democrata convicto, e residente em Almada, Alexandre Bento Simões participou em quase todas as reuniões que marcaram o período conturbado da Primeira República. Estava a bordo do cruzador Vasco da Gama, quando rebentou a revolução de 14 de Maio de 1915, contra a ditadura do general Pimenta de Castro e também, mais uma vez, a bordo daquele navio, quando este foi enviado para o Porto, com o objectivo de combater a sublevação monárquica de 1919, que ficaria conhecida pela Monarquia do Norte.

Foi associado do Centro Republicano «Capitão Leitão», da Incrível Almadense, da Associação de Socorros Mútuos e da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Era um frequentador assíduo da «tertúlia da farmácia Magalhães», situada no “Largo da Incrível”, onde quase todas as noites, ao longo de trinta anos, se discutia acaloradamente a política nacional e internacional. Foi sempre um apoiante das acções levadas a cabo pela Oposição Democrática ao regime fascista e, sobretudo, das candidaturas dos generais Norton de Matos, em 1949, e Humberto Delgado, em 1958. Era conhecido em Almada pelo «tenente Simões»¹³.

Alexandre Rodrigues Lourenço

Natural de Almada, era, na época, dirigente associativo e um dos maiores lojistas na vila, com a sua «Tenda Moderna» situada no «Prédio Queimado». Em 1910, foi vice-presidente da assembleia geral da Associação Comercial Almadense¹⁴. Em 20 de Novembro deste ano, foi nomeado pela Câmara como vogal substituto da Junta de Repartidores do Imposto Industrial¹⁵.

Alfredo dos Santos Tenreiro

Em 1 de Março de 1908, foi eleito 1.º secretário da direcção do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»¹⁶. Operário corticeiro da Companhia Londres e Lisboa, no Caramujo, foi reconhecido pelo Governo como «revolucionário civil»¹⁷, em 1916.

Alfredo Simões Pimenta



Nasceu em Alcanede, concelho de Santarém, em 1881. Depois da Implantação da República, veio residir para Almada, onde se popularizou como militante do Partido Democrático e inspector escolar. Empreendedor, criou em Almada uma Escola Primária Superior cujo curso, de três anos, dava equivalência ao 5.º ano dos liceus.

Alfredo Pimenta, professor, maçom¹⁸ e político com ideais republicanos, dirigiu o jornal *A Pátria: Semanário Republicano Defensor dos Interesses da Margem Sul do Tejo*, 2.ª série, a partir de 2 de Maio de 1922. Como presidente da Câmara Municipal de Almada, realizou importantes melhoramentos, tais como: um chafariz, no centro da vila, com quatro torneiras a jorrar água, e ainda a almejada electrificação. Um motor e uma geradora, colocados na Fonte da Pipa, operavam este prodigioso progresso, em 1922. Por este tempo, pôs também um barco na travessia do Tejo, a *Finalmarina*, o primeiro cacilheiro movido a motor diesel, para o aperfeiçoamento dos transportes. Três anos depois, foi aberto ao público, por sua iniciativa, um lavadouro, na Boca do Vento, muito bem apetrechado. Decorreram alguns anos e com o aparecimento da equipa democrática da Cova da Piedade, chefiada por Jaime Amorim de Ferreira, a «estrela» política de Simões Pimenta entrou em decadência.

Quando do 28 de Maio de 1926, o nosso biografado, assim como outros republicanos almadenses, aderiram ao regime ditatorial.

Morreu em Almada¹⁹ em 14 de Janeiro de 1964.

Alfredo de Sousa Coutinho

Natural de Almada, associativista e republicano convicto, foi representante da Associação do Registo Civil em Almada²⁰, agremiação de

inspiração maçónica, desde 1908, e regente da Tuna Mutelense²¹, em 1910. Em Novembro deste último ano, foi nomeado pela Câmara para a Comissão de Gestão Republicana da Santa Casa da Misericórdia de Almada²² e, no mês seguinte, eleito para vice-presidente da assembleia geral do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»²³.

Alfredo Torres



Natural de Lisboa, freguesia da Sé, nasceu em 27 de Novembro de 1888, filho de António Torres e Teresa de Jesus Brites Torres.

Alfredo Torres, operário corticeiro da Henry Bucknll & Sons, no Caramujo, posteriormente encarregado da “secção de escolha de rolhas” (mulheres) e empregado de escritório daquela fábrica da cortiça. Republicano, dirigente associativo, ensaiador e amador dramático, foi executante e, mais tarde, contramestre da Banda de música da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense²⁴.

Nas eleições marcadas em Dezembro de 1925, foi candidato a vogal substituto da Lista C (nacionalistas), liderada pelo professor Alfredo Simões Pimenta, para vereadores da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia²⁵. Em 1926, é militante da Esquerda Democrática em Almada, sob a liderança do republicano Firmino da Silva²⁶.

Morreu em Almada em 12 de Setembro de 1953.

Amélio Annes



Natural do Seixal, freguesia de Paio Pires, nasceu em 1868, filho de José Bento Annes e de Maria Rita Annes.

Descendente de uma família de moleiros pelo lado paterno, o pai instalou-se com a família no Caramujo, lugar da Piedade, como moleiro do industrial Manuel José Gomes.

Amélio Annes casou na Igreja de Santiago de Almada, em 7 de Setembro de 1892, com Maria da Conceição Bayley, natural de Sines. Deste casamento

é conhecida a identidade de quatro filhos nascidos na Cova da Piedade: Leonel António Annes, que chegou a director fabril da fábrica de moagens Aliança, Lucília Bayley Annes, Lúcia Bayley Annes e Arminda Bayley Annes²⁷.

Fundador da Cooperativa de Consumo Piedense, em 23 de Março de 1893, foi um dos seus principais dirigentes associativos²⁸. Bisneto, neto e filho de moleiros, também ele enveredou pelo mesmo ofício. Ingressou como moleiro e mais tarde atingiu a categoria de caixeiro na fábrica de moagem do industrial António José Gomes, instalada no Caramujo.

Cidadão de grande prestígio no concelho, foi também dirigente da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) e cooperou activamente com a organização local do Partido Republicano, sendo nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada para o desempenho de diferentes cargos no decurso da I.ª República.

Morreu na Cova da Piedade²⁹ em 11 de Janeiro de 1925.

Américo Marques Pereira

Residente na Cova da Piedade, foi um socialista convicto e republicano. No imponente comício de propaganda republicana, ocorrido em 15 de Maio de 1910, organizado pelas colectividades republicanas do concelho, no pátio da Quinta dos Frades, na Cova da Piedade, sob a presidência do Dr. Celestino de Almeida, tendo como secretários José António Lopes e Artur Ferreira de Paiva, Américo Pereira discursou ao lado do Dr. António José de Almeida, Feio Terenas, Jaime de Amorim Ferreira e Manuel Dias, criticando «o regime, os clérigos e a marcha dos negócios públicos»³⁰.

Após a ditadura militar em Maio de 1926, fez parte de uma comissão administrativa da Liga da Mocidade Socialista fundada em 1927, aquando da preparação das comemorações do 52.º aniversário do Partido Socialista Português (1875-1927)³¹.

António Afonso Coelho

Residente em Cacilhas, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Presidiu à assembleia geral deste Centro, em Setembro de 1910, onde foi aprovado um voto de regozijo pela vitória do Partido Republicano nas eleições de Agosto daquele ano e um voto de louvor aos correligionários Jaime de Amorim Ferreira, Galileu Correia e

Raul Custódio Gomes, pela condução dos trabalhos na assembleia eleitoral da freguesia de S. Tiago³².

Na véspera da implantação da República, no dia 4 de Outubro de 1910, em Almada, António Afonso Coelho convidou Feio Terenas, Dr. Leão Azedo e esposa para passarem a noite na sua residência de Cacilhas, até à madrugada de 5 de Outubro³³.

António Alves de Mello

Residente em Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em Dezembro de 1910, António Alves de Mello foi eleito suplente do conselho fiscal daquele Centro³⁴.

António Baptista Ferreira

Natural de Almada, filho de Libânio Baptista Ferreira, professor da Escola do Conde de Ferreira³⁵. Republicano convicto, António B. Ferreira casou com Letícia Cardoso da Silveira, filha de Francisco Maria da Silveira, industrial no concelho³⁶. Associado da Academia Almadense³⁷ e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», destacou-se na imprensa regional, antes e depois da implantação da República. No jornal *O Correio do Sul: Folha Semanal Anti-Clerical e Defensora dos Interesses do Concelho de Almada*, com sede, redacção e administração na Rua Direita, 231, 1.º andar, em Almada, António B. Ferreira foi administrador deste órgão de Janeiro a Agosto de 1910. Após a morte de Marcos d'Assunção, ocupou as funções, a partir de Agosto de 1910, de proprietário e director do *Correio do Sul*. Com a implantação da República, e de acordo com a comissão municipal republicana do concelho, o *Correio do Sul* passou a ser considerado órgão oficial do Partido Republicano em Almada, «cuja política aliás sempre seguiu»³⁸. Em 1916, era membro da Misericórdia de Almada³⁹.

António Bernardino Moreira

Natural do Pragal, tinha o ofício de «quadrador» na fábrica de cortiça da Margueira⁴⁰. Desde a fundação do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em 1907, foi sócio e dirigente deste Centro. Em Julho de 1909, fez parte da nova comissão paroquial republicana de S. Tiago de Almada⁴¹.

Foi correspondente no Pragal do jornal *O Correio do Sul*⁴².

António Branquinho

Nasceu em 1857. Destacado activista do Partido Republicano no concelho de Almada, era presidente da direcção do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» em Janeiro de 1910⁴³. No dia 4 de Outubro de 1910, quando decorria o movimento revolucionário em Almada, A. Branquinho, então presidente deste centro, empunhou a bandeira do Centro «Capitão Leitão»⁴⁴. Neste mês, foi nomeado pela Junta Revolucionária Republicana como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁴⁵. Após a demissão do vogal Francisco Luís de Oliveira, tomou posse, em Setembro de 1911, como vogal efectivo⁴⁶ e, em Junho de 1912, foi empossado como vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara⁴⁷.

Com 56 anos, em 1912, casado, corticeiro na fábrica da Margueira⁴⁸, morava na vila de Almada e pertencia à comissão de compras da Sociedade Cooperativa Almadense⁴⁹. Tudo indica que António Branquinho não conseguiu resistir à tremenda pressão exercida pelos adversários políticos, em particular aos ataques perpetrados por órgãos de informação, como o jornal *A República*, com graves e injustas acusações àquele corpo administrativo.

Na primeira quinzena de Janeiro de 1913, na fábrica de cortiça onde trabalhava, envolveu-se em acesa discussão, por causa de uma greve, com o camarada de oficina Alípio Fernandes Dinis, tendo António Branquinho matado a tiro o colega⁵⁰, facto que teve como consequência a sua prisão e exoneração de vogal do município, sendo substituído nessa função, em 21 de Maio de 1913, por Manuel Augusto Consciência⁵¹.

Não aparece no recenseamento de 1918, por continuar preso ou por já não residir na freguesia de Almada.

António de Carvalho Louro



Nasceu em Sesimbra, na freguesia de Santiago, em 28 de Julho de 1887, filho de José Manuel de Carvalho e de Senhorinha de Jesus. Figura ligada ao associativismo, nomeadamente da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, da Voz do Operário, de Lisboa, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada.

Lojista de fazendas e brinquedos na vila, foi, em

1918, um dos republicanos nomeados para uma comissão encarregue de reorganizar aquele centro de Almada⁵².

Fazendo parte do Partido Liberal, foi eleito vogal da Câmara em 1924, numa Comissão Administrativa presidida por Mário Baptista Cardoso Marques (dirigente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada), executivo que apresentou a demissão colectiva em 18 de Dezembro do mesmo ano⁵³. Em 22 de Dezembro de 1924, voltou a ser eleito para a Comissão Administrativa, como secretário, num executivo presidido por Carlos Mendes Egreja⁵⁴, militante do Partido R. Democrático (que se destacou nos corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, do Clube José Avelino e do Ginásio Clube do Sul). Por impugnação suscitada pelo professor Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, passando António Carvalho Louro a ocupar as funções de vogal substituto do executivo presidido pelo referido Alfredo Pimenta⁵⁵. Em 1925, era vereador, sob a presidência de Júlio José d'Araújo, devido à ausência do presidente, com outros republicanos.

Morreu em Almada em 1954.

António Daniel Rodrigues

Residente na Trafaria, foi empossado, em Outubro de 1910, como vogal substituto da Junta de Paróquia da Freguesia de Caparica pela Junta Revolucionária Republicana⁵⁶.

Em 19 de Outubro do mesmo ano, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara de Almada, como membro efectivo da Comissão de Recenseamento Militar⁵⁷ para o ano de 1911.

António Eusébio

Natural de Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em Dezembro de 1910, foi eleito para os novos corpos gerentes deste Centro, como presidente da Assembleia Geral⁵⁸.

António Fernandes Martins

Residente em Almada, popularizou-se como professor oficial da vila. Com ideais republicanos, participou em várias assembleias eleitorais, tendo presidido, por exemplo, à mesa nas eleições de Agosto de 1910,

com Patrício de Serra Moura (lista governamental), Galileu Saúde Correia (republicano) e os escrutinadores: João Pinto de Almeida (lista governamental) e Raul Custódio Gomes (Partido Republicano). Neste acto eleitoral, a lista republicana ganhou as eleições em Almada, não obstante o comportamento do Administrador e do Regedor que deram origem a protestos e a intervenção da Guarda Municipal⁵⁹.

Na festa da bandeira, do dia 1 de Dezembro de 1910, quando um numeroso cortejo, com cerca de quatro mil pessoas, organizado no Jardim da Piedade, se dirigiu aos Paços do Concelho, foram ali proferidos brilhantes discursos por Galileu Correia, presidente da Câmara, e outras individualidades, como António Fernandes Martins⁶⁰. Na eleição dos corpos gerentes da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, foi nomeado, por aclamação, para presidente da assembleia-geral desta colectividade, para o ano de 1911⁶¹.

António da Fonseca Mota

Nasceu em Tábua, freguesia de Pinheiro de Coja, em 1858, filho de Carlos Mota da Fonseca e de Rosália Garcia.

Residente na Cova da Piedade, em 4 de Outubro de 1910, participou activamente na organização do movimento popular que, a partir de Cacilhas, proclamou a República nos Paços do Concelho de Almada⁶².

Em 19 de Outubro de 1910 foi nomeado vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar⁶³ e, em 20 de Novembro do mesmo ano, foi empossado pela Câmara como vogal efectivo da Junta de Repartidores do Imposto Industrial⁶⁴.

António da Fonseca Mota, sogro de Jaime Amorim Ferreira, era, na época, um acreditado comerciante com o seu «restaurant», na Cova da Piedade, tendo reclamado à Câmara o pagamento de 59 mil reis de refeições fornecidas, desde o dia 5 de Outubro de 1910, a seis marinheiros que estiveram de guarda à Quinta do Alfeite, propriedade do Estado⁶⁵. Nos anos de 1916 e 1917, foi membro da mesa administrativa da Misericórdia de Almada⁶⁶.

Morreu em 7 de Junho de 1946⁶⁷.

António Francisco Lopes

Natural da Cova da Piedade, associado do Centro Republicano «Elias Garcia» e um dos dirigentes da Sociedade Filarmónica União Artística

Piedense, após a sua fundação. António F. Lopes fez parte, nos princípios do século XX, de uma comissão de associados da SFUAP para criar uma escola primária⁶⁸, destinada ao ensino dos filhos dos sócios, designada depois, por muitos anos, por «Escola União Piedense de António José Gomes» em homenagem ao benemérito e industrial moageiro da Cova da Piedade.

Republicano convicto, foi um destacado membro do Partido Republicano Evolucionista⁶⁹ em Almada, em 1916.

António Frazão

Nasceu em 1862. Residente no Largo da Torre, Caparica, desde 1889, e inquilino no prédio de José Silva Fraga, vizinho e amigo dilecto do poeta Bulhão Pato, foi amanuense da inspecção do Lazareto⁷⁰, Trafaria, e escritor.

António Augusto de Amaral Frazão, liberal de ideais republicanos, participou em vários eventos na Caparica, como no acto de inauguração do «Centro Eleitoral Capariquense», em 13 de Novembro de 1910. Nesta sessão solene, a convite de Francisco Luís de Oliveira, *velho* republicano da Caparica, ocupou o lugar de presidente da mesa, secretariado por Emília Xavier e Ricardina Correia⁷¹.

Morreu em 1917.

António Gabriel Pinto

Residente na Granja, Caparica, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense⁷². Após a implantação da República, foi um dos principais dirigentes daquele Centro.

António Gaspensa

Natural de Almada, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em 1907. Convicto republicano e dirigente no movimento associativo almadense, António Rodrigues Gaspensa foi eleito, em Fevereiro de 1910, para presidente da direcção da Sociedade Cooperativa Almadense⁷³, e para presidente da direcção do «Centro Capitão Leitão»⁷⁴, em Dezembro daquele ano, acompanhado pelos secretários: Raul Custódio Gomes e Carlos Egreja.

António Gonçalves

Residente em Almada, operário quadrador da fábrica de cortiça Bucknall, na Margueira Velha, foi republicano e dirigente associativista da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Militante da Esquerda Democrática, foi secretário da Comissão Municipal daquela força política, sob a presidência de Firmino da Silva, em 1926⁷⁵.

António Joaquim Ferreira do Amaral



Nasceu em Gouveia, freguesia de São Paio, em 1874, filho de José António Ferreira Cavacas e de Rosária Cardoso Nunes.

Em 1898 casou com Elisa Maria Pereira, natural da Caparica, filha de José Pereira e de Maria da Soledade, estabelecendo-se na Cova da Piedade como guarda-livros⁷⁶ e, mais tarde, como comerciante.

Em Novembro de 1904, foi nomeado pela Câmara como membro substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁷⁷.

Republicano e associativista, foi um dos dirigentes da Associação Comercial Almadense e da Misericórdia de Almada. Em Outubro de 1910, foi escolhido como membro efectivo da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada⁷⁸.

Em Junho de 1911, desempenhava funções de membro da Junta de Paróquia de Almada quando foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara, então presidida por Jaime de Amorim Ferreira, para a Comissão encarregada de fazer o inventário dos bens móveis e imóveis das igrejas e capelas do concelho de Almada⁷⁹. Em Outubro de 1911, foi empossado como vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1912⁸⁰. Em Janeiro de 1914 tomou posse como membro do Conselho Municipal⁸¹. Neste ano, é ainda eleito como vogal suplente para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada. Vereador em 1916, no ano seguinte volta ser eleito para a Comissão Executiva da Câmara Municipal, pelo Partido Democrático, ficando com o pelouro de «obras e matadouros»⁸².

Fundador do Clube Recreativo Piedense⁸³, António Ferreira do Amaral desempenhou vários mandatos como dirigente da Sociedade Cooperativa

de Consumo Piedense, instituição da qual acabaria por se demitir, em conflito com alguns associados.

Em Junho de 1929, com 55 anos de idade, António Joaquim Ferreira de Amaral integrava o executivo da Câmara Municipal de Almada como vogal⁸⁴. Anos mais tarde, em carta que enviou ao presidente da Cooperativa Piedense, Germano da Costa, afecto ao «Estado Novo», lamentava-se do ostracismo a que se sentia votado pelos sócios daquela instituição.

Morreu na Cova da Piedade em 25 de Abril de 1936⁸⁵.

António Manuel Rodrigues

Natural de Almada, lojista em Cacilhas, foi um dos fundadores da Sociedade Cooperativa Operária de Consumo «A Félix»⁸⁶ (1904), e do Centro Republicano Escolar «Capitão Leitão» (1907). Secretariou a assembleia geral deste Centro⁸⁷, em Setembro de 1910, onde foi aprovado um voto de regozijo pela vitória do Partido Republicano nas eleições de Agosto daquele ano. Empregado de comércio, foi nomeado, em Novembro de 1910, pela Comissão Administrativa da Câmara como vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1911⁸⁸.

Em Dezembro de 1910, foi eleito para os novos corpos gerentes do Centro «Capitão Leitão», como vogal efectivo do conselho fiscal⁸⁹. Em 1924, foi nomeado delegado maçónico em Cacilhas, da Loja Montanha, de Lisboa⁹⁰.

Morreu no lugar de Valdeias⁹¹, Pragal, Almada, em 21 de Fevereiro de 1963.

António Marcelo Simões

Natural de Almada, dirigente da Incrível Almadense e do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em 1918, foi um dos republicanos nomeados para uma comissão encarregada de reorganizar aquele Centro⁹².

António Maria Epifânio

Natural de Paião, concelho da Figueira da Foz, nasceu em 1854. Residente em Almada, foi professor primário, liberal progressista e republicano. António Maria Epifânio, muito estimado na vila, desde os finais do século XIX, foi também associado e dirigente da Incrível Almadense, da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro e da Sociedade

Cooperativa de Consumo 1.º de Janeiro de 1895, de Cacilhas, em fins de Dezembro de 1899⁹³. Era casado com a almadense: Guilhermina da Conceição Lírio, tia de José Carlos Lírio, dirigente e músico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Além da sua escola particular para os dois sexos⁹⁴, situada na Rua Henrique Nogueira, 46-1.º, foi professor de «aula nocturna para associados e filhos dos operários corticeiros», nos anos de 1894-1896, através da Associação dos Corticeiros de Almada⁹⁵; e de «uma aula de instrução primária exclusiva para os sócios da Incrível Almadense»⁹⁶.

Morreu em Almada, em 19 de Janeiro de 1921.

António Maria Ribeiro

Nasceu em 1872, filho de Margarida Ribeiro. Em 1910, com 39 anos, casado com Sofia Adelaide, proprietário, residia na sua Quinta do Laranjeiro, junto à actual Estrada Nacional n.º 10. Apaixonado pela arte de Talma, foi um dos principais accionistas de uma sociedade por acções populares para a criação, na década de 1890, do «Teatro Garrett» da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense⁹⁷. Dirigente da Associação Comercial Almadense,⁹⁸ em 1910, foi indigitado em Outubro deste ano, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁹⁹.

Em Janeiro de 1911, tomou posse como vogal efectivo, em substituição de José Justino Lopes que se havia demitido por divergências com o vice-presidente da referida Comissão Administrativa, Jaime de Amorim Ferreira¹⁰⁰.

Por se terem levantado algumas dúvidas no seio da Comissão Administrativa em relação à sua honorabilidade, António Maria Ribeiro, conhecido popularmente por «Cereja», solicitou uma sindicância ao seu trabalho, suspendendo funções, pelo que foi substituído por João Rodrigues Lage, proprietário, residente em Pera, lugar da freguesia de Caparica¹⁰¹.

Morreu no Laranjeiro¹⁰², com 87 anos, em 13 de Março de 1959.

António Maria da Silva

Foi eleito vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, em Dezembro de 1924, num executivo presidido por Carlos Mendes Egreja¹⁰³.

António Rodrigues de Miranda

Residente em Almada, foi eleito vogal substituto da Câmara em 1924, numa Comissão Administrativa presidida por Mário Batista Cardoso Marques, executivo que apresentou a demissão colectiva em 18 de Dezembro do mesmo ano¹⁰⁴. Em 22 de Dezembro de 1924, voltou a ser eleito para a Comissão Administrativa, como vogal substituto, num executivo presidido por Carlos Mendes Egreja¹⁰⁵. Por impugnação suscitada por Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, passando António Rodrigues de Miranda a ocupar as funções de vogal substituto do executivo presidido pelo referido Alfredo Pimenta¹⁰⁶.

Em 1945, António Rodrigues de Miranda era membro da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD) que se opunha à ditadura do «Estado Novo».

António dos Santos Saraiva

Republicano convicto, o seu estabelecimento de barbearia situado em Cacilhas funcionou como uma *filial* ou *encontro* republicano neste lugar, ao ponto de receber, em Dezembro de 1910, inscrições de cidadãos da freguesia que se quisessem alistar para a organização de um batalhão voluntário¹⁰⁷, com bom comportamento civil, moral, político e idade de 18 a 45 anos. Em 1915, António Saraiva, em requerimento apresentado à Câmara, pedia a concessão de um subsídio, devido às precárias condições em que vivia pela sua avançada idade e falta de trabalho na sua profissão de barbeiro.

O *Jornal de Almada*, sob a direcção de Manuel Parada, em 12 de Outubro de 1916, denunciava a falta de gratidão a um velho republicano de Cacilhas, chamado António dos Santos Saraiva, que «[...] trabalhou toda a sua vida por um regime de liberdade. Pobre Saraiva! Quase inválido, com a esposa há muito tempo enferma. Criaram-se pensões e lugares chorudos para republicanos novos, quer em idade, quer em filiação política, mas Santos Saraiva, velho e cansado, ainda hoje se abriga na sua loja onde tantíssimas vezes exaltaram com vigor e entusiasmo a figura heróica e sublime da República. Fraco de recursos, tendo-se desfeito da sua querida biblioteca, onde predominavam várias obras revolucionárias, dentro em pouco estará impossibilitado de continuar a exercer a sua profissão,

devido à sua idade avançada [...]. Triste odisseia de um velho e dedicado democrata! Tão mal lhe pagam as enternecidas lágrimas vertidas ali, na praça da Câmara, quando viu tremular a bandeira rubro-verde logo em seguida àquele inolvidável 5 de Outubro, que ele tanto ambicionava! Que enorme sacrifício, que desmedida ingratidão para velhos republicanos. Não é uma esmola que imploramos para ele. Trata-se, apenas, da satisfação de uma dívida que todos contraíram. Nada mais»¹⁰⁸.

António Sérgio Augusto de Macedo



Natural de Almada, prestigiado músico da banda de música da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, foi um dos poucos resistentes desta colectividade na cisão de 1894, após a saída do almadense José Maria de Oliveira, comerciante local e prestigiado bombeiro de Cacilhas e executante daquela Filarmónica, para vir fundar a Academia Almadense, em 27 de Março de 1895¹⁰⁹.

António Sérgio de Macedo, não obstante ser militante do Partido Socialista, era simpatizante dos ideais republicanos. Dirigente associativo, foi um dos sócios que, em 1905, fez parte de uma comissão encarregada da construção de um teatro para a “Incrível”, inaugurado em 1 de Novembro de 1906.

António Xavier Abelho Laranjo

Residente em Almada, A. Abelho Laranjo, magistrado e delegado do Ministério Público desta comarca, fez a sua adesão às instituições republicanas, após a implantação da República¹¹⁰.

Aprígio Augusto de Serra e Moura

Residente em Almada, foi um liberal, com ideais republicanos, e uma figura muito ligada ao associativismo almadense. Publicista de jornais republicanos, destacou-se na imprensa almadense, como administrador do jornal *A Vila* (1894-1896) e como director e proprietário do jornal *O Correio do Sul* (Janeiro de 1910). Era então director aposentado da Imprensa Nacional de Cabo Verde¹¹¹.

Não obstante uma polémica travada nas colunas do *Século* entre a Junta de Paróquia de Almada e Aprígio Augusto de Serra e Moura, em Dezembro de 1910, este apresentou os seus direitos para ser incluído no Partido Republicano local¹¹².

Arsénio Augusto V. Quaresma

Natural de Cacilhas, foi um republicano convicto e um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em Julho de 1909, foi nomeado membro substituto para a nova comissão paroquial republicana de S. Tiago de Almada¹¹³.

Industrial em Cacilhas¹¹⁴, foi também uma figura ligada ao associativismo almadense, como membro da Misericórdia de Almada, em 1916, e um dos primeiros associados e correligionários do Ginásio Clube do Sul a estar presente à tomada de posse da primeira mesa da assembleia geral deste Clube¹¹⁵, em 2 de Setembro de 1920.

Artur António Ferreira de Paiva



Nasceu no Caramujo, lugar da Cova da Piedade, freguesia de Santiago de Almada, a 29 de Abril de 1867, filho de António Cruz Paiva, comerciante, natural da freguesia de Cova do Rio, concelho de São Pedro do Sul, e de Adelaide Maria Ferreira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém, concelho de Loures¹¹⁶.

O facto de não existir então na Piedade qualquer estabelecimento de ensino primário terá sido a razão para os pais o mandarem estudar para Lisboa, onde terá recebido lições de música do professor António Gonçalves da Cunha Taborda¹¹⁷, maestro da Banda de Infantaria 13 (1881), da Banda da Guarda Municipal de Lisboa¹¹⁸ (1901) e mais tarde da Banda da Guarda Nacional Republicana, com o qual Artur de Paiva manteria ao longo da vida relações de amizade. Por volta de 1885, Artur de Paiva, artista ligado à educação musical, e outros jovens conterrâneos fundaram na Piedade a «Sociedade Musical Caramujense 23 de Julho de 1833», na qual foi instalada uma escola de música, de que foi professor¹¹⁹.

Casou na vila de Almada, na década de 1890, com Guilhermina da Glória Ferreira, nascida na freguesia de Sant'Iago de Almada, em 1873, filha de Francisco Ferreira e de Maria da Glória Ferreira.

Artur António Ferreira de Paiva foi uma figura incontornável da história do concelho de Almada, nas duas últimas décadas do século XIX e nos primeiros vinte anos do século XX. Comerciante no Caramujo, foi uma personalidade de grande integridade moral e um dos maiores dinamizadores culturais do concelho de todos os tempos.

Em 1889, no rescaldo das comemorações do I.º Centenário da Revolução Francesa, que decorreram no Pátio do Salema, em Lisboa, Artur António Ferreira de Paiva passou a frequentar alguns círculos e amigos ligados à Maçonaria, iniciando-se em 4 de Agosto de 1898 no Triângulo n.º 6, do Rito Francês, de Almada, filial da Loja *Elias Garcia* n.º 184, de Lisboa, do Grande Oriente Lusitano Unido, e passando a usar o nome simbólico de «Dantom»¹²⁰. Ainda em 1889, por decisão dos associados da referida Sociedade Musical Caramujense, esta colectividade foi extinta e fundada, em sua substituição, em 23 de Outubro, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), por Artur António Ferreira de Paiva, Carlos Aharens, Manuel Tavares, António Xavier Araújo, José António Gomes, Joaquim Francisco Caramelo, António Vicente Paes Padrão, Daniel Andrade, António Pedroso e Domingos António da Saúde. Para a nova Sociedade, transitaram os associados, os músicos, os instrumentos e a escola de música, surgindo a Banda Filarmónica de que Artur de Paiva foi o financiador, primeiro maestro, autor e compositor dos hinos da SFUAP, da Cooperativa de Consumo Piedense e de operetas que foram representadas no Teatro Garrett, sede social daquela colectividade¹²¹. Artur de Paiva foi também o primeiro maestro da Banda da Academia Almadense, fundada em 1895¹²².

A 5 de Novembro de 1899, o jornal *O Corticeiro*, pela pena de Manuel Fevereiro, referia-se-lhe do seguinte modo: «Às 11 da manhã teve lugar no salão do Theatro (Garrett), a inauguração do retrato do nosso amigo Sr. Artur Paiva, para cujo acto foi convidado o nosso director do jornal o Sr. Manuel Fevereiro, que num prolongado discurso, demonstrou tanto aos associados da referida sociedade como a todas as mais pessoas que em grande número assistiam ao referido acto, o quanto era justa aquela homenagem, prestada não a um homem mas sim às virtudes do seu coração.

«Artur Paiva, disse o Sr. Fevereiro, não é um desses afortunados, que valendo-se da posição em que o dinheiro os colocou, pretenda escarnecer e vexar os humildes, os que trabalham. Longe em pensar tão infamemente como tantos, Artur Paiva vai até ao seio daqueles que nada têm, relacionando-se com eles, escutando-lhe as suas mágoas, compartilhando com eles nas suas simplicidades e dispensando-lhes sempre que pode a sua protecção e ainda repartindo com eles os seus vastos conhecimentos musicais.

«Assim, afirmou o Sr. Fevereiro, sem receio de contestação ele poderia dizer, em ser Artur de Paiva quem mais simpatia gozava em todo o concelho, muito principalmente entre os trabalhadores para quem ele só tinha palavras de conforto e carinho. Honra pois, disse o Sr. Fevereiro, à Sociedade União Piedense, prestando assim tão justa homenagem àquele a quem devem o seu honrado nome»¹²³.

A sua fortuna pessoal abria-lhe as portas da administração local, uma vez que constava da relação dos quarenta maiores contribuintes do concelho. Nesse sentido, seria consultado pela Câmara nas decisões de maior relevo.

Em 1904 foi eleito vogal efectivo da Câmara Municipal de Almada, com as funções de secretário¹²⁴ e, em Janeiro de 1905, voltou a ser eleito vogal efectivo da Câmara Municipal¹²⁵. Em Junho daquele ano foi requisitado pela Administração do Concelho como vogal da Junta de Lançamento das Cóngruas para o ano económico de 1905-1906¹²⁶; em Janeiro de 1906 voltou a ser eleito vogal efectivo da Câmara Municipal¹²⁷; em Novembro de 1906 foi nomeado vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1907¹²⁸; em Janeiro de 1907¹²⁹ e em Fevereiro de 1908¹³⁰, voltou a ser eleito vogal efectivo da Câmara Municipal; em Junho deste ano, foi nomeado vogal da Junta de Lançamento das Cóngruas das freguesias do Concelho de Almada para o ano de 1909¹³¹.

Manteve relações de amizade com destacados vultos republicanos de Lisboa, como: Magalhães Lima, Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho, ou com figuras locais, como: Manuel Fevereiro, socialista, ou o irmão deste, Polónio Febrero, republicano. Principal líder e fundador do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia», em 22 de Julho de 1906, fez parte da comissão política municipal, em Julho de 1909, no âmbito da estrutura organizativa do Partido Republicano local¹³².

Em 27 de Abril de 1910 surgiu como presidente da Comissão Promotora da Manifestação de Homenagem a José Elias Garcia (1830-1891) – Grão-Mestre da Maçonaria em 1885 –, recebendo licença da Câmara para colocar uma lápide no prédio situado na Calçada da Pedreira, à esquina da Rua Carvalho Freirinha, propriedade de Adelaide Herculana de Almeida, que para tal deu a conveniente autorização, lápide que se destinava a evocar o nascimento daquele ilustre almadense, ocorrido na referida casa, contendo o seguinte texto: «Justiça ao Civismo. – Os conterrâneos e admiradores de José Elias Garcia, nesta lápide fixam a memória eterna do ilustre cidadão. Nesta casa nasceu o grande educador do Povo em 31 de Dezembro de 1830. Colocada em 8/05/1910»¹³³.

Participou activamente no movimento insurreccional que proclamou a República em Almada a 4 de Outubro de 1910. Nesta data, foi nomeado administrador interino do Concelho pela Junta Revolucionária Republicana, cargo em que foi confirmado pelo Governo Civil de Lisboa em 19 de Outubro de 1910¹³⁴. Foi um dos poucos líderes republicanos que não procurou beneficiar com o poder, continuando a viver apenas da sua actividade comercial.

Em 13 de Novembro de 1910 foi exonerado das funções de Administrador interino do Concelho pelo Governo Civil do Distrito¹³⁵.

Artur António Ferreira de Paiva foi nomeado em 25 de Outubro de 1911 – de acordo com o alvará do Governo Civil de 16 de Agosto e o voto favorável da vereação – vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara de Almada, preenchendo assim a vaga deixada em aberto pelo pedido de exoneração do presidente Galileu da Saúde Correia¹³⁶. Em sessão pública da Câmara, realizada a 10 de Janeiro de 1912, foi eleito – contra vontade – presidente da Comissão Administrativa da Câmara¹³⁷, pelo que veio a ser substituído interinamente nessas funções pelo vice-presidente Júlio César de Magalhães. A 12 de Junho do mesmo ano foi empossado como presidente da Comissão Administrativa da Câmara¹³⁸ e, nos anos de 1913 e 1914, foi eleito conselheiro municipal¹³⁹. Em Janeiro de 1916, Artur de Paiva foi eleito vice-presidente da Câmara, presidida por Júlio César de Magalhães, e, em Janeiro de 1917, presidente da Câmara Municipal¹⁴⁰. Posteriormente, e após muitas insistências, aceitou por um curto período a presidência da Câmara Municipal, mas a desilusão foi-se acumulando face às divergências no interior do Partido Republicano.

Surge em 1921 como presidente do Senado Municipal – a que corresponde hoje a Assembleia Municipal – sendo o professor Alfredo Pimenta presidente da Comissão Executiva da Câmara¹⁴¹.

Com o advento da Ditadura, os últimos anos de vida de Artur António Ferreira de Paiva constituíram tempos de grande amargura e profunda desilusão pelo comportamento político de alguns dos seus antigos correligionários republicanos, sobretudo dirigentes locais, que passaram a trair abertamente os princípios democráticos, apoiando as forças do novo regime do «Estado Novo» que emergiam entre os escombros da I.ª República. Afirmou-nos Júlia Eugénia de Figueiredo, viúva de Eugénio Rangel Febrero¹⁴², que «Artur António Ferreira de Paiva, envergonhado com o comportamento moral e político de alguns dos seus antigos correligionários apenas saía de noite para não ter de se cruzar com eles nas ruas da Cova da Piedade».

O jornal *O Almadense*, de 15 de Julho de 1928, destacava a seguinte notícia: «Artur Paiva. No grande salão do Clube Piedense, com sede no Caramujo, realizou-se há dias uma brilhante festa de homenagem ao Exmo. Sr. Artur de Paiva, um dos mais distintos filhos de Almada, belo carácter, doublé duma delicada organização de artista musical. Esta homenagem levou-a a efeito a Banda da Sociedade Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, que assistiu ao acto, executando ali um brilhantíssimo concerto. *O Almadense* juntando o seu aplauso a homenagem tão justa, apresenta os seus cumprimentos ao artista, e ao mesmo tempo velho e íntegro republicano, Sr. Artur de Paiva»¹⁴³. O mesmo jornal, datado de 14 de Julho de 1929, inseria uma fotografia de Artur António Ferreira de Paiva com o seguinte texto: «Ainda há republicanos em Portugal. Um deles, íntegro, indefectível, coerentíssimo, é o Sr. Artur Ferreira de Paiva. Na galeria dos republicanos almadenses sinceros, úteis e cada vez mais indispensáveis, existem ainda muitos, felizmente, mas não há ninguém aí que seja capaz de dizer que a ideia República se não encontre verdadeiramente encarnada na pessoa de Artur de Paiva. Digam todos connosco: Viva Artur de Paiva – Viva a República!»¹⁴⁴.

Respeitado nos meios republicanos, socialistas e anarquistas, Artur de Paiva era temido nos sectores sociais e políticos mais conservadores do concelho.

Artur António Ferreira de Paiva faleceu com 66 anos, a 26 de Junho de 1933, na sua residência situada na Ponte do Caramujo, realizando-se o funeral no dia seguinte para o cemitério de Almada¹⁴⁵.

Artur da Fonseca Rodrigues



Residente em Almada, foi um dos fundadores e dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (1907). Casou, por volta de 1910, com Teresa Lopes¹⁴⁶, irmã de José Justino Lopes, comerciante, maçom e republicano em Almada.

Em 20 de Maio de 1908, fazia parte da “Comissão Protectora da Infância”, que geria então a Escola Primária do Centro Republicano «Capitão Leitão», em Almada¹⁴⁷. Ensaíador do Grupo Coral¹⁴⁸ («orpheon») infantil deste Centro, Artur da Fonseca Rodrigues, figura ligada à educação musical e cultural popular, participou em várias sessões solenes com o referido «orpheon», nomeadamente na inauguração da nova sede do Centro Capitão Leitão na Rua Direita de Almada, na tarde de domingo de 21 de Agosto de 1910, com o concurso das Tunas “Estribilho” e “Mutellense”¹⁴⁹.

Artur Rodrigues foi encarregado pela direcção do Centro «Capitão Leitão» para ir a Lisboa comprar o *filéle* para que a sua mulher e Judite Rodrigues fizessem uma bandeira nova para o dito Centro, bandeira que flutuou no dia 4 de Outubro de 1910 no Castelo de Almada¹⁵⁰. Na véspera da implantação da República, desde a madrugada daquele dia, Artur Rodrigues participou no movimento revolucionário em Almada¹⁵¹, na companhia de José Justino Lopes, Firmino da Silva, Frederico Fragoso e outros republicanos locais.

Em representação do Governo, fez parte da «comissão de fiscalização à indústria corticeira» no Concelho, desde Dezembro de 1910, com Mário Guerreiro e Pedro Pires¹⁵². Além dos cargos exercidos nos corpos gerentes do Centro «Capitão Leitão»¹⁵³, como o de 1.º secretário da assembleia geral deste Centro, em 1910, foi nomeado pela Câmara Municipal, a 20 de Novembro de 1911, como membro da “Comissão de Gestão Republicana” da Santa Casa da Misericórdia de Almada¹⁵⁴.

Artur Pato

Residente na vila de Almada, foi eleito, em 1 de Março de 1908, secretário do conselho fiscal do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»¹⁵⁵.

Augusto Maria da Silveira

Natural de Almada, nasceu em 1835, filho de Francisco António da Silveira e de Luísa Carlota Silveira. Morador nesta vila, casou, em 1859, com Antónia Correia, natural da freguesia de Santiago de Almada.

Augusto Maria da Silveira, proprietário, republicano convicto e figura ligada ao associativismo almadense, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (1907).

Morreu em Almada¹⁵⁶ em 12 de Dezembro de 1909.

Augusto Maria da Silveira Júnior

Natural de Almada, nasceu em 1861, filho de Augusto Maria da Silveira e de Antónia Correia Silveira.

Augusto Maria da Silveira Júnior, activo militante do Partido Republicano, colaborador do jornal *o Século*, era casado, de 27 anos de idade, comerciante e morador na vila de Almada. «Faleceu de ferimento por arma de fogo»¹⁵⁷ de um soldado, na manhã de 22 de Maio de 1888, quando pretendia apaziguar um tumulto provocado por um ébrio defronte da Câmara Municipal. Posteriormente, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, em sessão de 20 de Novembro de 1910, deu o seu nome à antiga Rua do Forno, de Almada¹⁵⁸.

José Relvas, Jerónimo Bravo, Pedro de Melo e outros republicanos fizeram uma romagem ao Cemitério de Almada para deporem flores na sepultura de Augusto Maria da Silveira Júnior, em 16 de Junho de 1907, aquando da inauguração do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (ver doc. n.º 3, em Apêndice Documental).

Augusto Maria Cardoso da Silveira

Natural de Almada e parente dos anteriores, foi um dos cidadãos nomeados pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal, em sessão de 20 de Novembro de 1910, para membro da “Comissão de Gestão Republicana” da Misericórdia de Almada.

Augusto Maria Cardoso da Silveira desempenhou outras funções, nomeadamente de 2.º secretário da assembleia geral do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»¹⁵⁹.

Avelino de Castro Rodrigues

Residente em Almada, foi uma figura ligada ao associativismo e à arte de Talma. Fez parte, em 1905, de uma comissão encarregada da construção de um teatro para a Incrível Almadense¹⁶⁰, então com sede social situada na Rua D. José de Mascarenhas.

Avelino de Castro Rodrigues, dirigente da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», foi eleito, em 1 de Março de 1908, presidente do conselho fiscal daquele Centro¹⁶¹.

Barnabé Loyo

Residente em Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Secretariou uma assembleia-geral deste Centro (que deliberou a adesão das escolas ao Congresso Municipalista) realizada em Lisboa, em 21 de Abril de 1909, participando no cortejo infantil com os seus oitenta alunos e respectivo estandarte¹⁶².

Bartolomeu Constantino



Natural de Olhão, freguesia de N.ª Senhora do Rosário, nasceu em 23 Junho de 1863, filho de Antónia da Cruz, solteira, e de pai incógnito.

De origem humilde, aprendeu o ofício de sapateiro com o padrinho de baptismo, José Francisco Xavier. Autodidacta e defensor do anarquismo, estabeleceu-se com uma pequena oficina de sapateiro num vão de escadas de um edifício na Mutela¹⁶³, Almada. Por volta de 1900, destacou-se no movimento associativo e, em particular, em comícios e reuniões das assembleias-gerais da Associação de Classe dos Corticeiros. Dirigente do «Centro de Instrução e Propaganda Livre de Almada», participou na organização do teatro na Academia Almadense, em Almada, e do Grupo de Teatro «Ferrer», na Mutela, e foi presidente da assembleia-geral da Cooperativa Piedense¹⁶⁴.

Bartolomeu Constantino empolgava as multidões nos grandes comícios da época contra a Monarquia, a exploração capitalista e influenciava a orientação do operariado corticeiro nas suas reivindicações.

Por esse tempo, os monárquicos vêem aproximar-se o fim do regime enquanto os republicanos acreditavam ingenuamente que bastaria destronar o rei para o país resolver todos os problemas. Num outro extremo ideológico encontravam-se os socialistas não marxistas, os socialistas marxistas de Azedo Gneco e os anarquistas libertários, todos eles acreditando que não bastaria acabar com a monarquia para melhorar as condições de vida do povo. No entanto, enquanto os marxistas e os anarquistas radicais consideravam que o seu objectivo apenas seria conseguido através de uma profunda revolução, quiçá sangrenta, os socialistas não marxistas, também chamados “possibilistas”, acreditavam na possibilidade de mudar aos poucos, com reformas pontuais e dentro do regime existente.

Bartolomeu Constantino era um anarquista muito próximo dos possibilistas. Frequentemente esteve próximo dos republicanos, que considerava aliados táticos, atendendo que a destituição do rei era, para ele, um primeiro passo positivo para a libertação e igualdade entre os homens. Lutou pela criação de plataformas de entendimento entre possibilistas, anarquistas e republicanos, o que lhe valeu encarniçadas críticas dos anarquistas radicais e dos marxistas, que o acusaram de estar em consonância com a polícia e os capitalistas. Como resultado do seu esforço, foi fundada em 1899 a União Socialista e, em 1901, a Federação Socialista Livre, com grupos autónomos por todo o País, inclusive Cacilhas, onde subsistiu durante algum tempo o Centro Socialista local.

Bartolomeu Constantino, não obstante ser anarquista, próximo dos socialistas possibilistas, defendeu ideais republicanos, participando no movimento revolucionário em Almada, na véspera da implantação da República, na manhã de 4 de Outubro de 1910, na companhia de Feio Terenas, Galileu Correia, Mário Guerreiro e outros que tomaram caminho das fábricas Symington & C.^a (Cacilhas), Bucknall & Sons, Scholtz Bucknall e Hilário Pilo (Margueira), onde os operários acudiram ao apelo de apoio ao novo regime republicano¹⁶⁵.

Bernardino Pereira Duarte

Residente no Monte de Caparica, foi nomeado pela Câmara Municipal, em 19 de Outubro de 1910, como membro substituto da Comissão de Recenseamento Militar¹⁶⁶.

Carlos Alexandre dos Santos

Natural da Fonte Santa, lugar da freguesia de Caparica, foi associado do Centro Escolar Republicano Capariquense. Carlos dos Santos, empregado de escritório na Fonte Santa, foi um dos militantes do Partido Republicano Evolucionista a não aceitar um acordo de entendimento ou coligação proposto pelo Partido Democrático, em fins de Outubro de 1916, abstendo-se o referido Partido R. Evolucionista de concorrer às urnas nas eleições municipais¹⁶⁷.

Carlos António



Natural da Cova da Piedade, nasceu em 1883, filho de Justino António, corticeiro, e de Maria Engrácia, lavadeira, naturais da freguesia de Santana da Serra, concelho de Ourique, residentes no Caramujo, lugar da freguesia de Santiago de Almada. Carlos António, o «Carlos da Escolha», era irmão de Domingos António, casado com Ana Figueiredo, de que houve, entre outras filhas, Júlia Eugénia de Figueiredo, que casou com Eugénio Rangel Febrero, filho único do primeiro matrimónio de Polónio Febrero Júnior e de Celeste Guimarães Rangel, falecida de parto em 22 de Maio de 1913.

Carlos António foi um dos associados do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia». Republicano e amigo pessoal de Polónio Febrero Júnior, Artur Ferreira de Paiva e Jaime de Amorim Ferreira¹⁶⁸, era na época encarregado dos «escolhedores de rolhas» da fábrica Henry Bucknall & Sons, Ltd. Figura ligada ao associativismo, Carlos António foi dirigente do Clube Recreativo Piedense, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e da Cooperativa de Consumo Piedense¹⁶⁹.

Em Dezembro de 1910, foi escolhido para membro efectivo da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada¹⁷⁰.

Morreu na Cova da Piedade em 25 de Fevereiro de 1956.

Carlos Augusto Caimoto

Residente em Almada, foi um dos dirigentes do Centro Republicano «Capitão Leitão». Presidiu a uma assembleia geral daquele Centro, secretariada por Barnabé Loyo e Firmino da Silva, que deliberou a adesão das escolas ao Congresso Municipalista realizada em Lisboa, em 21 de Abril de 1909, participando no cortejo infantil com os seus oitenta alunos e respectivo estandarte¹⁷¹.

Carlos Caimoto, solicitador judicial da Comarca de Almada¹⁷², republicano convicto, teve uma escola particular nos meados do primeiro quartel do século XX¹⁷³.

Carlos Mendes Egreja



Residente em Cacilhas, Carlos Egreja, empregado no comércio, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão».

Figura muito ligada ao associativismo popular, foi associado da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, do Clube «José Avelino» em 1906, (que possuía um animatógrafo que começou a funcionar, em 1919, com a máquina de manivela do Carlos Egreja)¹⁷⁴, dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, (onde ocupou a posição de 2.º Comandante, desde 1892)¹⁷⁵, e do Ginásio Clube do Sul, onde presidiu à primeira assembleia geral, em 2 de Setembro de 1920, e tendo ocupado este cargo até princípios da década de 1930¹⁷⁶.

Republicano convicto, foi 2.º secretário da direcção do Centro «Capitão Leitão» e membro efectivo da Junta da Paróquia de Almada¹⁷⁷, em 1910 - 1911. Carlos Egreja, militante do Partido R. Democrático, era, em Dezembro de 1924, presidente da Comissão Administrativa da Câmara¹⁷⁸ para o exercício de 1925, eleito após a demissão colectiva do anterior executivo¹⁷⁹, presidido por Mário Baptista Cardoso Marques.

Morreu em Cacilhas em 6 de Dezembro de 1937¹⁸⁰.

Carlos Sanches



Nasceu em Almada, em 1891. Republicano convicto, tomou parte activa nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915. Pela lei n.º 534, de 18 de Maio de 1916, foi reconhecido como «revolucionário civil»¹⁸¹.

Colaborador do semanário almadense: *1935 – de Semana a Semana*, dirigido por Felizardo Sanches Artur¹⁸², foi Fiscal de Impostos. Antes de nascer a sua filha, Lídia Alves Sanches (futura esposa de António Henriques, prestigiado dirigente da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e autor de monografias sobre a história desta colectividade), esteve destacado como Fiscal de Impostos¹⁸³ em serviço nas fábricas de álcool na vila da Calheta, Funchal, em 1918.

Morreu em Almada em 17 de Maio de 1951.

Casimiro José da Silva

Lojista e residente na Mutela, foi nomeado, em Outubro de 1906, pela Câmara Municipal de Almada, como vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o exercício de 1907¹⁸⁴. Em Novembro de 1910, foi indigitado pela Comissão Administrativa da Câmara, como vogal substituto da Junta de Repartidores do Imposto Industrial, para o ano de 1911¹⁸⁵ e, em Outubro de 1911, voltou a ser nomeado pela Câmara para servir no ano de 1912, como vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar¹⁸⁶.

Cassiano Baptista da Silva



Natural de Almada, filho de Júlio César da Silva e de Eugénia Rita da Silva.

Comerciante em Lisboa e figura ligada ao associativismo popular almadense, destacou-se no teatro, nomeadamente no Teatro do Clube Recreativo José Avelino, fundado em 1906, e no Teatro Universo, em Cacilhas. Neste Teatro, participou, a título de exemplo, na famosa revista em 3 actos e 7 quadros:

«Mentiras e Disparates», original de Jerónimo Louro, musicada pelo maestro Leonel Duarte Ferreira, em 1916. Ocupou ainda o cargo de enfermeiro nos Bombeiros Voluntários de Cacilhas¹⁸⁷.

Foi eleito secretário da Comissão Administrativa da Câmara, em 1924. Com a demissão colectiva do executivo a que pertencia, em 18 de Dezembro do mesmo ano¹⁸⁸, passou a integrar a Comissão Administrativa presidida por Carlos Mendes Egreja, eleita a 22 de Dezembro daquele ano¹⁸⁹.

Iniciado na maçonaria em 28 de Setembro de 1925, na Loja *Fénix* n.º 429, do Rito Escocês Antigo e Aceito, com o nome simbólico de «Manuel Arriaga», quando aquele laborava sob os auspícios do Grémio Luso-Escocês, ingressou no Grande Oriente Lusitano Unido com a mesma Oficina (decreto n.º 16, de 9 de Março de 1926)¹⁹⁰.

Deocleciano César Augusto de Sousa

Natural de Almada, filho de Matias da Visitação de Sousa, antigo contador de Almada. Em 1906, segundo o jornal *O Mundo*, Deocleciano de Sousa, auxiliar dos correios, foi «muito perseguido pelos monárquicos por professar ideias republicanas e, há cerca de quatro anos, foi à ordem do juiz Veiga internado no Hospital de Rilhafoles»

António Baptista Ferreira, director do *Correio do Sul*, reclamava publicamente: «não há motivo para ali continuar [...]. Era humano e de toda a justiça que aquele infeliz fosse desde já submetido a uma junta médica que decidisse se ele deve ou não continuar ali. Com ansiedade se aguarda a restituição daquele bom amigo à sociedade e à família, bem como a reintegração no seu lugar de aspirante dos correios que, com bom critério, sempre exerceu»¹⁹¹.

Eduardo José Gonçalves Pina

Residente em Almada, foi dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em 1918, foi um dos republicanos nomeados para a comissão encarregue de reorganizar aquele Centro de Almada¹⁹².

Ernestino Manuel Mateus

Residente na Costa de Caparica, em 25 de Outubro de 1911 foi empossado pela Comissão Administrativa da Câmara como vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar, para o ano de 1912¹⁹³.

Ernesto Victor Pinto

Residente em Almada, foi dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em Dezembro de 1910, foi eleito para vogal suplente do conselho fiscal daquele Centro¹⁹⁴.

Evaristo Alves de Melo

Natural de Tondela, freguesia de Ferreiroz, nasceu em 1864, filho de pai incógnito e de Maria Joaquina Alves. Residente e proprietário na vila de Almada, foi dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em 1 de Março de 1908, foi eleito tesoureiro da direcção daquele Centro¹⁹⁵.

Morreu em Almada em 30 de Junho de 1909¹⁹⁶.

Filipe Adrião

Residente e lojista na Costa de Caparica, foi um republicano convicto na freguesia de Caparica, ainda antes da fundação do Centro Escolar Republicano Capariquense. Em Outubro de 1910, foi empossado pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Paróquia da Freguesia de Caparica¹⁹⁷.

Firmino da Silva



Natural de Almada, nasceu a 11 de Outubro de 1888.

Fundador e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (1907), Firmino da Silva fez parte de um grupo de republicanos almadenses (José Justino Lopes, Artur da Fonseca Rodrigues, Frederico Fragoso e outros) que participou no movimento revolucionário na véspera da implantação da República em Portugal¹⁹⁸. Fervoroso e activo

republicano, desde muito novo, foi também uma figura muito ligada ao associativismo popular, onde fez parte, durante muitos anos, dos corpos gerentes da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e da Associação de Socorros Mútuos «Primeiro de Dezembro»¹⁹⁹. Participou também nos corpos gerentes do Centro Capitão Leitão, nomeadamente no ano de 1909, onde secretariou uma assembleia geral que deliberou a adesão das escolas ao Congresso Municipalista realizada em Lisboa²⁰⁰, em 21 de Abril daquele ano, participando no cortejo infantil com os seus oitenta alunos e respectivo estandarte; ou ainda em reuniões na Junta de Paróquia de Almada, uma das quais realizada em 24 de Dezembro de 1910, para discutir a organização de um «batalhão voluntário»²⁰¹ na freguesia de Almada.

Firmino da Silva, ligado aos meios de inspiração maçónica, foi sócio n.º 1757 da *PRO PATRIA*²⁰², de Lisboa, grupo fundado em 12 de Outubro de 1910. Foi reconhecido como «revolucionário civil»²⁰³ pela Lei n.º 534, de 18 de Maio de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915.

Nos finais da década de 1910, era um dos poucos republicanos civis autorizados a andar armado «para segurança e defesa da República»²⁰⁴, pela Administração do Concelho. Militante da Esquerda Democrática, nos princípios de 1926, foi presidente da comissão municipal daquela força política em Almada²⁰⁵. Após a ditadura militar de 1926, e no decorrer do «Estado Novo», escondeu, durante muitos anos, o «estandarte» e «guião» do Centro Republicano «Capitão Leitão»²⁰⁶.

Foi um exímio guitarrista, tendo sido considerado um dos melhores no país. Teve vários irmãos, entre os quais Manuel Silva, barbeiro estimado na vila.

Quando se aposentou da Função Pública, foi-lhe prestada merecida homenagem, num restaurante do Ginjal, a que assistiram uma centena de amigos e admiradores. Usaram da palavra vários oradores que enalteceram o seu carácter, honestidade e verticalidade, durante toda a sua vida.

Morreu em Almada em 31 de Dezembro de 1965.

Florêncio Ricardo Domingues

Natural da freguesia de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, era familiar de Augusto Ricardo Domingues, lojista, residente no Porto Brandão²⁰⁷, de José

Ricardo Domingues²⁰⁸, ambos vereadores da Câmara, antes da implantação da República, e de Júlio Ricardo Domingues²⁰⁹, todos residentes no Monte de Caparica.

Florêncio Ricardo Domingues, descendente de Florêncio José Domingues, moleiro no Monte de Caparica, no 1.º quartel do século XIX,²¹⁰ residia no lugar da Paulinha e era operador de obras públicas quando tomou posse, em 12 de Outubro de 1910, na sede do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», como vereador efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, com os pelouros de «Viação, Obras e Matadouro municipal»²¹¹. Fundador do Centro Republicano Capariquense (13 de Novembro de 1910)²¹², era membro da direcção deste Centro, em 1911.

Na acta da vereação da Câmara, de 26 de Dezembro de 1910, compulsamos uma curiosa referência ao registo de baptismo de três filhos de Florêncio Ricardo Domingues, ocorrido em simultâneo a 18 de Novembro desse ano, tendo o presidente da Comissão Administrativa da Câmara, Galileu da Saúde Correia, sido testemunha de um deles. Nesta acta camarária é notória alguma tensão entre Galileu Correia e Florêncio Ricardo Domingues, por aquele não querer justificar ao seu colega uma falta à sessão pública da Câmara quando este vereador, à mesma hora, se encontrava com o próprio presidente do município a proceder ao registo das crianças²¹³. Além deste episódio, encontramos, após a implantação da República, outros registos onde os ânimos se exaltavam com frequência entre os vereadores, como veio a acontecer, em 19 de Fevereiro de 1911, a Florêncio Ricardo Domingues, em conflito com o vice-presidente Jaime de Amorim Ferreira, que colocou em causa a sua honestidade na direcção dos trabalhos de um caminho municipal realizado na Caparica, no decurso de um dos últimos mandatos das vereações em regime monárquico²¹⁴. Em 5 de Março deste ano, acusado de aproveitamento ilícito das suas funções durante o período referido, solicitou uma sindicância para esclarecimento do assunto, suspendendo as funções²¹⁵, mas passado pouco tempo apresentou a renúncia do cargo, sendo substituído por José Custódio Gomes, membro do Partido Socialista, residente em Cacilhas²¹⁶.

Florêncio Ricardo Domingues foi maçom, iniciado em 3 de Fevereiro de 1911 na Loja Paz n.º 269, do Rito Escocês Antigo e Aceito, de Lisboa, com o nome simbólico de «Afonso Domingues». Com atestado de quite em 14 de Junho de 1912²¹⁷.

Francisco Caetano Dinis



Natural de Almada, nasceu em 2 de Outubro de 1880, filho de João Caetano Dinis e de Carlota da Costa Dinis. Com oito anos foi internado na Casa Pia de Lisboa, onde adquiriu instrução e aprendeu o ofício de tanoeiro.

Francisco Caetano Dinis, o «Chico da Casa Pia», tanoeiro da Tanoaria de Francisco da Cerca, no “Corredor do cais do Ginjal”²¹⁸, trabalhou depois no Parry & Son, fez descargas de trigo nas fragatas e, finalmente, no Arsenal da Marinha de Lisboa.

No movimento associativo desenvolveu as suas qualidades de cidadão republicano abnegado, ocupando cargos nos corpos gerentes da Academia Almadense e na Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro. Foi um dos fundadores da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada, em 26 de Agosto de 1913.

Nos momentos mais agitados que a vila viveu na 1.ª República, o «Chico da Casa Pia» chegou a ser preso no tempo de Sidónio Pais. Em 1926, era vogal substituto da Comissão Municipal da Esquerda Democrática em Almada, sob a presidência de Firmino da Silva²¹⁹.

Morreu em Almada em 1945.

Francisco Caramelo Baptista

Natural do concelho de Estremoz, nasceu em 1867, filho de Francisco Maria Baptista e de Maria Umbelina Caramelo²²⁰. Operário corticeiro e residente na vila de Almada foi eleito, a 1 de Março de 1908, para os corpos gerentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»,²²¹ como secretário da assembleia-geral.

Morreu em Almada em 15 de Setembro de 1930.

Francisco da Costa

Natural do concelho de Santiago de Cacém, na freguesia de Sines, nasceu em 1855, filho de João da Costa e de Maria Joana. Foi eleito, a 1 de Março de 1908, vice-presidente da assembleia-geral do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»,²²² de Almada.

Francisco da Costa, corticeiro da fábrica da Margueira²²³, dirigente associativo da Cooperativa Piedense e presidente da Associação dos Corticeiros de Almada em 1909-1910, foi um dos operários proeminentes nas lutas do movimento operário²²⁴, antes e depois da implantação da República, em Almada e Lisboa.

Morreu na Cova da Piedade em 1920.

Francisco Duarte Canelas



Natural de Caparica, foi um dos principais lavradores desta freguesia no primeiro quartel do século XX. Fundador do Clube Recreativo Capricho (1910), dirigente do Centro Republicano Capariquense em 1911, foi eleito, em Janeiro de 1914, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²²⁵. Neste ano, Francisco Canelas era um dos 24 indivíduos que constituíam o Conselho Municipal.

Numa sessão plenária da Câmara, ocorrida nos princípios de Janeiro de 1917, compulsamos a presença de Francisco Canelas, como vice-presidente da mesa, Artur Ferreira de Paiva, como presidente, Raul Flores, secretário, e João da Rosa Lima, vice-secretário, no processo da eleição dos vereadores da Comissão Executiva da Câmara Municipal, fixando a realização das sessões ordinárias às quartas-feiras, pelas 13 horas, e a distribuição dos pelouros²²⁶.

Anos mais tarde, Francisco Canelas será amigo pessoal do industrial Alfredo da Silva, elemento da plutocracia monárquica..., então director da «Companhia União Fabril (CUF)» do Barreiro, ao ponto de se tornar um dos accionistas desta empresa.

Francisco José de Pinho

Residente na Charneca de Caparica, proprietário, foi um dos 24 cidadãos que, em 1914, constituíam o Conselho Municipal. Neste ano, foi eleito, em 2 de Janeiro, vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²²⁷. Dois anos depois, era vereador da Câmara²²⁸.

Francisco José da Silva



Natural de Oleiros, Ponte da Barca, nasceu em 1880, filho de António Joaquim da Silva e de Luísa Maria. Residiu na vila de Almada, onde foi eleito, a 1 de Março de 1908, 1.º secretário da assembleia-geral do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»²²⁹. Foi reconhecido como «revolucionário civil»²³⁰ pela Lei n.º 669, de 3 de Abril de 1917, devido à sua participação nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do

general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915.

Em 18 de Dezembro de 1924 fazia parte da Comissão Administrativa da Câmara, presidida por Mário Batista Cardoso Marques, quando o executivo apresentou a demissão colectiva²³¹. Foi eleito em 22 de Dezembro do mesmo ano como secretário da Comissão Administrativa presidida por Carlos Mendes Egreja²³². Por impugnação suscitada por Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, tendo passado a ocupar as funções de vice-presidente²³³.

Francisco José da Silva («O Saloio») foi figura de relevo no movimento associativo almadense²³⁴: executante da banda e dirigente da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, durante quatro décadas, e da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro. Com a profissão de contínuo, colaborou em jornais da capital. Dirigiu, em 1927, o boletim *O Incrível*, órgão da colectividade mais antiga do concelho.

Morreu em Almada²³⁵ em 9 de Janeiro de 1949.

Francisco Luís de Oliveira

Natural do Monte de Caparica, alfaiate²³⁶, foi um republicano convicto que participou e dirigiu várias reuniões e conferências naquela freguesia, como sucedeu nas vésperas das eleições²³⁷ (disputadas pelo Governo e pelo Partido Republicano), em Agosto de 1910. Foi um dos membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, nomeada perante o administrador interino do Concelho, Artur António Ferreira de Paiva, em 12 de Outubro de 1910²³⁸. Coube-lhe o pelouro dos Cemitérios e, em acumulação de cargo, a 20 de Novembro do mesmo ano, a nomeação para vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial²³⁹.

Francisco Luís de Oliveira, um dos mais velhos republicanos no concelho,²⁴⁰ foi quem presidiu à sessão da inauguração do Centro Escolar Republicano Capariquense, em 13 de Novembro de 1910.

Na sessão pública, da Comissão Administrativa, de 29 de Abril de 1911, Francisco Luís de Oliveira chamou a atenção para a necessidade premente de alugar uma casa onde fosse instalado o Posto do Registo Civil, que até ali funcionava no Centro Republicano do Monte²⁴¹.

Em Julho de 1911, pediu a exoneração das funções de vogal da referida Comissão Administrativa, na sequência da sindicância ao processo de adjudicação de uma obra no cemitério municipal de Caparica²⁴².

Francisco de Oliveira Padrão

Natural de Beja, freguesia de Cuba, nasceu em 1882, filho de Carlos Miguel Padrão e de Maria das Neves.

Francisco de Oliveira Padrão tomou posse, em 12 de Outubro de 1910, na sede do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», como vereador efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²⁴³. Corticeiro na Piedade, foi eleito, em Janeiro de 1914, vogal efectivo da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Almada²⁴⁴. Renunciou ao cargo em Abril daquele ano, alegando falta de saúde, quando na realidade entrara em divergência com o vogal Jaime de Amorim Ferreira²⁴⁵.

Em Janeiro de 1914 tinha sido nomeado, em acumulação de cargo, para uma Comissão Municipal que se propunha resgatar a dívida que a Câmara tinha para com a Caixa Geral de Depósitos²⁴⁶.

Morreu em Almada²⁴⁷ em 25 de Julho de 1915.

Francisco Pinto Matos da Silva

Residente em Almada, foi nomeado pela Junta Revolucionária Republicana, em Outubro de 1910, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²⁴⁸. Em Junho de 1914 era vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara quando foi notificado pelo Presidente Júlio César de Magalhães, no sentido de substituir o vogal João Rodrigues Lage que, por recurso apresentado por Jaime de Amorim Ferreira, contra a sua eleição, fôra convidado a retirar-se do exercício das respectivas funções²⁴⁹. No triénio de 1916-1918, foi eleito para vogal²⁵⁰ da mesa administrativa da Misericórdia de Almada,

após a quarta convocação para a eleição do provedor, escrivão, tesoureiro e vogais desta Casa, em finais de Junho de 1916.

Francisco Ribeiro

Residente na Cova da Piedade, foi proposto pela Junta Revolucionária Republicana, em Outubro de 1910, para fazer parte da Comissão Administrativa da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada²⁵¹. Foi nomeado, quase um mês depois, como vogal²⁵² desta Junta, sob a presidência de Polónio Febrero Júnior.

Morreu na Cova da Piedade²⁵³ em 11 de Setembro de 1946.

Frederico José Fragoso

Residente em Almada, fundador e associado do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em 1907. Frederico Fragoso fez parte de um grupo de republicanos almadenses que, no dia 4 de Outubro de 1910, participou no movimento revolucionário em Almada, na véspera da implantação da República em Portugal²⁵⁴.

Em Novembro de 1910, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara como membro da Comissão de Gestão Republicana que passou a gerir a Santa Casa da Misericórdia de Almada²⁵⁵. Republicano convicto, foi eleito, um mês depois, para os corpos gerentes do Centro «Capitão Leitão», como vogal efectivo do conselho fiscal²⁵⁶.

Galileu da Saúde Correia



Nasceu na Cova da Piedade, lugar da freguesia de Santiago de Almada, em 31 de Agosto de 1888, filho de Joaquim José Correia, comerciante e natural de Setúbal, e de Margarida da Saúde, natural de Seixal²⁵⁷.

Republicano convicto, Galileu Correia participou, antes da implantação da República, em vários comícios, assembleias e reuniões políticas de propaganda republicana em Almada, Cova da Piedade, Trafaria, Costa de Caparica, Charneca e outros locais da margem sul do Tejo. Por exemplo, discursou, em Abril de 1910, na sessão comemorativa do 3.º aniversário do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»²⁵⁸, que contou com a presença do dr. Carlos Babo e outras figuras; discursou, em nome

do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia», na Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro²⁵⁹, em Junho de 1910. Ao nível das assembleias eleitorais, fez parte da mesa nas eleições de 28 de Agosto de 1910, em representação do Partido Republicano²⁶⁰, em oposição a Patrício de Serra e Moura, em representação da lista governamental. Neste acto eleitoral, a lista republicana ganhou as eleições em Almada.

Galileu da Saúde Correia casou, a 19 de Setembro de 1910, na Administração do Concelho de Almada, com Maria Amália Paiva.

Foi fundador do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia», da Cova da Piedade, e membro da Maçonaria. Com o triunfo da revolução republicana neste concelho, a 4 de Outubro de 1910, a Junta Revolucionária Republicana – de que fazia parte – designou-o para presidir a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²⁶¹.

Em sessão pública que decorreu nos Paços do Concelho, a 4 de Junho de 1911, Galileu da Saúde Correia informou os seus pares que «tendo sido nomeado pelo Governo da República para o exercício de um lugar dependente do Ministério das Finanças, cujas funções são incompatíveis com as que nesta corporação exerce, cumpria o dever de solicitar dos seus colegas a exoneração do lugar que aqui ocupa, aproveitando o ensejo para agradecer a cooperação sempre proveitosa e lealíssima que em todos encontrou e esperando merecer de todos a desculpa de qualquer acto que porventura houvesse praticado e de algum modo ligeiramente ferisse as suas susceptibilidades. Que ao sair do lugar, cujo exercício é sobremaneira espinhoso, não leva saudades, restando-lhe significar o desejo que sente de que todos os vogais desta Comissão (Administrativa), seus dignos colegas, prossigam no caminho encetado de desenvolvimento e engrandecimento do concelho»²⁶².

Anos mais tarde, Galileu da Saúde Correia, conhecido comerciante, em sociedade com alguns amigos, entre os quais o seu correligionário e conterrâneo Jaime de Amorim Ferreira, fundou uma casa bancária em Lisboa com balcões em São Tomé e Príncipe e em Angola, aproveitando as boas oportunidades de negócio suscitadas pela grande procura internacional de café produzido naquelas colónias portuguesas. Mas, em 1929/1930, em consequência da “Grande Depressão” iniciada nos Estados Unidos da América, com efeitos dramáticos por todo o mundo, caíram os preços das matérias-primas, as cotações das empresas desvalorizaram-se nas bolsas e registaram-se falências em série, o que foi dramático para

o negócio de Galileu da Saúde Correia, dos seus sócios e investidores que acabaram por ser vítimas daquele desastre especulativo, tal como centenas de depositantes que lhes haviam confiado as suas poupanças. Supomos que é nessa época que o seu casamento é anulado por sentença de divórcio, tendo partido para Inglaterra e mais tarde para Angola, onde instalou um negócio de exportação de peles, que manterá durante longos anos, tendo regressado a Lisboa no início dos anos cinquenta, com a saúde muito debilitada.

Morreu de pneumonia, em Lisboa, freguesia de S. Mamede, em 17 de Outubro de 1955. O corpo foi transferido mais tarde para o jazigo de família no Cemitério de Almada²⁶³.

Gil Gonçalves

Residente em Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Em 1918, foi nomeado para uma comissão encarregue de reorganizar aquele Centro de Almada²⁶⁴. Foi director do jornal *O Despertar*²⁶⁵: *semanário do P.R.P. e defensor dos interesses da margem sul do Tejo*, editado em Almada, desde 16 de Abril de 1922.

Guilherme António Pedroso

Residente na Cova da Piedade, com a profissão de carpinteiro, fez parte da estrutura organizativa do Partido Republicano no concelho, através da comissão política paroquial de Santiago de Almada²⁶⁶, em 1909. Participou na votação para a eleição da nova mesa administrativa da Misericórdia de Almada,²⁶⁷ em 1916.

Guilherme Coração

Nasceu em Lisboa, em Fevereiro de 1870. Viveu no Barreiro e, posteriormente, em Almada, nos últimos vinte e cinco anos da sua vida.

Sapateiro de profissão, Guilherme Coração foi figura das mais celebradas entre cultivadores do fado castiço, criador de música para muitas letras da sua autoria. Como fadista percorreu várias terras do país, tendo realizado uma digressão ao Brasil, onde gravou alguns discos²⁶⁸. As tabernas do Resgate e do Luís dos Galos eram locais de peregrinação do fadista.

Republicano convicto, acabou por aderir ao Partido de Esquerda Democrática, em 1926, ocupando o lugar de vogal da Comissão Paroquial daquela força política, sob a presidência de João Pedro de Jesus²⁶⁹.

Morreu em Almada em 27 de Novembro de 1936.

Ildefonso Augusto Ferreira

Residente em Almada, republicano convicto, foi vogal²⁷⁰ da Câmara Municipal de Almada em 1916.

Ildefonso Ferreira foi reconhecido como «revolucionário civil»²⁷¹ pela Lei n.º 615, de 19 de Junho de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915.

Isidoro Lourenço

Residente em S. Macário, Lazarim, lugar da freguesia de Caparica, foi empossado em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Junta de Paróquia de Caparica²⁷².

Em Junho de 1911 foi indigitado pela Câmara como membro da comissão responsável pelo inventário dos bens das igrejas e capelas²⁷³.

Mais tarde veio a residir no Monte de Caparica, onde terá morrido.

Jaime de Amorim Ferreira



Nasceu na Cova da Piedade, a 13 de Janeiro de 1887, filho de Manuel Joaquim Ferreira, corticeiro, e Antónia de Amorim Ferreira, doméstica, natural do Rio de Janeiro, Brasil.

A inexistência de estabelecimentos de ensino na Cova da Piedade, quando tinha a idade própria para frequentar a escola primária, terá levado os pais a mandá-lo estudar para Lisboa, onde fez o exame do segundo grau, o que não o impediu de, através de um diligente auto-didatismo, alcançar vasta cultura. Falava e escrevia oito idiomas²⁷⁴.

Cidadão organizado e inteligente, Jaime Amorim Ferreira foi um dos fundadores e primeiro presidente da direcção do Centro Democrático

Eleitoral «Elias Garcia», também conhecido por Centro Escolar Republicano «Elias Garcia», da Cova da Piedade. Antes da implantação da República, participou e discursou, ao lado de dirigentes republicanos nacionais e locais, em vários comícios, assembleias e reuniões de propaganda republicana no concelho. Na estrutura organizativa do Partido Republicano no concelho fez parte, em Julho de 1909, da comissão política municipal, como secretário²⁷⁵. “Empregado Superior” da Fábrica de Cortiça Rankin & Sons²⁷⁶, figura ligada ao associativismo, participou activamente em todos os actos que culminaram na proclamação da República nos Paços do Concelho de Almada, a 4 de Outubro de 1910²⁷⁷. A 12 de Outubro desse mesmo ano foi nomeado, pela Junta Revolucionária Republicana, vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada²⁷⁸.

Um dos seus primeiros actos como vereador foi apoiar a iniciativa do vogal Joaquim Luís Vieira, que propunha a substituição do topónimo «*Avenida Dona Amélia*», porque era então conhecida a rua compreendida entre o Largo da Piedade e a Ponte do Caramujo (actual Av. António José Gomes), por «*Avenida Francisco Ferrer*», famoso pedagogo do ensino e professor da Escola Moderna de Barcelona, que acabou por ser fuzilado após suposto envolvimento num atentado contra a vida do rei de Espanha²⁷⁹. Do mesmo modo, a partir de 26 de Outubro de 1910, o Largo da Piedade passou a designar-se «*Largo 5 de Outubro*» e, em 13 de Novembro de 1910, a Rua Direita da Mutela passou a designar-se «*Rua Manuel Fevereiro*»²⁸⁰.

Neste ano, casou com Olinda da Conceição Mota²⁸¹, filha de António da Fonseca Mota, comerciante na Cova da Piedade.

Enquanto autarca deste concelho, Jaime de Amorim Ferreira bateu-se denodadamente pela melhoria das condições de vida dos seus conterrâneos, procurando, sobretudo, que fossem resolvidos os principais problemas do concelho: abastecimento público de água potável, electricidade e saneamento. A documentação disponível no município, em particular as actas das diferentes comissões administrativas da Câmara, revelam-nos um indivíduo competente, dinâmico, mas extremamente voluntarioso e nem sempre disponível para ser contrariado ou aceitar as decisões do colectivo. Foi esse o seu grande problema bem como ter vivido numa época marcada por paixões políticas exacerbadas e extrema violência. Daí que se tivessem registado diferentes calúnias e campanhas contra si ou os colegas de

vereação, como a que ocorreu em Março de 1911, conduzida pelo jornal «Tribuna Popular», contra Galileu da Saúde Correia e Jaime de Amorim Ferreira, o que levou este a apresentar o seu pedido de renúncia, alegando «que as suas funções na Câmara representavam um grande sacrifício»²⁸², sendo impedido do seu intento pelos colegas de vereação. A agravar a confusão, foi descoberto nessa altura um desfalque no cofre da Câmara de mais de sete contos de reis, valor subtraído pelo tesoureiro do município, Caetano Xavier de Basto, que o seu fiador Teotónio Pereira Júnior teve de devolver ao município²⁸³.

Naturalmente que Jaime de Amorim Ferreira fazia-se pagar da mesma moeda dos ataques que os seus inimigos políticos contra si desferiam, quer através de intervenções pessoais sibilinas, quer dos jornais locais de que foi director: o «Correio do Sul (Janeiro de 1911) e o «Eco de Almada»²⁸⁴ (2.ª Série, Maio 1911). Um exemplo desses conflitos verificou-se em 9 de Abril de 1911, quando Jaime de Amorim Ferreira, na sua condição de vice-presidente do município, exigiu ao subdelegado de saúde do concelho, Dr. Luis Júdice Pargana, que a conferência sobre higiene programada pela Câmara decorresse no Centro Republicano «Capitão Leitão», tendo o citado médico recusado servir de instrumento de propaganda política ao Partido Republicano, recomendando a Academia Almadense como o local mais conveniente²⁸⁵. Nesse tempo, tudo servia para acirrar os ânimos, intrigar e gerar conflitos entre os cidadãos deste concelho, até os motivos mais caricatos. Em 29 de Abril de 1911, Jaime de Amorim Ferreira informou os seus colegas que «a propósito da paragem do relógio do edifício dos Paços do Concelho em sexta-feira de paixão, paragem por uns classificada de casual, e entendida outros como propositada, fizera examinar o relógio pelo cidadão Joaquim Nicolau Nunes que, apesar de não ser um profissional, é contudo um hábil relojoeiro amador, sendo este de parecer que o relógio parou em virtude de um desarranjo qualquer que se propõe reparar, e lhe parece mesmo ter sido já executado»²⁸⁶. Será neste contexto de conflitualidade artificial e permanente que, a 4 de Junho de 1911, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara, Galileu da Saúde Correia apresentou o seu pedido de exoneração «por ter sido nomeado pelo Governo da República para um alto cargo no Ministério das Finanças, cujas funções são incompatíveis com o lugar que ocupa na Câmara»²⁸⁷.

Através de ofício de 18 de Dezembro de 1911, lido em sessão de Câmara dois dias mais tarde, Jaime de Amorim Ferreira pediu a exoneração do seu lugar, alegando não se conformar com o procedimento tomado pelos seus colegas na sessão extraordinária de 15 desse mês, procedimento que afirmou estar em desacordo com deliberações anteriores e o colocaram perante terceiros em situação que não pode de forma alguma dignamente aceitar, pois que a Comissão o autorizou a tomar em seu nome compromissos que não honrou. O vogal Júlio César de Magalhães contestou, classificando como insinuações injuriosas e inexactas as afirmações de Jaime de Amorim Ferreira, por não ter tomado, nem mesmo lhe constar que alguns dos vogais tenham tomado qualquer compromisso dessa natureza. A Comissão Administrativa resolveu não conceder a exoneração solicitada, atendendo aos serviços prestados pelo vice-presidente na administração municipal, certos de que explicações ulteriores hão-de necessariamente esclarecer os factos que determinaram aquele pedido e convencê-lo que não havia razão para o fazer²⁸⁸.

Após ser conhecido o resultado da votação, para a nova Comissão Administrativa da Câmara para o ano de 1912, o vogal Joaquim Peças comunicou ter resolvido pedir a demissão do seu cargo, por não concordar com a orientação administrativa ultimamente tomada por esta Comissão, tornando-se assim solidário com os seus colegas Jaime de Amorim Ferreira e Artur António Ferreira de Paiva. A Comissão deliberou dar do facto conhecimento ao Governador Civil do Distrito, comunicando-lhe também o pedido de exoneração que há tempos recebera do vogal Jaime de Amorim Ferreira²⁸⁹.

Jaime de Amorim Ferreira foi eleito em 1912 como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Almada, cargo para que foi sucessivamente reconduzido até 1916²⁹⁰.

Em 1914, Jaime de Amorim Ferreira tinha voltado a ser eleito vogal do Senado Municipal mas, desde logo, tiveram repercussão as suas divergências com o executivo republicano presidido por José Duarte Victorino Júnior, por alegadamente não ter sido dado à minoria a representatividade que proporcionalmente lhe pertencia na Comissão Executiva. A discussão que se seguiu, e a que se vieram juntar outras divergências políticas e animosidades pessoais, contribuíram para agravar a fractura entre os republicanos locais. Em 1916, Jaime A. Ferreira é um destacado membro

do Partido Republicano Evolucionista²⁹¹. Em 1921, ano em que foi para vogal efectivo da Comissão Administrativa, fundou em sociedade com Galileu da Saúde Correia e outros investidores uma casa bancária em Lisboa com sucursais em Angola e na ilha de São Tomé, que faliu entre 1929/1930, na sequência da Grande Depressão com origem nos Estados Unidos da América que teve repercussão internacional²⁹². A falência dessa instituição deixou na miséria muitas famílias que lhes haviam confiado os seus recursos, ou tinham ficado por avalistas, como foi o caso de Polónio Febrero ao qual foram arrestados todos os bens, ficando a família em situação económica extremamente difícil²⁹³.

Desde os finais da década de 1910 até inícios de 1930, Jaime de Amorim Ferreira foi proprietário de um fabrico de cortiça na Cova da Piedade, e de um outro em sociedade denominada «Antão, Ferreira & Marques, Ld.^a»²⁹⁴.

Em Dezembro de 1925 participou como candidato nas eleições municipais, integrando a lista republicana, que saiu vencedora, e elegeu para a Câmara João Celestino Cerqueira Afonso e Jaime de Amorim Ferreira, como vogais, e Jerónimo Louro como presidente.

Em 1926 realizaram-se eleições intercalares de que saiu vencedora a lista encabeçada por Jaime de Amorim Ferreira, que assumiu a presidência da Câmara, tendo como vice-presidente Polónio Febrero Júnior; secretário Manuel Rodrigues Pereira da Silva; vice-secretário Manuel Antão Júnior e como vogal, Carlos Alexandre dos Santos. O acto de posse da Comissão Administrativa foi outorgado em 13 de Abril de 1926, pelo chefe da Secretaria Guilherme José de Almeida Júnior, que realizava o seu último acto público como funcionário da Câmara, uma vez que se aposentava. Jaime de Amorim Ferreira pediu então a palavra para tecer algumas considerações muito elogiosas sobre este funcionário: «É com saudade que vejo afastar-se do exercício do seu importante cargo, o velho funcionário Guilherme José de Almeida Júnior, porque ainda me recordo do memorável dia quatro de Outubro de mil novecentos e dez, em que tive a prova da lealdade daquele mesmo funcionário, mostrando-o no seu lugar no momento crítico em que outros desertaram, sendo ainda ele quem escreveu e subscreveu o auto de posse da Comissão Administrativa, de que fiz parte, constituída pelos elementos dedicados que perpetraram o acto de implantação

das instituições republicanas no concelho de Almada. Deste modo, considero, portanto, justa a aposentação ordinária, tanto mais que faltam apenas alguns meses para que se verifiquem os sessenta anos de idade de Guilherme José de Almeida Júnior»²⁹⁵.

No decurso desse mandato, Jaime Ferreira e a sua equipa bateram-se com denodo pela realização de obras urgentes no concelho, particularmente a instalação de uma rede pública de distribuição de água potável, iluminação e saneamento básico, considerando como prioritária a cobertura da vala que da Rua das Salgadeiras e do Largo da Piedade conduzia a céu aberto todo o tipo de dejectos para a Romeira²⁹⁶.

A situação começou a complicar-se com a intervenção do Governo da Ditadura na Administração local através do Ministério do Interior, nomeando para cargos autárquicos indivíduos da sua confiança política, como foi o caso, em 28 de Abril de 1927, do tenente da GNR Artur Joaquim João de Deus Figueiredo, indigitado por despacho de 20 de Abril como vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada. Em 20 de Outubro, o Governador Civil do Distrito enviou um ofício à Câmara solicitando «listas das pessoas e entidades do Concelho que concordam e apoiam a sua gerência e têm confiança na sua acção futura»²⁹⁷.

Jaime de Amorim Ferreira voltou a ser eleito em 5 de Janeiro de 1928 para a presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, tendo a secundá-lo o tenente da GNR Artur Joaquim João de Deus Figueiredo, Manuel Rodrigues Pereira da Silva, Carlos Alexandre dos Santos e Polónio Febrero Júnior. Foi no decurso da gerência desta Comissão Administrativa que, a 7 de Fevereiro de 1928, a localidade de Cova da Piedade foi elevada à condição de Freguesia administrativa, em resultado de uma proposta que havia sido apresentada em 15 de Setembro de 1927 por Jaime de Amorim Ferreira e Polónio Febrero Júnior. A nova autarquia teve como primeiro presidente Manuel Antão Júnior, natural de Silves, como secretário António José da Silva Pires, comerciante, nascido em Paio Pires, e como tesoureiro Crisógono da Fonseca Coelho, comerciante, natural de Mouronho²⁹⁸.

Morreu na Cova da Piedade²⁹⁹ em 29 de Novembro de 1933.

Jaime Ferreira Branco

Residente em Almada, tanoeiro de profissão. Não obstante ser socialista no movimento partidário na década de 1920, era simpatizante dos ideais republicanos.

Em 1926, Jaime Ferreira Branco acabou por aderir ao Partido da Esquerda Democrática em Almada, sob a liderança de Firmino da Silva³⁰⁰.

Jerónimo Louro



Nasceu em Lisboa, freguesia de Santa Isabel, em 1881. Poeta, dramaturgo e autor de diversas revistas levadas à boca de cena em Almada e musicadas pelo maestro Leonel Duarte Ferreira, em 1916. Das revistas destacamos as «Mentiras e Disparates», de crítica aos costumes almadenses, levada a cabo em Cacilhas, no Teatro Universo (1916), e na Cova da Piedade, no Teatro Garrett (1918)³⁰¹. Figura muito ligada ao associativismo, foi dirigente da Academia Almadense e autor da letra do hino desta colectividade, musicado pelo maestro António Gonçalves da Cunha Taborda. Colaborou em vários jornais, assinando com o pseudónimo “*Jota El*”³⁰². Não obstante a sua simpatia pelos ideais do Partido Republicano, foi dirigente do Partido Socialista local. Em 25 de Maio de 1919 encabeçou a lista deste partido às eleições municipais³⁰³. Nas eleições que se realizaram em Dezembro de 1925, concorreu numa lista unitária constituída por republicanos e socialistas³⁰⁴, que obteve a maioria de votos e, em Janeiro de 1926, tomou posse como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada³⁰⁵.

Em 1929, casado, residia em Cacilhas e era tipógrafo na vila. Foi pai de João Louro, dirigente desportivo em Almada.

Morreu em Almada em 29 de Outubro de 1972.

João Aleixo

Residente na Caparica, foi empossado, em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como presidente da Junta de Paróquia da freguesia de Caparica³⁰⁶.

Um ofício da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada, datado de 4 de Maio de 1912, reivindicava à Câmara «para estabelecer uma mensalidade ao presidente da referida Junta de Paróquia, o velho e dedicado republicano João Aleixo, cuja situação era precária»³⁰⁷. Oito dias depois, João Aleixo, acompanhado dos republicanos José Vitorino, João Luís Casaca(daJunta de Paróquia) e de Manuel Carvalho Rosa(do Centro Republicano local), apresentaram cumprimentos a Afonso Costa, após a visita deste vulto republicano ao poeta Bulhão Pato,³⁰⁸ residente no Largo da Torre, na Caparica.

João Augusto da Silveira

Natural de Almada, nasceu em 1856, filho de Augusto Maria da Silveira e de mãe incógnita. Residente no Caramujo, casado, mestre carpinteiro, foi um dos fundadores da Sociedade Cooperativa Piedense³⁰⁹, em 23 de Março de 1893. Em sessão de 20 de Novembro de 1910, João Augusto da Silveira foi nomeado pela Câmara Municipal como membro da Comissão de Gestão da Misericórdia de Almada³¹⁰.

Morreu na Cova da Piedade em 27 de Julho de 1926.

João Avelino de Queiroz

Residente na Cova da Piedade, foi um cidadão ligado às colectividades, como a «Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Almadenses»³¹¹, em 1900. Republicano convicto, João Avelino de Queirós participou no movimento revolucionário que proclamou a República, a 4 de Outubro de 1910, nos Paços do Concelho de Almada. Coube-lhe a honrosa tarefa de hastear, com Polónio Febrero Júnior, no mastro da Câmara Municipal de Almada, na manhã de 4 de Outubro de 1910, a bandeira do Centro Republicano Elias Garcia, da Cova da Piedade³¹².

João Celestino Cerqueira Afonso



Nasceu na freguesia de Santa Maria da Alcáçova, concelho de Elvas, a 31 de Janeiro de 1881, filho de Francisco Manuel Cerqueira Afonso e de Albertina Rosa Cerqueira Afonso. Veio para Almada, em data por determinar, e empregou-se na farmácia de José Alves Leite, situada na vila. Diplomou-se em 1904 pela Escola de Farmácia de Lisboa³¹³.

Fundou, em Novembro de 1906, no Largo Duque da Terceira (actual Largo 5 de Outubro), n.º 18, Cova da Piedade, a “Farmácia Cerqueira”.

Em data posterior adquiriu a antiga farmácia Farinha, que veio a denominar “Farmácia Cerqueira Afonso”, que vendeu após 1926, e foi trespassada a Júlio César de Magalhães.

Em Setembro de 1910 aderiu formalmente ao Partido Republicano³¹⁴, inscrevendo-se no Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» da Cova da Piedade, também denominado Centro Eleitoral Democrático Elias Garcia, da Cova da Piedade.

Em Novembro de 1910, o administrador interino do Concelho, Artur António Ferreira de Paiva, investiu-o nas funções de membro da Comissão de Gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada.³¹⁵ Em Dezembro de 1910, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Galileu da Saúde Correia, nomeou-o vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial mas, em 10 de Janeiro de 1912, João Celestino Cerqueira Afonso apresentou escusa do cargo para que havia sido nomeado, com fundamento no Artigo 51, n.º 1.º do Regulamento, de 16 de Julho de 1896, sendo substituído naquelas funções por José Agostinho da Silva, morador em Almada³¹⁶.

O nome de João Celestino Cerqueira Afonso surge em Janeiro de 1914 na lista dos cidadãos eleitos para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, no biénio 1914-1916, cargo que rejeitou por alegada falta de saúde. Porém, a vereação recusou dar parecer favorável ao seu pedido. Neste período, grassava em Portugal a peste pneumónica, que tão elevado número de vítimas causou no país e, em particular, no concelho de Almada, atingindo com gravidade alguns familiares do nosso biografado,

que envidou todos os seus esforços e saber para os salvar, daí a sua relutância em aceitar os cargos que a autarquia lhe propunha.

Na sessão pública de 8 de Janeiro de 1914, João Celestino Cerqueira Afonso deu o seu apoio à proposta apresentada pelo vogal Joaquim Luís Vieira, no sentido de o topónimo da Avenida Francisco Ferrer ser substituído por Avenida António José Gomes, tendo em consideração os melhoramentos que à custa daquele benemérito foram introduzidos na Cova da Piedade, e que à Rua António José Gomes fosse então dado o nome de Francisco Ferrer, proposta que suscitou acesa discussão local. Este facto gerou grande controvérsia nas páginas do jornal *O Século* e, apesar de merecer duras críticas da 3ª filial da Associação do Registo Civil, acabou por ser aprovada por maioria da Câmara Municipal.

Em Fevereiro de 1914, mais uma vez alogou falta de saúde para solicitar a sua demissão dos cargos autárquicos mas, a 2 de Abril, a vereação oficiou-o no sentido de tomar conta do seu lugar «visto que, pela razão invocada, não podia ser-lhe concedida a exoneração que pedia»³¹⁷.

Em Agosto de 1914, foi apresentado em sessão de Câmara um ofício da Maria Soares da Rocha Gomes, proprietária da fábrica de moagem «Viúva Gomes e Comandita, Ldª,» a manifestar o desejo de mandar construir, a expensas suas, em terreno municipal no sítio da Romeira, «uma lavandaria, conforme a promessa que seu falecido marido fizera às lavadeiras pouco tempo antes do seu finamento e de harmonia com o desenho que juntava ao seu ofício»³¹⁸. Na sequência do referido ofício, em Julho de 1916, foi lavrada uma escritura de doação daquele equipamento na presença do tabelião privativo da Câmara Municipal, tendo como primeiro outorgante Maria Soares da Rocha Gomes, residente na Piedade, e como segundo outorgante, João Celestino Cerqueira Afonso, casado, farmacêutico, também morador na Piedade, na sua qualidade de vice-presidente³¹⁹, em exercício da presidência da Comissão Executiva da sobredita Câmara Municipal deste Concelho. Este lavadouro da Romeira, hoje inexistente, tinha na parte superior da fachada principal a seguinte legenda: «Lavadouro Público oferecido à Câmara de Almada por Dona Maria Soares da Rocha Gomes em 6 de Julho de 1916»³²⁰.

Nas eleições para Procuradores à Junta Geral do Distrito, que decorreram em Almada em 25 de Maio de 1919, o Partido Republicano apresentou

como candidato efectivo o cidadão Alfredo Soares, subdirector da Casa Pia de Lisboa e, como substituto, João Celestino Cerqueira Afonso.

Existem referências ao facto de João Celestino Cerqueira Afonso ocupar o lugar de vogal da Câmara, em 1923, tendo como colegas, entre outros, o moageiro e prestigiado dirigente da Cooperativa Piedense, Amélio Anes, e o pequeno industrial do ramo corticeiro, José Antão, residentes na Piedade.

Nas eleições autárquicas que tiveram lugar em Almada no mês de Dezembro de 1925, João Celestino Cerqueira Afonso, Jaime de Amorim Ferreira e Jerónimo Louro foram eleitos vogais efectivos no Executivo da Câmara pela lista republicana, sendo o último escolhido pelos seus pares para presidir aos destinos do município.

Em 1928, Celestino Cerqueira Afonso, Polónio Febrero Júnior e o Dr. Artur Machado constituíram a direcção provisória do Clube Recreativo Piedense, encarregada de elaborar os estatutos daquela instituição, (fundada em 4 de Março de 1928), os quais foram aprovados em assembleia-geral realizada em 16 de Maio de 1928³²¹.

Trata-se de um dos mais prestigiados republicanos do concelho de Almada, de uma honradez, verticalidade e coerência política a toda a prova no decurso da sua vida. O concelho deve-lhe um preito de merecida homenagem.

Morreu na Cova da Piedade em 4 de Março de 1951.

João Ferreira

Residente na Sobreda, republicano convicto, João Ferreira participou, antes da implantação da República, em assembleias e reuniões de propaganda republicana. Por exemplo, secretariou uma sessão³²² na Sobreda, presidida por Polónio Febrero Júnior, em Agosto de 1910.

João Fiel Stockler



Nasceu em Almada a 7 de Setembro de 1876, filho de Miguel Stochler e de Carolina Carrelhas Stockler. Voluntário na Armada em 31 de Outubro de 1892, foi guarda-marinha (30 de Outubro de 1895), 2.º tenente (28 de Julho de 1898), 1.º tenente (11 de Junho de 1910) e capitão-tenente por distinção (18 de Novembro de 1910). Durante a sua carreira

comandou a lancha *Lacerda*, a lancha canhoneira *Serpa Pinto*, o iate *D. Amélia* (1910), o aviso 5 de Outubro (1911), e interinamente as 4.^a e 5.^a brigadas do Corpo de Marinheiros (1899). Esteve na Divisão Naval do Índico e participou nas campanhas de Moçambique, nomeadamente nas esquadilhas de Gaza, de Lourenço Marques e do Zambeze. Foi chefe dos serviços da Marinha no Estado da Índia (1918) e presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Goa. Em 1923 foi segundo comandante da Escola Naval. A 20 de Dezembro de 1929 foi descerrado o seu retrato na sala dos Aspirantes de Marinha, na Escola Naval. Foi um apurado bibliófilo e coleccionador de obras de arte. Era Cavaleiro (1905) e Comendador (1919) da Ordem Militar de Avis.

Participou activamente na revolução republicana de 1910 e pertenceu à Carbonária. Depois de receber um telegrama do almirante Cândido dos Reis, deslocou-se do Algarve, onde se encontrava na corveta *Duque de Palmela*, para a Escola de Torpedos. No Vale de Zebro, foi detido pelo comandante, capitão-de-mar-guerra Almeida Lima. Depois foi libertado no dia 4 de Outubro. Navegou «com quatro torpedeiros para o quadro, amarrando às boias do Arsenal por volta do meio-dia, indo-se apresentar ao tenente Parrera». João Fiel Stockler é autor do relatório sobre o movimento revolucionário em Vale de Zebro, nos dias 3 e 4 de Outubro de 1910.³²³ Foi também deputado às Constituintes de 1911 pelo círculo de Faro.

Iniciado a 23 de Maio de 1911 na Loja Pró-Pátria n.º 319, de Faro, com o nome simbólico desconhecido. Saiu da Obediência com a Loja a 13 de Abril de 1915.

Morreu em 24 de Maio de 1925³²⁴.

João Jára

Residente em Almada, foi, desde os finais do século XIX, dirigente da Associação dos Corticeiros de Almada. Em 1900, era membro do conselho fiscal desta associação³²⁵.

João Jára, associado do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», tinha um estabelecimento comercial³²⁶ que funcionou como uma *filial* ou *encontro* republicano nesta vila, ao ponto de receber, em Dezembro de 1910, inscrições de cidadãos da freguesia que se quisessem alistar para a organização de um batalhão voluntário, com bom comportamento civil, moral e político e com idades entre os 18 e 45 anos.

João Jorge Tavares

Residente em Almada, foi empossado em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada³²⁷. Em Dezembro de 1910, foi escolhido para membro efectivo da Junta de Paróquia da freguesia de Santiago de Almada³²⁸.

João Luís Casaca

Residente na Trafaria, nasceu em 1874. Foi um dos republicanos que participou em comícios, assembleias, tendo secretariado uma sessão de propaganda republicana, nas vésperas das eleições³²⁹ (disputadas pelo Governo e pelo Partido Republicano), em Agosto de 1910. Em Outubro deste ano, foi empossado pela Junta Revolucionária Republicana como vogal efectivo da Junta de Paróquia da Freguesia de Caparica³³⁰. A 19 de Outubro do mesmo ano, foi nomeado pela Câmara vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1911³³¹.

João Luís Casaca, acompanhado pelos correligionários José Vitorino, João Aleixo (da Junta de Paróquia) e de Manuel Carvalho Rosa (do Centro Republicano local), apresentou cumprimentos a Afonso Costa, em 12 de Maio de 1912, após a visita deste ao poeta Bulhão Pato³³², residente no Largo da Torre.

Padeiro, casado, em Outubro de 1912 residia no Lazarim, lugar da freguesia de Caparica, quando foi indigitado pela Câmara como vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1913³³³.

João Marcelo Simões

Residente em Almada, republicano, foi vereador da Câmara Municipal de Almada³³⁴, em 1916.

João Maria Mourato

Residente no lugar das Barrocas, Cova da Piedade, foi operário corticeiro e, mais tarde, encarregado da secção de «brocas e rabanadores»³³⁵ da fábrica inglesa de H. Bucknall & Sons, Caramujo. João Maria Mourato, figura ligada ao associativismo, foi também dirigente cooperativista³³⁶ e destacado membro da Associação de Classe dos Corticeiros³³⁷, nos meados

da primeira década do século XX. Foi indigitado, em 20 de Novembro de 1910, pela Comissão Administrativa da Câmara, como membro da Comissão de Gestão Republicana da Santa Casa da Misericórdia de Almada³³⁸.

João Maria Mourato, sócio do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» foi um dos militantes do Partido Republicano Evolucionista, em 1916, (com Jaime Amorim Ferreira, Raimundo José Moreira, José Rodrigues Viana, José Manuel Antão, Carlos Alexandre dos Santos, José Carlos de Melo, Manuel Parada e outros correligionários), a não aceitar uma coligação proposta pelo Partido Democrático, em fins de Outubro daquele ano, abstendo-se o referido Partido Republicano Evolucionista de concorrer às urnas nas eleições municipais³³⁹. Em 1931, foi um dos fundadores da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Almada³⁴⁰.

João Pedro de Jesus, «João Flautim»



Nasceu em Almada, em 18 de Novembro de 1887, filho de João Baptista de Jesus, operário, e de Maria Amália de Jesus.

Republicano convicto, João Pedro de Jesus foi dirigente no movimento associativo de Almada, com destaque para a Sociedade Filarmónica da Incrível Almadense. Além de ser executante (saxofone) da banda daquela colectividade, foi amador teatral, tendo encenado e representado várias peças³⁴¹.

“João Flautim” foi candidato a vogal substituto da Lista C, liderada pelo professor Alfredo Simões Pimenta, nas eleições marcadas em Dezembro de 1925, para vereadores da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia³⁴². Militante do Partido da Esquerda Democrática, foi presidente da Comissão Paroquial desta força política em Almada, em 1926³⁴³.

Morreu em Almada em 25 de Maio de 1965.

João Pereira dos Santos

Residente na freguesia de Caparica, lugar de Bicheiro, nasceu em 1874. João Pereira dos Santos, carpinteiro, foi empossado, em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana como vogal efectivo da Junta de

Paróquia da Freguesia de Caparica³⁴⁴. Foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense,³⁴⁵ em 13 de Novembro de 1910.

João Rodrigues Lage

Nasceu na Granja, freguesia de Caparica, filho de José Rodrigues Lage e de Joaquina de Almeida. Em Outubro de 1910 era proprietário em Pera, lugar de Caparica, quando foi indigitado pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada³⁴⁶. Foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense,³⁴⁷ inaugurado em 13 de Novembro daquele ano. Em Março de 1911 tomou posse como vereador da Câmara em substituição do vogal António Maria Ribeiro que pediu a exoneração de funções³⁴⁸.

João Lage foi eleito vereador efectivo da Câmara em Junho de 1912³⁴⁹, em Março de 1913³⁵⁰ e, em Janeiro de 1914, surge como membro do Senado Municipal e da mesa que superintenderia a eleição da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada naquele ano³⁵¹, para a qual acabaria por ser eleito vice-secretário³⁵². Em Novembro de 1914, era vereador efectivo da Câmara quando foi obrigado a retirar-se do exercício daquelas funções na sequência de uma auditoria administrativa do Tribunal do Distrito de Lisboa, suscitada por Jaime de Amorim Ferreira, sendo substituído por Francisco Pinto Matos da Silva³⁵³. Em Maio de 1919, residia na Torrinha, lugar da freguesia de Caparica, e integrou a lista republicana que concorreu às eleições municipais³⁵⁴.

João da Rosa Lima

Residente no Pragal, era um importante proprietário nesta terra³⁵⁵. Entre as diversas adesões ao Partido Republicano, em Novembro e Dezembro de 1910, e aprovadas pela Junta de Paróquia de Almada, contava-se a de João da Rosa Lima³⁵⁶.

Em Junho de 1912, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara, em substituição de um vogal que se havia demitido, como responsável pelo pelouro dos «chafarizes, fontes, poços e incêndios»³⁵⁷. Em 1913 voltou a ser eleito vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara³⁵⁸.

João da Rosa Lima, figura ligada ao associativismo almadense, foi, em 1914, um dos 24 cidadãos que faziam parte do Conselho Municipal.

Em 1916, era membro da Misericórdia de Almada e vereador da Câmara Municipal de Almada³⁵⁹.

Joaquim Custódio Gomes

Residente em Almada, na Rua dos Tanoeiros, casado, Joaquim Custódio Gomes, não obstante ser próximo dos socialistas, defendeu ideias republicanas, participando no movimento revolucionário em Almada, ³⁶⁰ na manhã de 4 de Outubro de 1910.

Amigo e correligionário de Manuel Fevereiro, foi corticeiro (empreiteiro da Fábrica da Margueira)³⁶¹ e dirigente da Associação dos Corticeiros de Almada³⁶², nos finais do século XIX e princípios do XX. Figura ligada ao associativismo almadense, foi um prestigiado membro da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro³⁶³.

Em 9 de Outubro de 1912, foi nomeado, pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal, vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar do Concelho ³⁶⁴ para o ano de 1913. Veio a pertencer ao «Núcleo Socialista de Almada»³⁶⁵.

Joaquim José Correia



Nasceu no concelho de Setúbal. Em 1887, casou com Margarida da Saúde, natural da freguesia de Paio Pires, Seixal. Residiam na Cova da Piedade, onde nasceram os seus dois filhos: Galileu da Saúde Correia, em 31 de Agosto de 1888 (que haveria de tornar-se o primeiro presidente do município após a implantação da República), e Fraternidade da Saúde Correia, nascida em 1893.

Joaquim José Correia, industrial, possuía uma fábrica de cortiça na Rua das Caldeiras, Cova da Piedade, desde a década de 1890³⁶⁶. Foi dirigente da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense³⁶⁷. Como amigo pessoal de Manuel Fevereiro, director do jornal *O Corticeiro*, em 1899-1900, aderiu e financiou o chamado «movimento corticeiro», iniciado em Janeiro de 1900, por aquele órgão de classe e pela Associação dos Corticeiros de Almada, ideia seguida depois por todas as associações corticeiras e comissões de resistência, «contra o indiferentismo do Governo [...] e, ao mesmo tempo reclamar

do Parlamento a execução da lei de protecção à indústria rolheira, aprovada na anterior legislatura»³⁶⁸. No entanto, Joaquim José Correia conheceu algumas atribuições no movimento operário. Na sequência da intenção do Conde de Silves de fechar a secção dos quadradores da Fábrica Vilarinho & Sobrinho, anunciada em Setembro de 1909, e querer vender os *bocados* e o *enguiado* a um outro industrial, porque os quadradores davam um prejuízo de trezentos réis diários, os operários, reunidos em assembleia geral da Associação dos Corticeiros, de 3 de Novembro deste ano, «denunciavam o industrial Joaquim Correia, mais conhecido por *Joaquim Diabo*, conceituado republicano na comunidade piedense.

«Este industrial, assim que tomou conhecimento do propósito da firma Vilarinho & Sobrinho em extinguir a secção dos quadradores na sua fábrica do Caramujo, e sem aguardar o resultado das negociações dos operários despedidos com o industrial de Silves, correu solícito a tratar dos seus interesses sem se importar para coisa alguma com os operários, que deviam sem remissão ir para a rua ou converter-se em seus escravos. Na sequência de novas diligências efectuadas pela Associação com o industrial da Vilarinho & Sobrinho, a promessa de venda (da matéria prima) a Joaquim Correia não só foi desfeita»,³⁶⁹ como também ficou sem efeito o despedimento dos operários que iam fabricar os referidos *bocados de cortiça* por sua conta.

No dia 4 de Outubro de 1910, Joaquim José Correia participou activamente, com os principais dirigentes locais do Partido Republicano, na organização do movimento que culminaria com a proclamação do regime republicano nos Paços do Concelho³⁷⁰.

Joaquim Luís Vieira

Em 2 de Janeiro de 1914, foi eleito vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara³⁷¹. A 8 de Janeiro do mesmo ano, foi indigitado pela Câmara para fazer parte de uma Comissão encarregada de elaborar diferentes estudos com vista à melhoria das condições de vida no Concelho. Nesta sessão de Câmara, o vogal Joaquim Luís Vieira propôs a substituição do topónimo Avenida Francisco Ferrer por António José Gomes, e que a Rua António José Gomes passasse a designar-se Rua Francisco Ferrer, proposta que foi aprovada.³⁷²

Joaquim Nicolau Nunes

Residente no Monte de Caparica, foi nomeado regedor desta freguesia após a implantação da República. Joaquim Nicolau Nunes foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense³⁷³, em 13 de Novembro de 1910. No ano seguinte, a 25 de Outubro, foi empossado pela Câmara Municipal como vogal da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1912³⁷⁴.

Joaquim Peças



Natural de Évora, freguesia de S. Bento do Mato, nasceu em 1875, filho de Carlos Miguel e de Maria José.

Residente na Cova da Piedade, corticeiro, foi um dos dirigentes da Associação de Classe dos Corticeiros, fazendo parte de comissões desta Associação para resolução de conflitos laborais e salariais na origem de greves gerais, como as ocorridas, em Junho e Setembro de 1906, na Fábrica Rankin & Sons³⁷⁵. Fez parte por diversas vezes dos corpos gerentes da Cooperativa de Consumo Piedense e da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense³⁷⁶. Por exemplo, em 15 de Dezembro de 1909, numa assembleia-geral da Cooperativa Piedense dirigida por Bartolomeu Constantino, revolucionário anarquista, residente na Mutela, apresentou-se como candidato a presidente da Direcção numa lista de prestigiados associados daquela instituição³⁷⁷.

Foi dirigente do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» da Cova da Piedade e membro da comissão paroquial republicana³⁷⁸ da freguesia de Santiago de Almada, tendo um papel de destaque nos acontecimentos insurreccionais que tiveram lugar em Almada em 4 de Outubro de 1910 e culminaram com o triunfo da República neste concelho.

Nomeado pela Junta Revolucionária Republicana, em 12 de Outubro de 1910, como vereador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada³⁷⁹, assumiu o pelouro dos «jardins e arvoredos», o que não o impediu de insistir com frequência na necessidade de dotar o concelho de equipamentos escolares para crianças de ambos os sexos.

Enquanto vogal da Câmara, teve igualmente um papel activo no decurso da greve dos corticeiros (a cuja classe pertencia), e dos empregados

moageiros de Almada, ocorrida em 1911, no sentido de encontrar uma solução de consenso, o que foi conseguido.

Os conflitos e dissensões internas na organização local do Partido Republicano, as divergências entre os vogais da Comissão Administrativa e as dificuldades económicas e financeiras que afectavam o concelho levaram a que, em 10 de Janeiro de 1912, Joaquim Peças apresentasse a demissão do seu cargo, tendo a Comissão Administrativa deliberado dar do facto conhecimento ao Governador Civil do Distrito.

Morreu na Cova da Piedade³⁸⁰ em 24 de Fevereiro de 1950.

Joaquim Rodrigues Arado Júnior

Nasceu na Caparica, em 1846, filho de Joaquim Rodrigues Arado e de Rita Maria do Rosário.

Joaquim Rodrigues Arado, um dos fundadores do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada, revelou-se um dirigente dedicado à causa da República neste concelho. Em 1 de Março de 1908, Joaquim Arado, residente na vila de Almada, e com a profissão de marítimo, foi eleito vogal da direcção e presidente do conselho fiscal do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»³⁸¹.

Morreu em Almada, em 15 de Novembro de 1909.

Por proposta aprovada em sessão de Câmara de 6 de Março de 1912, uma rua da vila passou a designar-se Joaquim Arado, tendo em consideração os serviços prestados ao Partido Republicano local³⁸².

José Agostinho de Matos

Residente em Almada, corticeiro ligado à história do movimento operário, dos finais do século XIX, destacou-se como dirigente e associado da Associação Operária Corticeira em Lisboa³⁸³. Foi um dos mentores da criação, em 1891, de uma Associação desta classe no concelho de Almada, com Manuel Augusto Oliveira, Luís Madrugo, Mateus Ferreira, Manuel Fevereiro e Nicolau das Neves. Estes e outros operários advogavam a Associação como meio de combater a exploração do trabalho, nomeadamente a abolição dos serões e da laboração aos domingos, ou a reivindicação pelo aumento salarial e a contestação aos governos por causa da «questão corticeira» sobre a exportação da cortiça em bruto³⁸⁴.

José Agostinho de Matos, republicano convicto, foi também um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada. Nas antigas instalações da Ermida de S. Sebastião, vendida pela Câmara a D. Elizabeth Ranson³⁸⁵, realizou-se, em 28 de Outubro de 1907, a festa de inauguração da Escola daquele Centro, presidida por José Agostinho de Matos, e na qual foram oradores: José Relvas, João Chagas, a professora Maria Veleda, Gastão Rodrigues e Bernardino Machado³⁸⁶. Desempenhava, então, as funções de presidente da assembleia-geral do Centro Republicano «Capitão Leitão», com sede na vila de Almada. Foi eleito em 1 de Março de 1908 como vogal da assembleia-geral daquela instituição ³⁸⁷.

José Agostinho da Silva

Residente em Almada, operário jornaleiro da Fábrica de Cortiça da Margueira³⁸⁸, desde os finais do século XIX, foi simpatizante dos ideais republicanos. Respeitado na comunidade local, foi nomeado juiz de paz³⁸⁹, em 24 de Dezembro de 1910, pela Junta de Paróquia de Almada.

José Alaíz



Nasceu em Almada, em 4 de Fevereiro de 1894, filho de Benito³⁹⁰Alaíz Aparício, de origem espanhola, e de Maria Emília. Frequentou desde muito cedo a Academia Almadense, onde adquiriu os primeiros contactos com a cultura e se tornou executante musical da Banda Filarmónica e amador dramático.

José Alaíz, encadernador de profissão, dirigente activo no movimento associativo de Almada, com destaque para a referida Academia Almadense, foi fundador do semanário *Voz de Almada*, em 1927. Colaborou com vários jornais locais, bem como no *República*. A par da actividade jornalística alinhou, de início, pelos ideais anarquistas e anarco-sindicalistas. Mantinha relações com as Juventudes Sindicalistas e da Confederação Geral do Trabalho.

Segundo o escritor Romeu Correia, a propósito da proclamação da República, em Almada, no dia 4 de Outubro, «ao soarem os primeiros tiros em Lisboa, José Alaíz atravessou o rio para partilhar ao vivo a *festa* que se vivia.

«Tem 16 anos de idade e é um jovem anarco-sindicalista.

«Foi então que em Almada e na sua ausência, nesse dia 4 de Outubro, se proclamou a República, içando-se a bandeira verde-rubra no mastro da Câmara Municipal e na Administração. E pouco tempo depois no forte da vila, que por esse tempo não tinha guarnição militar.

«As figuras mais em evidência nesta mudança de símbolos (retirar a bandeira azul e branca, coroada, e fazer subir a verde-rubra, ainda sem escudo e esfera armilar, como depois foi oficializada...) foram os cidadãos José Justino Lopes, membro influente da Maçonaria local, Manuel Parada, Jaime de Amorim Ferreira, Bartolomeu Constantino, Firmino da Silva, Raimundo José Moreira e outros.

«José Alaíz não tomou parte neste acto, embora mais tarde lhe fosse atribuído esse gesto. No entanto, querendo ainda acrescentar que ele uma vez nos confessou que fora o autor da ideia, tendo-a sugerido ao líder anarquista Bartolomeu Constantino...»³⁹¹.

José Alaíz participou nos acontecimentos sociais e políticos em defesa dos ideais da 1.^a República e da Democracia. Militava há anos no Partido Comunista Português³⁹². Nas manifestações que tiveram lugar em Almada no dia 27 de Abril e no 1.º de Maio de 1974, José Alaíz incorporou-se nos cortejos, transportando a antiga bandeira do Centro Republicano «Capitão Leitão». Posteriormente, a sua memória foi perpetuada com a atribuição do seu nome a um largo com chafariz, junto à Rua Capitão Leitão.

Morreu em Almada em 25 de Novembro de 1974.

José Alves de Morais

Residente em Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», de Almada. Em 1 de Março de 1908 foi eleito vogal do conselho fiscal daquele Centro³⁹³.

José António Lopes

Residente na Cova da Piedade, foi associado do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia». Num comício de propaganda republicana, organizado pelas colectividades republicanas do concelho, em 15 de Maio de 1910, no pátio da Quinta dos Frades, na Cova da Piedade, José A. Lopes secretariou a sessão³⁹⁴, que contou com a presença dos oradores António José de Almeida, Feio Terenas e outros vultos republicanos.

José António Martins

Residente na vila de Almada, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Foi eleito, a 1 Março de 1908, na lista dos corpos gerentes daquela instituição como vogal da assembleia-geral ³⁹⁵.

José António Nunes



Nasceu em Almada, em 1864, filho de Francisco António Nunes e de Guilhermina da Piedade. Antigo executante da banda da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense³⁹⁶, amava a Música com paixão. Ferreiro de profissão, conseguiu, por fim, trabalhar como ajudante em cartórios de notários. Em 1898, José António Nunes saiu da Incrível, arrastando consigo outros associados, para a Academia Almadense. Foi contramestre da banda durante vinte e um anos e preencheu, depois de José Maria de Oliveira (fundador), o cargo de presidente da direcção (1898/1903). Como executante musical chegou a músico de 1.ª classe da charanga de Engenharia³⁹⁷.

Simpatizante dos ideais republicanos, José António Nunes foi eleito, em Janeiro de 1914, como vogal do Senado Municipal de Almada³⁹⁸.

Morreu em Almada³⁹⁹ em 25 de Dezembro de 1936.

José António de Sousa

Residente na Cova da Piedade, nasceu em 1880. Comerciante (com mercearia e adegas), foi empossado em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada⁴⁰⁰. Em 19 de Outubro daquele ano, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara para servir no ano seguinte como membro da Comissão de Recenseamento Militar⁴⁰¹. Voltou a ser eleito, em Dezembro, vogal suplente da referida Junta de Paróquia.

José António Rocha Júnior

Natural da Trafaria, nasceu a 23 de Maio de 1888, filho de José António Rocha e de Ermelinda Maria Madalena Lopes Rocha. Desenhador nas fábricas “Vulcano & Collares”, em Lisboa, foi um republicano convicto

e membro da Carbonária. Participou em comícios e assembleias, nomeadamente na sessão de propaganda republicana nas vésperas das eleições (disputadas pelo Governo e pelo Partido Republicano)⁴⁰², em Agosto de 1910. Na sua terra, fundou e dirigiu o jornal *O Trafaria* (Janeiro de 1917) de que foi acérrimo paladino, pugnando sempre pelos melhoramentos locais. Foi correspondente de *O Mundo*, na Trafaria⁴⁰³.

Morreu em Lisboa em 17 de Abril de 1918.

José Bento Calzada

Residente na Caparica, republicano convicto, foi empregado «no célebre como histórico elevador da Biblioteca, em Lisboa, e esteve envolvido em várias intentonas republicanas»⁴⁰⁴.

José Carlos da Maia



Natural de Olhão, nasceu em 16 de Março de 1878.

Alistou-se aos 19 anos como aspirante na Armada e em 1900 foi promovido a Guarda-Marinha, sendo colocado na Divisão Naval do Atlântico Sul (navega entre Angola, Cabo Verde e S. Tomé). Foi promovido a 2.º tenente em 1903, e colocado na Divisão Naval de Macau até regressar ao Reino em 1905. Seguidamente seguiu para Angola, regressou a Lisboa e foi, em Fevereiro de 1907, instrutor da Escola Prática de Artilharia Naval (D. Fernando II). Tirou a especialização de «Oficial Torpedeiro», voltou a Macau e novamente regressou a Lisboa em Agosto de 1909.

José da Maia participou em todas as conspirações contra o regime monárquico com Machado Santos e almirante Reis. Foi encarregue pelo almirante Reis de atrair para a causa revolucionária muitos oficiais, de forma a que fosse possível o bom sucesso da implantação da República. Na madrugada de 4 de Outubro de 1910 tomou parte activa na revolta republicana. Acompanhado pelos civis que aguardavam no Grémio Republicano de Alcântara, intimou o 1.º comandante do Quartel de Marinheiros, almirante Pereira Viana, a render-se. Este resistiu, fazendo

fogo com o seu revólver, de que resultou ficarem feridos três assaltantes. Também ele (almirante Pereira Viana) acabou por cair ferido. Tomado o Quartel de Marinheiros, José Carlos da Maia embarcou, às 10 horas da noite, num vapor apreendido pelo *S. Rafael*, e assaltou o navio *D. Carlos*. Os oficiais deste navio resistiram, comandados pelo capitão de mar-e-guerra Álvaro Ferreira, tendo ficado feridos quatro oficiais. No final, José Carlos da Maia apoderou-se do navio e entregou o comando ao 2.º tenente Silva Araújo.

Proclamada a República, José Carlos da Maia foi promovido a capitão-tenente, por distinção, e eleito deputado às Constituintes de 1911. Isso não o impediu de em 1912 marchar ao lado do povo para Belém em protesto contra as medidas repressivas do Governo.

De 1914 a 1916 foi governador de Macau. Em 1918 foi nomeado ministro da Marinha, durante a breve ditadura de Sidónio Pais. Nessa época já Carlos da Maia se encontrava amargurado pela corrupção do regime republicano, pelo qual ele fora um dos que mais lutaram. Acreditou em Sidónio Pais, mas este aproximou-se demasiado de monárquicos conspiradores, o que levou Carlos da Maia a pedir a sua demissão ao fim de apenas três meses e meio. No entanto, nesse curto período ordenou a criação de um Sanatório para sargentos e marinheiros, a Escola de Recrutadas da Armada no Alfeite (a actual Escola naval), a Junta Autónoma do Novo Arsenal da Margem Sul do Tejo, preconizando ainda a construção de bairros operários para o pessoal fabril do Arsenal, a construção de escolas, cantinas, cozinhas económicas e balneários. Em 1919, voltou ainda a ser nomeado Ministro das Colónias por José Relvas, novamente por apenas três meses.

Carlos da Maia nunca mais exerceu cargos políticos. No entanto a memória da sua figura era ainda importante para que, na trágica revolução de 19 de Outubro de 1921, tivesse sido assassinado pela tristemente conhecida camioneta-fantasma.

Pela sua vida idealista, pela sua honestidade e humanidade e, talvez também, pela sua morte trágica, foi alcunhado por alguns como o *marinheiro romântico*⁴⁰⁵. José Carlos da Maia chegou a residir com a sua mulher, Berta Castro, na Quinta de S. Pedro⁴⁰⁶, no Pragal (Almada).

José Carlos de Melo



Nasceu na Quinta do Pombal, Almada, a 25 de Maio de 1885. A 27 de Julho de 1906, ingressou como amanuense na Câmara Municipal de Almada, onde se conservou durante meio século. Muito jovem, tornou-se uma figura ligada ao associativismo de Almada. Co-fundador e dirigente dos Bombeiros Voluntários de Almada e do Ginásio Clube do Sul, foi também dirigente associativo na Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, na

Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro e na Misericórdia de Almada. Autodidacta e publicista sobre história de Almada na imprensa regional, foi ainda secretário do *Jornal de Almada* (de Junho de 1916 a 1918), fundado e dirigido pelo seu velho amigo republicano Manuel Parada⁴⁰⁷. Era tio do escritor Romeu Correia.

José Carlos de Melo, associado do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», depois da implantação da República, foi, em 1916, um dos militantes do Partido Republicano Evolucionista, (com Jaime Amorim Ferreira, Raimundo José Moreira, Manuel Parada e outros correligionários), que se opuseram ao estabelecimento de uma coligação proposta pelo Partido Democrático, em fins de Outubro daquele ano, de que resultou abster-se o referido Partido Republicano Evolucionista de concorrer às urnas nas eleições municipais⁴⁰⁸. Em 1918, foi nomeado (com José Justino Lopes, Tomás A. de Serra e Moura, António de Carvalho de Louro e outros) para uma comissão encarregada de reorganizar o «antigo baluarte da República: Centro Escolar Republicano “Capitão Leitão”»⁴⁰⁹.

José Custódio Gomes



Natural de Arganil, freguesia de Vila Cova de Alva, nasceu em 1854, filho de Custódio Gomes e de Ana Emília. Casou na vila de Almada, por volta de 1891, com Ermelinda Rodrigues Gomes, doméstica, natural da freguesia de Santiago de Almada.

José Custódio Gomes, dirigente associativo no concelho de Almada, desde o último quartel do século XIX até à I.ª República, foi destacado sócio da

Associação de classe dos Operários Corticeiros de Almada, administrador do órgão *O Corticeiro* (n.ºs 1 a 21), e secretário da administração do mesmo jornal corporativo (n.ºs 22 a 34)⁴¹⁰; da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro; da Sociedade Cooperativa Almadense⁴¹¹, entre outras colectividades.

José Custódio Gomes, corticeiro e dirigente sindical, foi empossado, em 12 de Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁴¹², passando a vogal efectivo a partir de 5 de Março de 1911, como eleito do Partido Socialista, em substituição do vereador Florêncio Ricardo Domingues, que se havia demitido em divergência insanável com o vice-presidente Jaime de Amorim Ferreira⁴¹³.

Neste ano, presidiu interinamente à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada após o pedido de exoneração apresentado pelo titular do cargo, Galileu da Saúde Correia, e impedimento temporário do vice-presidente, Jaime de Amorim Ferreira⁴¹⁴. Secretário da Comissão Administrativa da Câmara em 12 de Junho de 1912⁴¹⁵, e vice-presidente da Câmara em 2 de Janeiro de 1913⁴¹⁶, era, em 1917, um dos principais militantes no «Núcleo Socialista de Almada»⁴¹⁷. Em 1918, com 63 anos de idade, era casado e residia com a família em Cacilhas, próximo dos irmãos: Adriano Custódio Gomes, de 41 anos de idade, solteiro; António Custódio Gomes, de 48 anos de idade, casado, empregado de comércio, e Raul Custódio Gomes, nomeado em 12 de Outubro de 1910 pela Junta Revolucionária Republicana como vogal da Junta de Paróquia da freguesia de Santiago de Almada.

José Custódio Gomes participou nas eleições municipais que tiveram lugar em 25 de Maio de 1919, integrando a lista socialista encabeçada por Jerónimo Louro, tipógrafo, residente em Almada⁴¹⁸. Nas eleições seguintes, que tiveram lugar em Dezembro de 1925, o Partido Socialista não se apresentou às urnas e José Custódio Gomes não integrou qualquer das três listas concorrentes. Jerónimo Louro, que desta vez concorreu pela lista republicana, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Almada num executivo de coligação que contava com Jaime de Amorim Ferreira e João Celestino Cerqueira Afonso, pelos republicanos, e Francisco de Almeida Carvalho e Tomás António da Serra e Moura, pelos nacionalistas⁴¹⁹.

Morreu em Cacilhas⁴²⁰ em 2 de Abril de 1929.

José Duarte Vitorino Júnior



Natural da freguesia de Caparica, nasceu em 1890. José Vitorino Júnior era proprietário na Trafaria, no Monte de Caparica e em Murfacém, onde residia. Foi empossado, em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal efectivo da Junta de Paróquia da Freguesia de Caparica⁴²¹ e, em Novembro deste ano, foi co-fundador do Centro Escolar Republicano Capariquense⁴²². Em 1 de Janeiro de 1911, surge como membro da direcção

deste Centro Republicano.

Em 25 de Outubro de 1911 foi nomeado para a Comissão de Recenseamento Militar e, nesse mesmo ano, tomou posse como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁴²³. José Vitorino Júnior, acompanhado pelos correligionários locais João Aleixo e João Luís Casaca (da Junta de Paróquia de Caparica) e de Manuel Carvalho Rosa (do Centro Republicano Capariquense), apresenta cumprimentos a Afonso Costa⁴²⁴, em 12 de Maio de 1912, após a visita deste ao poeta Bulhão Pato, então doente e residente no Largo da Torre, Caparica.

Em 5 de Junho de 1912 era vogal efectivo da Câmara, como responsável pelo pelouro dos «jardins e árvores»⁴²⁵, cargo para o qual voltou a ser eleito em Junho de 1912⁴²⁶ e em Março de 1913⁴²⁷. Nos anos seguintes, fez parte da vereação da Câmara. Em Dezembro de 1924, era vice-secretário de um executivo municipal presidido por Mário Baptista Cardoso Marques⁴²⁸. Em Fevereiro de 1925, na sequência da impugnação da eleição anterior, foi eleito secretário da Comissão Administrativa da Câmara presidida por Alfredo Simões Pimenta, tendo renunciado ao lugar em solidariedade com os colegas cujo mandato fôra impugnado por Alfredo Pimenta⁴²⁹.

Morreu em Murfacém em 16 de Março de 1962.

José Elias Garcia



Nascido em Cacilhas, Almada, a 31 de Dezembro de 1830, José Elias Garcia era filho do liberal José Francisco Garcia, chefe de oficinas do Arsenal da Marinha. Estudou na Escola de Comércio de Lisboa, concluindo o curso em 1848. Entrou depois para a Escola Politécnica de Lisboa e, em 1857, ingressava na Escola do Exército. Assentou praça em 31 de Agosto de 1853, como voluntário do Regimento de Granadeiros da Rainha, atingindo o posto de coronel em 27 de Setembro de 1888. Leccionou a cadeira de Mecânica Aplicada na Escola do Exército e desempenhou diversas funções militares e civis no Conselho Geral de Instrução Militar, Conselho Naval, presidente da Junta Departamental do Sul e da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Republicano histórico, pertenceu ao grupo de pioneiros que abraçavam aquelas ideias após as revoluções de 1848, integrado por nomes consagrados e respeitados como José Maria Latino Coelho, Oliveira Marreca, António Rodrigues Sampaio, José Estêvão Coelho de Magalhães, José Felix Henriques Nogueira, Anselmo Braamcamp, Luís Augusto Palmeirim, Francisco Maria de Sousa Brandão, a par de jovens como José Maria do Casal Ribeiro, Custódio José Vieira, Joaquim Marcelino de Matos e Álvaro Rodrigues de Azevedo. Foi iniciado na Maçonaria em 1853, em Lisboa, na *Loja 5 de Novembro*, do rito francês, pertencente à Confederação Maçónica Portuguesa, com o nome simbólico de «Péricles». Em 1863 era um dos responsáveis pela Federação Maçónica Portuguesa, da qual foi Grão-Mestre, e participou no processo de fusão de várias obediências maçónicas portuguesas do qual resultou, em 1869, o Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. Membro da *Loja Simpatia* em 1881, desempenhou altos cargos no Grande Oriente Lusitano Unido, nomeadamente os de Presidente do Conselho da Ordem entre 1882-1884 e 1887-1888, Grão-Mestre interino entre 1884-1886 e 1887-1888 e Grão-Mestre eleito em 1888, forçado à renúncia em 1889. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa entre 1872 e 1890 e seu Presidente em 1878. Em 1868 esteve ligado ao Grupo do Pátio do Salema, a origem do Partido Reformista, liderado por Sá da Bandeira e pelo Bispo de Viseu, António

Alves Martins. Foi eleito deputado em 1870, por dois círculos uninominais de Lisboa, e de novo eleito deputado pelo Partido Republicano, em 1881, 1884 e 1890. Participou na organização do Partido Republicano Português e do Centro Republicano Democrático Português, defendendo posições reformistas e moderadas. Presidiu ao Directório do Partido Republicano entre 1883 e 1891 e colaborou em inúmeras publicações periódicas, das quais destacamos: *O Trabalho* (Lisboa, 1858); *O Futuro* (Lisboa, 1859-1862); *Jornal de Lisboa* (Lisboa, 1865); *Política Liberal* (Lisboa, 1860-1862); *Democracia e Democracia Portuguesa* (Lisboa, 1873-1881); *Revista Escolar Portuguesa* (Lisboa 1884); *Capelo e Ivens* (Número único publicado pela Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1885); *José Estêvão* (Número único, comemorativo da inauguração do monumento em Aveiro, publicação do *Clube Escolar José Estêvão*, Lisboa, 1889); *14 de Julho, 1789-1889* (Número único, Porto, 1889); *No Tejo. Grinalda Literária* (Lisboa, 1887). Publicou ainda: *Curso de Mecânica Aplicada* (Lisboa 1871-1886); *Câmara Municipal de Lisboa. Informação da proposta do vereador Joaquim José Alves, relativa ao remate da fachada principal do edificio dos novos paços do concelho, apresentada à câmara pela comissão de obras e melhoramentos em sessão de 5 de Outubro, e aprovada em sessão de 12 de Outubro de 1874* (Lisboa, 1874); *Discurso proferido na grande loja da Confederação Maçónica Portuguesa em 20 de Dezembro de 1862 e para comemorar o falecimento do respeitável Grão-Mestre e irmão José Estêvão Coelho de Magalhães*⁴³⁰.

Morreu em Lisboa em 21 de Junho de 1891.

José Ferreira Jorge Júnior

Nasceu em Tondela, freguesia de Dardavaz, a 20 de Março de 1868, filho de António Diogo de Sousa Ferreira, jornalista, e de Margarida Chaves, tecedeira⁴³¹.

Muito jovem, José Ferreira Jorge instalou-se na Piedade como empregado de confiança do industrial de panificação António José Marques, estabelecido com uma padaria na Ponte do Caramujo. Graças à sua simpatia e jovialidade José Ferreira Jorge Júnior em breve conquistou a amizade dos seus contemporâneos e, em particular, de Maria da Encarnação Sant'Ana Pereira, solteira, de trinta e nove anos de idade, proprietária da Quinta

do Cerrado e irmã de Hermínia Adelaide de Sant'Ana Pereira, também ela solteira e proprietária da fabulosa Quinta dos Frades, uma propriedade que remonta ao século XIV e na qual se encontra actualmente o Museu da Cidade. Os contactos permanentes com Maria da Encarnação Sant'Ana Pereira e o facto de José Ferreira Jorge Júnior ser um trabalhador esforçado e sério, bom homem, solteiro, ter boa figura e possuir um talento nato para os negócios, não foram indiferentes àquela proprietária, ficando noivos passado algum tempo, apesar de alguma oposição por parte dos familiares da noiva que consideravam aquele noivado socialmente inconveniente. O casamento acabou por realizar-se na Igreja de Santiago de Almada, em 1 de Abril de 1901⁴³².

Em 5 de Janeiro de 1903, António José Marques, que entretanto enviudara e não tinha herdeiros, decidiu redigir o seu testamento, nos termos do qual José Ferreira Jorge Júnior foi nomeado principal legatário, nomeadamente de uma habitação na Mutela e do estabelecimento de fabrico e comércio de pão situado na Ponte do Caramujo, pelo que passou a ser conhecido, desde então, por «*Ferreira da Ponte*»⁴³³. Entretanto, Maria da Encarnação Sant'Ana Pereira Júnior e o marido compram as dívidas de Hermínia Adelaide Sant'Ana Pereira, tornando-se deste modo os únicos proprietários da Quinta dos Frades⁴³⁴.

Em 25 de Outubro de 1905, José Ferreira Jorge Júnior foi nomeado pela Câmara Municipal para o cargo de vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o ano seguinte,⁴³⁵ cargo para que voltou a ser nomeado em 3 de Outubro de 1906 como vogal efectivo⁴³⁶.

Republicano convicto, fez da referida propriedade um santuário de reuniões conspirativas contra o regime monárquico, ali recebendo com regularidade alguns dos principais caudilhos da oposição republicana.

A banda da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), dirigida por Artur António Ferreira de Paiva, comerciante, maçom, republicano e vereador da Câmara Municipal de Almada, assim como o grupo musical «36», dirigido pelo jovem republicano Polónio Febrero Júnior, também ali realizavam os seus ensaios, promoviam concertos e animavam as festas da terra, sempre muito concorridas. Em 15 de Maio de 1910, teve eco na imprensa da capital a realização de um grande comício republicano na Cova da Piedade, promovido pelas colectividades democráticas do concelho de Almada. O comício decorreu na Quinta dos

Frades, propriedade de José Ferreira Jorge Júnior. Tomaram a palavra António José de Almeida, Feio Terenas, Manuel Dias, Gastão Rodrigues, Américo Pereira, Jaime de Amorim Ferreira e outros⁴³⁷.

José Ferreira Jorge Júnior, que se envolveu nos acontecimentos que culminaram na proclamação da República no edifício dos Paços do Concelho no dia 4 de Outubro de 1910, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara, em 20 de Novembro de 1910, para a Comissão Republicana de Gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada⁴³⁸. A 26 de Dezembro de 1910, foi indigitado para a Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁴³⁹ e, a 9 de Outubro de 1912, foi empossado como vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1913⁴⁴⁰, cargo para o qual voltou a ser nomeado em 27 de Outubro de 1913⁴⁴¹. Foi eleito vereador substituto da Comissão Administrativa da Câmara de Almada em 2 de Janeiro de 1914⁴⁴² e ocupou diferentes cargos relacionados com a fiscalização dos impostos industriais. Enquanto durou o entusiasmo e as expectativas criadas pela Primeira República, o nosso biografado fez questão de içar, todos os domingos, a bandeira nacional num mastro que mandou colocar no pátio da Quinta dos Frades.

Do seu casamento não houve filhos, tendo legado a padaria que possuía na Ponte do Caramujo ao seu empregado Manuel da Costa Barroso, conhecido por «Manuel Patacas», repetindo a atitude que o seu patrão e benfeitor António José Marques havia tido para consigo em 1903. Era tio, por afinidade, do Dr. Mário Lage, casado com a poetisa Florbela Espanca.

Morreu na Cova da Piedade⁴⁴³, em 10 de Novembro de 1938, havendo nesta freguesia uma rua com o seu nome e outra com o nome de sua mulher.

José Gomes Coelho

Nasceu na freguesia de Caparica em 1877, filho de Francisco Coelho e de Casimira da Silva. Residente no Pragal, proprietário, associativista e republicano, foi um dos dirigentes da Associação Comercial Almadense⁴⁴⁴, em 1910. Dois anos depois, foi nomeado, pela Comissão Administrativa da Câmara, como vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁴⁴⁵. Em 2 de Janeiro de 1914 foi eleito vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara⁴⁴⁶. Vereador em 1916, voltou a ser eleito, em Janeiro de 1917, como vice-presidente da Comissão Executiva

da Câmara Municipal, pelo Partido Democrático, ficando com o pelouro da «iluminação pública»⁴⁴⁷.

Morreu no Pragal⁴⁴⁸ em 29 de Outubro de 1929.

José Jacinto Cordeiro

Natural de Almada, foi operário e um dos dirigentes da Associação dos Operários Corticeiros de Almada, (na qual travou amizade com Manuel FEVEREIRO), e da Sociedade Cooperativa União Pragalense, fundada em 12 de Maio de 1918.

José Jacinto Cordeiro, simpatizante dos ideais republicanos, foi vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara, em Dezembro de 1924, quando o executivo presidido por Mário Batista Cardoso Marques apresentou a demissão colectiva⁴⁴⁹, voltando a ser eleito para o executivo da dita Comissão, em 22 de Dezembro daquele ano⁴⁵⁰. Por impugnação suscitada pelo professor Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, passando José Jacinto Cordeiro a ocupar as funções de vice-secretário do executivo presidido pelo referido Alfredo Pimenta⁴⁵¹. Militante do partido da Esquerda Democrática, foi vogal substituto da Comissão Municipal daquela força política em Almada, liderada por Firmino da Silva, em 1926⁴⁵².

José Joaquim dos Santos

Residente em Almada, associado do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», foi eleito vogal substituto da Junta de Paróquia de Almada,⁴⁵³ em Dezembro de 1910.

José Justino Lopes



Nasceu em Alvaiázere, Rego da Murta, em 12 de Dezembro de 1869, filho de António Lopes e de Joaquina de Jesus. Veio para Almada, em 1879, com dez anos, como empregado da mercearia do «Resgate» e, em 1889, passou a empregado e sócio da Casa Fontainha, da qual era proprietário José Fontainha, nome pelo qual ficaria a ser conhecido⁴⁵⁴.

Comerciante, maçõn⁴⁵⁵ da Loja *Liberdade* n.º 197, de Lisboa, era dirigente de várias colectividades e associações, com destaque para a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Almadenses e Associação dos Socorros Mútuos 1.º de Dezembro⁴⁵⁶. Membro activo do Partido Republicano, co-fundador do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (16 de Junho de 1907), foi eleito, em 1 de Março de 1908, em assembleia-geral, presidente da direcção⁴⁵⁷. Em 20 de Maio de 1908, com um grupo de republicanos, constituídos em Comissão Protectora da Infância (entre os quais se contavam: Vicente do Carmo, Artur da Fonseca Rodrigues e Paulo José de Almeida, todos da vila) promoveu no jardim do castelo de Almada uma quermesse cujo produto se destinava a sustentar uma escola que protegiam, instalada no segundo andar da casa n.º 72 da Rua Direita. Tratava-se da escola primária que viria a ser integrada no Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»⁴⁵⁸. Revelou-se ainda como um dos principais líderes do movimento revolucionário que proclamou a República em Almada⁴⁵⁹ em 4 de Outubro de 1910, tendo a honra de, com Manuel Parada, içar a bandeira republicana no forte de Almada.

Em 12 de Outubro de 1910 integrou a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal como vereador responsável pela «iluminação pública»⁴⁶⁰ e, em 20 de Novembro de 1910, foi nomeado vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁴⁶¹. Com a destituição da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Almada, pela Junta Revolucionária Republicana, José Justino Lopes foi nomeado, em acumulação do cargo, para as funções de membro da Comissão de Gestão Republicana daquela instituição,⁴⁶² passando, em 26 de Dezembro, a vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁴⁶³.

O estabelecimento comercial de José Justino Lopes, situado na Rua Capitão Leitão (com mercearia, padaria, vinhos, etc.), um dos mais importantes no concelho, funcionou durante anos como *filial* ou ponto de encontro republicano na vila. Este estabelecimento chegou a receber, em Dezembro de 1910, inscrições de cidadãos da freguesia que quisessem alistar-se num batalhão de voluntários⁴⁶⁴, com bom comportamento civil, moral, político e com idades entre os 18 e 45 anos.

Em Janeiro de 1911, entra em conflito aberto com o seu colega de vereação Jaime de Amorim Ferreira por este subverter as decisões tomadas em sessão pública anterior, no que se relacionava com a venda

dos estrumes da abegoaria da Câmara, beneficiando escandalosamente o cidadão Teotónio Pereira Júnior, com propriedades no Ginjal⁴⁶⁵. Na sequência desta divergência, José Justino Lopes apresentou o seu pedido de demissão de vogal da Câmara, mas, muito instado pelos seus colegas e após Jaime de Amorim Ferreira se ter retratado, retirou o seu pedido de exoneração. Porém, passados alguns dias, em ofício dirigido ao presidente do Município, solicitou a demissão do seu cargo «cujo exercício se torna incompatível com os inúmeros afazeres da sua vida particular»⁴⁶⁶.

Em Fevereiro, encontrando-se vago o lugar de aferidor dos pesos e medidas, deliberou a vereação, por escrutínio secreto, convidar José Justino Lopes para funcionário do referido serviço, convite que aceitou⁴⁶⁷. Em Dezembro de 1912 foi indigitado pela Comissão Administrativa da Câmara para integrar a Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o exercício de 1913⁴⁶⁸.

Casou em data por determinar com Egídia dos Santos Cantinho, natural de Silves, primeira professora do ensino primário do sexo feminino na Cova da Piedade⁴⁶⁹, residindo o casal na Rua Henrique Nogueira, n.º 2, em Almada. Do seu matrimónio houve um filho de nome João Cantinho Lopes, que se licenciou em Medicina em 1946.

Em 1918, contava 46 anos de idade e continuava a exercer as funções de funcionário do serviço de aferição da Câmara. Naquele ano, foi um dos republicanos nomeados para uma comissão encarregada de reorganizar o Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Temos conhecimento que mais tarde veio a estabelecer-se em Lisboa como comerciante.

Morreu em Almada⁴⁷⁰ a 25 de Outubro de 1955.

José Malaquias

Nasceu em Silves, freguesia de Alcantarilha, em 1870, filho de Jacinto Malaquias e de Maria Sequeira.

Em Março de 1908, residindo em Cacilhas, com um estabelecimento (taberna), foi eleito presidente da assembleia-geral do Centro Eleitoral Republicano «Capitão Leitão⁴⁷¹», de Almada, para o ano de 1909. Associativista e republicano, foi um dos dirigentes da Associação Comercial Almadense⁴⁷², em 1910. Neste ano, após a implantação da República, foi nomeado regedor da freguesia de Almada e eleito pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada como vogal substituto da

Comissão de Recenseamento Militar⁴⁷³. Em 20 de Novembro de 1910, foi nomeado vogal da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁴⁷⁴. Em Setembro de 1914, José Malaquias, como dirigente de uma colectividade situada em Cacilhas, mostrou-se preocupado com o facto de não existir uma escola para o ensino primário naquela localidade⁴⁷⁵.

A “taberna do Malaquias” conheceu factos curiosos. Por exemplo, a taberna, muito frequentada pela comunidade, chegou a funcionar como um local de tertúlia republicana, ao ponto de receber, em Dezembro de 1910, inscrições de cidadãos da freguesia que quisessem alistar-se num batalhão de voluntários⁴⁷⁶. A taberna (actualmente, uma casa de comidas bem afreguesada: “O Cacilheiro”), tinha uma pintura curiosa numa das paredes. Em 1911, após a implantação da República, um marinheiro pintou quatro cabeças de vultos do movimento anarquista: Bakunine, Kropotkine, Louise Michel e Francisco Ferrer. Quarenta anos depois, por denúncia de um agente da “Pide” o mural foi destruído⁴⁷⁷.

Morreu na Cova da Piedade⁴⁷⁸ em 6 de Fevereiro de 1932.

José Manuel Antão

Nasceu em Silves a 27 de Março de 1873, filho de Manuel Antão, rolheiro, e de Catarina Maria, doméstica. Fixou residência com os pais e os irmãos no Caramujo, onde o pai passou a exercer as funções de encarregado da firma Vilarinho & Sobrinho, propriedade do Conde de Silves⁴⁷⁹. Casou em 17 de Março de 1895, na freguesia de Santiago de Almada, com Amélia Augusta da Silveira, fixando residência no Pombal, lugar da Cova da Piedade, não havendo filhos deste casamento⁴⁸⁰. Em meados da primeira década de 1900, fundou uma empresa do ramo corticeiro denominada Antão, Ferreira & Marques⁴⁸¹, Ld.^a.

José Manuel Antão, industrial e republicano, fez parte da comissão paroquial⁴⁸² do Partido Republicano na freguesia de Santiago de Almada, em Julho de 1909, com correligionários, como Galileu de Saúde Correia, Joaquim Peças e outros residentes na Cova da Piedade. Nos anos de 1916 e 1917, foi membro da mesa administrativa da Misericórdia de Almada. Neste último ano, foi reconhecido como «revolucionário civil»⁴⁸³ pela Lei n.º 668, de 3 de Abril. Foi um dos militantes do Partido Republicano Evolucionista (com Jaime A. Ferreira, Raimundo Moreira, Manuel Parada e outros), que não aceitaram uma coligação proposta pelo Partido

Democrático, em fins de Outubro de 1916, na sequência da qual o referido Partido R. Evolucionista se absteve de concorrer às urnas nas eleições municipais⁴⁸⁴. Em 25 de Maio de 1919, José Manuel Antão foi candidato pela lista republicana às eleições municipais em Almada⁴⁸⁵.

Após a morte da sua mulher, ocorrida em 4 de Janeiro de 1943, José Manuel Antão retirou-se para a Quinta de Santo Estêvão, situada na aldeia da Franqueira, Silves, onde morreu a 9 de Fevereiro de 1946,⁴⁸⁶ sem descendência. Era irmão de Manuel Antão Júnior.

José Marcelo

Residente em Almada, José Marcelo, associativista, dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» (1907), foi eleito, após a implantação da República, para os novos corpos gerentes deste Centro como vogal substituto do Conselho Fiscal⁴⁸⁷.

Vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara, em 18 de Dezembro de 1924, quando o executivo presidido por Mário Baptista Cardoso Marques apresentou a demissão colectiva⁴⁸⁸. Voltou a ser eleito para o executivo da Comissão Administrativa em 22 de Dezembro do mesmo ano⁴⁸⁹. Por impugnação suscitada por Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, passando José Marcelo a ocupar as funções de vogal substituto do executivo presidido pelo referido Alfredo Pimenta⁴⁹⁰.

José Maria Bernardes

Residente no concelho de Almada, José M. Bernardes foi nomeado, em Outubro de 1912, pela Comissão Administrativa da Câmara, como vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1913⁴⁹¹ e, em Janeiro de 1914, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara (Executivo)⁴⁹².

José Maria de Figueiredo

Nasceu em Tondela em 1838. Proprietário em Almada, iniciou-se na Maçonaria, a 4 de Agosto de 1898, no Triângulo n.º 6 de Almada, com o nome simbólico de «Victor Hugo»⁴⁹³.

José Maria Figueiredo, prestigiado associado e dirigente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, desde o ano da sua fundação

(1895), ficou por fiador na compra dos primeiros instrumentos musicais da banda⁴⁹⁴ daquela colectividade.

Contava 72 anos de idade e residia em Almada quando participou nos acontecimentos que culminaram com a proclamação da República nos Paços do Concelho a 4 de Outubro de 1910.

Em 29 de Dezembro de 1911 transitou para a Loja maçónica *Elias Garcia* n.º 184, de Lisboa⁴⁹⁵.

Não obstante ser simpatizante dos ideais republicanos, foi vogal efectivo, em 1917, para a Junta de Paróquia de Santiago, na «lista Socialista» apresentada a sufrágio para a Câmara Municipal de Almada⁴⁹⁶.

José Maria de Oliveira



Nasceu na vila de Almada, a 18 de Abril de 1853. Em criança foi aprender o ofício de tanoeiro que era o de seu pai. Segundo Romeu Correia, tal profissão, porém, não se coadunava com o seu temperamento, sequioso de independência e de liberdade de carácter. Trocou a sua velha profissão pela de comerciante, em busca de horas livres para se dedicar à leitura e à música, a sua verdadeira paixão. Com 20 anos de idade, entrou para a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. Aquando da formação da Corporação do Serviço Voluntário de Incêndios (1891), em Cacilhas, o nosso biografado inscreveu-se como sócio activo.

Após um conflito entre os associados da Incrível Almadense, ocorrido no ano de 1894, José Maria de Oliveira e outros associados abandonaram a histórica colectividade. Daqui resultou a fundação da Academia Almadense, em 27 de Março de 1895.

José Maria de Oliveira, com ideais republicanos, pertenceu também à Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, à Associação Comercial Almadense, à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Almadenses e a outras colectividades⁴⁹⁷.

Morreu em Almada em 15 de Outubro de 1898.

No dia da inauguração do Centro Republicano «Capitão Leitão», em 16 de Junho de 1907, José Relvas e outros republicanos fizeram uma romagem

ao cemitério da vila para deporem flores na sepultura de José Maria de Oliveira (ver doc. n.º 3, em Apêndice Documental).

José Marques Casimiro Gomes

Residente na Charneca de Caparica, foi, desde a década de 1890, um dos maiores lojistas desta terra, em Marco Cabaço⁴⁹⁸. Comerciante de vinhos e seus derivados possuía também armazéns no Caramujo⁴⁹⁹, Cova da Piedade.

Em Novembro de 1904 foi nomeado pela Câmara como vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1905⁵⁰⁰. Foi indigitado pela Câmara em Outubro de 1907 como vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar para 1908⁵⁰¹. A 18 de Novembro deste ano, foi nomeado vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial e, doze dias depois, José Marques Casimiro Gomes foi nomeado vogal interino da Câmara Municipal, em substituição de Duarte Alexandre Holbeche⁵⁰². Em Janeiro de 1909 foi eleito vogal efectivo da Câmara Municipal⁵⁰³, cargo para que voltou a ser eleito em Janeiro de 1910⁵⁰⁴. Em 20 de Novembro deste ano, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, vogal efectivo da Junta de Repartidores do Imposto Industrial⁵⁰⁵ para o exercício de 1911.

José Nascimento Gomes

Nasceu em Almada. Professor, com ideais republicanos, fez parte do movimento associativo, com destaque para a Sociedade Filarmónica Incrível almadense.

Em 1926, foi vogal efectivo da comissão municipal da Esquerda Democrática em Almada, sob a presidência de Firmino da Silva⁵⁰⁶.

José de Oliveira Marceano

Nasceu em Almada. Industrial, republicano convicto e dirigente do movimento associativo almadense, com destaque para a Associação dos Artistas Almadenses. Nos princípios da década de 1880, exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal, pelo partido progressista. A. da Silveira Júnior refere que José de Oliveira Marceano fora vereador «sempre com uma seriedade e honradez pouco vulgar, e com especialidade em Almada,

onde só abundam pantomineiros políticos nas cadeiras senatoriais. Fora membro do partido progressista, até que a subida destes ao poder lhes trouxera a completa desilusão de que tão bons eram os que subiram como os que desciam, e filiou-se em seguida no partido republicano, único em que existe a esperança de salvar ainda Portugal»⁵⁰⁷.

Morreu em Almada em 18 de Março de 1884.

José de Paiva

Residente em Almada, foi nomeado, pela Comissão Administrativa da Câmara, em 20 de Novembro de 1910, para a comissão de gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada.

José Pereira da Silva

Residente em Almada, corticeiro na Fábrica Rankin & Sons, foi um dos grevistas desta firma julgado em 1897 (com Joaquim Quaresma, Augusto Joaquim Marques e outros), condenado a prisão em 1898 no tribunal da Comarca de Almada⁵⁰⁸. José P. da Silva foi um dos republicanos do concelho que, em 24 de Julho de 1918, secretariou uma sessão presidida por João Celestino Cerqueira Afonso, no Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», na qual foi nomeada uma comissão para proceder à reorganização deste antigo baluarte da República em Almada⁵⁰⁹.

José Ricardo Correia

Residente na Caparica, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense (Novembro de 1910)⁵¹⁰. Na qualidade de regedor da freguesia local, encontrou-se, em 12 de Maio de 1912, com Afonso Costa⁵¹¹, após a visita deste vulto republicano ao poeta Bulhão Pato, então residente no Largo da Torre, Caparica.

José Ricardo Correia foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵¹² pela Lei n.º 615, de 19 de Junho de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915.

José Rodrigues Lage

Residente na Granja⁵¹³, lugar da freguesia de Caparica, proprietário, foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano Capariquense. José R. Lage, na qualidade de membro da comissão política municipal, e o seu

correligionário Júlio César Magalhães apresentaram cumprimentos, em 12 de Maio de 1912, a Afonso Costa⁵¹⁴, aquando da visita ao poeta Bulhão Pato, residente no Largo da Torre, Caparica.

José Rodrigues Viana

Residente em Almada, associativista e republicano, foi associado do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» e editor do *Jornal de Almada*, sob a direcção de Manuel Parada⁵¹⁵, em 1916. Neste ano, foi um dos militantes do Partido Republicano Evolucionista a não aceitar uma coligação proposta pelo Partido Democrático, em fins de Outubro, abstendo-se o referido Partido R. Evolucionista de concorrer à urnas nas eleições municipais⁵¹⁶.

José da Silva Tavares

Comerciante e residente no Monte de Caparica, foi nomeado, em 20 de Novembro de 1910, pela Comissão Administrativa da Câmara como vogal substituto da Junta de Repartidores do Imposto Industrial para o ano de 1911⁵¹⁷.

José Simões dos Santos

Residente em Almada, corticeiro na Fábrica Rankin & Sons, foi uma figura muito ligada ao associativismo almadense, com destaque para a Academia Almadense⁵¹⁸ (sócio fundador em 1895) e a Associação dos Socorros Mútuos 1.º de Dezembro⁵¹⁹.

Associado e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», foi eleito, em 1 de Março de 1908, vice-presidente da direcção deste Centro, em Almada⁵²⁰.

José Simões dos Santos, não obstante ser defensor dos ideais republicanos, foi vogal efectivo, em 1917, da Junta de Paróquia de S. Tiago, na “lista Socialista”, apresentada a sufrágio para a Câmara Municipal de Almada⁵²¹.

José Soares de Pinho

Natural da Cova da Piedade, nasceu em 1862. Nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro de 1890, representou o Centro Escolar Eleitoral Democrático de

Cacilhas no Congresso Geral do PRP, em Lisboa. Iniciado a 4 de Agosto de 1898 no Triângulo n.º 6 de Almada da Maçonaria com o nome simbólico de «Carnot». Foi um dos maçons e obreiros nos trabalhos da Conferência Maçónica realizada no Porto, entre 9 e 10 de Abril de 1900. Alcançou depois o grau 7.º em 13 de Dezembro de 1907⁵²².

José Soares de Pinho, industrial, republicano convicto, foi uma figura ligada ao associativismo almadense, desde os finais do século XIX, com destaque para a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Almadenses⁵²³. Sob a liderança do republicano e maçom Artur Ferreira de Paiva, José S. de Pinho e Polónio Febrero secretariaram a sessão da inauguração do Centro Republicano «Elias Garcia», no Teatro Garrett (1906), presidida por Magalhães Lima⁵²⁴. Em 5 de Outubro de 1910, quando da implantação da República, contava 48 anos de idade e residia na Cova da Piedade. Foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵²⁵ pela Lei n.º 614, de 19 de Junho de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915.

Júlio Augusto Nunes

Residente na Caparica, foi empossado, em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana como vogal substituto da Junta de Paróquia da freguesia de Caparica⁵²⁶. Morreu em Caparica⁵²⁷ em 3 de Agosto de 1932.

Júlio César de Magalhães



Júlio César de Magalhães, filho de Francisco Maurício Magalhães e de Maria Conceição Salgado Magalhães, nasceu em Montemor-o-Novo, em 1880. Diplomou-se pela Escola de Farmácia de Lisboa, em 26 de Novembro de 1904⁵²⁸.

Farmacêutico na Trafaria e republicano convicto, fez parte, em Julho de 1909, da Comissão Municipal, no âmbito da estrutura organizativa do Partido Republicano no concelho⁵²⁹. Em nome desta comissão, foi nomeado, em Abril de 1910, como delegado republicano ao Congresso do Porto⁵³⁰. Na sequência do movimento que proclamou a

República em Almada no dia 4 de Outubro de 1910, foi nomeado, em 12 de Outubro desse mesmo ano, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, responsável pelo pelouro da «Sanidade Pública»⁵³¹. Por proposta sua, aprovada por unanimidade em sessão de Câmara de 20 de Novembro daquele ano, passou a ser feriado em Almada no dia 1 de Maio de cada ano, «por ser este dia o que o Povo trabalhador guarda para solenizar a data em que acontecimentos se deram que importam a reivindicação de algumas das suas regalias». Em acumulação com as suas funções de vereador, foi ainda nomeado, naquela data, «membro da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial do Concelho de Almada»⁵³².

Foi o promotor de uma concorrida récita na Trafaria, realizada em 10 de Dezembro de 1910, por amadores do «Clube Recreio Familiar», a favor das vítimas da Revolução de 5 de Outubro⁵³³.

Teve um importante papel na indicação dos nomes de personalidades que viriam a figurar na toponímia deste concelho, em particular na Trafaria⁵³⁴ e, em Fevereiro de 1911, veio a constituir-se como o principal dinamizador e financiador da instalação do Centro Republicano daquela localidade⁵³⁵.

A 30 de Agosto de 1911, por alvará do Governo Civil de Lisboa, foi nomeado vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara⁵³⁶ e, em 10 de Janeiro de 1912, foi empossado como vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁵³⁷. Cidadão de grande honestidade e verticalidade moral, Júlio César de Magalhães foi eleito presidente da Câmara em 2 de Janeiro de 1913⁵³⁸, cargo para que voltou a ser reeleito em 2 de Janeiro de 1914⁵³⁹. Em Março de 1915, Júlio César de Magalhães informou a vereação de ter entrado no exercício do cargo de juiz de Direito⁵⁴⁰ desta comarca, em substituição do magistrado que ocupava este cargo, sugerindo que fosse chamado um vogal que o substituisse na presidência. Foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵⁴¹ pela Lei n.º 614, de 19 de Junho de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915.

Em 3 de Setembro de 1923, tomou de trespasse a farmácia «Cerqueira Afonso», situada na vila de Almada, que tinha sido vendida a António Correia pelo seu anterior proprietário João Celestino Cerqueira Afonso, farmacêutico na Cova da Piedade, baptizando-a de «Farmácia Magalhães».

Com a instauração da Ditadura em 1926, Júlio César de Magalhães veio a sentir na pele as consequências das suas convicções democráticas, tanto mais que a sua farmácia haveria de tornar-se ponto de encontro de opositores ao Estado Novo, onde se comentavam os acontecimentos políticos da época.

Estimado pelos seus conterrâneos, era associado de inúmeras colectividades de cultura e recreio do concelho de Almada.

Morreu em Lisboa em 1944 e, posteriormente, o corpo foi trasladado para o cemitério de S. Paulo, em Almada.

Júlio José de Araújo



Natural de Almada, foi encarregado da Companhia de Fiação Lisbonense⁵⁴² (fundada em 1881), no Olho-de-Boi, próximo da Fonte da Pipa. Figura ligada ao associativismo almadense, com destaque para a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, foi associado e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»⁵⁴³, desde a sua fundação, em Junho de 1907.

Em Novembro de 1910, foi nomeado, pela Comissão Administrativa da Câmara, como membro da Comissão Republicana de Gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada⁵⁴⁴. Foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵⁴⁵ pela Lei n.º 614, de 19 de Junho de 1916, por ter tomado parte activa nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915. Em Dezembro de 1924, foi eleito vogal da Comissão Administrativa da Câmara⁵⁴⁶ e, em 1925, vice-presidente da Câmara.

Júlio José de Araújo e sua mulher, Maria de Assunção Araújo, foram os pais do Dr. Alberto de Araújo, político almadense muito estimado pela população, membro do Comité Central do P.C.P. e deportado no Tarrafal pela Ditadura.

Júlio Ricardo Domingues

Natural de Caparica, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano Capariquense (Novembro de 1910)⁵⁴⁷. Catorze dias depois da implantação da República foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara como membro efectivo da Comissão de Recenseamento Militar⁵⁴⁸.

Justiniano Rodrigues Casa Nova

Residente no concelho de Almada, foi eleito, em Janeiro de 1914, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁵⁴⁹.

Lourenço António

Residente na Cova da Piedade, operário corticeiro, foi dirigente da Associação de Classe dos Corticeiros de Almada⁵⁵⁰, desde os finais do século XIX, com Manuel Fevereiro, José do Carmo, Joaquim Peças e outros. Em Novembro de 1910, foi indigitado pela Comissão Administrativa da Câmara como membro da Comissão Republicana de Gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada⁵⁵¹.

Luís de Queirós



Nasceu em Almada, no sítio do Pragal, em 24 de Outubro de 1879, filho de Francisco José da Conceição, sargento calafate. Autodidacta, estudioso e publicista da história de Almada, deixou importante colaboração em artigos na imprensa, como: «Almada», publicado no *Século*, de 30 de Abril de 1899; «Festejos a São João em Almada», no *Liberal*, de 13 de Janeiro de 1906; e «Villa de Almada», no semanário *Branco e Negro*, de 25 de Abril de 1897. Foi amanuense, desde

1902, e mais tarde tesoureiro da Câmara Municipal de Almada⁵⁵².

Luís de Queirós, com ideais republicanos, foi um dos cidadãos a assinar, em Janeiro de 1918, o Auto de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, constituída por Artur Ferreira de Paiva, presidente, e Miguel Guedes Coelho, Polónio Febrero Junior, Cassiano Baptista da Silva, José António Nunes, António Sérgio Augusto de Macedo e António Joaquim Ferreira do Amaral⁵⁵³.

Morreu em Almada em 13 de Junho de 1944.

Luís Teixeira

Residente na freguesia de Caparica, secretariou sessões de propaganda republicana, nas vésperas das eleições disputadas entre o Governo e o Partido Republicano⁵⁵⁴, em Agosto de 1910.

Manuel Alves Ribeiro

Residente em Almada, foi indigitado, em Novembro de 1910, pela Comissão Administrativa da Câmara, como membro da Comissão Republicana de Gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada⁵⁵⁵. Vereador da Câmara Municipal de Almada em 1916, voltou a ser eleito, em Janeiro de 1917, como vogal substituto⁵⁵⁶ da Comissão Executiva da dita Câmara, pelo Partido Democrático.

Manuel Antão Júnior



Nasceu em Silves, a 24 de Janeiro de 1871, filho de Manuel Antão, rolheiro, e de Catarina Maria, doméstica⁵⁵⁷. Em 1879, a família instalou-se no Caramujo, lugar da Cova da Piedade, passando o progenitor a exercer as funções de encarregado da firma de transformação de cortiça Vilarinho & Sobrinho, propriedade de Francisco Manuel Pereira Caldas, Conde de Silves, padrinho de casamento de Manuel Antão⁵⁵⁸.

Por volta de 1891, Manuel Antão Júnior instalou-se como industrial do ramo corticeiro com um pequeno fabrico junto à Ponte do Caramujo⁵⁵⁹, alcançando em breve meios de fortuna e a consideração da comunidade.

Casou em 1892 com Mariana do Carmo Nunes, doméstica, natural de Almada, de quem é conhecida a identidade de dois filhos, falecidos na idade da infância. Em 23 de Março de 1893, foi um dos doze associados fundadores da Cooperativa de Consumo Piedense, que nos seus tempos áureos foi considerada uma das mais importantes cooperativas de consumo da Península Ibérica⁵⁶⁰.

Dotado de uma compleição física notável, era um indivíduo de difícil autocontrolo em circunstâncias de conflito, razão por que são numerosas as notícias em que o seu nome é citado como estando envolvido em graves cenas de violência, umas vezes como agressor, outras como vítima⁵⁶¹. De qualquer modo, foi um dirigente associativo (com destaque para a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, fundada em 1889), cooperativista e republicano. Partilhava, como muitos dos jovens do seu tempo, a esperança num futuro melhor que o ideário republicano lhes anunciava, filiando-se como associado no Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» da Cova da Piedade, onde passou a desenvolver uma actividade política discreta. Temos notícia

do seu envolvimento nos acontecimentos que culminaram na implantação da República nos Paços do Concelho de Almada, em 4 de Outubro de 1910.

Foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵⁶² pela Lei n.º 668, de 3 de Abril de 1917, devido à sua participação nos movimentos de 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915.

Foi uma figura sempre presente nas cerimónias públicas que ao longo dos anos se desenrolaram no concelho e, em particular, na Cooperativa Piedense. Em 2 de Setembro de 1926 integrava a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, como vice-secretário, num executivo presidido por Jaime de Amorim Ferreira e tendo como vice-presidente Polónio Febrero Júnior, secretário, Manuel Rodrigues Pereira da Silva e vogal, Carlos Alexandre dos Santos⁵⁶³. Em 23 de Dezembro de 1926, foi reconduzido no cargo de vogal efectivo, para servir no ano seguinte, integrando um Executivo constituído pelos mesmos vereadores⁵⁶⁴. Voltaria a ser eleito vogal da Comissão Administrativa da Câmara em 13 de Janeiro de 1927⁵⁶⁵.

Nesse ano, preparava o Governo a reforma administrativa que reformularia a estrutura autárquica do país, quando o vice-presidente da Câmara, Polónio Febrero Júnior, sugeriu que fosse enviada ao Governo Civil de Setúbal uma proposta de elevação da Cova da Piedade a freguesia administrativa, disposição que consagrava uma das mais antigas aspirações da comunidade⁵⁶⁶. A 7 de Fevereiro de 1928, o Decreto-Lei n.º 15 004 determinou, por despacho do Conselho de Ministros, a criação da freguesia de Cova da Piedade, no concelho de Almada. Neste ano, realizou-se a eleição dos cidadãos que passaram a dirigir os destinos da nova Junta de Freguesia no período de 1929-1933, que foram os seguintes: presidente, Manuel Antão Júnior; secretário: António José da Silva Pires; e tesoureiro: Crisógono da Fonseca Coelho⁵⁶⁷. A 26 de Setembro de 1934 foi empossada a direcção da Santa Casa da Misericórdia de Almada, com a seguinte constituição: provedor: Polónio Febrero Júnior; escriturário: Alberto Gonzaga Marques; tesoureiro: Manuel Antão Júnior; mesários: Artur Alberto Gomes, Joaquim Jorge de Oliveira Pires, Norberto Gomes e Rafael Pinto da Silva⁵⁶⁸.

No início da década de sessenta, Manuel Antão Júnior partiu para a sua terra natal e fixou residência numa propriedade que entretanto adquirira, denominada «Quinta de Santo Estêvão», na Franqueira, aldeia situada no limite do concelho de Silves. Viúvo e sem filhos, redigiu, em 1963, o seu testamento de últimas vontades, nomeando como herdeiro o irmão mais novo, Aprígio Manuel Correia Neves, proprietário de uma farmácia na vila de Almada.⁵⁶⁹

Manuel Antão Júnior morreu na Franqueira, lugar do concelho de Silves,

em 12 de Março de 1963.

Manuel Augusto Consciência

Residente e lojista na vila de Almada, foi nomeado pela Câmara Municipal, em Novembro de 1904, como vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1905⁵⁷⁰. Em Novembro de 1908, voltou a ser indigitado vogal substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para o ano de 1909⁵⁷¹ e, em Maio de 1913, substituiu António Branquinho, corticeiro, como vereador efectivo da Câmara, quando este foi preso por assassinar a tiro um colega de trabalho⁵⁷². Foi eleito vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara em Janeiro de 1914⁵⁷³.

Republicano e vogal da Câmara em 1916, Manuel Augusto Consciência voltou a ser eleito vice-secretário da Comissão Executiva da Câmara Municipal, pelo Partido Democrático, em 8 de Janeiro de 1917, com o pelouro de «Cemitérios»⁵⁷⁴.

Manuel Baptista



Nasceu em Almada. Com ideais republicanos, foi dirigente no movimento associativo, com destaque para a Sociedade Cooperativa União Pragalense, fundada em 12 de Maio de 1918, e a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Em 1926, foi secretário da comissão paroquial da Esquerda Democrática em Almada, sob a presidência de João Pedro de Jesus, mais conhecido por «João Flautim»⁵⁷⁵.

Manuel Carvalho Rosa

Residente no Monte de Caparica, foi um republicano convicto e dirigente do Centro Escolar Republicano Capariquense. Em 1912, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara como vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1913⁵⁷⁶. Em Dezembro daquele ano, foi empossado como vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁵⁷⁷ e, em Janeiro de 1914, foi eleito presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Almada⁵⁷⁸.

Proprietário e estanceiro⁵⁷⁹, foi também uma figura ligada ao associativismo local, com destaque para a Misericórdia de Almada⁵⁸⁰. Presidente da Câmara Municipal em 1916, voltou a ser eleito presidente da Comissão Executiva da Câmara, pelo Partido Democrático, em 8 de Janeiro de 1917, com o pelouro de «contencioso, instrução e beneficência»⁵⁸¹.

Manuel Dinis André

Residente em Almada, foi associado e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Operário corticeiro da Fábrica da Margueira⁵⁸², foi também uma figura do associativismo, com destaque para a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, a Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro e, em especial, a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada⁵⁸³ onde se evidenciou nas lutas do movimento operário. Em 1909, fazia parte da comissão paroquial do Partido Republicano na freguesia de Santiago de Almada⁵⁸⁴.

Na véspera da implantação da República, Manuel Dinis André participou no movimento revolucionário em Almada, na companhia de José Justino Lopes, Firmino da Silva, Frederico Frago e outros republicanos locais⁵⁸⁵. Oito dias depois foi nomeado, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal efectivo da Junta de Paróquia da freguesia de Santiago de Almada⁵⁸⁶. Quinze dias mais tarde, foi nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara para servir no ano seguinte como membro da Comissão de Recenseamento Militar. Na primeira reunião da Junta da Paróquia, em Novembro de 1910, foi nomeado vogal deste órgão da estrutura organizativa do Partido Republicano no concelho, presidido por Polónio Febrero Júnior⁵⁸⁷.

Manuel Dinis André foi reconhecido como «revolucionário civil»⁵⁸⁸ pela Lei n.º 554, de 5 de Junho de 1916, devido à sua participação nos movimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e de 14 de Maio de 1915.

Manuel da Graça e Sousa

Residente em Almada, foi associado e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Eleito, em 1 de Março de 1908, vogal da Direcção do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão» de Almada⁵⁸⁹, foi em 1909 vogal substituto da comissão paroquial republicana de Santiago de Almada⁵⁹⁰.

Manuel Guilherme Moreira

Natural de Almada, trabalhador na fábrica de cortiça William Rankin & Sons, foi republicano e figura ligada ao associativismo popular de Almada.

Militante da última força política da 1.^a República, a Esquerda Democrática, Manuel Moreira foi vogal substituto da comissão paroquial deste partido, presidido por João Pedro de Jesus, em 1926⁵⁹¹.

Manuel Inácio dos Santos

Residente e lojista na Costa de Caparica, foi nomeado, em Novembro de 1910, vogal substituto da Junta de Repartidores do Imposto Industrial pela Comissão Administrativa da Câmara, para o ano de 1911⁵⁹². Em Outubro de 1912, foi empossado como membro efectivo da Comissão de Recenseamento Militar do concelho de Almada para 1913⁵⁹³. Em Dezembro de 1912, a Câmara nomeou-o membro substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁵⁹⁴ para o ano de 1913.

Manuel Maria dos Santos Parada



Nasceu em Almada, em 3 de Outubro de 1889, filho de António Dionísio Francisco Parada e de Maria Glória dos Santos. Neto paterno de Francisco Alexandre Parada, natural da Galiza, súbdito espanhol, mas residente na vila de Almada⁵⁹⁵. António Dionísio Francisco Parada, um dos dirigentes da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro⁵⁹⁶, foi nomeado, em Outubro de 1907, vogal efectivo da Comissão de Recenseamento Militar⁵⁹⁷.

No início do século XX, Manuel Maria dos Santos Parada era empregado de escritório da fábrica de cortiça H. Bucknll & Sons⁵⁹⁸ e, tal como o pai, apoiante das ideias republicanas, sendo ambos filiados no Centro Republicano «Capitão Leitão», em Almada, de que Manuel Parada foi um dos dirigentes. Participou em comícios e em reuniões de propaganda republicana, como sucedeu, em Agosto de 1910, numa reunião eleitoral em que secretariou uma sessão presidida por Júlio César de Magalhães, com a presença dos oradores: Dr. Fernandes Costa, candidato republicano pelo

Círculo, Feio Terenas (antigo candidato republicano pelo Círculo), Jorge Nunes, Alfredo Ladeira e Jaime de Amorim Ferreira⁵⁹⁹.

Manuel dos Santos Parada, estimado pelos seus conterrâneos, foi uma figura íntegra ligada ao associativismo⁶⁰⁰, com destaque para a Academia Almadense, o Clube Recreativo José Avelino, o Ginásio Clube do Sul e a Misericórdia de Almada. É da sua autoria o relato dos acontecimentos que levaram à implantação da República neste concelho, a 4 de Outubro de 1910, e nos quais teve papel activo. Nesse dia, acompanhado de Raimundo José Moreira, hastearam no mastro do castelo de Almada uma bandeira (nova) verde e vermelha⁶⁰¹ que o revolucionário Dr. Miguel Bombarda, dias antes, devia ter inaugurado no Centro Capitão Leitão, o que não veio a acontecer por ter sido assassinado no dia anterior, 3 de Outubro.

Em 12 de Outubro de 1910, foi empossado pela Junta Revolucionária Republicana como vogal substituto da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada⁶⁰². Manuel Parada entra em conflito com a direcção local do Partido Republicano, em Fevereiro de 1911, por ter defendido as greves dos corticeiros e tanoeiros de Almada, ocorridas no último trimestre de 1910, que aquele partido combateu, sendo expulso de sócio n.º 76 do Centro Republicano «Capitão Leitão», após sindicância aos seus actos⁶⁰³.

Correspondente de vários jornais da capital, como o *Mundo*, *órgão do Partido Republicano*, *A Capital*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*. Em 1916, fundou o *Jornal de Almada* (1.ª série)⁶⁰⁴. Nesta época, era activista no Partido Republicano Evolucionista⁶⁰⁵, com Jaime de Amorim Ferreira, Raimundo José Moreira, José Manuel Antão, Carlos Alexandre dos Santos, José Carlos de Melo e outros correligionários.

Manuel Parada foi eleito, em Junho de 1919, como vogal efectivo da Comissão Executiva da Câmara⁶⁰⁶.

Em 1945, Manuel Maria Parada, Alberto Gonzaga Marques, António Rodrigues de Miranda, Manuel José Gomes Marques e António Marques Pereira da Cruz, faziam parte do núcleo de almadenses na Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

Morreu em Almada⁶⁰⁷ em 18 de Setembro de 1962.

Manuel Pinto Soares

Residente em Almada, foi associado e dirigente do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Fez parte da Comissão Paroquial do Partido Republicano na freguesia de Santiago de Almada⁶⁰⁸, em 1909.

Anos mais tarde, Manuel Pinto Soares foi secretário⁶⁰⁹ da Administração do Concelho de Sesimbra.

Manuel Rodrigues Miranda Júnior

Residente na Trafaria, foi empossado, em Dezembro de 1912, pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, como membro substituto da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial para 1913⁶¹⁰.

Marcos José d'Assunção

Natural de Almada, nasceu em 1874, filho de Francisco Marcos d'Assunção, mestre tanoeiro e também um dos fundadores da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense⁶¹¹.

Marcos d'Assunção, defensor dos ideais republicanos e com a profissão de tipógrafo, dedicou a maior parte da sua actividade à cultura das letras, colaborando em alguns jornais de Lisboa e desta vila, como o *Puritano* e depois *O Correio do Sul*, (onde foi director e proprietário, desde o n.º 7, de 13 de Fevereiro, até o n.º 32, de 7 de Agosto de 1910, data em que deixou de dirigir este órgão por estar muito doente, com uma tuberculose pulmonar). Actor amador, prosador e poeta, no género humorístico, participou em muitas récitas em Almada e em Lisboa. Como dramaturgo produziu vários monólogos e canções e um drama intitulado *Cinismo e Honra*⁶¹².

Grande amigo e companheiro de António Baptista Ferreira, republicano e director de *O Correio do Sul* (desde o n.º 32, de 21 de Agosto de 1910), Marcos d'Assunção, com um espírito muito liberal, momentos antes de morrer, (com 36 anos, pobre, deixando sem meios de qualquer espécie a sua viúva e quatro filhos de tenra idade), declarou que queria que o seu enterro se fizesse na forma da lei civil⁶¹³.

Morreu em Almada em 19 de Agosto de 1910.

Mário Guerreiro

Residente na Cova da Piedade, operário corticeiro, foi dirigente da Associação de Classe dos Corticeiros de Almada⁶¹⁴ e da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Após catorze anos sobre a fundação desta Sociedade Piedense, uma comissão de associados, da qual fazia parte Mário Guerreiro, pugnou, em Outubro de 1901, pela criação de uma escola primária⁶¹⁵, destinada aos filhos dos sócios, a qual teve a orientação do professor José Martins Simões.

Mário Guerreiro, juntamente com Galileu da Saúde Correia, Jaime de Amorim Ferreira e Bartolomeu Constantino, foi um dos activistas a desencadear em Cacilhas, a 4 de Outubro de 1910, o movimento insurreccional que haveria de culminar, nesse dia, com a proclamação da República nos Paços do Concelho⁶¹⁶. Em Dezembro de 1910, fez parte da Comissão de Fiscalização à indústria corticeira⁶¹⁷, com Pedro Pires e Artur da Fonseca Rodrigues. Em Janeiro de 1911, em reunião da Câmara com as Juntas de Paróquia e as Associações de Classe, Mário Guerreiro esteve presente em representação da Associação de Classe das Costureiras⁶¹⁸.

Paulo José de Almeida

Residente em Almada, fazia parte, em Maio de 1908, da Comissão Protectora da Infância, que geria a Escola Primária do Centro Republicano «Capitão Leitão», em Almada⁶¹⁹.

Pedro Inácio Botelho

Residente na Costa de Caparica, lojista, foi nomeado, em 12 de Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁶²⁰. Em Novembro desse ano, foi também nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara como vogal efectivo da Junta de Repartidores da Contribuição Industrial⁶²¹.

Em Julho de 1911, foi convidado pela Comissão Administrativa da Câmara para ocupar o cargo de vogal efectivo da referida Comissão Administrativa⁶²², convite que veio a declinar alegando afazeres da sua vida profissional⁶²³. Em 25 de Outubro daquele ano, foi nomeado vogal

efectivo da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1912⁶²⁴ e, em Outubro deste ano, Pedro Inácio Botelho foi nomeado vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar para o ano de 1913⁶²⁵.

Polónio Febrero



Nasceu em Santo António dos Arcos, concelho de Estremoz, em 1852, filho de Eugénio Febrero e de Paula Miranda. Na década de 1870, partiu com os pais e quatro irmãos (três raparigas e um rapaz – o célebre sindicalista e jornalista Manuel Fevereiro⁶²⁶ –) para o Barreiro, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Anos mais tarde, a família fixou residência na Cova da Piedade, onde Polónio Febrero se empregou na fábrica de cortiça “Companhia Londres & Lisboa”. Casou com Henriqueta da Saúde, natural da freguesia de Paio Pires, concelho do Seixal, filha dos proprietários António Duarte Ferreira e Constança Maria, de cujo casamento é conhecida a identidade de sete filhos, a primeira nascida na freguesia de Paio Pires e os restantes na freguesia de Santiago de Almada: Divirgília, em 1885; Eugénio, em 1886; Polónio, em 1888; João, em 1890; Maria, em 1892; António em 1893 e Manuel, em 1896.

Polónio Febrero, encarregado da fábrica Companhia Londres & Lisboa, depois designada por Bucknal & Sons,⁶²⁷ no Caramujo, foi um dos fundadores do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» em 1906, (com escola de ensino primário), da Associação de Socorros Mútuos Piedense e da Cooperativa Piedense⁶²⁸, em 1893. Republicano convicto, participou em sessões de propaganda republicana, por exemplo, a que teve lugar no Centro Republicano «Capitão Leitão», em 2 de Outubro de 1910, onde foi inaugurado o retrato do Dr. Bernardino Machado, sendo a cerimónia presidida por Polónio Febrero e secretariada por Manuel Parada e José Justino Lopes⁶²⁹.

A partir dos finais da década de 1920, Polónio Febrero instalou, em sociedade com os filhos, um fabrico de transformação de cortiça na Rua Tenente Valadim, na Cova da Piedade, designado «Polónio Febrero & Filhos»⁶³⁰. Em 7 de Maio de 1923, vendeu a José Cândido Brandão, industrial, morador em Cacilhas, uma propriedade que possuía na Quinta

de São Simão, nas Barrocas, lugar da Cova da Piedade⁶³¹. Reunindo alguns meios de fortuna, adquiriu no Altinho da Regateira, ao Pombal, uma propriedade de casas a José de Matos Filipe, pai de Pedro de Matos Filipe, jovem anarco-sindicalista que viria a ser preso pela polícia política na sequência da greve-geral de 18 de Janeiro de 1934 e que faleceu no Tarrafal. Esta propriedade passou a ser conhecida por «*Pátio do Polónio*» e viria a ser-lhe expropriada na sequência de um aval que fizera a Galileu da Saúde Correia, Jaime de Amorim Ferreira e outros, para a constituição de uma casa bancária que faliu em 1929/1930, no decurso da Grande Depressão Económica que abalou o Ocidente⁶³². Muito abalado pelas consequências do que lhe acontecera, Polónio Febrero veio a redigir o seu testamento de últimas vontades em 4 de Dezembro de 1933.

Morreu na Cova da Piedade⁶³³ em 21 de Dezembro de 1934.

Polónio Febrero Júnior



Nasceu na Cova da Piedade, freguesia de Santiago de Almada, em 1888, filho de Polónio Febrero, corticeiro, nascido na freguesia de Santo António dos Arcos, concelho de Estremoz, e de Henriqueta da Saúde, natural da freguesia de Paio Pires, concelho de Seixal⁶³⁴. Na juventude foi uma das figuras que se destacaram no lugar da Cova da Piedade, como executante na Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), colectividade de que foi dirigente. Com alguns rapazes da localidade, e com o apoio do maestro Artur António Ferreira de Paiva, formaram o grupo musical “36”⁶³⁵, com que abrilhantavam as festas da localidade, musicavam algumas operetas que subiam à boca de cena no palco do “Teatro Garrett” e animavam os bailes da terra, tornando-se deste modo um dos jovens mais populares do seu tempo⁶³⁶.

Polónio Febrero Júnior, empregado de escritório da fábrica de cortiça Bucknall & Sons (Caramujo), partilhava com o pai as aspirações republicanas da maioria dos cidadãos desta comunidade, sendo um dirigente activo do Centro Escolar Republicano «Elias Garcia» (1906), da Cova da Piedade e, segundo depoimento de seu filho Eugénio Rangel Febrero (1913-1992), teria sido membro da “Carbonária”. Participou, ainda antes da implantação

da República, em vários comícios, assembleias e reuniões de propaganda republicana no concelho de Almada.

A 4 de Outubro de 1910, foi um dos republicanos que hasteou a velha bandeira do Centro Republicano «Elias Garcia», no edifício dos Paços do Concelho⁶³⁷. Em Outubro desse ano foi nomeado, pela Junta Revolucionária Republicana, como vogal efectivo da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada⁶³⁸ e como vogal suplente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada⁶³⁹. Um mês depois, quando foi nomeado para presidente da Junta de Paróquia de Santiago de Almada, surge como editor do *Correio do Sul: folha semanal anti-clerical e defensora dos interesses do concelho de Almada, órgão do Partido Republicano Local*, sob a direcção de António Baptista Ferreira⁶⁴⁰. Em de Julho de 1911, foi nomeado vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara, tendo declinado a nomeação⁶⁴¹.

Casou em primeiras núpcias em 1912 com a luso-brasileira Celeste Guimarães Rangel, nascida em 7 de Abril de 1887 na vila de São José de Além, Parmaíba, estado de Minas Gerais, filha legítima de Joaquim Rangel Júnior, natural de Penafiel, artista de teatro e empresário, radicado no Brasil, e de Carmélia Gomes Guimarães Rangel, natural de Guaratinguita, falecida em 22 de Maio de 1913⁶⁴². Desse casamento nasceu, a 14 de Abril de 1913, no Altinho da Regateira, lugar da Cova da Piedade, o único filho do casal, Eugénio Rangel Febrero⁶⁴³, a cujo parto a jovem mãe não resistiu, falecendo a 22 de Maio desse ano⁶⁴⁴. Existe descendência de Eugénio Rangel Febrero.

A 31 de Maio de 1917, contraiu matrimónio em segundas núpcias com Olinda Branca Pereira, solteira, de 23 anos de idade, natural de Santa Maria Maior, Chaves, filha legítima do capitão do exército João Maria Pereira, de Chaves, e de Maria de Jesus Pereira, nascida na freguesia de Vilarinho das Paraneiras, também no concelho de Chaves⁶⁴⁵, sendo a nubente sobrinha dos proprietários da Quinta dos Frades, D. Maria da Encarnação Sant'Ana Pereira, casada com José Ferreira Jorge Júnior, conhecido por "Ferreira da Ponte", republicano indefectível. Deste casamento nasceram duas filhas: Olga Celeste Pereira Febrero, em 1918, e Natércia Branca Pereira Febrero, em 1920, havendo descendentes de ambas.

Em 1919, Polónio Febrero Júnior foi investido como provedor da Santa Casa da Misericórdia de Almada, instituição que irá dirigir durante

aproximadamente duas décadas, em simultâneo com as funções de Autarca⁶⁴⁶.

Desde os meados da década de 1920, Polónio Febrero Júnior, seu pai e irmãos, possuíam em sociedade, na Rua Tenente Valadim, Cova da Piedade, uma firma de transformação de cortiça, denominada Polónio Febrero & Filhos (firma que ainda continuava a laborar em 1929⁶⁴⁷).

Em 1922, foi eleito vereador pela Conjugação Republicana-Socialista⁶⁴⁸ para a Câmara Municipal de Almada; em Setembro de 1926 surge como vogal da Comissão Administrativa da Câmara, num executivo presidido por Jaime de Amorim Ferreira⁶⁴⁹, cargo para que será reconduzido, como vice-presidente, em Janeiro de 1927⁶⁵⁰; em Janeiro de 1928 foi eleito vogal efectivo,⁶⁵¹ tendo-se mantido, por alguns anos, como autarca.

Será no decurso de um dos mandatos como vogal da Câmara que lhe coube conduzir o processo de elevação do lugar da Piedade a Freguesia, aspiração que se concretizou com a publicação do Decreto-Lei n.º 15004, de 7 de Fevereiro de 1928.

Na vida associativa e recreativa, distinguiu-se também, na época, como dirigente do Clube Recreativo Piedense e no «assalto de jogo de pau»⁶⁵², com Domingos Miguel, o “*Cereja*” e o António “*Fadista*”.

Em 1937 cumpriu o seu último mandato como provedor da Misericórdia, cargo que apenas será preenchido em 1942 pelo Almirante Henrique dos Santos Tenreiro, figura relevante do «Estado Novo».

Morreu na Cova da Piedade⁶⁵³ em 13 de Outubro de 1955.

Porfírio Rodrigues

Residente na Cova da Piedade, pequeno industrial de cortiça⁶⁵⁴ na «Vila Jorge» (Romeira), foi um dos republicanos locais que participou numa sessão do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», em Julho de 1918, com Cerqueira Afonso e José Justino Lopes, na qual foi nomeada uma comissão para proceder à reorganização daquele Centro⁶⁵⁵.

Prudêncio dos Santos

Residente na Cova da Piedade, foi um dos corticeiros que se destacaram no movimento operário em Almada⁶⁵⁶, antes e depois da implantação da República. Não obstante ser anarquista (próximo dos socialistas “possibilistas”), e um dos dirigentes do “Centro de Instrução e Propaganda

Livre”, com Bartolomeu Constantino, Jaime Augusto Abrunhosa, Domingos Miguel, Francisco Madrugo e outros, defendeu ideais republicanos. Na festa da Bandeira⁶⁵⁷, do dia 1 de Dezembro de 1910, e após a chegada aos Paços do Concelho em Almada, de um cortejo com cerca de quatro mil pessoas, proveniente do Jardim da Piedade, Prudêncio dos Santos discursou, na qualidade de operário, ao lado de Galileu Correia, presidente da Câmara Municipal, António Fernandes Martins, professor oficial, e Manuel Dinis André, vogal da Junta de Paróquia de Santiago.

Raimundo José Moreira



Residente em Almada, em 4 de Outubro de 1910, acompanhado de Manuel Parada, ambos dirigentes do Centro Republicano «Capitão Leitão», trouxeram consigo a nova bandeira verde-rubra daquela instituição e hastearam-na no mastro do forte de Almada, com anuência do tenente almoxarife Baptista Henriques⁶⁵⁸. Em Junho de 1913, era secretário de uma Comissão que pretendia realizar as «festas anuais na Rua Elias Garcia, com arraial, coreto e quermesse na mesma rua e parte da Rua Capitão Leitão»⁶⁵⁹.

Na vida associativa e recreativa, Raimundo José Moreira foi um dos fundadores da Associação Humanitária dos Bombeiros de Almada (1913) e dirigente da Academia Almadense⁶⁶⁰, onde se destacou como actor dramático do Grupo Cénico. Na época foi um dos proeminentes boémios e brincalhões da festa pagã da Ramalha.

Raimundo José Moreira foi reconhecido como «revolucionário civil»⁶⁶¹ pela Lei n.º 733, de 10 de Julho de 1917, devido à sua participação nos movimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e na revolta contra a ditadura do Governo do general Pimenta de Castro, de 14 de Maio de 1915. Em 1930, era funcionário municipal, casado e residia na Rua Elias Garcia.

Raul Alberto Ferreira Flores

Residente em Almada, funcionário da Companhia das Águas (Lisboa), foi simpatizante dos ideais republicanos. Raul Flores, um dos vinte e quatro membros do Conselho Municipal, foi eleito vereador suplente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Almada⁶⁶², em 1914.

Na vida associativista e recreativa, foi dirigente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense e primeiro-comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada⁶⁶³, fundada em 26 de Agosto de 1913.

Raul Custódio Gomes

Nasceu em 1884. Residente e empregado no comércio em Cacilhas foi dirigente da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro⁶⁶⁴ e do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão». Nomeado em Outubro de 1910, pela Junta Revolucionária Republicana, como 1.º vogal substituto da Junta de Paróquia da Freguesia de Santiago de Almada⁶⁶⁵. Um mês depois foi nomeado secretário desta Junta de Paróquia⁶⁶⁶, sob a presidência de Polónio Febrero Júnior.

Mais tarde fixou residência na vila de Almada com a família.

Era irmão de José Custódio Gomes, corticeiro, sindicalista, membro destacado do Partido Socialista, por diversas vezes vereador da Câmara.

Raul Pires

Natural de Lisboa, libertário e carbonário, fez parte dos corpos gerentes do “Teatro Livre”⁶⁶⁷, em Lisboa. Com a implantação da República, Raul Pires tomou posse como administrador do concelho de Almada⁶⁶⁸. Nos primeiros tempos da sua actividade, foi uma figura estimada no concelho, participando em eventos associativos ou em sessões políticas de propaganda republicana, como sucedeu na inauguração do Centro Eleitoral Capariquense (13 de Novembro de 1910), no qual teceu «rendosas homenagens ao Governo da República, à história da sua acção política, à necessidade de todos seguirem o ideal republicano e que a sua vinda para o concelho, só prestaria justiça e estaria ao lado dos oprimidos»⁶⁶⁹; ou na inauguração, com grandes festejos, da bandeira nacional na fachada do edifício da Academia Almadense e do descerramento do retrato de um dos membros do Governo Provisório da República⁶⁷⁰, na sala desta colectividade, em 1 de Janeiro de 1911.

No entanto, começa a perder influência política logo após a ordem de prisão dada a Bartolomeu Constantino, Prudêncio dos Santos e outros operários corticeiros suspeitos da autoria do grande incêndio na fábrica de cortiça Villarinho & Sobrinho, na noite de 22 para 23 de Agosto de 1911. No rescaldo do estado insurreccional do operariado na vila de Almada,

o administrador do concelho demite-se do cargo devido à pressão do movimento operário e dos industriais junto do Ministro do Interior, ficando a vila entregue a um comando militar⁶⁷¹. Bartolomeu Constantino acusava o administrador do concelho – o antigo libertário e carbonário Raul Pires – de ter traído os seus companheiros de outrora⁶⁷².

Ribeiro de Carvalho

Residente em Almada, fundou e dirigiu o jornal *A Pátria: semanário republicano, defensor dos interesses da margem sul do Tejo*⁶⁷³, (1.ª série, Almada), em 1915.

Sebastião José Pereira Ferraz

Nasceu em Almada, em 1861, filho de José Pereira Ferraz⁶⁷⁴ calafate de Cacilhas. Sebastião José Pereira Ferraz, um dos dirigentes da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense⁶⁷⁵, desde a 2.ª metade do século XIX, foi mestre do Arsenal da Marinha⁶⁷⁶. Residente na vila, foi empossado em Junho de 1912, pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada, como vogal efectivo do pelouro da «sanidade pública»⁶⁷⁷. No seu mandato foram tomadas medidas importantes para o alargamento do cemitério municipal da vila que não dispunha de espaço necessário para proceder a inumações. Voltou a ser eleito vogal da Câmara Municipal em 1913⁶⁷⁸, e foi empossado como vice-presidente em Janeiro de 1914⁶⁷⁹. Vereador da Câmara Municipal em 1916, voltou a ser eleito, em finais deste ano, para a Comissão Executiva da Câmara, pelo Partido Democrático, ficando com o pelouro de «viação, fontes, poços, chafarizes e incêndios»⁶⁸⁰.

Morreu em Almada⁶⁸¹ em 11 de Junho de 1924.

Sebastião Zagallo Júnior

Residente e proprietário no Monte de Caparica em 1913⁶⁸², foi um simpatizante dos ideais republicanos, não obstante os seus laços familiares aos Zagallos, antigos proprietários de um solar na Sobreda.

Sebastião Zagallo Júnior, um dos vinte e quatro membros do Conselho Municipal, foi eleito vereador efectivo da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Almada⁶⁸³, em 1914. Vereador em 1916, voltou a ser eleito secretário da dita Comissão, em finais deste ano, pelo Partido Democrático, ficando com o pelouro da «Saúde Pública»⁶⁸⁴.

Simão Veloso

Natural de Almada, republicano, dirigente e músico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Militante da Esquerda Democrática, foi tesoureiro da comissão paroquial desta força política em Almada, presidida por João Pedro de Jesus, em 1926⁶⁸⁵.

Tomaz António de Serra e Moura



Nasceu em Leiria, a 20 de Janeiro de 1888. Funcionário do Supremo Tribunal de Justiça, era irmão do senador da República Aprígio Augusto de Serra e Moura (1879-1931), figura ligada ao associativismo almadense. Residente em Almada (terra de naturalidade da sua mãe), desde os 3 anos de idade, em 1891. Publicista e correspondente de jornais republicanos, dirigente da Academia Almadense, fez parte do seu grupo cénico. Como actor amador da Academia Almadense representou, por exemplo, «O Veterano da Liberdade» (drama), «Mentiras e Disparates» (revista de crítica aos costumes almadenses), nos anos de 1915 e 1916, respectivamente. Foi também dirigente da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro e da filial em Almada da Associação do Registo Civil, agremiação de inspiração maçónica⁶⁸⁶.

Como político local, foi um dos republicanos nomeados em 1918 para uma comissão encarregue de reorganizar o Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão»⁶⁸⁷. Em 1922 é eleito vereador efectivo da Câmara Municipal de Almada pela Conjunção Republicana Socialista, lugar que manteve até à Ditadura instaurada em 28 de Maio de 1926⁶⁸⁸.

Morreu em Lisboa em 21 de Janeiro de 1941.

Tomaz José Vieira

Natural de Almada, cardador, foi fundador da Sociedade Cooperativa Almadense⁶⁸⁹ (1891). Figura ligada ao associativismo, foi vogal substituto da Comissão Administrativa da Câmara em 18 de Dezembro de 1924. Quando o executivo presidido por Mário Baptista Cardoso Marques apresentou a demissão colectiva⁶⁹⁰, voltou a ser eleito vogal efectivo da

dita Comissão em 22 de Dezembro do mesmo ano⁶⁹¹. Por impugnação suscitada por Alfredo Simões Pimenta, realizaram-se novas eleições, passando Tomaz José Vieira a ocupar as funções de vogal substituto do executivo presidido pelo referido Alfredo Pimenta⁶⁹².

Vicente do Carmo

Residente em Almada, Vicente do Carmo foi um dos dirigentes do Centro Escolar Republicano «Capitão Leitão», fazendo parte, em 1908, da Comissão Protectora da Infância, que geria a Escola Primária deste Centro, em Almada⁶⁹³.

Vicente Pais Padrão

Residente na Cova da Piedade, Vicente Padrão, operário corticeiro, foi dirigente associativo da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e da Cooperativa Piedense. Fez parte da comissão paroquial do Partido Republicano na freguesia de Santiago de Almada⁶⁹⁴, em Julho de 1909.

NOTAS:

¹ Segundo António Ventura, a estrutura maçónica em Almada, de 1898 até 1911, residia no «Triângulo n.º 6, do Rito Francês, filial da Loja Elias Garcia n.º 184, de Lisboa. Fundado por Decreto n.º 2, de 26 de Janeiro de 1898, acabou por ser dissolvido em Setembro de 1911, juntamente com outros 38 triângulos que só existiam teoricamente pelo Decreto n.º 172». O mesmo autor refere que em termos sociais, os seus membros (iniciados no referido Triângulo n.º 6) pertenciam a uma classe média de comerciantes e proprietários, influente tanto no plano político como associativo, tendo alguns desempenhado cargos de relevo no poder autárquico, de que Artur António Ferreira de Paiva é exemplo paradigmático. Cfr. *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada* (1898-1937), Almada: Câmara Municipal, 2010, pp. 33-38.

No âmbito da maçonaria, importa registar outros membros naturais do concelho de Almada que pertenceram a oficinas noutros pontos do país e Ultramar: António Augusto Maldonado (empregado de comércio); Augusto Guilherme Simões (comerciante em Lisboa); Alberto Allen Pereira de S. Bramão (poeta, jornalista e

funcionário público em Lisboa); Aníbal da Silva Breia (guarda-livros em Lisboa); António Lourenço da Cruz (maquinista em Moçambique); Cassiano Baptista da Silva (comerciante em Lisboa); Castelino F. Jorge Pais (oficial do exército); Eduardo António Martins (comerciante em Olhão); Eduardo Sebastião A. da Silva (empregado de escritório em Lisboa); Eduardo Ventura Reimão (oficial do exército); Eugénio Costa (empregado de comércio em Lisboa); Fernando Alberto de Melo Vieira (aspirante das alfândegas); Florêncio Ricardo Domingues (funcionário público); Francisco Maria Ferreira (comerciante de retrosaria em Lisboa); Francisco da Costa Ferreira (estudante de Medicina); Gustavo Manuel da Cunha Castelo Branco (oficial militar); Henrique Samuel de Freitas Neto (comerciante na Amadora); Jacinto Paulo Barradas (comerciante em Olhão); Joaquim Barreto Monteiro (despachante da alfândega de Lisboa); Joaquim Joel Barbosa (empregado da C. M. de Lisboa); José Virgolino Feio Quaresma (oficial do exército); João Fiel Stockler (oficial da Armada); Joaquim Zea Bermudez (guarda-livros em Lisboa); Joaquim Antunes (maquinista naval); José Vitorino de Sá e Saldanha (fiscal dos caminhos-de-ferro); Joaquim Francisco Chaves (oficial do exército); José Pedro de Lima (amanuense em Lisboa); Júlio César Rosalis (residente em Faro); Narciso da Silva Bastos (oficial do exército); Nicolau José dos Reis Júnior (oficial do exército), Manuel Roberto da Cruz (empregado dos caminhos-de-ferro em África); Manuel Bernardo Gomes (fiscal subchefe da Inspeção de Sanidade Marítima de Lisboa); Paulo Jorge do Amaral Frazão (escritor e jornalista). Cf. António Ventura – *ob. cit.*, pp. 121-138.

² *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p.1.

³ Alexandre M. Flores ñ *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, Almada: Câmara Municipal, 1990, p. 211.

⁴ Secretaria do Cemitério Municipal de S. Paulo ñ *Registos de inumações*, Almada, 1959.

⁵ *Implantação da República em Almada: comemorações do centenário da República* (texto de apoio da 20.ª exposição documental do Arquivo Histórico Municipal de Almada), Divisão de Arquivo Histórico e História Local da CMA, 2010/2011, p. 16.

⁶ *Diário do Governo*, 1.ª série n.º 97, Lei n.º 537, 18 de Maio de 1916, p. 324.

⁷ «Centro Escolar Republicano Capitão Leitão», in *Jornal de Almada: órgão dos interesses do Concelho*, Almada, A. III, n.º 78, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

⁸ *A Capital: diário republicano da noite*, Lisboa, n.º 10, 10 de Julho de 1910, p.1.

⁹ Alexandre M. Flores ñ *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 71.

¹⁰ *Implantação da República em Almada: texto de apoio da 20.ª exposição documental do Arquivo Histórico [...]*, p. 16.

¹¹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada ñ *Livros de Actas da CMA*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

Afonso Luciano da Gama era um dos vinte e quatro indivíduos que faziam parte do Conselho Municipal, em 1914.

¹² António N. Policarpo; Fernando de Brito Mateus ñ *Cova da Piedade: da primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, 1999, pp. 34, 50, 53.

¹³ Informações de Mário Fernandes.

A coragem, a serenidade e o zelo que Alexandre Bento Simões sempre demonstrou nas missões que desempenhou, valeram-lhe entre muitas condecorações, a medalha de Comportamento Exemplar e a Comenda da Ordem Militar de Aviz.

¹⁴ *O Correio do Sul*, Almada, A.I, n.º 18, 1 de Maio de 1910, p.2.

¹⁵ AHCMA ñ *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

¹⁶ *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p.1.

¹⁷ DG n.º 97, Lei n.º 538, 18 de Maio de 1916, p. 324.

¹⁸ Com o nome simbólico de «Jau da Loja Gkaygol, onde tinha o Gr. 29 e era l.º Vigilante, logo imediato ao de Venerável». Informação recolhida no espólio do arquivo pessoal de Fernando Pio.

¹⁹ Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, Almada: Câmara Municipal, 1978, pp. 46-48, 120, 225; ver tb. Alexandre M. Flores ñ *Almada Antiga e Moderna*, 1985-1987, vol. I, pp. 98, 99, 137, vol. II, p. 54.

²⁰ «Registo Civil», in *O Correio do Sul*, A.I, n.º 2, 9 de Janeiro de 1910, p.2.

²¹ «Partido Republicano», in *O Correio do Sul*, A.I, n.º 14, 3 de Abril de 1910, p. 2.

²² AHCMA ñ *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1911, fl. 40.

²³ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

²⁴ Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada [...]*, Almada: Câmara Municipal, 1978, pp. 58 e 59; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 116.

²⁵ António N. Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade: Junta de Freguesia, 1999, p. 40.

²⁶ *O Mundo*, Lisboa, 4, 7, e 23 de Maio de 1926.

²⁷ Arquivo Distrital de Setúbal – *Registos Paroquiais de Casamentos*, Freguesia de Santiago de Almada, 7 de Setembro de 1892; Idem, *Registos Paroquiais de Baptismos*, 1894 – 1905.

²⁸ António Alberto C.P. Ramos – *Cooperativa de Consumo Piedense – 100 Anos de Futuro*, Almada: Câmara Municipal, 1994, p. 132; Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*, Almada: Câmara Municipal, 2003, p. 280.

²⁹ SCMSP ñ *Registos de inumações*, Almada, 1925.

³⁰ «Comício na Piedade», in *O Correio do Sul*, n.º 21, 22 de Maio de 1910, p.2.

³¹ Alexandre M. Flores ñ *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário* [...], p. 257.

³² *A Capital*, Lisboa, n.º 65, 3 de Setembro de 1910, p. 2.

³³ «Como se proclamou a República em Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

³⁴ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

³⁵ *O Correio do Sul*, n.º 33, 21 de Agosto de 1910, p. 1.

³⁶ *Idem*, n.º 46, 27 de Novembro de 1910, p. 2.

³⁷ Romeu Correia – *Academia Almadense*, Almada: Academia Almadense, 1995, pp. 103-104.

³⁸ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p.1.

³⁹ *Jornal de Almada*, A.I, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p.3.

⁴⁰ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro: o primeiro órgão dos operários corticeiros em Portugal (1899-1900)*, Almada: Câmara Municipal, 2000, p. 95.

⁴¹ *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 19 de Julho de 1909, p. 1.

⁴² *O Correio do Sul*, 3 de Abril de 1910, p. 2.

⁴³ *Almada na História*, n.ºs 17-18, 2010, p. 58.

⁴⁴ «Em Almada proclama-se a República e nomeia-se a Junta Revolucionária», in *O Mundo*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910, p. 1; Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria corticeira e do Movimento Operário* [...], p. 218.

⁴⁵ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁴⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 6 de Setembro de 1910, p. 53.

⁴⁷ *Idem*, 12 de Junho de 1912, fl. 35 v.

⁴⁸ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], p. 107.

- ⁴⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 10 de Julho de 1912, fl. 47 v.
- ⁵⁰ *Idem*, 15 de Janeiro de 1913, fls. 90 v. e 91; 20 de Agosto de 1913, fls. 37 v. e 38.
- ⁵¹ *Idem, ibidem*, 21 de Maio de 1913, fl. 17.
- ⁵² *Jornal de Almada*, A. II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.
- ⁵³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1924, p. 5.
- ⁵⁴ *Idem*, 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ⁵⁵ *Idem, ibidem*, 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 34.
- ⁵⁶ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.
- ⁵⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 19 de Outubro de 1910, p. 14.
- ⁵⁸ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ⁵⁹ *A Capital: diário republicano da noite*, Lisboa, n.º 57, 28 de Agosto de 1910, p. 2.
- ⁶⁰ «A Festa da Bandeira», in *O Correio do Sul*, n.º 47, 4 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ⁶¹ «Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 2.
- ⁶² *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2; tb. transcrito no *Almada na História*, boletim de fontes documentais: n.ºs 17 e 18, p. 58.
- ⁶³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 14.
- ⁶⁴ *Idem*, 20 de Novembro de 1910, pp. 37- 38.
- ⁶⁵ *Idem, ibidem*, 27 de Novembro de 1910, p. 49.
- ⁶⁶ *Jornal de Almada*, A.I, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p. 3.
- ⁶⁷ SCMSP – *Registos de inuações*, Almada, 1946.
- ⁶⁸ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 171.
- ⁶⁹ «O Partido Republicano Evolucionista» in *Jornal de Almada*, A. I, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.
- ⁷⁰ Duarte Joaquim Vieira Júnior – *Villa e Termo de Almada*, Lisboa: Imprensa Lucas, 1897, p. 187.
- ⁷¹ «Vida republicana: inauguração do Centro Eleitoral Capariquense», in *O Correio do Sul*, n.º 45, 20 de Novembro de 1910, p. 2.
- ⁷² «A festa de hoje: a inauguração do Centro Escolar Republicano Capariquense», in *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.
- ⁷³ *O Correio do Sul*, n.º 8, 20 de Fevereiro de 1910, p. 2.
- ⁷⁴ *Idem*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁷⁵ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.

⁷⁶ ADS – Averbamento do notário de Almada: Constantino Araújo Fontoura Madureira. cx. 4440, liv.º n.º 111, escritura n.º 22, 10 de Novembro de 1914, fls. 14 a 42 v.

⁷⁷ AHCMA – *Livros de Actas CMA*, 23 de Novembro de 1904, fl. 14.

⁷⁸ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2; n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

⁷⁹ AHCMA – *Livros de Actas CMA*, Sessão de 4 de Junho de 1911, fl. 15.

⁸⁰ *Idem*, 25 de Outubro de 1911, fl. 69.

⁸¹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914.

⁸² *Jornal de Almada*, A.I, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p.1.

⁸³ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 154.

⁸⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 17 de Junho de 1929.

António Joaquim Ferreira do Amaral, que no decurso da 1.ª República havia desempenhado várias tarefas ao serviço do Município, veio a revelar-se como um indivíduo enquadrado no espírito do «Estado Novo». Fez aprovar, em 25 de Agosto de 1931, uma proposta no sentido da Câmara não auxiliar materialmente qualquer sociedade de recreio do concelho. Aprovou propostas camarárias, em Setembro e Novembro de 1931, e em Dezembro de 1935, no sentido de serem retirados da toponímia local os nomes de Alfredo Costa, Manuel Buíça, Elias Garcia, Francisco Ferrer, entre outros, e serem substituídos por Francisco Inácio Lopes, Conde de Ferreira, Dr. Oliveira Salazar, 28 de Maio, Luís Teotónio Pereira, etc.

⁸⁵ SCMPSP – *Registos de inumações*, Almada, 1936.

⁸⁶ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, pp. 280, 299.

⁸⁷ *A Capital: diário republicano da noite*, n.º 65, 3 de Setembro de 1910, p. 2.

⁸⁸ AHCMA – *Livros de Actas de CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37-38.

⁸⁹ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁹⁰ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada: Câmara Municipal, 2010, pp. 30 e 31.

⁹¹ SCMSPP – *Registos de inumações*, Almada, 1963.

⁹² *Jornal de Almada*, A.II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

⁹³ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], p. 75.

⁹⁴ *Idem* – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 122.

⁹⁵ *Idem* – *O Corticeiro* [...], p. 100.

- ⁹⁶ *Idem* – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 77.
- ⁹⁷ *Idem, ibidem*, vol. III, p. 172.
- ⁹⁸ *O Correio do Sul*, n.º 18, 1 de Maio de 1910, p. 2.
- ⁹⁹ *Idem, ibidem*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.
- ¹⁰⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Janeiro de 1911, fl.100.
- ¹⁰¹ *Idem, ibidem*, 5 de Março de 1911.
- ¹⁰² SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1959.
- ¹⁰³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, 18 de Dezembro de 1924, p. 5.
- ¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 34.
- ¹⁰⁷ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ¹⁰⁸ «Um velho republicano», in *Jornal de Almada*, 12 de Outubro de 1916, p. 2.
- ¹⁰⁹ António Henriques – *A Incrível no Limiar dos 150 Anos*, vol. I, 1991, pp. 29-32.
- ¹¹⁰ «Dr. Abelho Laranjo», in *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.
- ¹¹¹ *O Correio do Sul*, n.º 37, 18 de Setembro de 1910, p. 2.
- ¹¹² *Idem*, n.º 48, 11 de Dezembro de 1910, p. 2.
- ¹¹³ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909.
- ¹¹⁴ «A lista do Concelho», in *Jornal de Almada*, 3 de Outubro de 1917, p. 2.
- ¹¹⁵ Fernando Barão; Henrique Mota – *Ginásio Clube do Sul: 75 anos de glória*, Cacilhas: GCS, 1995, pp. 20 e 21.
- ¹¹⁶ ADS – *Registos Paroquiais de Baptismo*, Freguesia de Santiago de Almada, 1865-1867, assento n.º 1367, de 14 de Junho de 1867.
- ¹¹⁷ Quando o mestre Taborda faleceu em Lisboa a 3 de Março de 1911, a Câmara Municipal de Almada aprovou por unanimidade um voto de pesar, enviado a seu irmão Júlio Teodoro da Cunha Taborda. Cfr. AHMA – *Livro das Actas da CMA*, 5 de Março de 1911, fl. 140.
- ¹¹⁸ Romeu Correia – *Academia Almadense*, Almada: Academia Almadense, 1995, pp. 39 e 40.
- ¹¹⁹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III., Almada: Câmara Municipal, pp. 170-183.
- ¹²⁰ António Ventura – *Revoltar para Resistir: A Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada: Câmara Municipal, 2010, pp. 35- 38.

¹²¹ Alexandre M. Flores – *ob.cit.*, pp. 170-183.

¹²² Romeu Correia – *ob.cit.*, p. 38.

¹²³ «Sociedade Philarmónica União Artística Piedense» in *O Corticeiro: semanário operário: órgão da indústria corticeira e do proletariado em geral*, Cova da Piedade, A.I, n.º 3, 5 de Novembro de 1899, p. 3.

¹²⁴ AHCMA – *Livro de Actas da CMA*, Sessão de 11 de Setembro de 1904.

¹²⁵ *Idem*, 2 de Janeiro de 1905, fl. 24.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, 14 de Junho de 1905, fl. 50.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, 3 de Janeiro de 1906, fls. 72 v. e 73.

¹²⁸ *Idem, ibidem*, 21 de Novembro de 1906, fl. 17.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1907, fl. 22.

¹³⁰ *Idem, ibidem*, 22 de Fevereiro de 1908, fls. 63 v. e 64.

¹³¹ *Idem, ibidem*, 17 de Junho de 1908, fls. 83 v. e 84.

¹³² «Centro Elias Garcia», in *O Puritano*, Almada, n.º 1539, 26 de Julho de 1906; «Implantação da República» texto de apoio da 20.ª exposição documental do Arquivo Histórico Municipal de Almada, Almada: Câmara Municipal, 2010, p.14.

¹³³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 27 de Abril de 1910, fl. 181 v.; ver tb. Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol II, pp. 134 e 135.

¹³⁴ *Idem*, 19 de Outubro de 1910, pp. 39 e 40.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, 12 de Novembro de 1910, p. 13.

¹³⁶ *Idem, ibidem*, 25 de Outubro de 1911, fls. 67 e 67 v.

¹³⁷ *Idem, ibidem*, 10 de Janeiro de 1912, fl. 93.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, 12 de Junho de 1912, fl. 35 v.

¹³⁹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, 7 de Janeiro de 1916, fls. 90 e 90 v.; 8 de Janeiro de 1917, fl. 98 v.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, 3 de Janeiro de 1921, fl. 29; 26 de Janeiro de 1921, fl. 29 v.

¹⁴² Júlia Eugénia de Figueiredo Febrero era filha legítima de Domingos António, corticeiro, e Ana de Figueiredo. Nasceu na Cova da Piedade, lugar da freguesia de Santiago de Almada, em 15 de Novembro de 1914. Casou em 16/09/1936 com Eugénio Rangel Febrero, filho único de Polónio Febrero Júnior e Celeste Guimarães Rangel. Faleceu em 6 de Maio de 2005 com descendência na terra de naturalidade.

¹⁴³ *O Almadense*, Almada, n.º 1, 15 de Julho de 1928, p. 6.

¹⁴⁴ *Idem*, n.º 23, 14 de Julho de 1929.

¹⁴⁵ Conservatória do Registo Civil de Almada – *Registos de Óbitos*, Freguesia de Santiago de Almada, assento n.º 208, 27 de Junho de 1933, fl. 104.

¹⁴⁶ Informação do Dr. Juiz Conselheiro José Maria Rodrigues da Silva, neto materno de Artur da Fonseca Rodrigues.

¹⁴⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Maio de 1908, fl. 78 v.

¹⁴⁸ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, 1985, p. 63.

¹⁴⁹ «Vida Republicana», in *O Correio do Sul*, n.º 34, 28 de Agosto de 1910, p. 1.

¹⁵⁰ «Uma Carta [de Artur Rodrigues]», in *Jornal de Almada*, Almada, n.º 13, 12 de Outubro de 1916, p. 2.

¹⁵¹ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

¹⁵² «Fiscalização à indústria corticeira», in *O Correio do Sul*, n.º 47, 4 de Dezembro de 1910, p. 2.

¹⁵³ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p.3.

Segundo informação do seu neto materno, atrás referido, Artur Rodrigues foi, mais tarde, responsável pelo mercado da Cova da Piedade.

¹⁵⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1911, fl. 40.

¹⁵⁵ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

¹⁵⁶ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1909; AHCMA – *Livros de Assentos de Inumação do Cemitério de Almada*, Liv. 5, reg.º 196, 1909, fl. 142.

¹⁵⁷ *Idem*, 1888; AHCMA – *Livros de Assentos de Inumação do Cemitério de Almada*, Liv. 1, reg.º 66, 1888, fl. 150; ver tb. «Grave conflito em Almada entre a guarda da cadeia e alguns populares: tiros, ferimentos e prisões», in *Diário de Notícias*, Lisboa, 22 de Maio de 1888; «Uma vítima dos tumultos de Almada», in *Diário de Notícias*, Lisboa 23 de Maio de 1888.

¹⁵⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.

¹⁵⁹ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

¹⁶⁰ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 77.

¹⁶¹ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

¹⁶² *Idem*, Lisboa, 16 e 21 de Abril de 1909.

¹⁶³ Romeu Correia – *Homens e Mulheres [...]*, pp. 43 e 44; *Idem* – *Academia Almadense*, p. 87; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 38.

¹⁶⁴ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, p. 222.

- ¹⁶⁵ *Idem*, p. 218.
- ¹⁶⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 14 v.
- ¹⁶⁷ «O Partido Republicano Evolucionista resolve não concorrer às urnas nas eleições municipais», in *Jornal de Almada*, A.I, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.
- ¹⁶⁸ *A Capital: diário republicano da noite*, Lisboa, n.º 68, 6 de Setembro de 1910, p. 2.
- ¹⁶⁹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, pp. 89, 154, 155 e 211.
- ¹⁷⁰ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ¹⁷¹ *Vanguarda*, Lisboa, 16 e 21 de Abril de 1909.
- ¹⁷² «Carlos Caimoto», in *O Correio do Sul*, n.º 19, 8 de Maio de 1910, p. 2.
- ¹⁷³ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 122.
- ¹⁷⁴ Romeu Correia – *Academia Almadense*, p. 73.
- ¹⁷⁵ Arquivo Histórico da Associação dos Bombeiros Vol. de Cacilhas – *Livros de Actas da Direcção*, Livro n.º 1, 1891-1936.
- ¹⁷⁶ Fernando Barão; Henrique Mota – *Ginásio Clube do Sul: 75 Anos de Glória*, pp. 20 e sgs.
- ¹⁷⁷ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ¹⁷⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ¹⁷⁹ *Idem*, 18 de Dezembro de 1924, p. 5.
- ¹⁸⁰ AHABVC – *Livros de Actas da Direcção*, Livro n.º 2, 1936-1942, acta n.º 31.
- ¹⁸¹ DG n.º 97, Lei n.º 534, de 18 de Maio de 1916, p. 323.
- ¹⁸² Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], p. 267.
- ¹⁸³ Informações cedidas pelo Coronel Carlos Guilherme Sanches de Almeida, neto materno de Carlos Sanches e filho de António Henriques.
- ¹⁸⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 3 de Outubro de 1906, fl. 9 v.
- ¹⁸⁵ *Idem*, 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.
- ¹⁸⁶ *Idem, ibidem*, 25 de Outubro de 1911, fl. 69.
- ¹⁸⁷ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, pp. 114, 142 e 152.
- ¹⁸⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1924, p. 5.
- ¹⁸⁹ *Idem*, 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ¹⁹⁰ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada: Câmara Municipal, 2010, p. 138.

¹⁹¹ «Quatro anos num manicómio», in *O Correio do Sul*, n.º 49, 19 de Dezembro de 1910, p. 1.

¹⁹² «Centro Escolar Republicano Capitão Leitão», in *Jornal de Almada*, A. II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

¹⁹³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1911, fl. 69.

¹⁹⁴ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

¹⁹⁵ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

¹⁹⁶ SCMSP – *Registo de inumações*, Almada, 1909.

¹⁹⁷ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

¹⁹⁸ *Idem*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

¹⁹⁹ Augusto Sant’Ana d’Araújo – *Antologia histórico-social do concelho de Almada*, Almada: Edição de Autor, 1977, pp. 135 e 144.

²⁰⁰ *Vanguarda*, Lisboa, 16 e 21 de Abril de 1909.

²⁰¹ «Junta da Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

²⁰² Informação cedida pela família de Firmino da Silva.

²⁰³ DG n.º 97, Lei n.º 534, de 18 de Maio de 1916, p. 323.

²⁰⁴ Cartão de identidade assinado pelo administrador do Concelho de Almada: Alfredo Simões Pimenta (cópia cedida pela família de Firmino da Silva).

²⁰⁵ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926.

²⁰⁶ Segundo informação de Joaquim Emílio C. Almeida, Firmino da Silva pediu, em 1961, ao seu amigo Augusto Ramos para esconder a bandeira e o guião no sótão de sua casa. Após a morte do velho republicano, Augusto Ramos disse à filha de Firmino da Silva, Hortense da Silva Neto, que continuava a ter na sua posse o estandarte e guião do Centro, tendo a mesma referido que ele continuasse a guardá-los, porque um dia ainda podiam ser desfraldados, o que veio a acontecer, no dia 27 de Abril de 1974, o qual foi transportado por José Alaíz, Augusto Ramos e outros no cortejo que desfilou pelas ruas de Almada, Cova da Piedade e Laranjeiro.

Em 2002, Virgínia da Silva Neto (neta de Firmino da Silva) e Augusto Ramos resolveram oferecer o estandarte e guião à Câmara Municipal de Almada, que os mandou restaurar e conservar no acervo do Museu da Cidade.

²⁰⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 23 de Novembro de 1904, fl. 14.

²⁰⁸ *Idem*, 2 de Janeiro de 1905, fl. 24.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, 19 de Outubro de 1910, p. 15.

- ²¹⁰ *Idem*, *Livro de Testamentos*, 1829, fls. 87 v. e 90 v.
- ²¹¹ *Idem*, *Livro de Actas da CMA*, 12 de Outubro de 1910, n.º 1072, pp. 9-11; *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2; *Almada na História*, n.ºs 17 e 18, 2010, p. 51.
- ²¹² «A inauguração do Centro Republicano Capariquense», in *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.
- ²¹³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 26 de Dezembro de 1910, p. 77.
- ²¹⁴ *Idem*, *ibidem*, 19 de Fevereiro de 1911, p. 122.
- ²¹⁵ *Idem*, *ibidem*, pp. 125 e 126.
- ²¹⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 139.
- ²¹⁷ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada*, p. 127.
- ²¹⁸ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, p. 167.
- ²¹⁹ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.
- ²²⁰ SCMSMSP – *Registos de inuações*, Almada, 1930.
- ²²¹ *Vanguarda*, Lisboa, 2 de Março de 1908, p. 1.
- ²²² *Idem*, 2 de Março de 1908, p. 1.
- ²²³ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], p. 107.
- ²²⁴ *Idem* – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário* [...], pp. 159, 174, 213, 241.
- ²²⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Janeiro de 1914, fl. 66.
- ²²⁶ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.
- ²²⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Janeiro de 1914, fl. 66.
- ²²⁸ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.
- ²²⁹ *Vanguarda*, Lisboa, 2 de Março de 1908, p. 1.
- ²³⁰ DG n.º 51, Lei n.º 669, de 3 de Abril de 1917, p. 152.
- ²³¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 18 de Dezembro de 1924, p. 5.
- ²³² *Idem*, *ibidem*, 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ²³³ *Idem*, *ibidem*, 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 34.
- ²³⁴ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], pp. 48, 120, 179.
- ²³⁵ SCMSMSP – *Registos de inuações*, Almada, 1949.
- ²³⁶ Duarte Joaquim Vieira Júnior – *Villa e Termo de Almada*, 1897, p. 158.
- ²³⁷ *O Correio do Sul*, n.º 32, 7 de Agosto de 1910, p. 2.
- ²³⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, n.º 1072, 1910-1911, pp. 9-11; *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2; *Almada na História*, Almada, n.ºs 17 e 18, 2010, p. 51.

²³⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

²⁴⁰ *O Correio do Sul*, n.º 43, 6 de Novembro de 1910; n.º 44, 13 de Novembro de 1910; n.º 45, 20 de Novembro de 1910, p. 2.

²⁴¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 29 de Abril de 1911, p. 4 v.

²⁴² *Idem, ibidem*, 2 de Julho de 1911, fl. 33.

²⁴³ *Idem, ibidem*, 12 de Outubro de 1910, pp. 9-11; *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, 3 de Abril de 1914, fl. 90 v.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*, 8 de Janeiro de 1914, fl. 67 v.

²⁴⁷ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1915.

²⁴⁸ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁴⁹ AHCMA – *Livro de Correspondência Expedida*, reg. n.º 184, 6 de Junho de 1914, fl. 13 v.

²⁵⁰ «Misericórdia de Almada», in *Jornal de Almada*, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p. 3.

²⁵¹ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁵² *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

²⁵³ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1946.

²⁵⁴ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁵⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.

²⁵⁶ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

²⁵⁷ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1888.

²⁵⁸ *O Correio do Sul*, n.º 14, 3 de Abril de 1910, p. 2.

²⁵⁹ *Idem*, n.º 26, 26 de Junho de 1910, p. 2.

²⁶⁰ *A Capital: diário republicano da noite*, Lisboa, n.º 57, 28 de Agosto de 1910, p. 2; *O Correio do Sul*, n.º 34, 28 de Agosto de 1910, p. 1.

²⁶¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, pp. 9-11; *Almada na História*, n.ºs 17 e 18, 2010, pp. 51 e 52.

²⁶² *Idem, ibidem*, 4 de Junho de 1911, fls. 14 e 14 v.

²⁶³ 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa – *Registos de Óbitos*, Freguesia de S. Mamede, 17 de Outubro de 1955.

²⁶⁴ «Centro Escolar Republicano Capitão Leitão», in *Jornal de Almada*, A.II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

²⁶⁵ Alexandre M. Flores (Coord.) – *Imprensa Periódica de Almada: 1808-2008*, Almada: Câmara Municipal, 2008, p. 25.

²⁶⁶ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909, p. 2.

²⁶⁷ «Misericórdia de Almada», in *Jornal de Almada*, A. I, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p. 3.

²⁶⁸ Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculadas às Terras de Almada*, pp. 44 e 45.

²⁶⁹ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.

²⁷⁰ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, A. I, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.

²⁷¹ DG, 1.ª série, Lei n.º 615, de 19 de Junho de 1916, p. 428.

²⁷² *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁷³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 4 de Junho de 1911, fl.15.

²⁷⁴ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], pp. 196-199.

²⁷⁵ *Vanguarda*, Lisboa, 18 e 19 de Julho de 1909.

²⁷⁶ *O Correio do Sul*, n.º 34, 28 de Agosto de 1910, p. 2.

²⁷⁷ *Idem*, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

²⁷⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, n.º 1072, pp. 9-11; *Almada na História*, n.ºs 17 e 18, 2010, pp.51-53.

²⁷⁹ António Ventura – «Entre a República e a Acrácia», in *O pensamento e a acção de Emilio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Ed. Colibri, 1994, pp. 148-149.

²⁸⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 26 de Outubro de 1910, p. 21.

²⁸¹ *O Correio do Sul*, n.º 34, 28 de Agosto de 1910, fl. 2; *A Capital: diário republicano da noite*, n.º 68, 6 de Setembro de 1910, p. 2.

²⁸² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Março de 1911, p. 146.

²⁸³ *Idem, ibidem*, 31 de Março de 1911, fls. 172-173.

²⁸⁴ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], p.197.

²⁸⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 9 de Abril de 1911, pp. 181-182.

²⁸⁶ *Idem, ibidem*, 29 de Abril de 1911, pp. 3 v. e 4.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, 4 de Junho de 1911, fls. 14 e 14 v.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, 20 de Dezembro de 1911, fl. 87 v.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, 10 de Janeiro de 1912, fls. 94 e 94 v.

²⁹⁰ *Jornal de Almada*, 13 de Julho de 1916, p. 1.

Nesta data, o cargo de provedor foi ocupado por Guilherme José de Almeida Júnior, chefe de secretaria da Câmara Municipal de Almada.

²⁹¹ Jornal de Almada, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.

²⁹² Cândido de Azevedo – *A Crise da Bolsa que mudou Portugal*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.

²⁹³ Depoimento prestado em 18 de Janeiro de 2004 por Júlia Eugénia de Figueiredo Febrero, nora de Polónio Febrero Júnior, a António M. Neves Policarpo.

²⁹⁴ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, pp. 82, 83, 108.

²⁹⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 13 de Abril de 1926, p.109.

²⁹⁶ *Idem, ibidem*, 13 de Abril de 1926, pp. 114-116.

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, 27 de Outubro de 1927, fls. 70-74; Romeu Correia – *Homens e Mulheres [...]*, pp. 197-198.

²⁹⁸ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade: Junta de Freguesia, 1999, pp. 143-148.

²⁹⁹ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1933.

Em reunião da Câmara Municipal, realizada em 16 de Janeiro de 1987, foi aprovado por unanimidade o Edital n.º 3 E/87 que atribuiu o nome de Jaime de Amorim Ferreira a uma moderna rua da cidade de Almada. Do mesmo modo, em 2 de Fevereiro de 1988, no decurso dos festejos que assinalaram o 50.º aniversário da elevação desta localidade a freguesia, a Junta de freguesia de Cova da Piedade, em cerimónia pública que decorreu junto da casa onde residiu e faleceu Jaime de Amorim Ferreira, descerrou uma placa evocativa da sua memória.

³⁰⁰ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926.

³⁰¹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, 1987, p. 152; Romeu Correia – *Academia Almadense: memória de 100 anos*, 1995, pp. 110, 120, 206.

³⁰² Romeu Correia – *Homens e Mulheres [...]*, p. 45.

³⁰³ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, p. 38.

³⁰⁴ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, p. 276.

³⁰⁵ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade [...]*, pp. 37-41.

³⁰⁶ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³⁰⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 8 de Maio de 1912, fl. 23 v.

³⁰⁸ Manuel Lourenço Soares – *Figura e Factos do Concelho de Almada*, Ed. de Autor, 1980, pp. 158-159.

³⁰⁹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol III, p. 210.

³¹⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.

³¹¹ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], p. 83.

³¹² Manuel Parada – «4 de Outubro: como se proclamou a República em Almada», in *Jornal de Almada*, 4 de Outubro de 1917, p. 2.

³¹³ Paulo Jorge Correia; Eduardo Raposo – «Farmácia Magalhães: 1846-1996», in *Actas das Segundas Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada: Câmara Municipal, 1998, p. 176; «Farmácia Cerqueira: a mais antiga da Piedade», in *Boletim Informativo da Junta de Freguesia da Cova da Piedade*, n.º 10, 2.ª série, Outubro de 2008, p. 11.

³¹⁴ *A Capital: diário republicano da noite*, Lisboa, n.º 72, 10 de Setembro de 1910, p. 2.

³¹⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40; *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

³¹⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 10 de Janeiro de 1912, fl. 95.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, 3 de Abril de 1914, fl. 90 v.

³¹⁸ *Idem, ibidem*, 26 de Agosto de 1914, fl. 23 v.

³¹⁹ *Jornal de Almada*, A.I, n.º 3, 13 de Julho de 1916, p. 1.

³²⁰ AHCMA – *Livro de Escrituras da CMA*, n.º 16, 6 de Julho de 1916, fls. 45 v. - 48 v.

³²¹ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], pp. 195 e 196; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, pp. 255, 258.

³²² *O Correio do Sul*, n.º 32, 17 de Agosto de 1910, p. 2.

³²³ António Ladislau Parreira – «Como se fez a República. A acção da marinha segundo o relatório do 1.º tenente Parreira (Conclusão)», in *A Capital*, Lisboa, 30 de Outubro de 1910, p. 2.; Manuel Valentim – *A Marinha no Movimento Revolucionária Republicano: relatório das unidades que participaram na Revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010, pp. 179-181.

³²⁴ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)* [...], p. 128; Biblioteca e Arquivo Central da Marinha, Livros Mestres D. p. 248 G; K, p. 81. *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, pp. 130 e 121; PMIR, p. 419; Raul César Ferreira – *O Comandante João Fiel Stockler*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930.

³²⁵ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro* [...], pp. 96 e 100.

João Jára participou em comícios, como o de 1.º de Maio de 1896 em Almada, integrando uma comissão promotora de festejos, distinguindo-se com um laço de fita vermelha e três perpétuas na lapela do casaco. In *O Puritano*, Almada, n.º 676, 30 de Abril de 1896, p. 1.

³²⁶ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

³²⁷ *O Correio do Sul*, n.º 40, de 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³²⁸ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

³²⁹ *O Correio do Sul*, n.º 32, 7 de Agosto de 1910, p. 2.

³³⁰ *Idem*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³³¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 14 v.

³³² Manuel Lourenço Soares – *ob. cit.*, pp. 158 e 159.

³³³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 9 de Outubro de 1912, fl. 66.

³³⁴ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, A. I, n.º 26 de Janeiro de 1917, p. 1.

³³⁵ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário*, p. 102.

³³⁶ *Idem* – *Almada Antiga e Moderna*, vol III, p. 207.

³³⁷ *Idem* – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 202, 204.

³³⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.

³³⁹ *Jornal de Almada*, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p.1.

³⁴⁰ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 98.

³⁴¹ Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, pp. 200 e 201.

³⁴² António N. Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia, 1999, p. 40.

³⁴³ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.

³⁴⁴ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³⁴⁵ *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

³⁴⁶ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

³⁴⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 13 de Novembro de 1910; *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, 5 de Março de 1911, p. 139.

- ³⁴⁹ *Idem, ibidem*, 12 de Junho de 1912, fl. 35 v.
- ³⁵⁰ *Idem, ibidem*, 19 de Março de 1913, fl. 4.
- ³⁵¹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fl. 66.
- ³⁵² *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66-67.
- ³⁵³ *Idem – Livro de Registo de Correspondência Expedida*, 1914, n.º 184, fl. 13 v.
- ³⁵⁴ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade: Junta de Freguesia, 1999, p. 34.
- ³⁵⁵ *O Correio do Sul*, n.º 13, Março de 1910, p. 2.
- ³⁵⁶ *Idem*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ³⁵⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 5 de Junho de 1912, fl. 33.
- ³⁵⁸ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1913, fls. 37 v. e 88.
- ³⁵⁹ *Jornal de Almada*, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p. 3; n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.
- ³⁶⁰ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.
- ³⁶¹ *O Corticeiro*, n.º 19, 25 de Fevereiro de 1900, p. 3.
- ³⁶² *Idem*, n.º 16, 4 de Fevereiro de 1900, p. 4; n.º 21, 11 de Março de 1900, p. 4.
- ³⁶³ *O Correio do Sul*, n.º 26, 26 de Junho de 1910, p. 2.
- ³⁶⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 9 de Outubro de 1912, fl. 66.
- ³⁶⁵ *Jornal de Almada*, 10 de Agosto de 1917, p. 2.
- ³⁶⁶ *O Puritano*, Almada, n.º 616, 3 de Outubro de 1895, p. 3; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 81.
- ³⁶⁷ *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 3, 5 de Novembro de 1899, p. 3.
- ³⁶⁸ *Idem*, n.º 16, 4 de Fevereiro de 1900, pp. 1-3; n.º 21, 11 de Março de 1900, pp. 2 e 3; n.º 23, 26 de Março de 1900, pp. 1 e 2; n.º 31, 20 de Maio de 1900, p. 2.
- ³⁶⁹ «*Em Almada: os quadradores e os srs. Vilarinho & Sobrinho [...]*», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 31, 11 de Dezembro de 1909, p. 1; tb. cit. por Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira [...]*, pp. 213 e 214.
- ³⁷⁰ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.
- ³⁷¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.
- ³⁷² *Idem, ibidem*, 8 de Janeiro de 1914, fls. 69-71 v.
- ³⁷³ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 3; *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.
- ³⁷⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1911, fl. 69.
- ³⁷⁵ «A greve no Outeiro», in *O Puritano*, Almada, n.º 1532, 7 de Junho de 1906, p. 2; «Indústria corticeira», in *O Século*, Lisboa, n.º 8889, 23 de Setembro de 1906,

p. 5; Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 198, 203.

³⁷⁶ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3; Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 211.

³⁷⁷ Cooperativa de Consumo Piedense – *Livros de Actas de 1909*, 15 de Dezembro de 1909.

³⁷⁸ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909, p. 1.

³⁷⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, n.º 1072, pp. 9-11.

³⁸⁰ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1950.

³⁸¹ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

³⁸² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 6 de Março de 1912, fl. 5 v.

³⁸³ *O Protesto Operário*, Lisboa, n.º 487, 11 de Outubro de 1891, p. 3.

³⁸⁴ *A Vanguarda*, Lisboa, n.º 186, 12 de Outubro de 1891, p. 2.

³⁸⁵ António N. Policarpo – *A Ermida de São Sebastião em Almada*, 2.ª edição, Almada: Junta de Freguesia, 2009, pp. 11, 21-23.

³⁸⁶ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3904, 28 de Outubro de 1907, p. 1.

³⁸⁷ *Idem*, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

³⁸⁸ «Movimento Corticeiro», in *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 22, 18 de Março de 1900, p. 4.

³⁸⁹ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

³⁹⁰ Também conhecido por Brito Alaíz, conforme registo n.º 289, do Livro de Inumações do Cemitério Municipal de Almada, n.º 16, fl. 16 v., de 27 de Novembro de 1974.

³⁹¹ Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às terras de Almada*, pp. 208 e 209.

³⁹² *Idem, ibidem*, p. 210.

³⁹³ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

³⁹⁴ «Comício na Piedade», in *O Correio do Sul*, n.º 21, 22 de Maio de 1910, p. 2.

³⁹⁵ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

³⁹⁶ António Henriques – *A Incrível Almadense* [...], vol. I, pp. 94 e 95.

³⁹⁷ Romeu Correia – *Academia Almadense*, pp. 40, 49, 50, 55.

³⁹⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Janeiro de 1914, fl. 66.

³⁹⁹ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1936.

⁴⁰⁰ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2; *Idem*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁴⁰¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 19 de Outubro de 1910, p. 14 v.

⁴⁰² *O Correio do Sul*, n.º 32, 7 de Agosto de 1910.

⁴⁰³ *O Mundo*, Lisboa, 18 de Abril de 1918; tb. cit. por Manuel Lourenço Soares – *Trafaria e sua Toponímia*, Almada: Câmara Municipal, 1986, pp. 76 e 77.

⁴⁰⁴ Manuel Lourenço Soares – *Figuras e Factos do Concelho de Almada*, 1980, p. 156.

⁴⁰⁵ Glória Maria Marreiros – *Quem foi quem?: 200 Algarvios do século XX*, 1.ª edição, Lisboa: Colibri, 2000; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, Lisboa: Editorial Enciclopédia, p. 951; Rui Manuel R. Ortigão Neves – «José Carlos da Maia», in *Revista da Armada*, Lisboa, n.º 335, Setembro/Outubro de 2000.

⁴⁰⁶ A Quinta de S. Pedro, situada na freguesia do Pragal, concelho de Almada, foi adquirida em 1867 ao Conde de Linhares por Salvador Cabral Ferreira, homem de confiança de Francisco de Castro, pai de Berta de Castro.

Berta de Castro, nascida no Brasil em 1885, veio para casa de Sidónio Pais sendo educada num colégio de freiras. Mais tarde, passou a residir na casa de sua madrinha, esposa de Salvador Cabral Ferreira, proprietário da Quinta de S. Pedro, no Pragal.

Em época por determinar, encontrando-se na condição de viúva, a madrinha de Berta de Castro passou a ter como companhia Berta de Castro a quem deixou em testamento a Quinta de S. Pedro. Aos 35 anos de idade, Berta de Castro casou com o oficial de Marinha José Carlos da Maia, de quem houve um filho nascido em 13 de Abril de 1921, baptizado com o nome de Francisco Manuel Carlos da Maia.

⁴⁰⁷ Romeu Correia – *Homens e Mulheres vinculados às terras de Almada*, pp. 191-193.

⁴⁰⁸ «O Partido Republicano Evolucionista», in *Jornal de Almada*, A.I, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.

⁴⁰⁹ «Centro Escolar Republicano “Capitão Leitão”», in *Jornal de Almada*, A. II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.

⁴¹⁰ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro: o primeiro órgão dos operários corticeiros em Portugal (1899-1900)*, 2000, p. 20.

⁴¹¹ *O Correio do Sul*, n.º 8, 20 de Fevereiro de 1910, p. 2; *idem*, n.º 26, p. 2.

⁴¹² *Correio do Sul*, Almada, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁴¹³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 5 de Março de 1911, fl. 139.

⁴¹⁴ *Idem, ibidem*, 10 de Janeiro de 1912, fls. 92 v. e 93

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, 12 de Junho de 1912, fl. 35 v.

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1913, fl. 87.

⁴¹⁷ *Jornal de Almada*, 10 de Agosto de 1917, p. 2.

⁴¹⁸ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, pp. 34 e 35.

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 38-40.

⁴²⁰ SCMSP – *Registo de inumações*, Almada, 1929.

⁴²¹ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁴²² *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

⁴²³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1911, fl. 69 e 69 v.

⁴²⁴ Manuel Lourenço Soares – *Figura e factos* [...], pp. 158-159.

⁴²⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 5 de Junho de 1912, fl. 33.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, 12 de Junho de 1912, fl. 35 v.

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, 19 de Março de 1913, fl. 4.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, 13 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 34.

⁴³⁰ António Ventura – *Revolta para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada: Câmara Municipal, 2010, pp. 28-30.

Sobre Elias Garcia, ver: Paulo Jorge Fernandes – «Garcia, José Elias», *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Vol. II (D-M), coord. Maria Filomena Mónica, col. Parlamento, ICS/Assembleia da República, 2005, p. 300-304. A. H. de Oliveira Marques – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, citado, vol. col. 627-629.

⁴³¹ Arquivo Distrital de Viseu – *Livros Paroquiais de Baptismos*: Tondela, Livro n.º 10, ass. n.º 5, maço 6-A, 27 de Março de 1868, fl. 11.

⁴³² ADS – *Livros Paroquiais de Casamentos*: Almada, Santiago de Almada, ass. n.º 10, 15 de Abril de 1901.

⁴³³ AHCMA – *Registo de Testamentos da Administração do Concelho*, Livro n.º 42, 5 de Janeiro de 1903, fl. 9.

⁴³⁴ ADS – *Cartório Notarial de Almada, Averbamentos do notário Madureira*, cx. 4440, liv. n.º 109, escritura n.º 23, 15 de Agosto de 1914, fls. 47 v. - 50.

⁴³⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 25 de Outubro de 1905, fl. 65 v.

⁴³⁶ *Idem, ibidem*, 3 de Outubro de 1906, fl. 9 v.

⁴³⁷ «Comício na Piedade», in *O Correio do Sul*, n.º 21, 22 de Maio de 1910, p. 2.

⁴³⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.

⁴³⁹ *Idem, ibidem*, 26 de Dezembro de 1910, p. 79.

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem*, 9 de Outubro de 1912, fl. 66.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem*, 27 de Outubro de 1913, fl. 53 v.

⁴⁴² *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

⁴⁴³ ADS – *Livros Paroquiais de Óbitos: Almada, freguesia da Cova da Piedade*, ass. n.º 384, doc. n.º 531, maço n.º 28, 10 de Novembro de 1938.

⁴⁴⁴ «Associação Comercial Almadense», in *O Correio do Sul*, n.º 18, 1 de Maio de 1910, p. 2.

⁴⁴⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1912, fl. 85.

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

⁴⁴⁷ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, A.I, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.

⁴⁴⁸ SCMSP – *Registos de inuações*, Almada, 1929.

⁴⁴⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1924, p. 5.

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem*, Sessão de 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, Sessão de 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 34.

⁴⁵² *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926.

⁴⁵³ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁴⁵⁴ Romeu Correia – *Academia Almadense* [...], p. 101.

⁴⁵⁵ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada*, p. 30.

Quanto às estruturas maçónicas locais em Almada, António Ventura refere que estas remontavam a 1898, com a publicação do Decreto n.º 2, de 26 de Janeiro, onde Joaquim Ferreira Pacheco, da loja *Elias Garcia*, de Lisboa, era autorizado a organizar Triângulos em Azeitão, Seixal e Almada, os quais ficariam filiados naquela loja. O Triângulo n.º 6 de Almada foi instalado naquele mesmo ano, mas a sua existência, modesta, não sobreviveu a 1911. A dissolução era oficial em 4 de Setembro do mesmo ano, data do Decreto n.º 172; mas há muito deixara de funcionar, conforme atestava o Decreto n.º 36, de 22 de Fevereiro de 1911, onde José Justino Lopes, da loja *Liberdade* n.º 197, de Lisboa, era autorizado a formar um Triângulo em Almada. Cfr. António Ventura. – *ob. cit.*

⁴⁵⁶ *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 14, 21 de Janeiro de 1900, pp. 2 e 3.

⁴⁵⁷ *Vanguarda*, Lisboa, 15 e 17 de Junho de 1907.

⁴⁵⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Maio de 1908, fl. 78 v.

⁴⁵⁹ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910.

⁴⁶⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, p. 9.

⁴⁶¹ *Idem, ibidem*, 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

- ⁴⁶² *Idem, ibidem*, 20 de Novembro de 1910, p. 40.
- ⁴⁶³ *Idem, ibidem*, 26 de Dezembro de 1910, p. 79.
- ⁴⁶⁴ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ⁴⁶⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 15 de Janeiro de 1911, fls. 94 e 95.
- ⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, 22 de Janeiro de 1911, p. 100.
- ⁴⁶⁷ *Idem, ibidem*, 5 de Fevereiro de 1911, pp. 113 e 114.
- ⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, 18 de Fevereiro de 1912, fl. 85.
- ⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, 8 de Outubro de 1913, fl. 48 v.
- ⁴⁷⁰ SCMSM – Registo de inumações, Almada, 1955.
- ⁴⁷¹ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.
- ⁴⁷² «Associação Comercial Almadense», in *O Correio do Sul*, n.º 18, 1 de Maio de 1910, p. 2.
- ⁴⁷³ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 3; AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 25 de Outubro de 1910, p. 69.
- ⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, 20 de Novembro de 1910, fls. 37 e 38.
- ⁴⁷⁵ *Idem* – *Livro de Correspondência Expedida*, reg. 271, 14 de Setembro de 1914, fl. 36.
- ⁴⁷⁶ «Junta de Paróquia de Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ⁴⁷⁷ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, p. 95.
- ⁴⁷⁸ SCMSM – *Registos de inumações*, Cova da Piedade, 1932.
- ⁴⁷⁹ Arquivo Distrital de Faro – *Registos Paroquiais de Baptismos*, Silves, ass. n.º 118, 17 de Abril de 1873, fl. 34.
- ⁴⁸⁰ ADS – *Registos Paroquiais de Casamentos*, Almada, Freguesia de Santiago, ass. n.º 11, 17 de Março de 1895, fls. 6 e 6 v.
- ⁴⁸¹ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 82.
- ⁴⁸² *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909, p. 1.
- ⁴⁸³ DG n.º 51, Lei n.º 668, 3 de Abril de 1917, p. 152.
- ⁴⁸⁴ *Idem*, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.
- ⁴⁸⁵ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, pp. 34 e 35.
- ⁴⁸⁶ CRCS – *Registos de Óbitos*, Faro, Silves, ass. n.º 60, 9 de Fevereiro de 1946.

⁴⁸⁷ «Centro Capitão Leitão», in *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁴⁸⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1924, p. 5.

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem*, 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem* 16 de Fevereiro de 1925, pp. 33 e 64.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*, 9 de Outubro de 1912, fl. 66.

⁴⁹² *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

⁴⁹³ António Ventura – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)*, p. 35.

⁴⁹⁴ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, 1985, p. 106; Romeu Correia – *Academia Almadense*, 1995, pp. 38, 40, 459.

⁴⁹⁵ António Ventura – *ob. cit.*, p. 35.

⁴⁹⁶ *Jornal de Almada*, 3 de Novembro de 1917, p. 2.

⁴⁹⁷ Romeu Correia – *Homens e mulheres Vinculados às Terras de Almada*, pp. 164-168; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 97.

⁴⁹⁸ Duarte Joaquim Vieira Júnior – *Vila e Termo de Almada*, Lisboa, 1897, p. 126.

⁴⁹⁹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, pp. 71, 116.

⁵⁰⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 23 de Novembro de 1904, fl. 14.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*, 2 de Outubro de 1907, fl. 50.

⁵⁰² *Idem, ibidem*, 18 de Novembro de 1908, fl. 100 v.; 30 de Novembro de 1908.

⁵⁰³ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1909, fls. 110 v. e 111.

⁵⁰⁴ *Idem, ibidem*, 19 de Janeiro de 1910, fl. 169.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*, 20 de Novembro de 1911, fls. 37 e 38.

⁵⁰⁶ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.

Em 1931, fundou o jornal *Pátria Portuguesa*. Cf. Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, p. 120.

⁵⁰⁷ A. da Silveira Júnior – «Falecimento de um republicano de Almada», in *O Século*, Lisboa, 19 de Março de 1884.

⁵⁰⁸ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira [...]*, pp. 189-193.

⁵⁰⁹ «Centro Escolar Republicano “Capitão Leitão”», in *Jornal de Almada*, A. II, 28 de Julho de 1918, p. 4.

⁵¹⁰ *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

⁵¹¹ Manuel Lourenço Soares – *Figuras e Factos [...]*, p. 158.

⁵¹² D G, Lei n.º 615, 19 de Junho de 1916, p. 428.

⁵¹³ Duarte Joaquim Vieira Júnior – *Vila e Termo de Almada*, 1896, p. 184.

⁵¹⁴ Manuel Lourenço Soares – *ob. cit.*, p. 158.

⁵¹⁵ Ver a biografia de Manuel Parada.

⁵¹⁶ «Partido Republicano Evolucionista», in *Jornal de Almada*, A. I, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.

⁵¹⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

⁵¹⁸ Romeu Correia – *Academia Almadense* [...], p. 247.

⁵¹⁹ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 2.

⁵²⁰ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.

⁵²¹ *Jornal de Almada*, 3 de Novembro de 1917, p. 2.

⁵²² António Ventura – *ob. cit.*, p. 34 e 35.

O Triângulo constitui a célula maçónica que dispunha no mínimo de três mestres, sem atingir o número de sete necessária para formar uma loja.

A 24 de Setembro de 1912 José de Pinho teve atestado de quite passado pela Maçonaria.

⁵²³ *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 13, 14 de Janeiro de 1900, p. 3.

⁵²⁴ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 256.

⁵²⁵ DG, Lei n.º 614, 19 de Junho de 1916, p. 427.

⁵²⁶ *O Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁵²⁷ SCMMC – *Registos de inumações*, Caparica, 1932.

⁵²⁸ Paulo Jorge Correia; Eduardo Raposo – «Farmácia Magalhães: 1846-1996», in *Actas das 2.ªs Jornadas de Estudos sobre o concelho de Almada*, Almada: Câmara Municipal, 1998, pp. 175 - 177.

⁵²⁹ *Vanguarda*, Lisboa, 18 de Julho de 1909.

⁵³⁰ *O Correio do Sul*, n.º 17, 24 de Abril de 1910, p. 2; *idem*, n.º 18, 1 de Maio de 1910, p. 3.

⁵³¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, n.º 1072, pp. 9 e 11.

⁵³² *Idem*, *ibidem*, 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

⁵³³ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁵³⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 6 de Novembro de 1910, pp. 26 e 27.

⁵³⁵ *Idem*, *ibidem*, 19 de Março de 1911, p. 153.

⁵³⁶ *Idem*, *ibidem*, 30 de Agosto de 1911, fl. 49.

⁵³⁷ *Idem*, *ibidem*, 10 de Janeiro de 1912, fl. 93.

⁵³⁸ *Idem*, *ibidem*, 2 de Janeiro de 1913, fl. 88.

- ⁵³⁹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fl. 66.
- ⁵⁴⁰ *Idem, ibidem*, 12 de Março de 1915, fls. 61 e 61 v.
- ⁵⁴¹ DG, Lei n.º 614, 19 de Junho de 1916, p. 427.
- ⁵⁴² Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna* [...], vol. I, p. 83.
- ⁵⁴³ *O Correio do Sul*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p.3.
- ⁵⁴⁴ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, fl. 40.
- ⁵⁴⁵ DG, Lei n.º 614, 19 de Junho de 1916, p. 427
- ⁵⁴⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Dezembro de 1924, pp. 6 e 7.
- ⁵⁴⁷ *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910.
- ⁵⁴⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Outubro de 1910, p. 14 v.
- ⁵⁴⁹ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.
- ⁵⁵⁰ Alexandre M. Flores – *O Corticeiro: o primeiro órgão dos operários corticeiros em Portugal* [...], p. 211; *Idem – Almada na História da Indústria Corticeira*, p. 203; *O Século*, Lisboa, n.º 7260, 18 de Março de 1902, p. 4.
- ⁵⁵¹ AHCMA – *Livro de Actas da CMA*, 20 de Novembro de 1910, p. 40.
- ⁵⁵² Romeu Correia – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada*, pp. 186-188.
- ⁵⁵³ «Posse da Comissão Administrativa», in *Jornal de Almada*, Almada, n.º 66, 3 de Fevereiro de 1918, p. 1.
- ⁵⁵⁴ *O Correio do Sul*, n.º 32, 7 de Agosto de 1910, p. 2.
- ⁵⁵⁵ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, p. 40.
- ⁵⁵⁶ *Jornal de Almada*, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.
- ⁵⁵⁷ ADF – *Registos Paroquiais de Baptismos, Silves*, ass. n.º 51, 16 de Fevereiro de 1871, fls. 18 e 18 v.
- ⁵⁵⁸ *Idem – Registos Paroquiais de Casamentos, Silves*, ass. n.º 8, 31 de Janeiro de 1870, fl. 4.
- ⁵⁵⁹ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 78, 86.
- ⁵⁶⁰ *Idem – Almada Antiga e Moderna* [...], vol. III, 1990, p. 211; António Alberto Ramos – *Cooperativa de Consumo Piedense* [...], 1994, pp. 30-32.
- ⁵⁶¹ ADS – *Fundo Judicial da Comarca de Almada*, proc. n.º 65, dist. n.º 126, 10 de Setembro de 1903, queixoso: Ministério Público e Manuel Antão (Caramujo),

arguido: José Ferreira (por ofensas corporais); ADS – *Fundo Judicial da Comarca de Almada*, proc. n.º 3, dist. n.º 24, 11 de Janeiro de 1904, queixoso: Ministério Público, arguido: Manuel Antão Júnior (por injúrias), (processo correcional em 19 de Fevereiro de 1904); v. tb. Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 281.

⁵⁶² DG n.º 51, Lei n.º 668, 3 de Abril de 1917, p. 152.

⁵⁶³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Setembro de 1926, p. 4.

⁵⁶⁴ *Idem, ibidem*, 23 de Dezembro de 1926, p. 83.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem*, 13 de Janeiro de 1927, p. 94.

⁵⁶⁶ *Idem, ibidem*, 15 de Setembro de 1927, pp. 45 e 46.

⁵⁶⁷ *Idem* – JFCP, cx. 3, of.º n.º 40, 15 de Julho de 1929.

⁵⁶⁸ *Idem* – *Of.º da St.ª Casa da Misericórdia de Almada*, cx. n.º 2, doc. n.º 1, reg. de 28 de Setembro de 1934.

⁵⁶⁹ *Cartório Notarial de Silves, Silves, Santo Estêvão*, testamento público de Aprígio Manuel Correia Neves, 23 de Março de 1971.

⁵⁷⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 23 de Novembro de 1904, fl. 14.

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*, 18 de Novembro de 1908, fl. 100 v.

⁵⁷² *Idem, ibidem*, 21 de Maio de 1913, fl. 17.

⁵⁷³ *Idem, ibidem*, 20 de Janeiro de 1914, fl. 66.

⁵⁷⁴ «Câmara Municipal», in *Jornal de Almada*, A.I, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.

⁵⁷⁵ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926.

⁵⁷⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 9 de Outubro de 1912, fl. 66.

⁵⁷⁷ *Idem, ibidem*, 11 de Dezembro de 1912, fls. 83 e 83 v.

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.

⁵⁷⁹ *Jornal de Almada*, 3 de Outubro de 1917, p. 2.

⁵⁸⁰ *Idem*, n.º 2, 6 de Julho de 1916, p. 3.

⁵⁸¹ *Idem*, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.

⁵⁸² *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 22, 18 de Março de 1900, p. 3.

⁵⁸³ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 173.

⁵⁸⁴ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909.

⁵⁸⁵ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

⁵⁸⁶ *Idem*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁵⁸⁷ *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 2.

⁵⁸⁸ DG, Lei n.º 554, 5 de Junho de 1916, p. 399.

- ⁵⁸⁹ *Vanguarda*, Lisboa, n.º 3999, 2 de Março de 1908, p. 1.
- ⁵⁹⁰ *Idem*, 19 de Julho de 1909.
- ⁵⁹¹ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.
- ⁵⁹² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.
- ⁵⁹³ *Idem, ibidem*, 9 de Outubro de 1912, fl. 66.
- ⁵⁹⁴ *Idem, ibidem*, 18 de Dezembro de 1912, fl. 85.
- ⁵⁹⁵ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], p. 201.
- ⁵⁹⁶ *O Corticeiro*, Cova da Piedade, n.º 14, 21 de Janeiro de 1900, p. 3.
- ⁵⁹⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Outubro de 1907, fl. 50.
- ⁵⁹⁸ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 89; *Idem – Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 102.
- ⁵⁹⁹ *A Capital: diário republicano da noite*, n.º 52, 21 de Agosto de 1910, p. 2.
- ⁶⁰⁰ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. II, pp. 142 e 148.
- ⁶⁰¹ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2; «A proclamação da República em Almada», in *Jornal de Almada*, 5 de Outubro de 1916, p. 2; «Uma carta», in *Jornal de Almada*, 12 de Outubro de 1916, p. 2.
- ⁶⁰² *O Correio do Sul* – n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.
- ⁶⁰³ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Fevereiro de 1911, p. 117.
- ⁶⁰⁴ Foi redactor principal e administrador do *Jornal de Almada* (de 29 de Junho até 16 de Setembro de 1916), director e proprietário (de Outubro de 1916 até 1918).
- ⁶⁰⁵ *Jornal de Almada*, n.º 15, 26 de Outubro de 1916, p. 1.
- ⁶⁰⁶ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 16 de Junho de 1919, fl. 9 e 9 v.
- ⁶⁰⁷ SCMSP – *Registos de inuações*, Almada, 1962.
- ⁶⁰⁸ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909, p. 1.
- ⁶⁰⁹ *Jornal de Almada*, 4 de Outubro de 1917, p. 2.
- ⁶¹⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 18 de Dezembro de 1912, fl. 85.
- ⁶¹¹ Alexandre M. Flores – «Um contributo para a história da fundação da «Incrível», in Carlos Guilherme Sanches de Almeida e João da Cunha Dias – *Na viragem do Milénio: 160 anos Incríveis*, Almada, 2010, p. 12.
- ⁶¹² *O Correio do Sul*, n.º 33, 21 de Agosto de 1910, p. 1.
- ⁶¹³ *Idem*.
- ⁶¹⁴ *O Mundo*, Lisboa, 1 de Outubro de 1910, p. 3; *A Capital*, Lisboa, n.º 93, 1 de Outubro de 1910, p. 1; *O Correio do Sul*, n.º 19, 8 de Maio de 1910, p. 3;

Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 173, 206, 218.

⁶¹⁵ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 171.

Esta escola manteve-se na antiga sede da colectividade até meados de 1905, mas já antes, e a pedido da direcção da SFUAP, foi a mesma entregue à protecção financeira de António José Gomes, industrial moageiro, que tomou a seu cargo toda a sua manutenção (fardamentos, livros, etc.). A escola foi depois transferida para outro edifício na antiga “cardosa” do Caramujo, actual Rua Tenente Valadim.

⁶¹⁶ *O Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

⁶¹⁷ *Idem*, n.º 47, 4 de Dezembro de 1910, p. 2.

⁶¹⁸ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 22 de Janeiro de 1911, pp. 97 e 98.

⁶¹⁹ *Idem, ibidem*, 20 de Maio de 1908, fl. 78 v.

⁶²⁰ *Correio do Sul*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁶²¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 20 de Novembro de 1910, pp. 37 e 38.

⁶²² *Idem, ibidem*, 19 de Julho de 1911, fl. 44.

⁶²³ *Idem, ibidem*, 2 de Agosto de 1911, fl. 46.

⁶²⁴ *Idem, ibidem*, 25 de Outubro de 1911, fl. 69.

⁶²⁵ *Idem, ibidem*, 9 de Outubro de 1912, fl. 66.

⁶²⁶ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 163, 164 e 167.

⁶²⁷ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁶²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 256, 280 e 281.

⁶²⁹ Romeu Correia – *Homens e Mulheres* [...], p. 205.

⁶³⁰ AHCMA – *Registo de CR*, ofício n.º 269, de 12 de Janeiro de 1929; tb. cit. por Alexandre M. Flores – *ob. cit.*, pp. 83, 108.

⁶³¹ ADS – *Cartório Notarial de Almada*, Freguesia de Santiago, Escritura de compra e venda n.º 94, Liv. 33, de 7 de Maio de 1923.

⁶³² Cândido de Azevedo – *A Crise da Bolsa que mudou Portugal (1929-1935)*, Publ. Europa-América, 1988.

⁶³³ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1934.

⁶³⁴ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, pp. 65, 83.

⁶³⁵ *Idem, ibidem*, p. 241.

⁶³⁶ Arquivo A. Policarpo – *Certificado n.º B 571537 do Commissariado da Instrução Primária do Distrito de Lisboa*, liv. respectivo a fls. 128 v., de 27 de Setembro de 1901.

⁶³⁷ *Correio do Sul*, n.º 42, 30 de Outubro de 1910, p. 2; v. tb. *Almada na História*, n.ºs 17 e 18, 2010, p. 59.

⁶³⁸ *Idem*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.

⁶³⁹ *Idem*.

⁶⁴⁰ *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

⁶⁴¹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 19 de Julho de 1911, fl. 44.

⁶⁴² *Idem, ibidem*, 20 de Outubro de 1913, fl. 52.

⁶⁴³ ADS – *Registos Paroquiais de Nascimento*, Freguesia de Santiago, n.º 207, 14 de Maio de 1913.

⁶⁴⁴ *Idem, Registos de Óbitos*, ass. n.º 126, liv.º n.º 1, 22 de Maio de 1913, fl. 64 v.

⁶⁴⁵ ADS – *Registos Paroquiais de Casamentos*, Freguesia de Santiago de Almada, ass. n.º 38, liv.º n.º 1, fl. 38, 31 de Maio de 1917.

⁶⁴⁶ António Policarpo; Fernando de Brito Mateus – *ob. cit.*, p. 53.

⁶⁴⁷ AHCMA – *Registo de Correspondência Recebida*, of.º n.º 269, de 12 de Janeiro de 1929, dirigido ao Administrador do Concelho pela 8.ª Circunscrição Industrial do Ministério do Comércio e Comunicações; v. tb. Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 83, 108.

⁶⁴⁸ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 65.

⁶⁴⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 2 de Setembro de 1926, fl. 4.

⁶⁵⁰ *Idem, ibidem*, 13 de Janeiro de 1927, fl. 94.

⁶⁵¹ *Idem, ibidem*, 5 de Janeiro de 1928, fl. 1.

⁶⁵² Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol III, p. 154; *Idem – Almada na História da Indústria Corticeira* [...], p. 297.

⁶⁵³ ADS – *Almada, Registos de Óbitos*, ass. n.º 4, maço 7, 15 de Outubro de 1955.

⁶⁵⁴ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. III, p. 81.

⁶⁵⁵ *Jornal de Almada*, A. II, 28 de Julho de 1918, p. 4.

⁶⁵⁶ Alexandre M. Flores – *Almada na História da Indústria Corticeira* [...], pp. 159, 174, 222-228; «A Justiça em Portugal: a liberdade dos presos da cadeia de Almada [...]», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 128, 4 de Novembro de 1911, p. 1.

⁶⁵⁷ «A Festa da Bandeira», in *O Correio do Sul*, n.º 47, 4 de Dezembro de 1910, p. 3.

⁶⁵⁸ Manuel Parada - «Como se proclamou a República em Almada», in *O Correio do Sul*, n.º 123, 5 de Outubro de 1912, p. 3; *Almada na História*, n.ºs 17 e 18, 2010, p. 58.

⁶⁵⁹ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 4 de Junho de 1913, fl. 20 v.

- ⁶⁶⁰ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, pp. 69, 107, 111.
- ⁶⁶¹ DG, Lei n.º 733, de 10 de Junho de 1917, p. 9.
- ⁶⁶² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.
- ⁶⁶³ Augusto Sant’Ana d’Araújo – *Antologia Histórico-Social do Concelho de Almada*, p. 146.
- ⁶⁶⁴ *O Correio do Sul*, n.º 12, 20 de Março de 1910, p. 2; n.º 26, 26 de Junho de 1910, p. 2; n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 2.
- ⁶⁶⁵ *Idem*, n.º 40, 16 de Outubro de 1910, p. 2.
- ⁶⁶⁶ *Idem*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.
- ⁶⁶⁷ António Ventura – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal [...]*, p. 277.
- ⁶⁶⁸ *O Correio do Sul*, n.º 44, 13 de Novembro de 1910, p. 1.
- ⁶⁶⁹ *Idem*, n.º 45, 20 de Novembro de 1910, p. 2
- ⁶⁷⁰ *Idem*, n.º 50, 25 de Dezembro de 1910, p. 3.
- ⁶⁷¹ «O incêndio na fábrica dos srs. Villarinho & Sobrinho [...]», in *O Corticeiro*, Lisboa, n.º 118, 26 de Agosto de 1911, p. 1; «A questão Corticeira: os incêndios [...]», in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n.º 289, 4 de Setembro de 1911; «O Movimento Corticeiro em Almada», in *O Sindicalista*, Lisboa, n.º 43, 3 de Setembro de 1911; AHCAM – *Livro de Registos de Autos e Posses e Juramentos*, n.º 7, 1909-1913, fls. 37 e 37 v.; Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna*, vol. I, p. 85; *Idem* – *Almada na História da Indústria Corticeira [...]*, pp. 222 e 223.
- ⁶⁷² *O Correio do Sul*, 17 de Setembro de 1911, p. 3; tb. cit. por António Ventura – *ob. cit.*, p. 210.
- ⁶⁷³ Alexandre M. Flores (Coord) – *Imprensa Periódica de Almada, 1808-2008: guia bibliográfico*, pp. 16, 17 e 25; Romeu Correia – *Homens e Mulheres [...]*, p. 119.
- ⁶⁷⁴ *O Correio do Sul*, n.º 46, 27 de Novembro de 1910, p. 3.
- ⁶⁷⁵ António Henriques – *A Incrível no Limiar dos 150 anos*, vol. I, 1991; Augusto Sant’Ana d’Araújo – *Antologia Histórico-Social [...]*, p. 135.
- ⁶⁷⁶ *O Correio do Sul*, n.º 46, p. 3.
- ⁶⁷⁷ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 5 de Junho de 1912, fl. 33.
- ⁶⁷⁸ *Idem, ibidem*, 19 de Março de 1913, fl. 4 v.
- ⁶⁷⁹ *Idem* – *Correspondência expedida ao presidente da Comissão de Administração dos Bens das Igrejas de Almada*, reg. n.º 215, de 25 de Janeiro de 1914, fl. 22; *Idem* – *Actas da CMA*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.
- ⁶⁸⁰ *Jornal de Almada*, A. I, n.º 26, 11 de Janeiro de 1917, p. 1.

- ⁶⁸¹ SCMSP – *Registos de inumações*, Almada, 1924.
- ⁶⁸² AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 19 de Março de 1913, fl. 4.
- ⁶⁸³ *Idem, ibidem*, 2 de Janeiro de 1914, fls. 66 e 67.
- ⁶⁸⁴ *Jornal de Almada*, A. I, n.º 26, de Janeiro de 1917, p. 1.
- ⁶⁸⁵ *O Mundo*, Lisboa, 7 e 23 de Maio de 1926, p. 3.
- ⁶⁸⁶ Romeu Correia – *Academia Almadense* [...], pp. 109 e 110.
- ⁶⁸⁷ *Jornal de Almada*, A. II, 4 de Agosto de 1918, p. 4.
- ⁶⁸⁸ Romeu Correia – *ob. cit.*, p. 109; AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 22 de Dezembro de 1924, fls. 5, 6 e 7.
- ⁶⁸⁹ Alexandre M. Flores – *Almada Antiga e Moderna* [...], vol. I, p. 76.
- ⁶⁹⁰ AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, 18 de Dezembro de 1924, fl. 5.
- ⁶⁹¹ *Idem, ibidem*, 22 de Dezembro de 1924, fls. 6 e 7.
- ⁶⁹² *Idem, ibidem*, 16 de Fevereiro de 1925, fls. 33 e 34.
- ⁶⁹³ *Idem, ibidem*, 20 de Maio de 1908, fl. 78 v.
- ⁶⁹⁴ *Vanguarda*, Lisboa, 19 de Julho de 1909.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Doc. n.º 1

Inauguração do Centro Escolar e Eleitoral Republicano de Cacilhas, em 16 de Março de 1884:

«Festa republicana.

Em desempenho do nosso dever de presidente do centro, que há pouco se fundou em Cacilhas, fomos ali no domingo tomar parte na festa da sua inauguração, tendo o prazer de sermos acompanhados pelo ilustre deputado dr. Manuel d'Arriaga, e pelo nosso colega Augusto de Figueiredo.

Apesar do grande temporal e da chuva que cahiu persistentemente durante todo o dia, não quizemos faltar ao cumprimento d'aquelle grato e honroso dever.

Surprehendeu-nos muito agradavelmente o aspecto da casa em que se acha estabelecido o centro, na rua do Oliveira; tem uma boa sala para sessões, gabinete de leitura já provido de vários jornaes e livros; gabinete para a direcção e vários outros compartimentos disponíveis para o serviço da associação, achando-se todas estas casas mobiladas e adornadas com muita elegancia e conforto.

A inauguração realisou-se n'uma outra casa próxima, por haver ali uma sala mais espaçosa, que apesar do péssimo tempo, se encheu litteralmente, não devendo conter menos de 200 pessoas.

Feito o discurso inaugural, nos limites dos nossos fracos recursos oratórios, demos em seguida a palavra ao sr. dr. Manoel de Arriaga. O eloquente orador republicano fez uma brilhante conferencia, que versou principalmente sobre o que eram as responsabilidades do povo ao tempo da monarchia absoluta, e o que ellas são hoje sob esta monarchia sem côr, que se diz liberal por hypocrita conveniencia. N'aquelle tempo, os reis, de mãos dadas com a egreja, tomavam a responsabilidade dos seus crimes, e ao povo só se deixava, de facto e de direito, o papel de martyr; hoje, pelos processos d'uma falsa representação, os reis repartem com a nacção a responsabilidade com que não podem, tornando o povo, por assim dizer, cúmplice de todos os seus delictos.

Sobre este thema discursou largamente com o brilhante vigor que caracteriza, terminando por fazer sentir a necessidade de nos organisarmos para sacudir as responsabilidades, que nos não pertencem, e liquidal-as a quem cabem de direito.

Orou em seguida o nosso dedicado correligionário Francisco dos Santos, delegado do *Club José Estevão*, que fez sentir a necessidade dos centros, a par

das suas escolas, estabelecerem conferencias sobre assumptos praticos, explicação de doutrinas democraticas, deveres e direitos dos cidadãos, etc., terminando por saudar calorosamente os republicanos d'aquelle circulo.

Fallou ainda o nosso excellentissimo amigo e collega do *Noventa e Tres*, Augusto de Figueiredo, um apaixonado e ardente tribuno popular, que, em phrase severa e cáustica, apreciou largamente o estado da política monarchica e dos seus partidos, referindo-se com vehemencia a nova traição do Zaire, a lei das rolhas do sr. Lopo Vaz, terminando por incitar o povo a organizar-se fortemente para opor um dique a dissolução que lavra no paiz.

Estes oradores foram entusiasticamente applaudidos.

Encerrámos em seguida a sessão, agradecendo aos sócios do centro a honra com que quizeram distinguir-nos, elevando-nos a sua presidência, e aos distinctos oradores e amigos que tomaram parte na sympathica festa, e sobre tudo aos corajosos iniciadores d'aquelle novo e auspicioso agrupamento, que n'este tempo e neste meio, em que todos se arremessam com fúria desordenada a disfructar o dia de hoje, souberam dar à obra do futuro tão notáveis provas de dedicação e civismo.

Todos os associados presentes levantaram vivas entusiasticos aos oradores, ao povo d'Almada, ao partido republicano e à sua imprensa, e à soberania popular, terminando assim a festa entre expansões da mais cordeal confraternidade.

Era já tempo de ali se organizar em condições de viabilidade um centro republicano, em vista dos importantes elementos que ali existem, e que já nas últimas eleições geraes se tinham affirmado tão desassombradamente, honrando o nosso obscuro nome com uma votação importantíssima.

Fizera-se já em tempo uma tentativa para isso, que as auctoridades conseguiram frustrar; agora porém faltou-lhes a coragem, no que avisadamente andaram.

Saibam os nossos amigos d'alli cumprir o seu dever, auxiliando todos, sem exclusão alguma, aquelle nascente grupo, e terão bem merecido da causa republicana, que é a causa da pátria.

A propósito: – *O Diario Popular* noticia a inauguração, que teve logar, segundo ele, – na presença de *seis homens e desoito rapazes*.

Começam a apparecer os velhos feitiços do *Diario Popular*! Pois já?!

Parece que lhe doe, e nos sabemos aonde.

Silva Lisboa».

Doc. n.º 2

Na Cova da Piedade: Inauguração do Centro Democrático Elias Garcia, em 22 de Julho de 1906:

«Conforme temos anunciado, é hoje, pela uma hora da tarde, que se efectua, no importante logar da Cova da piedade, pertencente ao concelho de Almada, a sessão solenne de inauguração do Centro Democrático Elias Garcia, há pouco organizado n'aquelle sitio, por um grupo de devotados republicanos d'aquella localidade.

Esta sessão solenne, será revestida da maior importância, não só pelo entusiasmo, que se nota entre a população do concelho de Almada, onde nasceu o saudoso e eminente chefe do partido republicano, que em vida se chamou Elias Garcia, se não também pelos oradores que hão de abrilhantar esta reunião.

Este acto terá logar, no elegante e amplo Theatro Garrett, da Cova da Piedade, e será presidido pelo ilustre director da «Vanguarda», dr. Magalhães Lima, sócio honorário da Sociedade União Artistica Piedense, á qual pertence a referida sala de espectáculos. Além do presidente, estão convidados a usar da palavra, os nossos presadissimos correligionários srs. Dr. Antonio José de Almeida, Fernão Botto Machado, Heliodoro Salgado, Feio Terenas, etc.

Entre os organizadores do Centro Democrático Elias Garcia, que hoje se inaugura solemnemente, destaca-se, sem duvida, o presidente da direcção, o nosso dedicado e inteligente amigo Arthur Paiva, cidadão benemérito que tem prestado relevantissimos serviços, não só aquelle concelho, como também ao partido republicano, do qual tem sido já representante na vereação municipal de Almada. A elle se deve igualmente a creação da excellente e muito applaudida philarmónica acima referida, da qual é director e ensaiador, pois que Arthur Paiva é um professor de música distinctissimo. Tambem esta sociedade instituiu alli uma escola para educação dos filhos do povo, que é muito frequentada e á qual tem prestado valioso concurso e prestação a illustre família de Manuel José Gomes, proprietário da grande e importantissima fabrica de moagens, sita na Cova da Piedade.

O Centro Democrático Elias Garcia, que hoje será inaugurado pela uma hora da tarde, há de, por certo, corresponder aos fins para que é creado, e constituir mais um forte baluarte da democracia e do nosso partido, tornando-se em strenuo defensor dos ideaes republicanos e dos interesses locais e do povo do concelho. E'necessario, porém, que a laboriosa população do referido concelho, e em especial, a do logar da Cova da Piedade se inscreva no novo centro democrático

e contribua com o seu trabalho e boa vontade em favor da nova, importante e sympathica aggremação que hoje é solememente installada.

*
* *
* *

A Cova da Piedade é uma povoação das mais importantes que, como acima dizemos, pertencem ao concelho de Almada. E' um dos logares mais pitorescos da Outra Banda, e alli costumam affluir, especialmente, aos domingos e dias santos, muitas centenas de pessoas, anciosas por disfructarem um bello panorama e passar uns momentos deliciosos e de repouso, aspirando um bello ar e deleitando a vista, depois de terem atravessado o nosso bello e formoso Tejo.

Possue esse logar um vasto e lindo jardim, muito bem cuidado, não sendo inferior aos jardins da capital, pois contém um frondoso arvoredado e as mais variadas flores, cujo aroma nos inebria e as variegadas cores que nos encantam a vista. Em torno d'esse jardim vêem-se bellas propriedades e importantes estabelecimentos de todos os géneros, que são muito frequentados. As tradicionais burricadas, um dos mais interessantes e populares passatempos, fazem d'aquelle logar a primeira estação de paragem, e depois seguem pela formosa e ampla estrada que conduz até Santa Martha de Corroios, local geralmente escolhido, para terminus d'essas viagens em gericos, os quaes não são capazes de encaminhar senão pela beira da estrada, afim de se coçarem pelos espinhos das silvas que por alli abundam. E muitas vezes, manhosos como são, não querendo andar velozes senão quando regressam a penates, mettem a cabeça entre as mãos e pregam a sua partida aos pseudos-cavaleiros, o que provoca o riso dos habitantes do concelho de Almada, e constitue um espectáculo deveras comico.

Os moradores do pitoresco logar da Cova da Piedade, são naturalmente bondosos, hospitaleiros e muito trabalhadores, e por isso, merecem as sympathias de todos que visitam aquella localidade, E' de prevêr, pois, que, sendo também democratas e estando habituados a ouvir e aplaudir diversos oradores que teem discursado no Theatro Garrett, onde por vezes se realisam sessões de propaganda democrática, se filiem no Centro Elias Garcia e desenvolvam esta nova aggremação política, de forma que ella se imponha ao respeito e consideração de todo o concelho de Almada.

Felicitemos, pois, este club, bem como os seus devotados organizadores, pela sua ultima e brilhante iniciativa».

Fonte: *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 22 de Julho de 1906, p. 3.

Centro Escolar Republicano Capitão Leitão: em Almada (16 de Junho de 1907):
«Com esta denominação realiza-se hoje, domingo, 16 de Junho na villa de Almada, a inauguração de mais um baluarte da causa republicana. O capitão Amaral Leitão, deixou, nas páginas da nossa história, um verdadeiro exemplo de patriotismo e amor pela liberdade, sendo um dos que assumiram a responsabilidade do seu feito revoltoso, assim como foi o primeiro a alistar-se na chamada que o jornal do brilhante jornalista João Chagas, *A Republica Portuguesa*, fez a todos os patriotas que reconheciam a pátria agonisante.

Foram convidados a tomar parte na sessão solemne e inauguração da bandeira, os drs. Magalhães Lima, Arthur Leitão, João de Menezes e o sr. Feio Terenas, esperando-se ainda o concurso de outros oradores e delegados dos centros congéneres. O sr. Dr. Arthur Leitão ofereceu-se gentilmente para fazer a biografia do saudoso capitão Leitão, pois tanto este senhor como o dr. João de Menezes, colaboraram no movimento de 31 de Janeiro. Assistem a esta festa os nossos amigos e correligionários Manuel G. Paes e José de Mello, ex-sargentos do extinto regimento de caçadores 9.

Como um dever dos republicanos locais, depois d'esta solemnidade, seguirão todos para o cemitério da villa, a juncar de flores a cova dos malogrados propagandistas da Republica, os srs. Augusto Maria da Silveira Junior, e José Marques, dando-se a coincidência de o primeiro ter sido há anos morto por um tiro de um soldado de infantaria na ocasião em que atravessava a praça de Camões, mesmo defronte das janelas onde o Centro tem a séde, n'um tumulto popular. A tuna Botto Machado comparece a abrilhantar a festa.

À sessão solemne assistirá grande numero de creanças, que entoarão hynnos festivos e patrióticos.

A's 8.12 da noite, no vasto salão da Incrível, haverá recita festiva de propaganda. *Os Jesuitas*, e a comédia *Uma Mulher dos Diabos*, cujo produto reverte a favor do fundo escolar, para o que já há grande numero de bilhetes passados.

Assistem n'uma friza os ex-revoltosos acima citados e preparam-se surpresas enthusiasticas.

– A direcção do Centro, por intermédio do nosso jornal, convida todos os centros a fazerem-se representar na sua sessão solemne, convite que abrange não só os de Lisboa, como os de arredores e districto.

– São convidados todos os sócios d'este centro a que compareçam com seus filhos, hoje á noite, afim de serem ensaiados os córos para o orpheon infantil.

– A digníssima Parceria dos Vapores fará uma carreira extraordinária ás 12,40 da noite.

O programma inaugural é o seguinte: A' 1 hora da tarde – Embarque no Caes de Sodré dos oradores inscriptos, delegados dos centros congéneres, dos ex-revoltoos de 31 de Janeiro, srs. Manuel G. Paes e José de Mello e da Tuna Fernão Botto Machado.

A' 1,12 – Chegada a Cacilhas e desembarque; organização do cortejo; recepção da direcção do Centro e povo d'esta villa.

A's 2 – Sessão solemne da inauguração da sede e bandeira, tocando a Tuna Botto Machado.

A's 3 – Cortejo para o cemitério a depor dois «bouquets» nos atháudes de Augusto Maria da Silveira Junior e José Maria de Oliveira».

Fonte: *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 16 de Junho de 1907, p. 2.

Doc. n.º 4

Festa republicana em Almada: preparativos para a recepção dos oradores; chegada das crianças ao cais; desembarque dos oradores; imponente cortejo popular; no Centro Republicano Escolar Capitão Leitão; a sessão solene; a Incrível Almadense vai saudar os oradores; de regresso ao Centro Capitão Leitão; o «lunch»; manifestações desde Almada ao cais dos vapores; manifestações no Tejo (27 de Outubro de 1907):

«Imponentíssima a festa de hontem! Chegámos a Cacilhas ao meio dia e meia hora. Toda a cortina do caes estava cercada de gente aguardando os oradores que de Lisboa iam tomar parte na festa inaugural da escola do Centro Republicano Capitão Leitão.

No largo do caes numerosos grupos de populares conversavam animadamente sobre a manifestação que ia ter logar. Em frente da ponte dos vapores lisbonenses, formada sob o comando d'um cabo, uma força de policia de Lisboa, e passeando na proximidade da força, o administrador do concelho d'Almada sr. Pinto Bastos.

Ao meio dia e 50 minutos, chegam os corpos gerentes do centro e a distincta professora da escola Capitão Leitão, acompanhando grande numero de alegres creanças de ambos os sexos com os seus vestidinhos domingueiros e conduzindo lindos bouquets de flôres naturaes. Os nossos correigionários, dirigentes do centro, postam-se com as creanças na proximidade da estação dos vapores, e a policia, até então formada, sae da forma e espalha-se pelo largo.

Dez minutos depois atraca á ponte o «Lisbonense», apinhado de passageiros. O povo acode à porta da estação supondo a chegada dos oradores; mas depressa reconhece o engano e volta a guarnecer em filas compactas a muralha e a dispersar por diversos sítios das imediações.

Dez minutos depois, nota-se a distancia outro vapor. O «Lisbonense» larga da amarração e o outro aproxima-se. Ouvem-se vivas entusiasticos e sem interrupção. De alguns barcos, os passageiros e as tripulações agitam lenços, saudando as pessoas do transporte que vem em direcção á ponte, d'onde momentos antes largára o «Lisbonense».

Vinham nesse transporte os oradores republicanos acompanhados por muitos correligionários, que apenas reconhecidos pelos milhares de pessoas que se apinhavam no caes, foram por estas victoriados calorosamente.

Na ocasião do desembarque, a policia, espavorida, ocorreu para a porta da estação e um dos guardas, o 965, da 5.^a esquadra, sonhando um novo 18 de Junho, poz o revolver em acção de servir, desabotoando a aba da bolsa para o empunhar e disparar com a devida presteza.

Esse policia, já conhecido pelas suas proezas, foi imediatamente vigiado para, em caso de necessidade, se obstar á pratica dos seus instinctos deshumanos.

Nesta ocasião chegaram um segundo sargento e uma ordenança de cavalaria da guarda municipal, que, segundo constou, ia receber ordens do administrador do concelho, o qual apoz curta conferencia, lhes ordenou que se retirassem.

O cortejo

No vapor chegaram os srs. Dr. Bernardino Machado, João Chagas, José Relvas e D. Maria Velleda. E' indiscriptivel o entusiasmo que se desenvolveu apenas os ilustres republicanos sahiram da estação.

Os vivas ao Directorio, ao povo e aos jornaes republicanos, a João Chagas, a Bernardino Machado, António José d'Almeida, Magalhães Lima, Afonso Costa, José Relvas, Arriaga e a outros homens eminentes da democracia, eram incessantes: e no meio d'esse entusiasmo se organizou o cortejo, indo á frente as criancinhas dirigidas pela sua professora e a seguir os oradores acompanhados pelos dignos directores do Centro Republicano Escolar Capitão Leitão.

Quando o cortejo chegou á rua Direita de Almada, onde aquelle centro tem a sua séde, o numero de pessoas que n'elle tomavam parte era superior a oito mil.

Enquanto os oradores subiram á sala do centro, que já estava apinhada de gente, a grandiosa multidão que os acompanhava aguardou a pé firme, na rua, a sua sahida.

A sessão

no centro foi breve. Subiu ao estrado da presidência o sr. José Agostinho de Matos, digno presidente da assembleia geral e apresentando os oradores, fez, em

poucas mas eloquentes palavras o elogio de cada um, convidando em seguida o sr. José Relvas, presidente honorário, a tomar o logar da presidência.

Por sua vez o sr. José Relvas declinou esse encargo no sr. dr. Bernardino Machado, como representante do Directorio.

O sr. dr. Bernardino Machado sóbe então ao estrado e n'um pequeno discurso saúda em nome do Directorio o povo republicano d'Almada, os corpos gerentes do centro, e louva a missão escolar que o mesmo centro desempenha com tanta dedicação e carinho.

Referindo-se ao malogrado e heróico capitão Leitão, faz justiça ás suas virtudes e enaltece-lhe a memória; e em seguida dá a palavra ao sr. João Chagas, porque, diz, é ele, o preparador da revolução de 31 de Janeiro, quem, como companheiro do capitão Leitão n'essa jornada sublime, mais brilhantemente pôde falar d'esse brioso militar e honrado republicano.

João Chagas

O admirável publicista expõe as imperiosas razões que o inibiram de assistir á inauguração do centro que escolhera para seu patrono o nome d'um seu amigo e infortunado companheiro de exílio, o chefe militar, eventual, da revolução de 31 de Janeiro. Se não fossem essas fortíssimas razões, mesmo sem ser convidado teria assistido a essa inauguração no cumprimento desejado d'um dever que não queria postergar.

A descrição que em seguida faz da briosa figura do capitão Leitão, é primorosamente artística e como tal extraordinariamente arrebatadora. Desfez, como testemunha de convicção do 31 de Janeiro, a lenda anonyma que sobre as qualidades militares do bravo official por ahí tem corrido, nem sempre impunemente; e mostrou como o capitão Leitão, apesar do fracasso da revolução na qual foi surpreendido com a categoria de chefe sem para isso estar preparado, soube conservar a serenidade até ao ponto de sahir do palácio da câmara do Porto, depois de vencido, cingindo a sua espada de official.

Impossível nos foi acompanhar com os nossos apontamentos o discurso do brilhante orador, porque a sua dicção castiça e a sua eloquência superior não podem ser devidamente transladas sem lhes fazer perder o brilho e o encanto.

Findo o discurso do sr. João Chagas, que foi aplaudidíssimo, o sr. dr. Bernardino Machado encerrou a sessão.

A sessão solemne da escola

Do centro, dirigimo-nos á antiga igreja de S. Sebastião, onde devia efectuar--se a sessão solemne escolar.

Toda a multidão apinhada na rua e na sede so centro marchou para aquella antiga igreja, acompanhando os oradores; mas como succedera no centro, poucas pessoas tiveram a dita de alli dar entrada.

Quando alli chegaram as primeiras pessoas do cortejo, já a igreja estava literalmente cheia de povo.

Presidiu á sessão o sr. José relvas, que produziu um esplendido discurso, cheio de verdade e com correcção notável.

A voz do sr. Relvas é pouco volumosa; mas a sua palavra é fluente e a construção admirável. O enthusiasmo que despertou na assembleia foi enorme.

Ao sr. Relvas seguiu-se o sr. João Chagas, que, como o precedente, fez vibrar a assembleia, que lhe entrecortou e cobriu o discurso de estrepitosos applausos.

Foi então dada a palavra á sr.^a D. Maria Velleda. Esta ilustre professora e escriptora, leu um magnifico discurso, muitas vezes applaudido.

Tambem fez uma entusiastica oração, exaltando os principios republicanos e condemnando os abusos do systema monarchico, o sr. Gastão Rodrigues, depois do qual fallaram ainda os srs. dr. Bernardino Machado e José Relvas, que em seguida encerrou a sessão.

Manifestação ao dr. Magalhães Lima

N'uma das passagens do seu discurso, o sr. dr. Bernardino Machado, aludindo á falta de patriotismo do governo, que não teve duvida em deprimir a dignidade nacional para se elevar aos olhos dos estrangeiros, justificando o seu procedimento absolutista, poz em relevo a obra patriótica do sr. dr. Magalhães Lima, mostrando assim, como, enquanto os monarchicos nos desacreditam perante o mundo civilizado, os republicanos procuram elevar-nos e engrandecer--nos.

Da assembleia irromperam então numerosos vivas ao dr. Magalhães Lima, como defensor da honra de Portugal no estrangeiro.

Foi imponentissima essa manifestação, que durou alguns minutos, e que penhoradamente agradecemos.

Notas

No começo da sessão solemne a banda da Sociedade Incrível Almadense apresentou-se a tocar varias peças do seu repertorio em frente da antiga igreja, ouvindo muitas palmas e vivas. Ao terminar a sessão, a banda da Academia Almadense foi juntar-se ao cortejo, acompanhando-o até ao Centro Capitão Leitão, em frente do qual se manteve, enquanto durou o «lunch» que alli foi oferecido aos oradores.

– Ao «lunch» foram erguidos vários brindes, sendo o primeiro do sr. dr. Bernardino Machado, o segundo do sr. Relvas e o terceiro do sr. João Chagas. Ainda foram levantados outros e todos correspondidos com grande enthusiasmo.

– O administrador do concelho houve-se com a maior correcção. E' justo reconhecer e confessar que o sr. Pinto Bastos é autoridade digna do cargo que ocupa, pois mostrou que se não dão bem com a sua educação os maus exemplos vindos de cima.

– A força de cavalaria compunha-se de 30 praças, comandadas por um alferes e conservou-se sempre longe do local das manifestações.

– Na ocasião do embarque para o regresso dos oradores a Lisboa, repetiram-se as manifestações de entusiasmo.

– A «Vanguarda» estava representada pelo nosso colega de redacção, António José Guedes».

Fonte: *Vanguarda: diário republicano independente*, Lisboa, 28 de Outubro de 1907, p. 1.

Doc. n.º 5

Homenagem à memória de Elias Garcia, em 8 de Maio de 1910:

«Como estava anunciado, effetuou-se no domingo ultimo, a manifestação à memória de José Elias Garcia, nosso illustre conterraneo, patrono do Centro da Cova da Piedade, sahindo o cortejo do jardim d'aquella localidade ás 11 horas da manhã, e realiado pela seguinte forma:

Academia Almadense, banda e corpos gerentes; Escola e Centro Elias Garcia, da Cova da Piedade; cooperativas de consumo A Fenix, Piedense, Consumo 1º de Janeiro; Economica, com todos os corpos gerentes; Associação Fraternal dos Alfaiates; Grupo Excursionista do Monte; Grupo 19 de Junho; Escola e direcção do Centro Capitão Leitão; Junta Federal do Livre Pensamento; Centro Leão de Oliveira de Cezimbra; As associações Commercial Almadense, Operarios do Município de Lisboa, Calafates de Lisboa e Tanoeiros de Almada; Grupo Excursionista Theophilo Braga; Grupo Civil dos Anjos; Gremio Republicano Federal; Tuna Mutellense; banda da sociedade União Piedense com estandarte e sua direcção; Escola Affonso Costa; Montepio Piedense; Centro Dr. Antonio José de Almeida; Commissão parochial de S. Mamede; Concentração Musical; Sociedade Promotora de Educação Popular, de Alcantara, com J8 alumnos; Centro Bernardino Machado; Commissão parochial de Alcantara; Missão Elias Garcia; Escola Gremio Elias Garcia, com o estandarte conduzido pelo sr. Luiz Filippe da Silva, seguindo-se os srs. Agostinho Fonseca, Alberto Frazão, Justino José Ribeiro, Luiz Rodrigues Branco, Sebastião Nafary, Augusto Teixeira Xavier; Gremio de Beneficencia Commercio e Industria, Gremios Esperança, Porvir e Pureza; Gremio Elias 2.º, do Seixal; jornal, «O Povo de Oeiras», representado pelo .sr. Lourenço Correia Gomes; O Vintem das Escolas, Ensino Laico, com terno de cornetas e 50 alumnos fardados, sob a direcção do professor sr. José Maria Holbeche; nova bandeira da escola n.1º, bordada a ouro pelas alurnnas da n.º 2; escolas 3 e 5 também

de Elias Garcia; escola nocturna de Carnide; Sociedade da Fonte Santa; Centro João Chagas, do Poço do Bispo; Centro Estevão de Vasconcellos, do Barreiro; Centro Alberto Costa, Henriques Nogueira e Andrade Neves; Centro Escolar do Lavradio; Centro Elias Garcia, do Bento; Centro Alexandre Braga; comissão parochial de S. Vicente, Grupo Anti-clerical 14 de julho; Grupo França Borges; Grupo Academico Solidariedade; jornal «O Federal», da Gollegã, pelo sr. Francisco Jayme de Barros; Grupo «Alma Nacional»; jornal «A Mocidade»; Centro Republicano de Santos, com estandarte e direcção; Centros de Aldeia de Paio Pires, Arrentella e Seixal, com comissões parochiaes e municipaes; Centro Thomaz Cabreira; Centro Democratico Academico; Comissão parochial da Conceição Nova; familia de Elias Garcia, representando-se a viuva, por motivo de doença, pela sr. D. Delphina Garcia de Almeida e sobrinhos Francisco Gomes da Silva e José Gomes da Silva.

O directorio representado pelo sr. Cupertino Ribeiro; comissão municipal de Lisboa, pelo sr. Julio Maria de Sousa; Vintem Preventivo, pelo sr. Guilherme A. de Sousa; Centro Eleitoral Democratico de Lisboa, pelo sr. Martins Cardoso; deputado sr. Feio Terenas, presidente da comissão executiva; Comissão Promotora e banda da Incrível Almadense.

Chegado o numeroso cortejo junto da casa onde nasceu Elias Garcia, o sr. Jayme [de Amorim] Ferreira convidou, visto não estar presente qualquer membro da camara municipal de Almada, o sr. Cupertino Ribeiro, a descerrar a bandeira azul e branca que cobria a lapide, o que se fez, no meio de aclamações.

Em seguida o sr. Cupertino Ribeiro usou da palavra em nome do Directoria do Partido Republicano, declarando dar a sua adhesão a tão grata festa de homenagem e alludindo aos serviços que Elias prestou á democracia portugueza, e terminou por um «viva a Elias Garcia, á Democracia e á Patria.»

Leu o deputado sr. Feio Terenas um discurso, em que fazendo a apologia de Elias Garcia, cita a sua honrosa descendencia e os antigos tempos em que predominava o absolutismo.

Por ultimo falla o sr. Jayme [de Amorim] Ferreira, que em nome da comissão agradece a comparencia de todos.

Após este discurso é lido e assignado o auto do theor seguinte:

«Aos oito dias do mês de maio de mil novecentos e dez, tendo chegado a este logar da calçada da Pedreira, esquina da rua Carvalho Freirinha, junto ao predio denominado do peitoril», pertencente á exm.^a sr.^a D. Adelaide Herculano de Almeida, o cortejo cívico organizado por uma comissão de sócios do Centro Eleitoral Democratico Elias Garcia, da Cova da Piedade, foi descerrada pelo exm.^o sr. José Cupertino Ribeiro, como representante do directoria do Partido Republicano Portuguez, uma lapide que a mesma comissão fez collocar no referido predio

para eternisar a memoria do illustre filho de Almada, o grande cidadão José Elias Garcia, que no mesmo predio nasceu. A lapide tem a inscripção seguinte:

“Justica ao civismo. Os conterraneos e admiradores de José Elias Garcia fixam n’esta lapide a memoria eterna do illustre cidadão. N’esta casa nasceu o grande educador do povo em 31 de dezembro de 1830. Collocada em 8-5-1910.”

A conservação desta lapide fica confiada ao actual ou futuros proprietarios do predio e ao povo de Almada. Vae este auto assignado por todos os membros presentes da commissão executiva, pelo seu presidente honorario e por todos os cidadãos que o quizerem assignar. (a) Cupertino Ribeiro, Feio Terenas, commissão promotora e muitas outras pessoas. Almada 8 de maio de 1910.» O serviço de policia foi feito pelo cabo 146 e guardas 493, 678 e 1539 e na administração esteve alojada uma força de 20 soldados, de cavallaria 2, sob o commando do tenente sr. Nuno de Noronha. Durante o trajecto foi profusamente distribuída uma folha intitulada *Homenagem a Elias Garcia*, com um artigo de Feio Terenas».

Fonte: *O Correio do Sul*, Almada, n.º 20, 15 de Maio de 1910, p. 2.

Doc. n.º 6

Em Almada:

Proclama-se a República nesta vila (em 4 de Outubro de 1910), nomeando-se uma junta revolucionária. Um coio jesuítico a arder:

«Tendo recebido a communicação de que a villa de Almada já se tinha proclamado a republica, tendo sido nomeada a junta revolucionaria, destacamos, logo de manhã, para ali um dos nossos informadores.

Efectivamente, a noticia era verdadeira. Logo que, ainda de noite, n’aquella villa se teve conhecimento de que na capital as tropas se haviam revolucionado, batendo-se nas ruas pela republica, acudiu aos pontos altos da villa muito povo, a presenciar o tiroteiro e bombardeamento, conservando-se toda essa gente ali durante o dia.

Ao romper do dia, varias bandas de musica percorrem as ruas, acompanhadas por grande multidão, que, empunhando bandeiras com as cores verde e encarnada, n’um delírio estonteante, soltando vivas que atroam os ares, se dirige para os paços do concelho. A frente d’esses grupos marcham todos os vultos mais importantes do partido republicano de Almada. N’aquelle edificio é hasteada, por entre grandes manifestações, a bandeira do Centro Republicano Ellias Garcia.

Pronunciam-se discursos, soltam-se vibrantes vivas – o espectáculo que a multidão offerece tem qualquer coisa de estranho, de phantastico, de extraordinário. Não se descreve a alegria que se lê em todos os rostos, o jubilo do povo.

Na administração do concelho içá-se a bandeira do Centro Republicano Capitão Leitão e no forte de Almada a bandeira republicana.

Entretanto, de Lisboa vão chegando constantemente noticias garantindo a victoria das forças revolucionarias, o que mais enthusiasma a multidão, entre a qual se vêem muitos operários. A laboração das fabricas e todos os trabalhadores haviam paralysado por completo.

Ao meio-dia, com toda a solemnidade, perante uma multidão enorme, que se cança em soltar vivas, é proclamada a republica, nomeando-se uma junta revolucionaria para gerir os negócios do concelho.

– O Centro Capitão Leitão esteve cheio de gente durante a noite, nomeando-se commissões de vigilância.

– O grupo de artilharia 4, aquartelado na Trafaria, e o destacamento da guarda fiscal de Cacilhas conservam-se neutros.

– O coio jesuítico do Valle Rosal, dependente do Quelhas, está sendo pasto das chammas.

– Espera-se a todo o momento e com anciedade a noticia da victoria das armas republicanas em Lisboa.

– As praças da guarnição do forte de Almada e algumas do quartel do corpo de marinheiros pensaram em apoderar-se, na madrugada de hontem, do cruzador D. Carlos».

Fonte: *O Século*, Lisboa, n.º 10.350, 5 de Outubro de 1910, p. 2.

Doc. n.º 7

Proclamação da República em Almada, a 4 de Outubro de 1910:

«Almada, 4, às 9.15m. – Desde a madrugada ouvem-se aqui numerosas detonações, que põem em alvoroço a população do concelho. Grande numero de pessoas affue aos pontos altos da vila. Em Cacilhas estiveram o deputado Feio Terenas, o dr. Leão Azedo e sua esposa, que acabavam de chegar, em automóvel, de Setubal.

A's seis e meia da manhã, vários populares, vindos de Lisboa, trouxeram a noticia do movimento, proclamando-se logo a Republica. Os operários das fabricas abandonaram logo o trabalho.

O povo percorreu as ruas com as bandeiras dos centros republicanos, que depois foram hasteadas nos paços do concelho e na administração, sendo içada no forte outra bandeira republicana. Acompanhavam a multidão as filarmónicas d'aqui, entoando a *Marselheza* e a *Portuguesa*. São tomadas as chaves da Camara e Administração. Foi nomeada a Junta Revolucionaria que, na sua primeira reunião, tomou varias resoluções com assentimento geral do povo.

A guarnição do grupo de artilharia n.º 4, do forte da Raposeira, ao que parece, declarou-se neutra. Outrotanto fez o destacamento da guarda fiscal. E' indiscutível o entusiasmo popular».

Fonte: *O Mundo*, Lisboa, 5 de Outubro de 1910, p. 2.

Doc. n.º 8

A proclamação da República em Almada:

«Almada, 5. – Durante a noite passada o povo estacionou nos pontos marginais deste concelho seguindo com extraordinário interesse as manobras navais. Logo que a aurora despontou e os navios de guerra que não aderiram de princípio ao movimento, arvoraram a bandeira republicana, acendeu-se o entusiasmo da multidão. Uma força de 12 marinheiros. Sob o comando de um sargento, desembarcou de manhã em Cacilhas, convidando perante a massa popular, a força da guarda fiscal ali aquartelada, a render-se, o que ella fez, abandonando acto continuo o quartel, e içando-lhe a bandeira republicana. O povo aplaudiu entusiasticamente a marinha de guerra portuguesa, ao mesmo tempo que numerosos populares se dirigiram para bordo dos navios de guerra, levando mantimentos. No Matadouro desta vila foram abatidas duas rezes para esse fim. Do incêndio a que o *Mundo* se referiu, no coio do Vale de Rosal, salvaram-se diversos animais: cavalos, uma vitela, uma junta de bois, galináceos, etc.

A Junta Revolucionária tornou a reunir, nos paços do concelho, lançando-se na acta votos de regosijo e de saudação ao governo. Os editais emanados do governo civil de Lisboa foram afixados aqui e acatados pelo povo. Os presos estão em liberdade. À noite iluminaram os paços do concelho, a sede da Academia Almadense, etc. Esta banda passeou as ruas de Almada e Cacilhas tocando a *Portuguesa*, acompanhada de muitos populares. No Centro Capitão Leitão houve reunião à noite falando diversos oradores que aclamaram a Republica, aconselhando ordem e prudência. A filarmónica referida abrilhantou essa reunião. A vigilância nos edificios públicos e à estação telefónica continua. Não é verdade que nos primeiros sinais da revolução

os marinheiros terem dado entrada no forte de Almada. Apenas ali entrou o povo, hasteando a bandeira o dedicado e solícito correspondente do *Mundo*».

Fonte: *O Mundo*, Lisboa, 6 de Outubro de 1910, p. 2.

Doc. n.º 9

Em Almada:

A notícia da implantação da República é recebida na vila com vibrantes manifestações de regozijo:

«Almada, 5 – A notícia da implantação da republica foi aqui recebida com grande contentamento, havendo geral anciedade por noticias definitivas. De manhã vieram aqui vários marinheiros buscar mantimentos para os barcos de guerra. A guarda fiscal de Cacilhas retirou para o quartel de artilharia na Trafaria, arvorando-se n' aquella villa a bandeira republicana. Continuam commissões de vigilância em edificios públicos, que devem já funcionar amanhã, assumindo o cargo de administrador do concelho o presidente da comissão municipal sr. Arthur Paiva. O governador civil enviou um telegramma para ser içada a bandeira republicana. A junta revolucionaria, reunida, resolveu que seguisse, para Lisboa cinco delegados a fim de conferenciarem com o sr. Eusébio Leão. Voltando de Lisboa reuniram novamente, às 9 horas no Centro Capitão Leitão, falando vários oradores, que aconselharam a que fosse mantida a ordem. Os edificios públicos e as agremiações estão illuminados, percorrendo as ruas uma banda de musica, seguida de muito povo.

Os presos da cadeia foram soltos pelo povo. O convento dos jesuítas está todo destruído pelo incêndio».

Fonte: *O Século*, Lisboa, n.º 10.351, 6 de Outubro de 1910, p. 6.

Doc. n.º 10

Acta da sessão da Comissão Municipal Republicana, de 12 de Outubro de 1910:

«Aos doze dias do mês de Outubro do anno de mil novecentos e dez, n' esta villa de Almada, nos Paços do Concelho e na sala das sessões da Camara Municipal, pela uma hora da tarde, reuniu e constituiu-se em sessão publica a Comissão Municipal Republicana d' este concelho, que hoje mesmo tomou posse dos respectivos cargos, como consta do auto lavrado a folhas quarenta e quatro, verso, do livro proprio existente na secretaria d' esta corporação, composta dos cidadãos Jayme d' Amorim Ferreira, José Justino Lopes, Julio Cesar de Magalhães, Galileu da Saude Correia,

Francisco Luis d'Oliveira, Joaquim Peças e Florencio Ricardo Domingues, achando-se tambem presente o administrador provisorio d'este concelho, o cidadão Arthur Antonio Ferreira de Paiva. E, havendo assumido a presidencia o vogal mais velho da sobredita commissão, o cidadão Francisco Luis d'Oliveira, declarou este que se ia proceder à eleição de presidente e vice-presidente da mesma commissão, a cujo cargo se encontra a gerencia provisoria dos negocios d'este municipio. E, procedendo-se à respectiva votação, por escrutinio secreto, nos termos legaes, verificou-se haverem sido eleitos, para presidente, o vogal Galileu da Saude Correia, com seis votos, e para vice-presidente, o vogal Jayme d'Amorim Ferreira, tambem com seis votos, sendo egualmente votados, para presidente este mesmo vogal Jayme d'Amorim Ferreira, com um voto, e, para vice-presidente, o o vogal Joaquim Peças, com um voto. Terminada a eleição e já então sob presidencia do presidente eleito, o cidadão Galileu da Saude Correia, deliberou a commissão por unanimidade de votos, e sob proposta d'elle, que as suas sessões ordinarias se celebrassem às quartas-feiras de cada semana, às doze horas do dia, ou no dia immediato, à mesma hora, quando por qualquer circumstancia imprevista, mas d'ordem legal, não possa ter logar no dia fixado, dando-se a esta deliberação a maior publicidade, por meio de editaes profusamente affixados nos logares publicos do concelho e distribuidos pelos seus moradores. Ainda sob proposta do senhor Presidente e egualmente por unanimidade de votos, deliberou a commissão que, de harmonia com as disposições legaes vigentes e para maior regularidade das differentes funções que lhe incumbem estas fossem distribuidas, entre si, do seguinte modo: Galileu da Saude Correia – Contencioso, instrucção e beneficencia – Joaquim Peças – Jardins e arvoredos – José Justino Lopes – Illuminação publica – Florencio Ricardo Domingues – Viação, obras e matadouro – Jayme d'Amorim Ferreira – Fontes, poços, chafarizes e incendios – Francisco Luis d'Oliveira – Cemiterios – Julio Cesar Magalhães – Sanidade publica, deliberando outrosim que, para conhecimento do publico, se comprehendesse no edital annunciando os dias fixados para as sessões, mais a deliberação anteriormente tomada sobre a distribuição dos respectivos pelouros; = Por ultimo, deliberou a commissão, sob proposta do seu vogal Julio Cesar Magalhães, que n'esta acta e para não protelar mais o cumprimento d'um dever que considera imperioso, se consignasse um voto de profundo desgosto e sincera saudade pelas victimas da revolução que precedeu e acompanhou a implantação do actual regimen e, designadamente, dos dois grandes apostolos da liberdade que se chamaram Miguel Augusto Bombarda e Carlos Candido dos Reis, e que, como preito da mais subida homenagem e respeito pela memoria d'aqueles dois grandes heroes, esta corporação se incorporasse nos seus funeraes, que devem ter logar no proximo domingo, dezeseis do corrente. Finalmente, deliberou a commissão, sob proposta do respectivo Presidente,

que se enviassem dois telegrammas, um ao Presidente do Governo Provisorio, communicando-lhe que esta commissão, ao tomar posse da Camara e honrando-se por ter sido esta a primeira terra onde a republica se proclamou, felicitava n'elle o exercito de terra e mar e todo o povo portuguez pelo advento do regimen por que há tanto tempo combatiam, fazendo ardentes votos e contribuindo nas suas forças para a regeneração da Patria, e um outro para o Governador Civil do Districto, communicando-lhe que esta commissão, ao tomar posse da Camara, lhe endereça as suas felicitações, fazendo votos pelas prosperidades do Povo Portuguez. E, porque à commissão tivesse sido apresentado por mim secretario um balancete do cofre municipal referido ao dia onse do corrente mês accusando um saldo de dois contos oitocentos e trinta mil seiscentos e dezeseis reis, sendo seiscentos e quarenta mil trescentos e seis reis em conta de viação municipal e d'esta seiscentos trinta e um mil quatrocentos e sessenta e tres na Caixa Geral de Depósitos e oito mil oitocentos e quarenta e tres no cofre do concelho, dois contos cento e oitenta e sete mil dusetos e dez reis em conta geral do municipio e tres mil e cem reis em conta de socorros a naufragos, saldos cuja existencia verificou, deliberou a mesma commissão que semelhantes factos ficassem constandos d'esta acta para os fins convenientes. E, não havendo mais a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, para constar e demais effeitos, se lavrou a presente acta, que vae ser devidamente assignada, depois de lida por mim Guilherme José d'Almeida Junior, secretario da camara, que a subcrevi»

Jayme A. Ferreira

José Justino Lopes

Francisco Luiz d'Oliveira

Joaquim Peças

Florencio Ricardo Domingues

Julio Cezar Magalhães

Guilherme José d'Almeida J.^{or}

Fonte: AHCMA – *Livros de Actas da CMA*, Sessão de 12 de Outubro de 1910, pp. 9-11.

Doc. n.º 11

Como se proclamou a República em Almada:

«Em todas as descrições que temos lido sobre a proclamação da Republica em Almada, se tem dito que este e aquelle logar foram tomados pelos marinheiros.

Cumpre-nos esclarecer este e outros pontos, para que a narração da historia seja quanto possivel a expressão da verdade.

Com isto vamos descrever o que foi a gloriosa madrugada de 4 d'outubro na vila de Almada e arredores e o que posteriormente se passou. Poucos minutos passavam da 1 hora da madrugada. Com natural ansiedade, ao facto, como estávamos, do que ia passar-se, aguardávamos o início da revolução. Não tardou. Ouvimos os primeiros tiros, que deviam forçosamente partir dos navios de guerra surtos no Tejo. Acudimos á alameda do Castello. Acompanhou-nos José Justino Lopes, Firmino da Silva, Frederico Fragoso e Arthur Fonseca, que encontrámos já na rua. A cidade de Lisboa apparece-nos iluminada e magestosa como sempre. Sentimos longe forte tiroteio. O sr. Joaquim Custodio Gomes, que encontramos na alameda, chamou a nossa atenção para uma pequena embarcação, cujo pharol nos indicou levar o rumo de Cacilhas. A vontade enormissima de conhecer pormenores, fez-nos encaminhar, pressurosos, para aquella localidade. Ao tempo juntava-se-nos o nosso correligionario Manuel André. Chegamos a Cacilhas. No caes desfrontamos com alguns populares e correligionarios nossos, que ali haviam accorrido, excitados pelo tiroteio. Entre elles deparou-se-nos o illustre deputado por este circulo Feio Terenas, que havia vindo, em automovel, de Setubal, com o dr. Leão Azedo e sua ex.ma esposa.

Pretendiam embarcar para Lisboa, mas, áquella hora e em presença do que occorria, era completamente impossivel. Soubemos então que a embarcação, a que alludimos, era um dos rebocadores da Alfandega que transportára a esta margem o capitão Cardoso, commandante da guarda fiscal da circumscripção do sul. Impossivel saber-se qualquer coisa...

Feio Terenas, dr. Leão Azedo e esposa, a convite do nosso correligionario Antonio Affonso Coelho, resolveram esperar em casa d'este, sita na rua Carvalho Freirinha, o despontar da aurora. Feio Terenas aconselhou-nos prudencia e tino, nada de precipitações. Affonso Coelho mostrou desejo de telephonar para Cezimbra a fim de se inteirar do que lá succedia.

Feio Terenas concorda. O telephone da estação de Cacilhas não dá, porém, accordo de si. Coelho pediu-nos que experimentassemos o telephone de Almada. Desempenhamos d'essa missão. Cezimbra encontrava-se também alérta. Ficamos satisfeitos e appressamo-nos a participar esse facto a Feio Terenas. Vae amanhecendo. À casa de Coelho, chegam rapidamente os nossos correligionarios da Cova da Piedade, Gallileu Correia, Jayme Ferreira, Joaquim Correia e António da Fonseca Motta. Trocam-se impressões. Agora aguardavam-se noticias de Lisboa. Uma commissão de republicanos dedicados, prestára-se a ir à capital, afim de conhecer detalhes da revolução. Regressaram pouco depois.

De Lisboa chegam tambem alguns correligionarios que entraram na revolta. Trazem-nos noticias mais circumstanciadas. Entre eles vimos o dr. Malva do Vale e Simões Raposo, que incitaram a multidão a imitar o povo de Lisboa. Ao ouvi-

los, transbordamos de entusiasmo, igualmente manifestado por todos os que ali se achavam. Levantaram-se n'essa occasião freneticos vivas à Republica à Patria e à Liberdade. Tudo caminhava em favor da sagrada causa republicana.

Feio Terenas, por sua vez, abeira-se do automovel, sobe o estribo, e d'ahi discursa á turba revolucionada, convidando-a a partir em direcção ás localidades e fabricas do concelho, para que todo o operariado venha tomar parte, como patriotas, no movimento revolucionario. N'esta ordem de ideias também falou Bartholomeu Constantino. Foi, então, que, com Gallileu Correia, Jayme Ferreira, Mario Guerreiro, Bartholomeu Constantino e outros, iniciámos o movimento revolucionario n'este lado do Tejo, tomando o caminho da fabrica Symington c.a, a mais proxima do caes, e seguidamente o das fabricas Bucknall & Sons, Scholtz Bucknall e Hilario Piló, de Margueira, onde os operarios promptamente acudiram ao nosso alppelo. A' frente de uma multidão que, sem exaggero, se, pode calcular em 8:000 pessoas, passámos por Mutela, Caramujo e Cova da Piedade, d'onde se trouxe a bandeira do Centro Elias Garcia, vindo irmanar com a do Centro Capitão Leitão empunhada pelo seu presidente Antonio Branquinho. Ao tempo já se haviam incorporado uma parte de executantes da Incrível e Academia Almadense, entoando o hymno revolucionario. Tambem já haviam adherido os operários das fabricas Dundas, Wiborg & C.^a, V.^a A. J. Gomes & C.^a & C, Ranckins & Sons, etc. Dirigimo-nos para Almada, sem nunca termos encontrado a menor resistencia, e, atravessando toda a villa, no meio do maior entusiasmo e alegria, chegamos aos Paços do Concelho, onde foi hasteada a bandeira do Centro Elias Garcia, pelo cidadão Polonio Febrero Junior. Do alto das escadarias do edificio, fallaram Galileu Correia, Jayme Ferreira e Bartholomeu Constantino. Ao ar subiram numerosos foguetes, enquanto era executada a Marselheza pelos grupos musicaes que nos acompanhavam. A primeira étape estava feita. O primeiro passo estava dado»

Fonte: *O Correio do Sul*, Almada, 30 de Outubro de 1910. Artigo, não assinado, da autoria de Manuel Parada.

Doc. n.º 12

Apontamentos para a História da Revolução por Júlio Victorino dos Santos:
«[...] Dia 4 de Outubro

Ao sentir os primeiros tiros sahi de casa, dei algumas voltas pela cidade até conseguir reunir alguns dos meus e resolvemos partir para a Outra Banda a fim de levarmos alli o grito de revolta, acompanhavam-me n'essa ocasião diversos

revolucionários e ia conjuntamente no mesmo vapor o Ex.^{mo} Cidadão Simões Raposo com alguns dos seus amigos; fizemos a travessia do rio e desembarcamos erguendo Vivas à Republica, à Briosa Armada e à Guarda Fiscal em frente do posto da mesma em Cacilhas e às quaes parte dos guardas correspondiam tirando os seus bonets enquanto outros fechavam as janelas e se metiam para dentro; encontramos em Cacilhas o Ex.^{mo} Cidadão Feio Terenas dentro d'um automóvel, pedimos-lhe que fallásse ao povo que nos rodeava, lembrando lhes os deveres dos verdadeiros republicanos o que ele fez de cima do estribo do mesmo automóvel, outro tanto succedeu com o revolucionário Bartholomeu Constantino o qual falou de cima d' um banco de pedra, dirigimo-nos de seguida em louca correria às fabricas a fim do pessoal das mesmas se juntar a nós o que conseguimos com facilidade; estava lançada a semente à terra, ella fructificaria, como fructificou visto que tínhamos confiança dos que ficavam à frente do movimento revolucionário.

Crentes que nada mais lá tínhamos a fazer, dirigimo-nos para Lisboa, vindo conjuntamente connosco o nosso amigo Rocha, que na véspera tínhamos procurado no hospital, pedimos ao mestre do vapor o cidadão Manoel para passar o mais próximo possível dos navios de guerra, a que ele acedeu, dizendo-nos n'essa ocasião o tenente Cabeçadas que desejava falar-nos.

Chegados ao Caes do Sodré, enquanto parte dos nossos companheiros se dirigiam para a Rotunda, nós alugamos um bote a fim de irmos ao *Adamastor* e no qual embarcaram os seguintes cidadãos: Mario Malheiros, Estevam Pimentel e Jayme Teixeira e do meu grupo, José Joaquim da Costa, chefe da officina de torneiros mecânicos da fabrica Moniz Galvão, Josué Carlos Minõz, encarregado das officinas metalúrgicas do Instituto Pasteur e a minha pessoa [...]».

Fonte: Extracto do opúsculo *Notas verídicas: Apontamentos Para a História da Revolução*, por Júlio Vitorino dos Santos, Lisboa: Typographia de António Maria Antunes, 1911, p. 7; citado por António Ventura – *O 5 de Outubro por quem o viveu: reportagens, depoimentos e relatórios*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010, pp. 676-693.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – *Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, Inquéritos sobre a Lei da Separação, 1914-1917; Comissão Central de Execução da Lei da Separação, proc. 10.056, Liv. 13.º, fl. 13.*

Arquivo Distrital de Setúbal – *FP, Livros Paroquiais, Freguesia de Santiago de Almada e de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, 1850-1920; Tribunal Judicial da Comarca de Almada, Autos de Recurso Eleitoral, 1901-1910; Reclamações de Recenseamento Eleitoral, 1909-1910; FN, Livros Notariais, Freguesia de Santiago de Almada, 1910-1923.*

Arquivo Histórico da Associação dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas – *Livros de Actas da Direcção, 1891-1936.*

Arquivo Histórico da C.M.Almada – *Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho de Almada, Livros de Actas, 12 de Abril de 1906-1916; Registos de Entrada na Administração do Concelho, 1910; Livros de Correspondência Expedida, 1907-1926; Correspondência Recebida, 1908-1911; Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal, 1850-1925; Livros de Registos de Autos de Posse e Juramento, 1909-1925; Cemitério Municipal S. Paulo, Registos de Inumações, 1850-1974; Livros de Registo de Testamentos da Administração do Concelho, 1903.*

Arquivo Histórico do Seminário de Almada – *Livro de Acórdãos da Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário (1882-1930).*

FONTES IMPRESSAS

Legislação e outras publicações oficiais:

Diário da Câmara dos Deputados – *Sessões de Outubro de 1910 - Dezembro de 1923.*

Diário do Governo, Lisboa, 1910-1917.

INE – *Censo da População de Portugal – 1911*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1913-1917.

INE – *Movimento da População – 1910-1914*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

Publicações periódicas

- Alma Nacional*, Lisboa, 1910.
- Almada na História: Boletim de Fontes Documentais, Almada*, n.ºs 17 e 18, 2010.
- Almadense (O)*: Almada, 1928.
- Archivo Democrático*, Lisboa, 1911.
- Archivo Republicano*, Lisboa, 1911.
- Aurora (A)*, 1910.
- Batalha (A): diário da manhã*, Lisboa, 1919-1924.
- Brasil – Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, 1910.
- Capital (A): diário republicano da noite*, Lisboa, 1910-1911.
- Comuna Livre: órgão e prop. da União Anarquista*, Porto, 1916.
- Correio do Sul (O): folha semanal anticlerical e defensora dos interesses do concelho de Almada, Almada*, 1910-1912.
- Corticeiro (O): órgão da indústria corticeira e do proletariado em geral*, Cova da Piedade, 1899-1900.
- Corticeiro (O): órgão [...]*, Lisboa, 1909-1914; *Idem*, Mutela (Almada), 1919-1930.
- Despertar (O)*, Trafaria, 1922.
- Despertar (O): mensário das juventudes sindicalistas*, 1915.
- Diário de Notícias*, Lisboa, 1891-1900, 1908, 1910-1911, 1926.
- Gazeta de Almada: semanário independente e defensor dos interesses do Concelho*, Almada, 1921.
- Germinal*, Setúbal, 1903-1913.
- Greve (A): diário operário da manhã*, Lisboa, 1908-1909, 1917-1919.
- Ilustração Portuguesa (A): Edição Semanal do Jornal O Século*, Lisboa, 1910-1911.
- Jornal de Almada: defensor dos interesses do concelho*, Almada, 1.ª série, 1916-1918.
- Lucta (A)*, Lisboa, 1906-1916.
- Mundo (O)*, Lisboa, 1900-1926.
- Occidente (O): revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, Lisboa, 1909-1911.
- Paíz (O)*, Lisboa, 1905-1916.
- Pátria (A): jornal defensor dos interesses do concelho*, Almada, 1915-1916.
- Protesto Operário (O): órgão do Partido Operário Socialista*, Lisboa, 1891-1893.

Puritano (O), Almada, 1889-1906.
República, Lisboa, 1911-1924, Outubro de 1968.
República, Setúbal, 1910-1917, 1919-1922.
República Portuguesa, Lisboa, 1910-1911.
Século (O), Lisboa, 1884-1911, 1926.
Sementeira, 1908-1919.
Sindicalista (O): semanário defensor da classe trabalhadora, Lisboa, 1910-1916.
Terra Livre: semanário anarquista, 1913.
Vanguarda, : diário republicano independente, Lisboa, 1907-1911.

BIBLIOGRAFIA

Estudos e Obras

AFONSO, Fátima – «O Seixal e a República», in *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 113-151.

ALAÍZ, José – «Almada e a Implantação da República», in *República*, Lisboa, 24 de Outubro de 1968, pp. 2 e 5.

ALMEIDA, Artur Augusto Duarte da Luz de – «A Obra Revolucionária da Propaganda, as Sociedades Secretas», in *História do Regimen Republicano em Portugal*, dir. por Luís de Montalvor, vol. II, Lisboa: Ática, 1932, pp. 203-260.

ALMEIDA, Carlos Guilherme Sanches de; DIAS, João da Cunha (coord.) – *Na Viragem do Milénio: 160 anos Incríveis*, Almada: Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, 2010.

ARAÚJO, Augusto Sant'Ana d' – *Antologia Histórico- Social do Concelho de Almada*, Almada: Edição de Autor, 1977.

ARCOS, Conde dos – *Caparica através dos Séculos*, Almada, Comissão Municipal do Turismo, 1972.

ARRANJA, Álvaro – «A 1.ª República e o Movimento Operário em Setúbal», in *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 102-111.

ASSUNÇÃO, Marcos de – «Manuel Fevereiro», in *O Correio do Sul*, Almada, n.º 19, Maio de 1910, p. 1.

AZEVEDO, L. Gonzaga de – *Proscritos: notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na Revolução de Portugal de 1910*, Valladolid: Florencio de Lara, Editor, 1911.

BAPTISTA, Jacinto, *Um jornal na Revolução* – “O Mundo” de 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Seara Nova, 1966.

BARÃO, Fernando; MOTA, Henrique – *Ginásio Clube do Sul: 75 anos de glória*, Cacilhas: Ginásio Clube do Sul, 1995.

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa: Edições Vega, Lisboa, 1983.

BRANDÃO, José – *Carbonária: o exército secreto da República*, Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1984.

BRANDÃO, Pedro Ramos; FIDALGO, António Chaves – *A Maçonaria e a implantação da República em Portugal*, Alfragide: Casa das Letras, 2010.

CABRAL, Manuel Vilaverde, – *O Operariado nas vésperas da República*, (1909-1910), Lisboa: Editorial Presença, 1977.

CABRAL, Manuel Vilaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA – *Implantação da República em Almada: comemorações do centenário da República: 20.ª Exposição Documental do Arquivo Histórico de Almada*, Almada: CMA, Setembro de 2010 – Março de 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA (org.) – *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: CMM, 2011.

CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso – *Machado dos Santos: “O Fundador da República”*. *Os primeiros anos do regime*, Lisboa: Edição do Autor, 2005.

CARLOS, Carlos António Correia de Ramalho – «Quinta dos Quarenta Mártires no Vale de Rosal – Charneca de Caparica», in *Jornal de Almada*, Almada, 28 de Fevereiro de 1992, pp. 14-15.

CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República – *Resistência: da Alternativa Republicana à Luta contra a Ditadura (1891-1974)*, Lisboa: CNCCR, 2010.

Constituição Política da República Portuguesa de 21 de Agosto de 1911, Coimbra: Livraria Editora F. França Amado, 1911.

CORREIA, Paulo Jorge S.; RAPOSO, Eduardo – «Farmácia Magalhães: 1846-1996», *Actas das 2.ªs Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, 3, 4 e 5 de Outubro de 1996, Almada: Câmara Municipal, 1998, pp. 175-180.

CORREIA, Romeu – *Academia Almadense: Memória de 100 Anos*, Almada: Academia Almadense, 1995.

CORREIA, Romeu – *Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada* (nas Artes, nas Letras e nas Ciências), Almada, Câmara Municipal, 1978.

COUTO, Célia Pinto do; ROSAS, Maria R. – *O Tempo da História*, Porto: Porto Editora, 2004.

DIAS, Manuel – *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril: A História e Testemunho da Imprensa*, Ed. da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Porto, 1999.

DIAS, Mário B. – *A Republicanização do Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo (1881-1910)*, Montijo: Edição de Autor, 2010.

FERNANDES, Ernesto – «O Associativismo Almadense: Património ou Novo Movimento Social», in *Anais de Almada: revista cultural*, Almada, n.º 2, 1999, pp. 185-194.

FERRÃO, Carlos – *História da República*, Lisboa, 1976.

FERREIRA, Raúl César – *O Comandante João Fiel Stokler*, Lisboa: Imprensa da Armada, 1930.

FLORES, Alexandre M. – *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico*, 3 vols., Almada: Câmara Municipal, 1985-1990.

FLORES, Alexandre M. – *Almada: das Origens à Elevação a Cidade*, Almada: Ed. de Autor, 1994.

FLORES, Alexandre M. – *Almada: sua Circunscrição Municipal*, Almada, Ed. de Autor, 1996.

FLORES, Alexandre M. – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860-1930)*, Almada: Câmara Municipal, 2003.

FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: o Homem e o Industrial (1847-1909)*, Cova da Piedade: Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1992.

FLORES, Alexandre M. – *Associação de Socorros Mútuos «Primeiro de Dezembro»: breve história da sua fundação*, Almada, ASMPD, 1995.

FLORES, Alexandre M. – *O Corticeiro: o primeiro órgão dos Corticeiros em Portugal*, (1899-1900), Almada: Câmara Municipal, 2000.

FLORES, Alexandre M. (coord.) e outros – *Imprensa Periódica de Almada, 1808-2008: guia bibliográfico*, Almada: Câmara Municipal, 2008.

FLORES, Alexandre M.; POLICARPO, António N. – «A Implantação da República em Almada: anotações históricas», in *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 23-37.

FLORES, Alexandre M.; POLICARPO, António N. – *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história da indústria naval em Portugal*, Laranjeiro: Junta de Freguesia, 1998.

FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, Lisboa: Europa-América, 1979.

FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1910) – Crónica do Século*, Lisboa: Ed. Antígona, 1990.

FREIRE, João – *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado, 1900-1940*, 2 vols., Lisboa: ISCTE – Universidade Técnica, 1988.

FREIRE, João – *A Marinha e o Poder Político em Portugal no século XX*, Lisboa: Edições Colibri, 2010.

FREIRE, João – «A República e o Movimento Operário», in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.) – *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa: Ed. Colibri e IHC da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

GOMES, Reinaldo V. – «Recordando a Implantação da República em Almada», *Al-madan*, Almada, n.º 2, Novembro de 1983 – Maio de 1984; tb. em *Literatura Actual de Almada: Antologia*, org. por Fernando Miguel Bernardes, Almada: Câmara Municipal, 716-721.

GOMES, Ruy Luís, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, Porto: Edição do Autor, 1956.

GONÇALVES, Bento – *Palavras Necessárias, A Vida Proletária em Portugal de 1872 a 1927*, Lisboa: Edição de Virgínia Moura, 1973.

Grande Enciclopédia portuguesa e Brasileira, vols. V, VI, VII, VIII, XII, XIV, XXVII, XXV, Lisboa: Editorial Enciclopédia, s.d.

HENRIQUES, António – *A Incrível no Limiar dos 150 Anos*, 8 vols., Almada: Incrível Almadense, 1991-1998.

LEAL, Ernesto Castro (coord. de) – *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

LIMA, Campos – *Movimento Operário em Portugal*, 2.ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 1972.

MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na 1.ª República: Contribuição para uma Autópsia*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2004.

MALHEIRO, José – *Associativismo Popular: originalidade do Povo Português*, Almada: Câmara Municipal, 1996.

MARQUES, A. H. Oliveira – *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

MARQUES, A. H. Oliveira – *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

MARQUES, A. H. Oliveira – *História da 1.ª República Portuguesa: as Estruturas de Base*, Porto: Iniciativas Editoriais, 1978.

MARQUES, A. H. Oliveira, (coord.) – «Portugal: da Monarquia para a República», in *Nova História de Portugal*, sob a dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, Lisboa: Editorial Presença, 1991.

MARQUES, A. H. Oliveira – *Portugal no século XX: Problemas da História Portuguesa, 1900-1930*, Separata da Revista *Ocidente*, n.º 76, 1969.

MARTINS, Rocha – *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril: Edição de Autor, 1926.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal, vol. VI: A Segunda Fundação (1890-1926)*, por Rui Ramos, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal: dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias*, vol. X: *A República*, Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1998.

MEDINA, João (dir.) – «O Republicanismo Português: da Propaganda à Revolução ou o Ódio Santo», in *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. IX, Amadora: Clube Internacional do Livro, 1998, pp. 295-340.

MENDES, José Amado – «As Camadas Populares Urbanas e a Emergência do Proletariado Industrial», in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. V, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 493-500.

MENDES, Rodrigo e outros – *Nos 75 Anos do Seminário de Almada: um roteiro histórico-artístico*, Almada: Seminário de São Paulo de Almada, 2011.

MENDES, Vítor; SANTOS, Maria Clara – «A Revolução Republicana na Moita», in *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 54-65.

MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. II, Lisboa: ICS/Assembleia da República, 2005.

MÓNICA, Maria Filomena – *Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa: IED, Imprensa Nacional, 1985.

MONTALVOR, Luís de (dir.) – *História do Regime Republicano em Portugal*, vols. I e II, Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930-1932.

MORAIS, Jorge – *Os Últimos Dias da Monarquia – da esperança de tréguas à instauração da República, (1908-1910)*, Edição: Jorge Morais e Zéfiro, Lisboa, 2009.

MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e Mitos num Tempo de Utopias*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

NETO, Vítor – «A Questão Religiosa: Estado, Igreja e Conflitualidade sócio-religiosa», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições da Tinta-da-China, 2010, pp. 129-148.

OLIVEIRA, César de – *O Operariado e a República Democrática, (1910-1914)*, Lisboa: Seara Nova, 1974.

OLIVEIRA, César de – *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa: Edições Alfa, 1990.

[PARADA, Manuel] – «Como se proclamou a República», *O Correio do Sul*, Almada, 30 de Outubro de 1910; 5 de Outubro de 1912, p. 2; e tb. no *Jornal de Almada*, 4 de Outubro de 1917, p. 2.

PARREIRA, António Ladislau – «Como se fez a República: a Acção da Marinha segundo o relatório do 1.º tenente Parreira (Conclusão)», in *A Capital*, Lisboa, 30 de Outubro de 1910, p. 2.

PIMENTA, Alfredo, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Edição: Livraria Tavares Martins, Porto, 1937.

PIMENTA, Costa – *O Relato Secreto da Implantação da República feito pelos maçons e carbonários*, Lisboa: Edições Guerra e Paz, 2010.

POLICARPO, António M. Neves – *Memórias da nossa Terra e da nossa Gente*, Almada: Junta de Freguesia, 2005.

POLICARPO, António M. Neves; MATEUS, Ferrando de Brito – *Cova da Piedade: da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade: Junta de Freguesia, 1999.

PROENÇA, Maria Cândida – «A Educação», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República*, Lisboa: Edições da Tinta-da-China, 2010, pp. 169-190.

QUARTIM, Hélio – *José Maria de Oliveira: um homem solidário no seu tempo*, Almada: Academia Almadense, 1998.

QUEIRÓS, António José – «A 1.ª República (1910-1926): um ideal no seu labirinto», in CNCCR – *Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

RAMOS, António Alberto P. – «Bartolomeu Constantino: o Homem e o Anarquista», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho, 24-26 de Novembro de 1989*, Almada: CMA, 1993, pp. 91-93.

RAMOS, António Alberto P. – *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 Anos de Futuro*, Almada: Câmara Municipal, 1994.

RAMOS, Rui – «A segunda Fundação (1890-1926)», in *História de Portugal*, sob a dir. de José Mattoso, vol. VI, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

REGO, Raúl – *História da República*, vol. I, Lisboa, 1986.

REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa: Publicações Alfa.

REIS, António; MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel – *O 5 de Outubro e a Primeira República*, Lisboa: Ed. Caminho, 2010.

RELVAS, José – *Memórias políticas*, prefácio de João Medina, vol. I, Lisboa: Terra livre, 1977.

RIBEIRO, Armando – *História da Revolução Portuguesa*, 6 vols. Lisboa: João Romano Torres & C.^a, s.d. (o título modificou-se, a partir do vol. III, para *Revolução Portuguesa*)

RODRIGUES, Edgar – *O Despertar Operário em Portugal, 1834-1911*, Lisboa: Ed. Sementeira, 1980.

RODRIGUES, Edgar – *Os Anarquistas e os Sindicalistas: Portugal 1911-1922*, Lisboa: Editorial Sementeira, 1981.

RODRIGUES, Jofre Amaral – *No 59.º Aniversário da Proclamação da República*, Edição da Comissão Democrática do Porto, 1969.

ROSAS, Fernando; ROLLO, M.^a Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010.

ROSAS, Fernando – *Lisboa Revolucionária: 1908-1975*, Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010.

SAMARA, Maria Alice – «A questão social: à espera da “Nova Aurora”», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições da Tinta-da-China, 2010, pp. 149-168.

SAMARA, Maria Alice – «O Republicanismo», in Fernando Rosas e M.^a Fernanda Rollo (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições da Tinta-da-China, 2010, pp. 61-77.

SANTOS, João António Correia dos – *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1915.

SANTOS, Júlio Victorino – *Notas verídicas: Apontamentos para a História da Revolução*, Lisboa: Typographia de António Maria Antunes, 1911.

SANTOS, Machado dos – *A Revolução Portuguesa: 1907-1910*, introd. de Joel Serrão, Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

SANTOS, Machado dos – *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Prefácio de António Reis, Lisboa: Sextante Editora, 2007.

SARDICA, José Miguel – «Rotativismo e Franquismo na crise da Monarquia Portuguesa», in *Século XX*, Ed. Público.

SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vols. II,III,IV, V, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

SOARES, Manuel Lourenço – *Trafaria e sua Toponímia*, Almada: Câmara Municipal, 1986.

SOARES, Manuel Lourenço – *Figuras e Factos do Concelho de Almada*, Edição do autor, 1980.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (Coord.) – *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa: Edições Colibri e IHC da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

TELO, António José – *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vols. I e II, Lisboa: Regra do Jogo, 1980.

TELO, António José – «Sidónio Pais: a chegada do século XX», in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.) – *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa: Ed. Colibri e IHC da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 2000.

TERENAS, Feio – *Homenagem a Elias Garcia: 8 de Maio de 1910*, Lisboa: Typ. Bayard, 1910.

VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, Ed. Gradiva, 1999.

VALENTIM, Carlos Manuel – *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano: o relatório das unidades que participaram na Revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010, pp. 179-181.

VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – As Convergências Possíveis (1892-1910)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

VENTURA, António – *A Carbonária em Portugal, (1897-1910)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

VENTURA, António (org.) – *O 5 de Outubro por quem o viveu: reportagens, depoimentos e relatórios*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

VENTURA, António – «A Maçonaria nos Concelhos da Margem Sul do Tejo», in *A República nos Concelhos da Margem Sul: Actas do Colóquio*, Moita: Câmara Municipal, 2011, pp. 13-21.

VENTURA, António – «O Operariado e a República», in *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. XI, Amadora: Clube Internacional do Livro, 1998, pp. 173-207.

VENTURA, António – *Revoltar para Resistir: a Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada: Câmara Municipal, 2010.

VENTURA, Pedro – «A República e o conceito de independência Nacional», *O Militante*, Lisboa, n.º 308, Set. – Outubro de 2010, p. 47.

VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim – *Villa e Termo de Almada*, Lisboa: Imprensa Lucas, 1897.

ZENHA, Francisco Salgado – «Apontamentos sobre a Repressão do Anarquismo na Maçonaria (1866-1910)», in *Seara Nova*, Lisboa, Dezembro de 1969.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABEL DAS SACAS* v. SILVA, Abel da Costa e
- ABRUNHOSA, Jaime Augusto 193
- ADRIÃO, Filipe 49, 127
- AFONSO III, Rei de Espanha 88
- AFONSO, Albertina Rosa Cerqueira 145
- AFONSO, Carlos Alberto Samblano 12
- AFONSO, Fátima 36, 251
- AFONSO, Francisco Manuel Cerqueira 145
- AFONSO, João Celestino Cerqueira 31, 141, 145, 146, 147, 162, 175, 178, 192
- AFONSO, Maria Eugénia X. Cerqueira 12
- AGUIAR, Joaquim António de 70
- AHERENS, Carlos 115
- ALAÍZ, Brito 215
- ALAÍZ, José 38, 156, 207, 251
- ALBUQUERQUE, Duque de 55
- ALÇADA, Isabel 257
- ALEIXO, João 49, 144, 149, 163
- ALMEIDA JÚNIOR, Guilherme José de 141, 142, 210, 245
- ALMEIDA, Adelaide Herculana de 117, 239
- ALMEIDA, António José de 19, 20, 22, 23, 26, 32, 37, 45, 78, 79, 80, 103, 116, 157, 167, 231, 235
- ALMEIDA, Artur Augusto Duarte da Luz de 251
- ALMEIDA, Carlos Guilherme Sanches de 12, 83, 206, 224, 251
- ALMEIDA, Celestino de 103
- ALMEIDA, Delphina Garcia de 239
- ALMEIDA, João Pinto de 107
- ALMEIDA, Joaquim Emílio C. 12, 207
- ALMEIDA, Joaquina de 151
- ALMEIDA, Luz de 36
- ALMEIDA, Paulo José de 169, 188
- ALVES, Ana Teresa Magalhães Lagos 12
- ALVES, Maria Joaquina 127
- AMARAL, António Joaquim Ferreira do 48, 109, 110, 180, 202
- ANDRADE, Daniel 115
- ANDRADE, Maria João Paiva Correia 12
- ANDRÉ, Manuel Dinis 23, 39, 48, 184, 193, 246
- ANNES, Amélio 102, 147
- ANNES, Arminda Bayley 103
- ANNES, José Bento 102
- ANNES, Leonel A. 103
- ANNES, Lúcia Bayley 103
- ANNES, Lucília Bayley 103
- ANNES, Maria Rita 102
- ANTÃO JÚNIOR, Manuel 141, 142, 172, 181, 182, 223
- ANTÃO, José Manuel 23, 79, 82, 147, 150, 171, 172, 186
- ANTÃO, Manuel 64, 171, 181, 222
- ANTÓNIO, Carlos 123
- ANTÓNIO, Domingos 123, 204
- ANTÓNIO, Justino 123
- ANTÓNIO, Lourenço 180
- ANTUNES, António Maria 85
- ANTUNES, Joaquim 198
- APARÍCIO, Benito Alaíz 156
- ARADO, Joaquim Rodrigues 155

ARADO JÚNIOR, Joaquim Rodrigues 155
 ARAÚJO, Alberto de 179
 ARAÚJO, António Xavier 115
 ARAÚJO, Augusto Sant' Ana d' 207, 227, 251
 ARAÚJO, Domingos João 22
 ARAÚJO, José Joaquim Marques da Silva 54, 55, 86
 ARAÚJO, José Manuel Lourenço 12
 ARAÚJO, Júlio José de 83, 106, 179
 ARAÚJO, Maria da Assunção 179
 ARCOS, Conde dos 93, 251
 ARRANJA, Álvaro 251
 ARRIAGA, Manuel de 19, 30, 45, 78, 79, 229, 235
 ARTUR, Felizardo Sanches 125
 ARTUR, Louro 12
 ASSUNÇÃO, Francisco Marcos d' 187
 ASSUNÇÃO, Marcos José d' 104, 187, 251
 AZEDO, Leão 40, 104, 241, 246
 AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de 164
 AZEVEDO, Cândido de 211, 225
 AZEVEDO, José de 51
 AZEVEDO, Lúcio de 77
 AZEVEDO, L. Gonzaga de 93, 251
 AZEVEDO, Tenente 43
 AZEVEDO, Vitor 12
 BABO, Carlos 134
 BAKUNINE 171
 BAPTISTA, Francisco Caramelo 130
 BAPTISTA, Francisco Maria 130
 BAPTISTA, Jacinto 252
 BAPTISTA, Manuel 84, 183
 BARÃO, Fernando 203, 206, 252
 BARBOSA, Joaquim Joel 198
 BARRADAS, Jacinto Paulo 198
 BARRADAS, Manuel Carrascal 12
 BARRETO, Correia 45
 BARROSO, Manuel da Costa 167
 BASTO, Caetano Xavier de 139
 BASTOS, Narciso da Silva 198
 BASTOS, Pinto 234, 237
 BAYLEY, Maria da Conceição 102
 BERMUDEZ, Joaquim Zea 198
 BERNARDES, Fernando Miguel 85, 254
 BERNARDES, José Maria 172
 BERNARDO, António 74
 BOMBARDA, Miguel 23, 33, 50, 186, 244
 BORGES, França 29
 BOTELHO, Pedro Inácio 48, 188, 189
 BRAAMCAMP, Anselmo 164
 BRAGA, Joaquim Teotónio 50
 BRAGA, Teófilo 17, 22, 44, 78, 252
 BRAMÃO, Alberto Allen Pereira de S. 197
 BRANCO, Jaime Ferreira 84, 143
 BRANCO, Luiz Rodrigues 238
 BRANDÃO, Francisco Maria de Sousa 164
 BRANDÃO, José 252
 BRANDÃO, José Cândido 189
 BRANDÃO, Pedro Ramos 252
 BRANQUINHO, António 33, 41, 48, 105
 BRAVO, Jerónimo 33, 120
 BREIA, Aníbal da Silva 198
 BRUNO, Sampaio 17
 BUIÇA, Manuel 21, 59, 89, 202
 CABEÇADAS JÚNIOR, José Mendes 43, 54, 55, 86

- CABRAL, Manuel Vilaverde 252
 CABRITA, Alferes 43
 CAIMOTO, Carlos Augusto 124
 CALDAS, Francisco Manuel Pereira 181
 CALDAS, Luís Pereira 61
 CALZADA, José Bento 159
 CAMACHO, Brito 20, 29, 45, 79, 116
 CAMOESAS, João 37
 CANELAS, Francisco Duarte 131
 CANTINHO, Cristina 12
 CANTINHO, Egídia dos Santos 170
CAPITÃO LEITÃO v. LEITÃO, Amaral
 CAMELO, Joaquim Francisco 115
 CAMELO, Maria Umbelina 130
 CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage 252
 CARDOSO, Martins 239
CARLOS DA ESCOLHA v. ANTÓNIO, Carlos
 CARLOS, Carlos António Correia de Ramalho 93, 252
 CARLOS, Rei de Portugal 21, 89
 CARMO, José do 180
 CARMO, Vicente do 169, 197
 CAROLINO, Francisco 67
 CARRASQUINHO, Manuel 63
 CARVALHO, Francisco de Almeida 83, 162
 CARVALHO, José Manuel de 105
 CARVALHO, Pires de 26
 CARVALHO, Ribeiro de 195
 CASA NOVA, Justiniano Rodrigues 180
 CASACA, João Luís 49, 144, 149, 163
 CASTELOBRANCO, Gustavo Manuel da Cunha 198
 CASTRO, Berta de 160, 216
 CASTRO, Fernando de 44
 CASTRO, Francisco de 216
 CASTRO, Joaquim Machado de 73
 CASTRO, José de 22
 CASTRO, Pimenta de (general) 100, 128, 177
 CATROGA, Fernando 37, 94, 252
 CAVACAS, António Ferreira 109
 CERCA, Francisco da 130
CEREJA (O) v. RIBEIRO, António Maria
 CERQUEIRA, João António 25, 46
 CHAGAS, João 22, 26, 27, 33, 37, 45, 67, 156, 233, 235, 236, 237
 CHAGAS, Joaquim Pinheiro 37
 CHAGAS, Manuel Pinheiro 37
 CHAGAS, Maria da Piedade da Silva Pinheiro 37
 CHAVES, Joaquim Francisco 198
 CHAVES, Margarida 165
CHICO DA CASA PIA v. DINIS, Francisco Caetano
 COELHO, António Afonso 40, 103, 104, 246
 COELHO, Crisógono da Fonseca 142, 182
 COELHO, Francisco 167
 COELHO, José Gomes 167
 COELHO, José Maria Latino 59, 90, 164
 COELHO, Miguel Guedes 180
 CONCEIÇÃO, Francisco José da 180
 CONSCIÊNCIA, Manuel Augusto 105, 183
 CONSTANTINO, Bartolomeu 40, 41, 66, 68, 92, 121, 122, 154, 157, 188, 193, 194, 195, 247, 248

CORAÇÃO, Guilherme 84, 136
 CORDEIRO, José Jacinto 84, 168
 CORREIA, António 178
 CORREIA, Fraternidade da Saúde 152
 CORREIA, Galileu de Saúde 23, 31,
 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 70,
 79, 80, 87, 103, 107, 117, 122, 129,
 134, 135, 136, 139, 141, 145, 152,
 162, 171, 188, 190, 193, 243, 244,
 246, 247
 CORREIA, Joaquim José 40, 134, 152,
 153, 246
 CORREIA, José 86
 CORREIA, José Ricardo 34, 175
 CORREIA, Paulo Jorge 212, 221, 252
 CORREIA, Ricardina 108
 CORREIA, Romeu 85, 92, 156, 161,
 173, 199, 200, 203, 204, 205, 206,
 208, 210, 211, 212, 213, 215, 216,
 218, 220, 221, 222, 224, 225, 227,
 228, 253
 CORREIA, Tomé Luís 37
 COSTA, Afonso 20, 22, 26, 70, 71, 72,
 78, 79, 80, 116, 144, 149, 163, 175,
 235
 COSTA, A. 12, 28
 COSTA, Alfredo Luís 21, 59, 89, 202
 COSTA, António José da 84
 COSTA, António Soeiro da 95
 COSTA, Eugénio 198
 COSTA, Fernandes 185
 COSTA, Francisco da 130, 131
 COSTA, Germano da 110
 COSTA, João da 130
 COSTA, José Joaquim da 248
 COSTA, Maria Joana 130
 COUCEIRO, Paiva 26, 44
 COUTINHO, Alfredo de Sousa 101
 COUTINHO, Fernando H. de Louro da
 Penha 12
 COUTO, Célia Pinto do 34, 253
 CRUZ, Antónia da 121
 CRUZ, António Lourenço da 198
 CRUZ, António Marques Pereira da
 186
 CRUZ, Manuel Roberto da 198
 CUNHA, Alfredo Carneiro da 59, 89
 DANIEL, Padre 94
 DELGADO, Humberto 100
 DEUS, João de 34
 DIAS, Aníbal de Sousa 54
 DIAS, João da Cunha 224, 251
 DIAS, Manuel 103, 167, 253
 DIAS, Mário B. 253
 DINIS, Alípio Fernandes 105
 DINIS, Carlota da Costa 130
 DINIS, Francisco Caetano 84, 130
 DINIS, João Caetano 130
 DINIZ, Adelino 84, 98
 DOMINGUES, Augusto Ricardo 128
 DOMINGUES, Florêncio José 129
 DOMINGUES, Florêncio Ricardo 48,
 49, 80, 128, 129, 162, 198, 244, 245
 DOMINGUES, José Ricardo 22, 86,
 129
 DOMINGUES, Júlio Ricardo 34, 129,
 179
 DUARTE, Bernardino Pereira 123
 DUARTE, Eusébio 67
 EGA, João da 86
 EGREJA, Carlos Mendes 106, 108,
 111, 112, 124, 126, 132
 EMÍLIA, Ana 161
 EMÍLIA, Maria 156

- ENGRÁCIA, Maria 123
- EPIFÂNIO, António Maria 110
- ESPANCA, Florbela 167
- EUGÉNIO, Sebastião 67
- EUSÉBIO, António 106
- FADISTA, ANTÓNIO 192
- FEBRERO, António 189
- FEBRERO, Divirgília 189
- FEBRERO, Eugénio 189
- FEBRERO, Eugénio Rangel 41, 118, 123, 190, 204
- FEBRERO, Júlia Eugénia de Figueiredo 204
- FEBRERO, João 189
- FEBRERO, Maria 189
- FEBRERO, Manuel 189
- FEBRERO, Natércia Branca Pereira 191
- FEBRERO, Olga Celeste Pereira 191
- FEBRERO, Polónio 21, 48, 116, 141, 189, 190
- FEBRERO JÚNIOR, Polónio 21, 31, 41, 43, 48, 79, 85, 99, 123, 134, 141, 142, 144, 147, 166, 177, 180, 182, 184, 189, 190, 191, 192, 194, 204, 247
- FERNANDES, Abílio Sousa Fernandes 98
- FERNANDES, Ernesto 253
- FERNANDES, Manuel Luís 22, 25, 46, 86
- FERNANDES, Mário 12, 82, 199
- FERNANDES, Paulo Jorge 217
- FERRÃO, Carlos 253
- FERRAZ, Joaquim Miguel de Oliveira 73
- FERRAZ, José Pereira 195
- FERRAZ, Sebastião José Pereira 195
- FERREIRA DA PONTE v. JORGE JÚNIOR, José Ferreira
- FERREIRA, Adelaide Maria 114
- FERREIRA, Álvaro 160
- FERREIRA, Antónia de Amorim 137
- FERREIRA, António Baptista 33, 87, 104, 126, 187, 191
- FERREIRA, António Diogo de 165
- FERREIRA, António Duarte 189
- FERREIRA, Conde de 202
- FERREIRA, David 36
- FERREIRA, Francisco 115
- FERREIRA, Francisco da Costa 198
- FERREIRA, Francisco Maria 198
- FERREIRA, Guilhermina da Glória 115
- FERREIRA, Ildefonso Augusto 137
- FERREIRA, Jaime de Amorim 21, 25, 31, 40, 41, 43, 48, 49, 50, 56, 58, 79, 80, 82, 83, 98, 103, 107, 109, 111, 123, 129, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 150, 151, 157, 161, 162, 167, 169, 170, 171, 182, 186, 188, 190, 192, 211, 239, 243, 244, 245, 246, 247
- FERREIRA, João 147
- FERREIRA, José 223
- FERREIRA, Leonel Duarte 126, 143
- FERREIRA, Libânio Baptista 104
- FERREIRA, Manuel Joaquim 137
- FERREIRA, Maria da Glória 115
- FERREIRA, Mateus 155
- FERREIRA, Raimundo 82
- FERREIRA, Raul César 212, 253
- FERREIRA, Salvador Cabral 216
- FERRER, Francisco 58, 88, 146, 171, 202

- FEVEREIRO, Manuel 59, 89, 115, 152, 155, 168, 180, 189
- FIDALGO, António Chaves 252
- FIGUEIRA, Estêvão José 70
- FIGUEIREDO, Ana 123, 204
- FIGUEIREDO, Artur Joaquim João de Deus 142
- FIGUEIREDO, Augusto de 30, 229, 230
- FIGUEIREDO, José Maria de 172
- FIGUEIREDO, Júlia Eugénia de 118, 123
- FILIFE, José de Matos 190
- FILIFE, Pedro de Matos 190
- FLORES, Alexandre Magno 9, 17, 34, 36, 47, 53, 59, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 253, 254
- FLORES, Raul Alberto Ferreira 82, 131, 193
- FONSECA, Agostinho 238
- FONSECA, Carlos da 91, 254
- FONSECA, Carlos Mota da 107
- FONTANA, José 59
- FRAGA, José Silva 108
- FRAGOSO, Frederico José 39, 119, 127, 134, 184, 246
- FRANCO, João 21
- FRAZÃO, Alberto 238
- FRAZÃO, António Augusto de Amaral 108
- FRAZÃO, Paulo Jorge do Amaral 198
- FREIRE, João 92, 254
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de 60, 90
- GALOS*, Luís dos 136
- GALVÃO*, Moniz 248
- GAMA, Afonso Luciano da 99, 199
- GAMEIRO, Roque 93
- GARCIA, José Elias 17, 23, 24, 117, 164, 202, 231, 238, 239, 240
- GARCIA, José Francisco 164
- GARCIA, Rosália 107
- GARIBALDI 67
- GASPENA, António Rodrigues 108
- GOMES, Adriano Custódio 162
- GOMES, António Custódio 162
- GOMES, António José 51, 103, 108, 146
- GOMES, António Luís 45
- GOMES, Artur Alberto 182
- GOMES, Azevedo 45
- GOMES, Custódio 151
- GOMES, Ermelinda Rodrigues 161
- GOMES, Henrique da Costa 54, 55
- GOMES, Joaquim Custódio 39, 152, 246
- GOMES, José António 115
- GOMES, José Custódio 48, 129, 161, 162, 194
- GOMES, José Marques Casimiro 86, 174
- GOMES, José Nascimento 174
- GOMES, Manuel Bernardo 198
- GOMES, Manuel José 102, 231
- GOMES, Maria Soares da Rocha 146
- GOMES, Norberto 182
- GOMES, Raul Custódio 48, 50, 58, 104, 107, 108, 162, 194
- GOMES, Reinaldo Varela 85, 254
- GOMES, Rui Luís 254
- GONÇALVES, António 84, 109

- GONÇALVES, Bento 254
 GONÇALVES, G. 95
 GONÇALVES, Gil 84, 136
 GRAÇA, J. J. de Silva 29
 GRAÇA, Manuel da 25
 GRANDELA, Francisco 23
 GUEDES, António José 238
 GUERREIRO, Mário 119, 122, 188, 247
 GUIMARÃES, Manuel 29
 HENRIQUES, António 125, 203, 206, 215, 227, 254
 HENRIQUES, João Baptista 42, 193
 HOLBECHE, Duarte Alexandre 174
 HOLBECHE, José Maria 238
 JÁRA, João 148, 213
 JESUS, João Baptista de 150
 JESUS, João Pedro de 84, 137, 150, 183, 185, 196
 JESUS, Joaquina de 168
 JESUS, Maria Amália de 150
 JESUS, Senhorinha de 105
JOÃO FLAUTIM v. JESUS, João Pedro
JOAQUIM DIABO v. CORREIA, Joaquim José
 JORGE JÚNIOR, José Ferreira 165, 166, 167, 191
JOSÉ FONTAINHA v. SANTOS, José Joaquim dos
 JOSÉ, Marco 37
 JOSÉ, Maria 154
 KERKE, Viriato 84
 KINGWELL, C. 93
 KROPOTKINE 171
 LADEIRA, Alfredo 186
 LAGE, João Rodrigues 34, 48, 111, 133, 151
 LAGE, José Rodrigues 151, 175
 LAGE, Mário 167
 LARANJEIRA, Rodrigues 32
 LARANJO, António Xavier Abelho 70, 113
 LEAL, Alfredo 26
 LEAL, Cunha 84
 LEAL, Ernesto Castro 254
 LEÃO, Eusébio 22, 44, 45, 50, 243
 LEITÃO, António Amaral 88, 233, 236
 LEITÃO, Arthur 33, 233
 LEITE, José Alves 145
 LIMA, Almeida 148
 LIMA, C. 43
 LIMA, João Campos 68, 254
 LIMA, João da Rosa 131, 151
 LIMA, José Pedro de 198
 LIMA, Sebastião de Magalhães 20, 29, 31, 90, 116, 177, 231, 233, 235, 237
 LINHARES, Conde de 216
 LÍRIO, Guilhermina da Conceição 111
 LÍRIO, José Carlos 111
 LISBOA, Silva 37, 230
 LOPES, António 168
 LOPES, António Francisco 82, 107, 108
 LOPES, Francisco Inácio 59, 202
 LOPES, João Cantinho 170
 LOPES, José António 103, 157
 LOPES, José Justino 33, 39, 40, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 80, 84, 98, 111, 119, 127, 157, 161, 168, 169, 170, 184, 189, 192, 218, 243, 244, 245, 246
 LOPES, Teresa 119
 LOURENÇO, Alexandre Rodrigues 100
 LOURENÇO, Isidoro 49, 137

- LOURO, António de Carvalho 83, 84, 105, 106, 161
- LOURO, Jerónimo 126, 141, 143, 147, 162
- LOURO, João 143
- LOYO, Barnabé 121, 124
- LUIS FILIPE, Príncipe 21, 89
- LUÍS, David 84
- MACEDO, António Sérgio Augusto de 113, 180
- MACEDO, Manuel de 93
- MACHADO, Artur 147
- MACHADO, Bernardino 33, 45, 78, 156, 189, 235, 236, 237
- MACHADO, Fernão Botto 231, 234
- MADEIRA, Joaquim 34
- MADRUGO, Francisco 193
- MADRUGO, Luís 155
- MADUREIRA, Arnaldo 94, 254
- MADUREIRA, Constantino Araújo Fontoura 202
- MAGALHÃES, Ana Maria 257
- MAGALHÃES, Francisco Maurício 177
- MAGALHÃES, José Estêvão Coelho de 164, 165
- MAGALHÃES, Júlio César de 25, 34, 43, 48, 50, 53, 56, 58, 60, 79, 98, 99, 117, 133, 140, 145, 176, 177, 178, 179, 185, 243, 244, 245
- MAGALHÃES, Maria da Conceição Salgado 177
- MAGÃO, Joaquim A. 86
- MAIA, Francisco Manuel Carlos da 216
- MAIA, José Carlos da 54, 55, 90, 159
- MALAQUIAS, Jacinto 170
- MALAQUIAS, José 50, 160, 170, 171
- MALATESTA, Enrico 93
- MALDONADO, António Augusto 197
- MALHEIRO, José 254
- MALHEIROS, Mário 248
- MANUEL PATACAS v. BARROSO, Manuel da Costa
- MANUEL II, Rei de Portugal 25
- MARCEANO, José de Oliveira 174
- MARCELO, José 172
- MARIA, Catarina 171, 181
- MARIA, Constança 189
- MARIA, Luísa 132
- MARQUES, A. H. de Oliveira 36, 84, 96, 217, 255
- MARQUES, Alberto Gonzaga 99, 182, 186
- MARQUES, António José 165, 166
- MARQUES, Artur Licínio de Melo e 99
- MARQUES, Augusto Joaquim 175
- MARQUES, José 233
- MARQUES, Manuel José Gomes 186
- MARQUES, Mário Baptista Cardoso 106, 112, 132, 163, 168, 172, 196
- MARQUES, Zulmira Guilhermina de Campos Gonzaga 99
- MARRECA, Oliveira 164
- MARREIROS, Glória Maria 216
- MARTEL, José Campelo Trigueiros 59, 90
- MARTINS, António Alves 165
- MARTINS, António Fernandes 106, 107, 193
- MARTINS, Eduardo António 198
- MARTINS, José António 158
- MARTINS, Mariano 54, 55

MARTINS, Rocha 255
 MATEUS, Ernestino Manuel 127
 MATEUS, Fernando de Brito 199, 211, 213, 214, 217, 219, 226, 256
 MATOS, António José de Sousa 9
 MATOS, Joaquim Marcelino de 164
 MATOS, José Agostinho de 155, 156, 235
 MATOS, Norton de 100
 MATOS, Silvestre de 61
 MATTOSO, José 255, 257
 MEDINA, João 255
 MELLO, António Alves de 104
 MELLO, José de 233
 MELO, Evaristo Alves de 127
 MELO, Fontes Pereira de 35
 MELO, José Carlos de 83, 84, 150, 161, 186
 MELO, Pedro de 21, 32, 120
 MENDES, José Amado 255
 MENDES, Rodrigo 94, 255
 MENDES, Rui 12, 94
 MENDES, Vitor 92, 255
 MENESES, João de 233
 MICHEL, Louise 171
 MIGUEL, Carlos 154
 MIGUEL, Domingos 192, 193
 MINÓZ, Josué Carlos 248
 MIRANDA António Rodrigues de 112, 186
 MIRANDA JÚNIOR, Manuel Rodrigues 187
 MIRANDA, Paula 189
 MÓNICA, Maria Filomena 217, 255
 MONTALVOR, Luís de 36, 255
 MONTEIRO, António J. 84
 MONTEIRO, Joaquim Barreto 198
 MORAIS, Jorge 255
 MORAIS, José de Alves 157
 MORAIS, Tito Augusto de 54, 55
 MOREIRA, António Bernardino 25, 104
 MOREIRA, J. 12
 MOREIRA, Manuel Guilherme 84, 185
 MOREIRA, Raimundo José 33, 40, 42, 150, 157, 161, 171, 186, 193
 MOTA, Alexandre 32
 MOTA, António da Fonseca 40, 107, 138, 246
 MOTA, Henrique 203, 206, 252
 MOTA, Olinda da Conceição 138
 MOURA, Aprígio Augusto de Serra e 113, 114, 196
 MOURA, Maria Lúcia de Brito 74, 94, 256
 MOURA, Patrício de Serra e 135
 MOURA, Thomaz António de Serra e 84, 161, 162, 196
 MOURATO, João Maria 149, 150
 MOURATO, José Maria 82
 NAFARY, Sebastião 238
 NETO, Henrique Samuel de Freitas 198
 NETO, Hortense da Silva 207
 NETO, Virgínia da Silva 12, 207
 NETO, Vitor 93, 94, 256
 NEVES, Aprígio Manuel Correia 182
 NEVES, Maria das 133
 NEVES, Nicolau das 155
 NEVES, Rui Manuel R. Ortigão 216
 NOGUEIRA, José Félix Henriques 59, 89, 164
 NORONHA, Francisco de 50

- NORONHA, Nuno de 240
- NUNES, Francisco António 158
- NUNES, Joaquim Nicolau 34, 50, 139, 154
- NUNES, Jorge 186
- NUNES, José António 158, 180
- NUNES, José Jacinto 65
- NUNES, Júlio Augusto 49, 54, 177
- NUNES, Mariana do Carmo 181
- NUNES, Rosária Cardoso 109
- OLIVEIRA, César de 93, 256
- OLIVEIRA, Francisco Luís d' 34, 48, 50, 105, 108, 132, 133, 244, 245
- OLIVEIRA, José Maria de 33, 113, 158, 173, 234
- OLIVEIRA, José Maria Marques de 32
- OLIVEIRA, Leão de 90
- OLIVEIRA, Manuel Augusto 155
- PACHECO, Joaquim Ferreira 218
- PADRÃO, António Vicente Paes 115
- PADRÃO, Carlos Miguel 133
- PADRÃO, Francisco de Oliveira 133
- PADRÃO, Vicente Pais 23, 197
- PAES, Manuel G. 233, 234
- PAIS, Castelinho F. Jorge 198
- PAIS, Sidónio 36, 74, 81, 160, 216
- PAIVA, António Cruz 114
- PAIVA, Artur António Ferreira de 19, 21, 22, 23, 25, 31, 35, 39, 47, 79, 99, 103, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 131, 132, 140, 145, 166, 177, 180, 190, 197, 231, 243, 244
- PAIVA, José de 175
- PALMEIRIM, Luís Augusto 164
- PARADA, António Dionísio Francisco 94, 185
- PARADA, Francisco Alexandre 185
- PARADA, Manuel Maria dos Santos 33, 39, 40, 42, 43, 48, 58, 79, 80, 81, 83, 85, 95, 112, 150, 157, 161, 169, 171, 176, 185, 186, 189, 193, 212, 221, 226, 256
- PARGANA, Luís Júdice 139
- PARREIRA, António Ladislau 54, 55, 148, 212, 256
- PATO, Artur 120
- PATO, Bulhão 108, 144, 149, 163, 175, 176
- PEÇAS, Joaquim 25, 48, 50, 55, 140, 154, 155, 171, 180, 244, 245
- PEDROSA, Alves 77
- PEDROSO, António 115
- PEDROSO, Guilherme António 25, 136
- PERDIGÃO, José 67
- PEREIRA JÚNIOR, Teotónio 139, 170
- PEREIRA, Américo Marques 103, 167
- PEREIRA, António Francisco 76, 77
- PEREIRA, Elisa Maria 109
- PEREIRA, Hermínia Adelaide de Sant' Ana 166
- PEREIRA, João Maria 191
- PEREIRA, José 109
- PEREIRA, Luís Teotónio 202
- PEREIRA, Maria da Encarnação Sant' Ana 165, 166, 191
- PEREIRA, Maria de Jesus 191
- PEREIRA, Olinda Branca 191
- PIEIDADE, Guilhermina da 158
- PIMENTA, Alfredo Simões 101, 102, 106, 112, 118, 132, 150, 163, 168, 172, 197, 207
- PIMENTEL, Estevam 248
- PINA, Eduardo José Gonçalves de 84, 126

PINHO, Augusto Manuel da Silva 12
 PINHO, Francisco José de 131
 PINHO, José Soares 21, 31, 176, 177
 PINTO, António Costa 36, 258
 PINTO, António Gabriel 34, 108
 PINTO, Ernesto Victor 127
 PINTO, Serpa 19, 35
 PIO, Fernando 199
 PIRES, António José da Silva 142, 182
 PIRES, Joaquim Jorge de Oliveira 182
 PIRES, Pedro 119
 PIRES, Raul 66, 194, 195
 POLICARPO, António Manuel Neves
 9, 87, 199, 211, 213, 214, 215, 217,
 219, 225, 226, 253, 254, 256
 PROENÇA, Maria Cândida 37, 256
 QUARESMA, Arsénio Augusto Vitorino
 25, 114
 QUARESMA, Cecília 12
 QUARESMA, Joaquim 175
 QUARESMA, José Virgolino Feio 198
 QUARTIM, Hélio 256
 QUEIRÓS Teixeira de 90
 QUEIRÓS, António José 36, 256
 QUEIRÓS, Eça de 86
 QUEIRÓS, João Avelino de 85, 144
 QUEIROZ, Luís de 180
 RAMOS, António Alberto C. P. 92,
 200, 222, 256
 RAMOS, Augusto 207
 RAMOS, Gertrudes Gomes 37
 RAMOS, Rui 257
 RANGEL, Carmélia Gomes Guimarães
 191
 RANGEL, Celeste Guimarães 123, 191,
 204
 RANGEL JÚNIOR, Joaquim 191
 RANSON, Elisabeth 156
 RAPOSO, Eduardo 212, 221, 252
 RAPOSO, Simões 40, 246, 248
 REGO, Raúl 257
 REIMÃO, Eduardo Ventura 198
 REIS, António 35, 257
 REIS, Cândido dos 22, 26, 50, 59, 88,
 90, 148, 159, 244
 REIS JÚNIOR, Nicolau José dos 198
 RELVAS, José 22, 23, 44, 45, 65, 78,
 86, 120, 156, 160, 173, 235, 237, 257
 RESENDE, Luís 33
 RESGATE, António Francisco 136, 168
 RIBEIRO, António Maria 48, 111, 151
 RIBEIRO, Armando 257
 RIBEIRO, Francisco 48, 134
 RIBEIRO, José Cupertino 22, 239, 240
 RIBEIRO, José Maria do Casal 164
 RIBEIRO, Justino José 238
 RIBEIRO, Manuel Alves 181
 RIBEIRO, Margarida 111
 ROCHA JÚNIOR, José António 158
 ROCHA, Ermelinda Maria Madalena
 Lopes 158
 ROCHA, José António 158
 ROCHA, Quirino da 95
 RODRIGUES, António Daniel 49, 106
 RODRIGUES, António Manuel 40
 RODRIGUES, Artur da Fonseca 32,
 33, 39, 119, 127, 169, 205, 246
 RODRIGUES, Avelino de Castro 121
 RODRIGUES, Edgar 257
 RODRIGUES, Gastão 33, 156, 167,
 237
 RODRIGUES, Jofre Amaral 257
 RODRIGUES, Judite 119
 RODRIGUES, Porfírio 192

- ROLLO, Maria Fernanda 35, 36, 37, 93, 256, 257
- ROSA, Manuel Carvalho 144, 149, 163, 183
- ROSALIS, Júlio César 198
- ROSÁRIO, Rita Maria do 155
- ROSAS, Fernando 35, 36, 37, 93, 256, 257
- ROSAS, Maria M. 34, 253
- SÁ, Alexandre Botelho de Vasconcelos e 54, 55
- SÁ, Benigno Matos de 12
- SACADURA, Juvenal 33
- SALAZAR, Oliveira 202
- SALDANHA, José Vitorino de Sá e 198
- SALGADO, Heliodoro 58, 88, 93, 231
- SALISBURY, Lord 19
- Salio (O)* v. SILVA, Francisco José da
- SAMARA, Maria Alice 35, 36, 93, 257
- SAMPAIO, António Rodrigues 164
- SANCHES, Carlos 83, 125, 206
- SANCHES, Lídia Alves 125
- SANGUINHO, Ana Maria Febrero Trindade 12
- SANTOS, Adelino dos 25, 98
- SANTOS, Carlos 67
- SANTOS, Carlos Alexandre dos 81, 82, 123, 141, 142, 150, 182, 186
- SANTOS, Francisco dos 30, 229
- SANTOS, João António Correia dos 257
- SANTOS, João Pereira dos 34, 49, 150
- SANTOS, José Domingues dos 84
- SANTOS, José Joaquim dos 168
- SANTOS, José Simões dos 176
- SANTOS, Júlio Victorino dos 40, 85, 247, 248, 257
- SANTOS, Machado dos 23, 26, 43, 54, 85, 90, 159, 257
- SANTOS, Manuel Inácio dos 185
- SANTOS, Maria Clara 92, 255
- SANTOS, Maria da Conceição da Silva 98
- SANTOS, Maria Glória dos 185
- SANTOS, Moraes dos 95
- SANTOS, Prudêncio dos 68, 192, 194
- SARAIVA, António dos Santos 112
- SARDICA, José Miguel 34, 258
- SAÚDE, Domingos António da 115
- SAÚDE, Henriqueta da 189, 190
- SAÚDE, Margarida da 134, 152
- SEQUEIRA, Aníbal Augusto 84
- SEQUEIRA, Maria 170
- SERRA, Tomás de Carvalho 70
- SERRA, Tomás Venceslau Carvalho 22
- SERRÃO, Joel 36, 85, 255, 258
- SILVA, Abel da Costa e 98
- SILVA, Adolfo da 99
- SILVA, Alfredo da 131
- SILVA, António Joaquim da 132
- SILVA, António Maria da 23, 43, 111
- SILVA, Casimira da 167
- SILVA, Casimiro José da 125
- SILVA, Cassiano Baptista da 125, 180, 198
- SILVA, Eduardo Sebastião A. da 198
- SILVA, Eugénia Rita da 125
- SILVA, Firmino da 33, 37, 39, 75, 79, 82, 83, 84, 102, 109, 124, 127, 128, 130, 157, 168, 174, 184, 207, 246
- SILVA, Francisco Gomes da 239
- SILVA, Francisco José da 84, 132

- SILVA, Francisco Pinto Matos da 48, 56, 133, 151
- SILVA, João da Costa e 98
- SILVA, José Agostinho da 145, 156
- SILVA, José Gomes da 239
- SILVA, José Maria da Costa e 98
- SILVA, José Maria Rodrigues da 12, 205
- SILVA, José Pereira da 175
- SILVA, Júlio César da 125
- SILVIA, Luís Filipe da 238
- SILVA, Manuel 128
- SILVA, Manuel Rodrigues Pereira da 141, 142, 182
- SILVA, Natividade 37
- SILVA, Rafael Pinto da 182
- SILVA, Raimundo Francisco da 86
- SILVEIRA, Amélia Augusta da 171
- SILVEIRA, Augusto Maria da 33, 120, 144
- SILVEIRA JÚNIOR, Augusto Maria da 33, 59, 90, 120, 174, 220, 233, 234
- SILVEIRA, Augusto Maria Cardoso da 120, 121
- SILVEIRA, Francisco Maria da 104
- SILVEIRA, João Augusto da 144
- SILVEIRA, Leticia Cardoso da 104
- SILVES, Conde de 64, 153, 171, 181
- SIMÕES, Alexandre Bento 81, 99, 100 199
- SIMÕES, António Marcelo 84, 110
- SIMÕES, Augusto Guilherme 197
- SIMÕES, João Marcelo 149
- SIMÕES, José Martins 188
- SOARES, Alfredo 147
- SOARES, Manuel Lourenço 211, 213, 216, 217, 220, 221, 258
- SOARES, Manuel Pinto 23, 187
- SOLEDADE, Maria da 109
- SOUSA JÚNIOR, Alves de 70
- SOUSA, Deocleciano César Augusto de 126
- SOUSA, Guilherme A. de 239
- SOUSA, José António de 48, 61, 63, 84, 158
- SOUSA, Júlio Maria de 239
- SOUSA, Manuel da Graça e 184
- SOUSA, Matias da Visitação de 126
- SOUSA, Teixeira de 62, 63
- STOCKLER, Carolina Carrelhas 147
- STOCKLER, João Fiel 54, 55, 147, 148, 198, 253
- STOCKLER, Miguel 147
- TABORDA, António Gonçalves da Cunha 35, 114, 143, 203
- TABORDA, Júlio Teodoro da Cunha 203
- TAVARES, João Jorge 48, 149
- TAVARES, José 67
- TAVARES, José da Silva 176
- TAVARES, Manuel 115
- TEIXEIRA, Jayme 248
- TEIXEIRA, Luis 180
- TEIXEIRA, Nuno Severiano 36, 258
- TELES, Basílio 45
- TELES, Guilherme 63
- TELO, António José 36, 258
- TENENTE SIMÕES v. SIMÕES, Alexandre Bento
- TENREIRO, Alfredo dos Santos 101
- TERCEIRA, Duque da 57
- TERENAS, José Feio 23, 24, 40, 43, 52, 98, 103, 104, 122, 157, 167, 186, 231, 233, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 258

TORGAL, Domingos 12
TINTO, José 32
TORRES, Alfredo 84, 102
TORRES, António 102
TORRES, Teresa de Jesus Brites 102
VALENTE, Vasco Pulido 36, 258
VALENTIM Carlos Manuel 36, 37, 86,
212, 258
VALÉRIO, Carlos 61
VALLE, Malva do 26, 40, 246
VASCONCELLOS, Estevão de
VEIGA, Francisco António da 70
VELEDA, Maria 33, 156, 237
VELOSO, Simão 84, 196
VENTURA, António 34, 36, 197, 198,
202, 203, 206, 208, 210, 212, 217,
218, 220, 221, 227, 248, 258
VENTURA, Pedro 35, 259
VERÍSSIMO, Joaquim Caetano 63
VIANA, José Rodrigues 82, 150, 176
VIANA, Pereira 159, 160
VIEIRA JÚNIOR, Duarte Joaquim 201,
208, 220, 221, 259
VIEIRA, Abílio 83
VIEIRA, Custódio José 164
VIEIRA, Eugénio 69
VIEIRA, Fernando Alberto Melo 198
VIEIRA, Joaquim Luís 146, 153
VIEIRA, Tomaz José 196, 197
VILLALONGA, José 62
VITORINO JÚNIOR, José Duarte 34,
49, 140, 144, 149, 163
XAVIER, Anselmo 90
XAVIER, Augusto Teixeira 238
XAVIER, Emília 108
XAVIER, José Francisco 121
XAVIER, Narciso Alves 25, 46, 47, 52
ZAGALLO JÚNIOR, Sebastião 195
ZENHA, Francisco Salgado 259

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM ALMADA

*Este livro foi composto, impresso e brochado na Fotolitaria,
Produção Gráfica e Publicidade, Lda., em papel IOR de
90 grs, numa tiragem de 1000 exemplares. Edição
inserida no encerramento das comemorações do
centenário da República promovidas pela
Câmara Municipal de Almada
2010/2011*



“Esta obra procura reconstituir a emergência das ideias republicanas, as jornadas de 4 e 5 de Outubro de 1910 e outros acontecimentos relativos à história da administração municipal, toponímia republicana, greves, conflitos sócio-religiosos e dissensões do Partido Republicano em Almada.

Os cidadãos divulgados neste livro, com vínculos ao concelho, uns completamente esquecidos e outros pouco conhecidos pela historiografia, são agora recuperados para a história da 1.ª República. Se na chefia do Partido Republicano encontramos um conjunto de vultos de grande importância nacional, numa análise transversal do país encontramos agentes locais e regionais que também contribuíram, em maior ou menor escala, para o desenvolvimento do republicanismo nos concelhos. Estes cidadãos, assim como todos os outros do país, fizeram um trabalho de grande relevância para o fortalecimento da causa republicana através de uma rede de sociabilidades políticas que ultrapassou a capital, promovendo o ideário republicano no território nacional.

Os republicanos proeminentes deste concelho lutaram pelos princípios em que acreditavam. Alguns tiveram um papel decisivo no seio do movimento operário favorável à proclamação da República, congregando socialistas, anarquistas e outros em torno daquele objectivo. A todos eles a cidade de Almada devia um tributo, que agora lhes prestamos.”

OS AUTORES

ISBN 978-972-9134-91-3



9 789729 134913